

RELATÓRIO DE GESTÃO 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ

Aracruz/ES - 2018

RELATÓRIO DE GESTÃO

O presente relatório compõe a Prestação de Contas do Prefeito do Município de Aracruz, relativo ao exercício financeiro de 2017, conforme dispõe o anexo II - I A – Contas do Prefeito da Instrução Normativa nº 43/2017 do TCEES e suas alterações. Para elaboração do presente relatório, as informações foram as constantes na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO de nº 4.073 de 19/07/2016, na Lei Orçamentária – LOA nº 4.096 de 29/12/2016, nas Demonstrações Contábeis do Município além dos relatórios exigidos pela Lei Complementar 101/2000 – LRF (RREO e RGF), também referentes ao exercício financeiro de 2017.

Da análise dos documentos supracitados conclui-se:

1- DESPESA FIXADA E EXECUTADA

O Orçamento Municipal para o exercício de 2017 aprovado pela Lei nº 4.096, de 29/12/2016, estimou uma receita da ordem de R\$ 396.712.538,60 e fixou uma Despesas de igual valor.

O valor total da despesa fixada foi na ordem de R\$ 396.712.538,60, sendo que no decorrer do exercício de 2017 a mesma teve seu valor acrescido mediante créditos adicionais suplementares em R\$ 64.195.274,97, conforme abaixo:

| NATUREZA CREDITO | FONTE RECURSO | VALOR |
|------------------|----------------------|----------------------|
| Suplementar | Anulação | 41.069.019,41 |
| Suplementar | Superávit Financeiro | 21.639.755,07 |
| Suplementar | Excesso Arrecadação | 1.486.500,49 |
| Total | | 64.195.274,97 |

Os Créditos Adicionais foram abertos no limite das autorizações concedidas, e tiveram como fonte as anulações/suplementação de dotações, o superávit financeiro do exercício anterior e o **excesso de arrecadação**.

Em relação à despesa fixada na Lei de Orçamento para o exercício de 2017 observa-se que houve uma economia na execução da mesma na ordem de **R\$ 48.029.584,39**, conforme demonstrado a seguir:

| DISCRIMINAÇÃO | VALOR |
|-------------------------------------|----------------------|
| Despesa Total Autorizada | 419.838.794,16 |
| Despesa Empenhada | 371.809.209,77 |
| Economia Execução da Despesa | 48.029.584,39 |

Quando comparado o montante da receita total arrecadada com o montante da despesa realizada, nota-se que houve um superávit na execução orçamentária no exercício de 2017 da ordem de R\$ 26.051.074,85 conforme demonstrado no quadro abaixo:

| DISCRIMINAÇÃO | VALOR |
|----------------------|----------------------|
| Receita Arrecadada | 397.860.284,62 |
| Despesa Empenhada | 371.809.209,77 |
| Superávit | 26.051.074,85 |

RECEITA PREVISTA E ARRECADADA

Ao final do exercício financeiro observa-se que ocorreu um superávit na arrecadação da ordem de R\$ 7.883.832,26, conforme demonstrativo abaixo:

| DISCRIMINAÇÃO | VALOR |
|---------------------------------|----------------------|
| Receita Orçada Prevista | 386.812.948,00 |
| Receita Arrecadada | 397.860.284,62 |
| Superávit de Arrecadação | 11.047.336,62 |

RESTOS A PAGAR

Como se pode observar no Balanço Orçamentário, o total da despesa executada no exercício de 2017 foi de R\$ 371.809.209,77. Deste montante, cerca de R\$ 347.327.968,59 ou seja, 93,42% do total das despesas empenhadas foram pagas, gerando dessa forma Restos a Pagar no montante de R\$ 24.481.241,18, conforme demonstrado a seguir:

| DISCRIMINAÇÃO | VALOR |
|----------------------|----------------|
| Despesa Empenhada | 371.809.209,77 |

| | |
|-------------------------|----------------|
| (-) Restos a Pagar | 24.481.241,18 |
| Processado | 5.926.354,97 |
| Não Processado | 18.554.886,21 |
| Valor Pago no Exercício | 347.327.968,59 |

ATENDIMENTO AOS LIMITES CONSTITUCIONAIS

O município de Aracruz atendeu os limites previstos na Constituição Federal, realizando ações de serviços públicos de saúde e ações para manutenção e desenvolvimento do ensino infantil e fundamental. Nos gastos com educação, especificamente com relação à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), o dispêndio alcançou 33,97% de receitas resultantes de imposto do MDE. O valor gasto com Educação no ano de 2017 foi de R\$ 110.310.380,56 (cento e dez milhões, trezentos e dez mil, trezentos e oitenta reais e cinquenta e seis centavos).

Ainda no que particulariza a educação, no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), foram gastos 96% da receita específica recebida a título do FUNDEB, na remuneração do Magistério com ensino infantil e fundamental, limite constitucional mínimo de 60%, sendo que o valor com despesa do FUNDEB foi de R\$ 51.251.648,45 (cinquenta e um milhões, duzentos e cinquenta e um mil, seiscentos e quarenta e oito reais e quarenta e cinco centavos). O município não realizou despesa com MDE executadas com consórcio público.

Em relação à Saúde, o município teve como valor de Receita Bruta de Impostos R\$ 219.853.175,89, e como receitas adicionais para financiamento da saúde R\$ 20.308.109,74

Os gastos de saúde foram de R\$ 68.884.590,66, dos quais R\$ 22.055.124,57 não foram computadas, resultando no total geral das despesas com ações e serviços públicos de saúde de R\$ 46.829.466,09.

Do limite constitucional de 15% para aplicação em ações e serviços públicos de saúde, o município executou 21,30%.

O município executou despesas com ações e serviços públicos de saúde em consórcio público no valor de R\$ 2.980.894,09 transferidos por contrato de rateio.

Quanto ao repasse para a Câmara Municipal, a Prefeitura Municipal de Aracruz atendeu o art. 29_A da Constituição Federal repassando para o órgão¹ R\$ 15.347.000,00 equivalente a 3,87% de participação do Poder Legislativo no Orçamento Municipal| .

DO CUMPRIMENTO DAS NORMAS PREVISTAS NO ART. 59 DA LRF (LC 101 DE 05.05.2000)

No tocante as normas contidas no art. 59 da LRF em relação a execução orçamentária no exercício de 2017, pode-se observar as seguintes movimentações extraídas dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária e Relatórios de Gestão Fiscal do exercício de 2017:

ATINGIMENTO DAS METAS ESTABELECIDAS NA LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO EXERCÍCIO DE 2017 (ART. 59, I LC 101/2000)

a) Receita

As metas estabelecidas no Anexo das Metas Fiscais da LDO/2017, referente à receita (receita primária) é de R\$ 386.512.830,28. A receita total realizada até dezembro de 2017, conforme o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, Demonstrativo do Resultado Primário – Anexo VI (LRF, art. 53, inciso III), foi de R\$ 369.041.113,56.

b) Despesa

A previsão atualizada das metas estabelecidas, referente à despesa (despesa primária) foi de R\$ 392.360.628,36. A despesa total liquidada até dezembro de 2017, conforme o Relatório Resumindo da Execução Orçamentária, Demonstrativo do Resultado Primário – Anexo VI (LRF, art. 53, inciso III), foi de R\$ 348.838.918,27.

c) Dívida

A Dívida Consolidada do Município em 31/12/2017 alcançou o montante de R\$ 34.165.632,28 conforme apurado no Relatório de Gestão Fiscal – Anexo II, LRF, art.

55, inciso I, alínea “b”), apontando um estoque de dívida menor em aproximadamente 16,96% se comparado ao exercício anterior (31/12/2016), quando a Dívida Consolidada Líquida era de R\$ 41.147.924,55.

O artigo 3º da Resolução do Senado nº 40 determina a limitação do montante da Dívida Consolidada para os Municípios em até 120% (cento e vinte por cento) da Receita Corrente Líquida.

Considerando que a Receita Corrente Líquida – RCL no exercício de 2017 foi de R\$ 361.942.445,31 e que o montante da Dívida Consolidada no mesmo exercício foi de R\$ 41.147.424,55, representando apenas 11,36% da RCL, ou seja, abaixo do limite legal de 120% (cento e vinte por cento) da RCL.

Diante do exposto, inexistente necessidade de se adotar medidas no sentido de reconduzir a Dívida Consolidada aos limites legais.

DO LIMITE DA DESPESA DE PESSOAL (ART. 59, INCISO III, LC 101/2000).

No tocante ao limite legal previsto na Lei Complementar nº 101/2000 foi apurado, conforme Relatório de Gestão Fiscal (Demonstrativo da Despesa com Pessoal, anexo I, da LRF, art. 55, inciso I, alínea “a”) que no exercício de 2017, o montante das despesas com pessoal foi de R\$ 165.706.707,90.

Assim, o Poder Executivo Municipal comprometeu apenas 45,78% de sua Receita Corrente Líquida que foi de R\$ 361.942.445,31, mantendo-se dentro do limite legal de 54% previsto na referida Lei Complementar.

Diante do exposto, inexistem quaisquer medidas a serem adotadas no sentido de reconduzir a despesa total com pessoal aos limites da LRF 101/2000, conforme previsto no art. 59 da LRF, pois o Executivo Municipal está abaixo do limite legal.

AS MEDIDAS ADOTADAS PARA ASSEGURAR A BOA GESTÃO DOS RECURSOS

Para assegurar uma boa gestão dos recursos públicos estão sendo observados os princípios da Administração Pública: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

AS MEDIDAS ADOTADAS PELA ARRECADAÇÃO VISANDO A RACIONALIZAÇÃO DA ARRECADAÇÃO.

No exercício de 2017, houve acréscimo na arrecadação da receita Tributária em face do cenário econômico nacional.

| Receita Tributária | Arrecadação 2016 | Arrecadação 2017 | Diferença % |
|--------------------|------------------|------------------|-------------|
| | 77.059.617,67 | 77.241.300,45 | 0,23% |

Conforme demonstrado acima, a Receita Tributária do Município de Aracruz no exercício de 2017 teve acréscimo no percentual de 0,23%, em relação ao exercício de 2016.

PRECATÓRIOS

Em 2017 a Procuradoria do Município realizou o provisionamento integral de todos os precatórios previstos para o exercício, realizando o depósito de R\$ 486.415,42 (quatrocentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e quinze reais e quarenta e dois centavos), em conta judicial específica indicada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo. Entre os exercícios de 2013 a 2017 a Procuradoria de Aracruz realizou o pagamento de aproximadamente R\$ 6.780.000,00 (seis milhões setecentos e oitenta mil reais). O Município de Aracruz encontra-se em dia com seus pagamentos de precatórios, estando no regime geral de pagamentos. As informações referentes aos valores pagos e nomes dos beneficiários encontram-se no anexo 03 do Relatório de Gestão, PROGE.

RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

A Procuradoria Geral vem promovendo sistematicamente as execuções fiscais dos créditos municipais, adotando, inclusive, postura pró-ativa frente ao Poder Judiciário no sentido de dar célere andamento às ações judiciais.

Além disso, a adoção de medidas de cobrança administrativa, como protesto, vem trazendo resultados positivos ao incremento das receitas, além de reduzir o número de execuções fiscais.

ESTRUTURA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ROL DE RESPONSÁVEIS EM 2017

| SECRETARIA | RESPONSÁVEL |
|-----------------------------------|---|
| Administração e Recurso Humanos | Edmilson Moulin Ferreira e Luciano Forrecchi |
| Agricultura | Renato Pereira Sobrinho |
| Comunicação | Edmilson Martins Schwenck e Luciano Forrecchi |
| Desenvolvimento Econômico | Divaldo Crevelin |
| Desenvolvimento social e Trabalho | Rosilene Filipe dos Santos Matos |
| Educação | Ilza Rodrigues |
| Esporte, Lazer e Juventude | Emerson Nascimento de Oliveira |
| Finanças | Zamir Gomes Rosalino |
| Governo | Edmilson Martins Schwenck |
| Habitação e Defesa Civil | Wellington Lozza Giacomin e Valber Luis Campores |
| Meio Ambiente | Wagner José Elias Carmos |
| Obras e Infraestrutura | Wellington Lozza Giacomin |
| Planejamento, Orçamento e Gestão | Divaldo Crevelin |
| Saúde | Luís Cláudio Gomes Souto, Ivan Vicente Pestana e Juliana Soneghet Baiocco Louzada |
| Suprimentos | Ivan Vicente Pestana |
| Transporte e Serviços Urbanos | Luiz Fernando Meier |
| Turismo e Cultura | Jean Pedrini |
| Controladoria Geral do Município | Fábio Tavares |
| Procuradoria Geral do Município | Francisco Cardoso de Almeida Neto |

AUTARQUIAS

| | |
|--------|--|
| IPASMA | Esau Monteiro e José Maria Recla |
| SAAE | Wagner José Elias Carmo e Elias Antonio Marochio |

DA GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS DE ACORDO COM AS ATRIBUIÇÕES DE CADA SECRETARIA

SEGOV

A Secretaria de Governo é um órgão diretamente ligado ao Chefe do Poder Executivo e tem como finalidade assisti-lo na sua representação civil e nas relações com autoridades em geral, tendo como atribuição planejar, organizar, coordenar, executar, controlar e avaliar as atividades das Secretarias e Ouvidoria Municipal, promovendo a elaboração e controle dos documentos oficiais, bem como, coordenar as ações das demais secretarias, Ouvidoria e as Coordenações Regionais que funcionam como subprefeituras nas localidades de: Barra do Riacho, Vila do Riacho, Barra do Sahy, Coqueiral, Santa Cruz, Santa Rosa, Jacupemba e Guaraná.

A Secretaria de Governo tem a atribuição de receber, protocolar e distribuir para as demais Secretarias e órgãos públicos e/ou privados, documentos diversos com a finalidade de dar ciência aos munícipes, controlar e devolver processos judiciais e administrativos, coordenar as ações de relações entre a Prefeitura e demais organizações governamentais e não governamentais, instituições públicas e privadas, coordenar a execução das ações que visem o inter-relacionamento entre a Administração Municipal, Câmara de Vereadores, movimentos sociais organizados, indígenas e demais munícipes.

Secretário

Edmilson Martins Schwenck

SEMAD

A Secretaria de Administração e Recursos Humanos tem como competência criar condições objetivas para uma gestão de qualidade em recursos humanos, que valorize o servidor e o capacite a exercer as funções no serviço público municipal.

A Secretaria executou suas ações de acordo conforme abaixo:

a) GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- Suporte técnico, manutenção e atendimento help desk em toda PMA (sede e distritos);
- Suporte técnico em todos os sistemas gerenciais utilizados na PMA;
- Adequações, manutenção, gerenciamento e monitoramento da rede lógica de dados;
- Criação de e-mails, gerenciamento e monitoramento do servidor de e-mail;
- Atualizações, gerenciamento e monitoramento do servidor de antivírus;
- Gerenciamento e monitoramento do firewall e servidor de internet;
- Manutenção, abastecimento de tonner em todas as impressoras, bem como o gerenciamento e monitoramento do servidor de impressão;
- Criação de logins de usuários, gerenciamento do armazenamento de dados das secretarias, backups dos arquivos e sistemas armazenados nos servidores de dados;
- Análise, tratamento de dados para desenvolvimento de softwares para atender a PMA;
- Desenvolvimento de softwares próprios em atendimento a algumas secretarias da PMA;
- Pesquisa de novas tecnologias, estudos de viabilidade de novas soluções disponíveis no mercado, suporte no desenvolvimento de especificações técnicas, desenvolvimento de termos de referências relativos à tecnologia da informação;
- Gerenciamento de todo sistema de telefonia fixa e móvel da PMA;
- Gerenciamento de todo sistema de vídeo monitoramento da PMA;

b) SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

Oportuno se torna dizer também, as atividades desenvolvidas pela Subsecretaria de Administração e Recursos Humanos por meio de suas respectivas Gerências no ano de 2017:

b.1) GERÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

- Auxiliar o Secretário de Administração e Recursos Humanos e suas Subsecretarias todas as vezes que solicitado, bem como dar suporte técnico e administrativo as Coordenações de sua responsabilidade tais como: Coordenação de Controle Administrativo, Coordenação de Recrutamento e Seleção, Coordenação de Segurança do Trabalho, Coordenação de Controle de Pessoal, Coordenação de Treinamento de Pessoal, Coordenação de Acompanhamento de Pessoal;
- Responsável pelo acompanhamento da Folha de Pagamento, apuração do Ponto biométrico dos servidores municipais da Prefeitura Municipal de Aracruz;
- Participa ativamente no apoio aos processos seletivos realizados pela Prefeitura Municipal de Aracruz;
- Acompanhamento na Elaboração da Dirf, Rais, e demais informações.
- Cuidar dos interesses dos servidores ligados as coordenações como: Controle e solicitações de férias,
- Controle de freqüência mensal dos servidores, Transferência de servidores dentro da secretaria e para outras secretarias e outros;
- Controle do Relatório Trimestral das atividades da Secretaria de Administração e Recursos Humanos enviado para a Câmara Municipal de Aracruz;
- Responsável pelos pedidos dos materiais de consumo e escritório junto ao Almoxarifado Central das suas Coordenações;
- Responsável pelas solicitações de compras de móveis, utensílios e outros materiais para a SEMAD;
- Participa da Comissão de elaboração do Concurso Público;
- Elaboração dos Relatórios do Tribunal de Contas do ES;
- Estudo e elaboração das IN'S do Cartão de Ponto, Férias, Admissão e Perícia Médica;
- Estudo de Implantação do Sistema Ronda, nas Escolas e demais pontos de apoio, para os mesmos estarem fazendo apuração e acerto das ocorrências;

b.2) GERÊNCIA ADMINISTRATIVA

- Auxiliar o Secretário de Administração e Recursos Humanos e suas Subsecretarias todas as vezes que solicitado, bem como dar suporte técnico e administrativo as Coordenações de sua responsabilidade tais como: Coordenação de Controle e Concessões Patrimoniais, Coordenação de Serviços Gerais, Coordenação de Protocolo e Expediente, Coordenação de Arquivo, Coordenação do Núcleo de Atendimento ao Cidadão, Coordenação do PROCON Municipal e o

Núcleo de Atendimento Administrativo. Auxiliar também a Subsecretaria de Tecnologia da Informática no controle do contrato das contas de telefonia móvel;

- Responsável pelo acompanhamento do controle das Contas da Escelsa, SAAE, Telefonia Fixa e móvel;
- Participa ativamente na reformulação do decreto de que regulamenta a Lei 3.422 de 27/04/2011 que dispõe sobre a autorização e permissão de uso de áreas e espaços públicos do Município;
- Ter uma ligação direta com os permissionários dos box's situados nestes locais.
- Cuidar dos interesses dos servidores ligados as coordenações como: Controle e solicitações de férias;
- Controle de frequência mensal dos servidores, Transferência de servidores dentro da secretaria e para outras secretarias e outros;
- Acompanhamentos dos convênios com a Delegacia Civil, Ministério do Trabalho e Emprego, Corpo de Bombeiro, Tribunal Regional do Trabalho, Tribunal da Justiça do ES;
- Controle do Relatório Trimestral das atividades da Secretaria de Administração e Recursos Humanos enviado para a Câmara Municipal de Aracruz;
- Controle dos Feirantes da Feira Municipal do Produtor Rural e da Feira de Gastronomia realizada no Mercado Municipal;
- Responsável da SEMAD pela gestão dos Recursos Financeiros do Suprimento de Fundos conforme Portaria 12.050/2013;
- Responsável pelos pedidos dos materiais de consumo e escritório junto ao Almoxarifado Central das suas Coordenações;
- Responsável pelas solicitações de compras de móveis, utensílios e outros materiais para a SEMAD;
- Participa da Comissão Permanente de revisão de Decretos existentes para permissão de exploração de espaço e criação de normas e procedimentos de funcionamento do Mercado Municipal, Rodoviária e do Centro de Comércio Informal, bem como o acompanhamento dessa implantação com a fiscalização contínua dessas normas;

ALGUMAS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA GERÊNCIA ADMINISTRATIVA NO ANO 2017

- Remoção do setor de alistamento Militar para prédio do CISA, melhorando e dando agilidade no atendimento.
- Implantação do sistema integrado do setor de identidade com a central de Vitória trazendo mais agilidade aos requerentes.
- Apoio a reforma/manutenção ao prédio do NAC (núcleo de atendimento ao cidadão).
- Acompanhamento nos pagamentos de energia, água, telefonia, correspondência, propondo idéias/metras, para redução de custos.
- Amplo estudo nos espaços do Mercado Municipal, Rodoviária e Centro de Comércio informal, visando identificar irregularidades e buscando regularizar os boxes.
- Reuniões junto à comissão de revisão de decretos existentes para permissão de exploração de espaços e criação de normas e procedimentos de funcionamento do Mercado Municipal, Rodoviária, e do Centro de Comércio Informal.
- Levantamento dos atuais permissionários do Mercado Municipal, Rodoviária, e do Centro de Comércio Informal.
- Acompanhamento da reforma/manutenção do imóvel do que abriga o PROCON, JUNTA DE ALISTAMENTO MILITAR E 1º CIA DA POLICIA MILITAR.
- Estudo de viabilidade para mudança de parte do Arquivo Geral, que atualmente encontra se em imóvel locado para um imóvel próprio.

b.3) GERÊNCIA DE DEFESA SOCIAL E SEGURANÇA PÚBLICA

| Nº | Assunto | Descrição |
|-----------|---------------------------|---|
| 01 | Atividade da GDSSP | <p>Coordenar, planejar e orientar a execução da política municipal de proteção e guarda dos bens móveis e imóveis do Município de Aracruz;</p> <p>Fiscalizar o cumprimento das normas internas da Secretaria;</p> <p>Estabelecer as rotinas a serem cumpridas pelos vigilantes;</p> <p>Elaborar as escalas de serviços e zelar pelo seu fiel cumprimento;</p> <p>Dar treinamento constante aos vigilantes;</p> <p>Exercer outras atividades correlatas às suas atribuições básicas e aquelas determinadas pelo Secretário Municipal de Administração.</p> |
| 02 | Quantitativo de | A equipe de trabalho da GDSSP é composta por |

| | | |
|-----------|---|---|
| | Servidores | 01 Gerente, 01 Coordenador de Segurança, 02 Encarregados de Turma, 78 Vigias Efetivos e 02 (exercendo outras funções na Câmara Municipal). Contamos também com 30 Agentes do Sistema de Segurança, que atuam na Central de Videomonitoramento, 05 Supervisores de Segurança e 01 Coordenador de Videomonitoramento. TOTAL 120 (ativos). |
| 03 | Atividade de cada Departamento, Setor ou Seção | A GDSSP se divide nos segmentos de Vigilância Patrimonial e Videomonitoramento. A GDSSP coordena todos os segmentos de segurança, enquanto a Vigilância Patrimonial monitora e protege o patrimônio do município, o Videomonitoramento realiza a vigilância da sede e interior do município através de câmeras de vídeo, acionando a Polícia Militar, caso seja necessário. |
| 04 | Função desempenhada por Servidor | <p>Idem nº 03 para a classe operacional.</p> <p>Gerente de Defesa Social e Segurança Pública: Coordenar, planejar e orientar a execução da política municipal de proteção e guarda dos bens móveis e imóveis do Município de Aracruz; Exercer outras atividades correlatas às suas atribuições básicas e aquelas determinadas pelo Secretário Municipal de Administração. Dar treinamento constante aos vigilantes.</p> <p>Coordenador de Segurança Pública: Coordenar, planejar e orientar a execução da política municipal de proteção e guarda dos bens móveis e imóveis do Município de Aracruz; Exercer outras atividades correlatas às suas atribuições básicas e aquelas determinadas pelo Secretário Municipal de Administração. Dar treinamento constante aos vigilantes.</p> <p>Agente do Sistema de Segurança: Monitorar as vias públicas através de câmeras de segurança, acionando os órgãos de segurança quando necessário, bem como proteger o patrimônio público e privado no entorno das câmeras com monitoramento constante.</p> <p>Supervisor de Segurança: Fiscalizar os trabalhos dos agentes e auxiliar dando suporte aos mesmos para execução dos serviços de monitoramento das vias públicas.</p> |

| | | |
|----|-----------------------------------|---|
| | | <p>Coordenador de Videomonitoramento: Este, ligado GDSSP, auxilia aos agentes e supervisores fiscalizando os trabalhos de ambos e na elaboração de escalas de trabalho e demais relatórios pertinentes para serem apresentados ao gerente e demais interessados.</p> <p>Vigia: Tem a atribuição de proteger o patrimônio público do município com rondas e vigilância constante dos mesmos, elaborar relatório de ocorrência para apresentação ao superior imediato, quando houver necessidade, bem como acionar os órgãos de segurança em caso de emergência no setor de trabalho.</p> <p>Encarregado da Vigilância: Tem como atribuição fiscalizar os vigias em seus postos de trabalho, elaborar ocorrência de fatos inerentes ao serviço de vigilância patrimonial, bem como elaborar escalas e realocar os vigias em postos de maior necessidade.</p> |
| 05 | Realizações do ano de 2017 | <ol style="list-style-type: none"> 1- Modificação nas Estruturas dos Vigilantes. 2- Redução de Horas Extraordinárias 3- Redução de Encarregados do dia, Gerando economia de combustível. 4- Controle efetivo do Veículo 5- Redução do Abastecimento, Controle efetivo do veículo que circula à noite com os Encarregados de Turma 6- Criação do Estacionamento para visitantes (em andamento) 7- Controle Intensivo da Portaria (em andamento) 8- Projeto para instalação de Portão Eletrônico Portaria (em andamento) 9- Identificação de Depredação da Academia Popular no Bairro Baixado do Polivalente (BURACO DA GILDA) 10- Escalas Diárias e noturnas dos Vigilantes das Escolas |

| | |
|--|---|
| | <p>11-Visita no Bairro Portelinha visando inicio de invasão.</p> <p>12-Visita em Vila do Riacho (área pertencente a Municipalidade) visando impedir invasões, áreas estas margeadas pela Rodovia 445 Vila do Riacho ponto de referencia ORGANOESTE</p> <p>13-Reuniões com Supervisores do Vídeomonitoramento, visando estabelecer normas para trabalho do dia a dia.</p> <p>14-Reunião com os Agentes de Segurança de Vídeomonitoramento para estabelecer diretrizes de trabalho e disciplina.</p> <p>15-Desocupação da Escola em Biriricas</p> <p>16-Corte das Arvores no estacionamento externo da PMA.</p> <p>17-Conforme denuncia foi visitado pelo encarregado responsável uma área Rural pertencente à Prefeitura Municipal de Aracruz, e foi constatada que está sendo explorada a retirada de areia indevida do local, o encarregado responsável Elaborou um BU para a policia apurar os fatos e este foi encaminhado para o Secretario de Administração para providencias.</p> <p>18-Retirada de entulhos do Estacionamento ao lado da Portaria</p> <p>19-Retirada de invasores em terreno na Vila do Riacho</p> <p>20-Concerto de câmaras que desativaram com auxilio do carro munck.</p> <p>21-Visita em área que estava sendo desmatado, pelo capitão Osmar para verificação de invasão.</p> <p>22-Poda das Arvores no Centro e Bairro Vila Rica para melhor visibilidade das Câmaras</p> |
|--|---|

| | | |
|--|--|---|
| | | do Vídeo. 23-Atendimento a Delegacia nas Ocorrências do vídeo monitoramento ocorridos na Avenida Luiz Musso. 24-Poda das arvores em Santa Cruz para melhores visibilidades das Câmaras de Videomonitoramento. 25-Troca dos Encarregado de Turmas noturno para melhor andamento dos serviços. |
|--|--|---|

Secretário

Luciano Forrechi

SEMAG

A Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAG, conta em sua estrutura organizacional com 4 Gerências: Gerência de Desenvolvimento Agrícola, Gerência de Infraestrutura Rural, Gerência de Serviço de Inspeção Municipal e Gerência Desenvolvimento de Pecuária, Aquicultura e Pesca. A Secretaria de Agricultura é o ponto de referência nas questões de apoio e promoção do crescimento das atividades econômicas do Setor Agropecuário do município. Tendo por meta o ser humano, que neste caso específico são as pessoas que integram cada uma das Famílias Rurais do nosso Município. Dentre suas funções e atribuições estão o planejamento e gerenciamento das ações voltadas para setor agropecuário, focando na produtividade e diversificação das atividades econômicas do agronegócio.

A Secretaria Municipal de Agricultura tem dentro de seus preceitos a finalidade de apoiar e promover o crescimento das atividades econômicas do agronegócio do município, através de orientação técnica e qualificação profissional. Subsidiando insumos e serviços, para promoção da produtividade e diversificação, geração de emprego e renda, atuando na diminuição do êxodo rural, servindo de modelo em

projetos que estimule a produção sustentável. Com princípios de serviços, qualidade, adequação e ética.

Como ponto importante para o desenvolvimento das atividades do homem do campo o município conta com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – COMDERSU. Este por sua vez é composto por representatividade de 30 entidades, sendo 15 governamentais e 15 civis de todos os setores que estão direta ou indiretamente relacionados com o desenvolvimento da região rural do município de Aracruz.

AÇÕES REALIZADAS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017

Gerência de Desenvolvimento Agrícola

Programa: HORTAS

| AÇÕES | RESULTADOS | OBSERVAÇÕES |
|--|---|--|
| - Produção de mudas de couve | - Produção de 1600 mudas de couve no viveiro municipal | |
| - Confecção de hortas em Escolas municipais | - Visita em 37 escolas municipais para monitoramento das hortas. -Confecção de 36 hortas. - Plantio de 856 mudas de couve. - confeccionado 341 m de canteiros com semeadura de rabanete, cenoura, salsa e coentro. | O veículo Strada foi disponibilizado em 02 de maio de 2017. |
| - Transporte de 600 sacos de esterco da Propriedade Rural de Aracruz | - Coletado e transportado 374 sacos de esterco da propriedade rural. | |
| - Ministras uma Palestra em cada Escola que será feita horta. | 41 palestras em 35 escolas. | |
| Reunião na SEMED | Foi feita uma reunião para definir o programa de hortas em parceria com a SEMED | O programa teve poucas ações devido ao período de férias das Escolas Municipais. |

Programa: REFLORESTAMENTO AMBIENTAL, RECUPERAÇÃO E PROTEÇÃO DE NASCENTES

| AÇÕES | RESULTADOS |
|--------------------|---|
| Entrega de mourões | 12900 unidades |
| Entrega de arame | 220 rolos de 500 metros e 20 rolos de 250 metros. |
| Entrega de grampo | 150 quilos |

| | |
|--|---|
| Mutirão Aldeia Olho D'água, Aldeia Ca eiras Velha. | Acompanhamento com equipe técnica da SEMAG. |
| Entrega nas localidades de Santa Maria, Araraquara, Mucuratá, Biriricas. Gimuhuna, Córrego D'água, Taquaral, Barro Vermelho, Retiro, Boa Vista, Jundiaquara, Córrego Alegre, Pelado, Vila do Riacho, Goiabas, Cachoeirinha do Riacho, Santa Rosa e Tombador. | Foram atendidas 150 nascentes |
| Visita técnica nas nascentes já cercadas para vistoria e mapeamento das cercas de Córrego D'água, Taquaral, Pelado, Gimuhuna e Cór. Alegre. | Foram feito 60 mapeamentos de áreas cercadas. |

Programa: PRODUÇÃO DE MUDAS / VIVEIRO

| Mudas Vegetais | Em Crescimento | Disponíveis Para Saída | Venda Subsidiada a Produtores do Município | Doadas as entidades e/ou Comunidades | Programa Reflorestamento de Nascentes e Cursos D'água | Projetos Públicos Municipais |
|----------------------------------|----------------|------------------------|--|--------------------------------------|---|------------------------------|
| Nativas | 9134 | 5045 | | 4895 | 6000 | |
| Frutíferas | 3730 | 1330 | | 2942 | | |
| Eucalipto Toleriana | 800 | 600 | | | | |
| Cacau | 50 | | | | | |
| Palmeiras | | 200 | | | | |
| Hortaliças | | | | | | 1600 |
| Outras | 30 | 80 | | | | |
| MANUTENÇÃO E/OU TRATOS CULTURAIS | | REALIZADO (SIM OU NÃO) | | EXECUTOR (ES) NOME(S) | DISCRIMINAÇÃO DO PROCEDIMENTO | |
| Irrigação e capina | | SIM | | TODOS | Irrigação por aspersão. | |
| Capina | | SIM | | TODOS | Capina manual nas sacolas. | |
| Aplicação de herbicida | | NÃO | | ----- | ----- | |
| Aplicação de defensivo agrícola | | NÃO | | ----- | ----- | |

Programa: FRUTICULTURA / CAFEICULTURA

| AÇÕES | RESULTADOS | OBSERVAÇÕES |
|---|-----------------------------------|--|
| Curso de Enxertia do Cacaueiro | 20 produtores atendidos | Curso realizado em parceria com INCAPER e CEPLAC nos dias 27 e 28 de março. |
| Participação no II Simpósio Capixaba de Fruticultura – CEUNES/UFES – São Mateus – | Oportunidades para diversificação | Curso realizado pela Sociedade Brasileira de Fruticultura – dia 08 de junho. |

| | | |
|----|--|--|
| ES | | |
|----|--|--|

**GERÊNCIA DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS
PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL**

| AÇÕES | RESULTADOS | OBSERVAÇÕES |
|-----------------------------------|---|--|
| Orientações sobre agroindústrias. | 1 (embutidos). 1 (mel) 1 (ovos) 3 (queijo, leite e mel) | Interessado na abertura de agroindústria. |
| Participação em Reuniões. | 4 (ExpoAgro Vidas, Produtores Leiteiros Santa Rosa, Pedro Cani e IFES) | Referentes à exposição, torneio leiteiro, concurso de queijo e limpeza de poços. |
| Participação em reunião. | Projeto de Cooperativa com Produtores Leiteiros de Santa Rosa. | SEMAG |
| I Concurso de queijo. | 7 Queijeiras – Rubens Devens, Lucimar Rossoni, Vitor Petri, José Davi Tassarolo, Alair Malovini, Marco Antônio Rampinelli, Alana Lima. | Valorização do produtor rural, quanto à produção de produtos de origem animal. Divulgação do concurso. |
| Torneio Leiteiro | Produtores de Santa Rosa | Valorização do produtor rural, quanto à produção de produtos de origem animal. |
| Reunião e Auditoria Pública | 2 (ExpoAgro Vidas, Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA) | |
| Visita técnica e Prévia | Queijeira – Vitor Petri, Marcos Rampinelli e Alana Embutidos – Wander Martinelli, Jonas Rosalém e Rosiane Felipe. Pescados – Jeferson Bueno. Embutidos – Joelson RavaniFábrica de polpas Lara Fruti – Guarapari. | Notificação. Visita Prévia . Inspeção Periódica e Entrega da lista de documentos para renovação de registro do SIM. Renovação de registro. Suporte ao produtor rural, quanto à fabricação de polpas. |
| Orientações sobre agroindústrias. | 3(queijo, leite e mel) | Interessado na abertura de agroindústria. |
| Rotulagem dos alimentos | Adequações dos rótulos das agroindústrias | Irregularidades em alguns rótulos |
| Reunião | Comissão de Monitoramento, COMDERSU e Anticorrupção | |

GERÊNCIA DE PECUÁRIA, AQUICULTURA E PESCA

| AÇÕES | RESULTADOS | OBSERVAÇÕES |
|--|---|--|
| Acompanhamento das Áreas da Barra do Riacho relacionadas com as Condicionantes do: Estaleiro Jurong, Petrobras, NUTRIPETRO, CARTA FABRIL | Juntada de documentos para Cessão de Uso para o SPU(Superintendência do Patrimônio da União), das áreas da Barra do Riacho. | Documentação para adequações Ambientais. |
| Projeto Cultivo de algas | Solicitação de área para implantar a unidade de beneficiamento | |

**GERÊNCIA DE INFRAESTRUTURA RURAL
PROGRAMA: TRANSPORTE DE CALCÁRIO**

| AÇÕES | RESULTADOS |
|---------------------------------------|--|
| Número de produtores rurais atendidos | 55 produtores atendidos. |
| Produtores atendidos por localidade | Córrego Francês, Sede, Vila do Riacho, Brejo Grande, Gimuhuna, Córrego Alegre, Guaraná, Jacupemba, Santa Rosa, Ribeirão do Sapê, Córrego D'água, Boa Vista, Assombro e Lagoa Nova. |
| Quantidade de calcário transportado | 14280 sacos de 50 kg = 714 toneladas – Calcário suficiente para a correção de aproximadamente 714 ha de área beneficiada. |

SETOR: ESTRADAS VICINAIS

| MÁQUINA | ANUAL 2017 | | | OBSERVAÇÕES |
|---|-------------------|-------------------------|-------------------------------|---|
| | Atendimentos | Nº produtores atendidos | Nº de máquinas em atendimento | |
| TRATOR ESTEIRA Hectares | 130,50 ha | 41 | 01 | Área incorporada ao processo produtivo. |
| ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (POCLAIN) hora/máquina | 1240,00 h/m | 26 | 02 | O número de horas e produtores atendidos baixo devido ao uso da mesma na construção de barragens. |
| RETRO ESCAVADEIRA hora/máquina | 1171,00h/m | 35 | 02 | |
| TRATOR PNEU TRAÇADO Hectares | 294,25 ha | 84 | 02 | Área preparada para plantio de culturas como café, milho, feijão, mandioca, etc. |

GERÊNCIA DE INFRAESTRUTURA RURAL

**RELATÓRIO DE ATENDIMENTO NA COORDENAÇÃO DE PONTE, BUEIRO
E MATA-BURRO**

| SERVIÇO | QUANTIDADE REALIZADA |
|----------------|-----------------------------|
| Construção | 03 |

| | | |
|--------------------|------------|----|
| PONTES | Reforma | 06 |
| MATA BURROS | Construção | 05 |
| | Reforma | 05 |
| BUEIROS | Construção | 04 |
| | Reforma | 01 |
| MONGES DE BARRAGEM | Construção | 02 |

O quadro abaixo apresenta as ações e os resultados alcançados no programa de Construção de Barragens no Município e o público beneficiado:

Quadro. Dados referentes à construção de barragens no município no ano de 2017

| | 2017 | |
|-----------------------|------|--------------------------------------|
| | Nº | Público |
| Barragens Construídas | 02 | Comunidade de Guaraná e de Jacupemba |

O planejamento realizado para o ano de 2017 pela Secretaria de Agricultura foi desenvolvido sob a visão da real capacidade de execução pelo quantitativo de servidores disponíveis e alcançou a meta esperada para o ano. A Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAG vem atuando conforme os preceitos legais, com transparência, garantindo os princípios constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência.

Secretário

Renato Pereira Sobrinho

SECOM

A Secretaria de Comunicação tem por finalidade planejar e coordenar as atividades inerentes à comunicação social, publicidade institucional visando integração política de interesse público e das atividades dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, competindo a execução das seguintes atividades principais:

- Redação, publicação e produção visual;
- Jornalismo e atendimento a imprensa;
- Assessoria de imprensa, fotografia;
- Assessoria de Cerimonial e Relações Públicas;
- Criação e revisão de peças publicitárias institucionais;
- Cerimonial.

Relatórios 2017

Período: 01/01/2017 a 31/03/2017

- Criação de um novo layout do site institucional: www.pma.es.gov.br com objetivo de modernizar e dinamizar o acesso dos cidadãos as informações do órgão;
- Elaboração de nota técnica para eventos da prefeitura e de outros cujos secretários, vice-prefeito e prefeito são convidados a participar;
- Envio de Memorandos e Ofícios Internos e Externos;
- Elaboração de resposta a ofícios expedidos a este órgão;
- Acompanhamento e divulgação das ações desenvolvidas pelas secretarias e autarquias municipais;
- Criação de convites, folders, faixas, certificados;
- Mídias sociais (Facebook);
- Produção de releases e notas para jornais e rádios;
- Atendimento das demandas enviadas pela imprensa local, regional e nacional;
- Assessoria de imprensa ao prefeito e secretários municipais e servidores em entrevistas concedidas a órgãos de comunicação;
- Organização de eventos;
- Cerimonial, cobertura jornalística e fotográfica dos eventos promovidos pela Prefeitura, além de oferecer suporte àqueles em que o município é convidado a participar;
- Comunicação interna: envio de convites e informes para servidores municipais, vereadores e sociedade civil organizada; mensagens institucionais pelo WhatsApp;

- Atualizações no site institucional do município, como: notícias, galeria de fotografias, organização e convocações de Processos Seletivos, publicações de leis, decretos, normas, editais, criação de banners;
- Reuniões com a agência de Publicidade, para elaboração de cronograma e ações para atividades de publicidade.

Relação de servidores lotados na Coordenadoria Municipal de Comunicação:

- Edmilson Martins Schwenck - Secretário de Comunicação.
- Katiucia Banhos Miranda - Gerente de Relacionamento.
- Renato Lana - Jornalista
- Luã Quintão – Assessor de Imprensa.
- Ubiraci De Marchi- Assessor de Imprensa.
- Alessandra Oliveira Mesquita - Assessora de Imprensa.
- Myrela Barbarioli Siqueira - Agente administrativo.
- Ronan Diniz De Mattos Pereira - Coordenador de Seção
- Luiz Carlos Marin Reali – Coordenador de Seção

Período: 01/04/2017 a 30/06/2017

- Elaboração de Campanha para o Aniversário de Aracruz 169 anos: “Uma história da Gratidão”;
- Elaboração de nota técnica para eventos da prefeitura e de outros cujos secretários, vice-prefeito e prefeito são convidados a participar;
- Envio de Memorandos e Ofícios Internos e Externos;
- Elaboração de resposta a ofícios expedidos a este órgão;
- Acompanhamento e divulgação das ações desenvolvidas pelas secretarias e autarquias municipais;
- Criação de convites, folders, faixas, certificados;
- Mídias sociais (Facebook);
- Produção de releases e notas para jornais e rádios;
- Atendimento das demandas enviadas pela imprensa local e regional;
- Assessoria de imprensa ao prefeito e secretários municipais e servidores em entrevistas concedidas a órgãos de comunicação;
- Organização de eventos;

- Cerimonial, cobertura jornalística e fotográfica dos eventos promovidos pela Prefeitura, além de oferecer suporte àqueles em que o município é convidado a participar;
- Comunicação interna: envio de convites e informes para servidores municipais, vereadores e sociedade civil organizada; mensagens institucionais pelo WhatsApp;
- Atualizações no site institucional do município, como: notícias, galeria de fotografias, mudanças de layout, organização e convocações de processos Seletivos, publicações de leis, decretos, normas, editais, criação de hotspots, banners;
- Reuniões com a agência de Publicidade, para elaboração de cronograma e ações para atividades de publicidade.

Relação de servidores lotados na Coordenadoria Municipal de Comunicação:

- Edmilson Martins Schwenck - Secretário de Comunicação.
- Katiucia Banhos Miranda - Gerente de Relacionamento.
- Renato Lana - Jornalista
- Luã Quintão – Assessor de Imprensa.
- Ubiraci De Marchi- Assessor de Imprensa.
- Alessandra Mesquita - Assessora de Imprensa.
- Myrela Barbarioli Siqueira - Agente administrativo.
- Ronan Diniz De Mattos Pereira - Coordenador de Seção
- Luiz Carlos Marin Reali – Coordenador de Seção

Período: 01/07/2017 a 30/09/2017

- Elaboração de peças publicitárias e assessoria de imprensa para a Expo Agrovidas
- Elaboração e divulgação da Campanha de IPTU
- Elaboração de nota técnica para eventos da prefeitura e de outros cujos secretários, vice-prefeito e prefeito são convidados a participar;
- Envio de Memorandos e Ofícios Internos e Externos;
- Elaboração de resposta a ofícios expedidos a este órgão;
- Acompanhamento e divulgação das ações desenvolvidas pelas secretarias e autarquias municipais;
- Criação de convites, folders, faixas, certificados;
- Atendimento das demandas enviadas pela imprensa local e regional;
- Assessoria de imprensa ao prefeito e secretários municipais e servidores em entrevistas concedidas a órgãos de comunicação;

- Organização de eventos;
- Cerimonial, cobertura jornalística e fotográfica dos eventos promovidos pela Prefeitura, além de oferecer suporte àqueles em que o município é convidado a participar;
- Comunicação interna: envio de informações aos servidores municipais;
- Atualizações no site institucional do município, como: convocações de processos Seletivos, publicações de leis, decretos, normas, editais;

Relação de servidores lotados na Secretaria Municipal de Comunicação:

- Edmilson Martins Schwenck - Secretário de Comunicação.
- Katiucia Banhos Miranda - Gerente de Relacionamento.
- Renato Lana - Jornalista
- Luã Quintão – Assessor de Imprensa.
- Ubiraci De Marchi- Assessor de Imprensa.
- Alessandra Mesquita - Assessora de Imprensa.
- Kezia Reis – Coordenadora de Mídias Sociais a partir de 15 de agosto de 2017
- Myrela Barbarioli Siqueira - Agente administrativo.
- Ronan Diniz De Mattos Pereira - Coordenador de Seção
- Luiz Carlos Marin Reali – Coordenador de Seção até 20 de julho de 2017.

Período: 01/10/2017 a 31/12/2017

- Criação, editoração e diagramação do Informativo de Prestação de Contas 2017. Todo o material foi produzido internamente (arte, texto e fotografias) demonstrando o princípio da economicidade.
- Elaboração de nota técnica para eventos da prefeitura e de outros cujos secretários, vice-prefeito e prefeito são convidados a participar;
- Envio de Memorandos e Ofícios Internos e Externos;
- Elaboração de resposta a ofícios expedidos a este órgão;
- Acompanhamento e divulgação das ações desenvolvidas pelas secretarias e autarquias municipais;
- Criação de convites, folders, faixas, certificados;
- Atendimento das demandas enviadas pela imprensa local e regional;
- Assessoria de imprensa ao prefeito e secretários municipais e servidores em entrevistas concedidas a órgãos de comunicação;
- Organização de eventos;

- Cerimonial, cobertura jornalística e fotográfica dos eventos promovidos pela Prefeitura, além de oferecer suporte àqueles em que o município é convidado a participar;
- Comunicação interna: envio de informes aos servidores municipais;
- Atualizações no site institucional do município, como: convocações de processos Seletivos, publicações de leis, decretos, normas, editais;
- Relação de servidores lotados na Secretaria Municipal de Comunicação:
 - Edmilson Martins Schwenck - Secretário de Comunicação até 17 de outubro de 2017
 - Luciano Forrechi – Secretário Interino de Comunicação a partir de 17 de outubro de 2017
 - Katiucia Banhos Miranda - Gerente de Relacionamento até 20 de novembro de 2017
 - Alessandra Mesquita - Assessora de Imprensa até 20 de novembro de 2017
 - Alessandra Oliveira Mesquita – Gerente de relacionamento a partir de 20 de novembro de 2017
 - Renato Lana - Jornalista
 - Luã Quintão – Assessor de Imprensa.
 - Ubiraci De Marchi- Assessor de Imprensa até 30 de outubro de 2017
 - Kezia Reis – Coordenadora de Mídias Sociais.
 - Myrela Barbarioli Siqueira - Agente administrativo.
 - Ronan Diniz De Mattos Pereira - Coordenador de Seção

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA, FISCAL, OPERACIONAL E PATRIMONIAL

A Lei Orçamentária Anual (LOA) aprovada para o exercício financeiro de 2017, objeto da Lei nº 3.884/2014, estimou a receita e fixou a despesa para a Secretaria Municipal de Comunicação em **R\$ 1.666.263,64**.

Demonstrativos Créditos Adicionais

| Lei | Decreto do | Dotação Suplementada | Valor |
|-----|------------|----------------------|-------|
|-----|------------|----------------------|-------|

| Autorizativa | Executivo | | |
|---------------------|------------------|--------------------|------------------|
| 4096 | 32340 | 24.122.0040.2.0007 | 25.000,00 |
| 4096 | 32630 | 24.122.0040.2.0007 | 60.000,00 |
| 4096 | 33251 | 24.122.0040.2.0007 | 8.000,00 |
| 4096 | 33548 | 24.122.0040.2.0007 | 353,30 |
| Total Geral | | | 93.353,30 |

Valores em Reais (R\$)-conforme Anexo 14

Demonstrativo de Dotações Anuladas

| Lei Autorizativa | Decreto do Executivo | Dotação Anulada | Valor |
|-------------------------|-----------------------------|------------------------|-------------------|
| 4096 | 32340 | 24.122.0040.2.0007 | 25.000,00 |
| 4096 | 32630 | 24.122.0040.2.0007 | 61.780,00 |
| 4096 | 33251 | 24.122.0040.2.0007 | 8.000,00 |
| 4096 | 33267 | 24.122.0040.2.0007 | 63.000,00 |
| 4096 | 33496 | 24.122.0040.2.0007 | 105.000,00 |
| 4096 | 33533 | 24.122.0040.2.0007 | 6.438,60 |
| 4096 | 33538 | 24.122.0040.2.0007 | 66.966,41 |
| 4096 | 33538 | 24.131.0042.2.0125 | 33.652,00 |
| 4096 | 33548 | 24.122.0040.2.0007 | 22.586,56 |
| 4096 | 33571 | 24.131.0042.2.0125 | 201.019,16 |
| | | Total Geral | 593.442,73 |

Valores em Reais (R\$)-conforme Anexo 14

Demonstrativo da Execução da Despesa

| Natureza da Despesa | Descrição | Despesas Empenhadas/Anual |
|----------------------------|----------------------------|----------------------------------|
| 3.1.00.00.00 | Pessoal e Encargos Sociais | 339.938,22 |
| 3.3.00.00.00 | Outras Despesas Correntes | 801.892,94 |
| 4.0.00.00.00 | Despesas de Capital | 3.506,90 |

| | | |
|--------------|--|---------------------|
| TOTAL | | 1.145.338,06 |
|--------------|--|---------------------|

Quadro de Apuração/2017

| | |
|-------------------------------|---------------------|
| Despesa Fixada | 1.666.263,64 |
| Dotações Suplementadas | 93.353,30 |
| (-) Dotações Anuladas | 593.442,73 |
| Despesas Executadas | 1.145.338,06 |
| Economia Orçamentária | 20.836,15 |

Valores em Reais (R\$)

O quadro acima demonstrou que houve uma economia orçamentária de R\$
20.836,15.

**Gráfico 1 – Comparativo Despesas Fixadas x Despesas Executadas
Demonstrativo de Despesas Pagas**

| Natureza da Despesa | Descrição | Despesas Pagas |
|----------------------------|----------------------------|-----------------------|
| 3.1.00.00.00 | Pessoal e Encargos Sociais | 337.415,30 |
| 3.3.00.00.00 | Outras Despesas Correntes | 589.435,09 |
| 4.0.00.00.00 | Despesas de Capital | 3.506,90 |
| TOTAL | | 930.357,29 |

Demonstrativo Restos a Pagar

| | |
|--------------------------------|-------------------|
| Restos a Pagar Processados | 29.820,55 |
| Restos a Pagar não Processados | 185.160,22 |
| Total Restos a Pagar | 214.980,77 |

Gráfico 2 – Comparativo Despesas Pagas x Despesas a Pagar

Tabela - Despesas por Natureza

| Natureza Da Despesa | Dotação Inicial | Dotação Autorizada | Empenhado | Liquidado | Pago |
|---------------------------|-----------------|--------------------|--------------|------------|------------|
| Despesas Correntes | 1.663.263,64 | 1.152.667,31 | 1.141.831,16 | 956.670,94 | 926.850,39 |
| Pessoal | 551.861,64 | 348.954,21 | 339.938,22 | 339.938,22 | 337.415,30 |
| Outras Despesas Correntes | 1.111.402,00 | 803.713,10 | 801.892,94 | 616.732,72 | 589.435,09 |
| Despesas de Capital | 3.000,00 | 13.506,90 | 3.506,90 | 3.506,90 | 3.506,90 |
| Total Despesas | 1.666.263,64 | 1.166.174,21 | 1.145.338,06 | 960.177,84 | 930.357,29 |

Demonstração das Despesas por Programa de Governo Exercício 2017

PROGRAMA: 0040 – Apoio Administrativo

Objetivo: Promover as várias unidades orçamentárias de condições necessárias para prestar o devido suporte à área Operacional

Ação: 24.122.0040.2.0007-Administração e Manutenção da Unidade

| Metas Físicas | | | |
|--------------------------|----------------------------------|------------------|-------------------|
| Unid.medida | Previsto | Realizado | % Atingido |
| Percentual | 100% | 100% | 100% |
| Metas Financeiras | | | |
| Previsto (PPA) | Atualizado (LOA 2016) | Realizado | % Atingido |
| 387.457,08 | 367.093,37 | 346.357,22 | 94,35 |

| PROGRAMA : 0042- Publicidade e Comunicação | | | |
|--|----------------------------------|------------------|-------------------|
| Objetivo: Aperfeiçoar o processo de divulgação das políticas públicas, bem como das realizações do Município junto à população. | | | |
| Ação : 24.131.0042.2.0125 –Publicidade e Marketing de Ações Comum aos Órgãos da Administração | | | |
| Metas Físicas | | | |
| Unid.medida | Previsto | Realizado | % Atingido |
| Percentual | 100% | 100% | 100 |
| Metas Financeiras | | | |
| Previsto (PPA) | Atualizado (LOA 2016) | Realizado | % Atingido |
| 1.375.605,00 | 799.080,64 | 613.820,62 | 76,82 |

Gestão Patrimonial 2017

Aquisição de equipamento de televisão visando aperfeiçoar os trabalhos de jornalismo e publicidade pública.

| Material | Valor |
|---------------------|-----------------|
| TV LED 49" Samsung | 2.699,00 |
| Suporte Parede TV | 109,90 |
| Cabo HDMI 10 metros | 47,00 |
| TOTAL | 2.855,90 |

LUCIANO FORRECHI

Secretário Interino de Comunicação

Decreto 33.338 de 17/10/2017

SEMDE

De acordo com a Lei 3.652 de 05.04.2013 e suas alterações na Lei nº 3.792 de 14.04.2014, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, tem as seguintes atribuições e competências:

- Desenvolver e executar a política setorial no âmbito municipal, coordenando programas e projetos para o desenvolvimento e o incremento de atividades industriais, comerciais e de serviços no Município;
- Assessorar e assistir as iniciativas privadas para o desenvolvimento econômico e social, possibilitar maior geração de riquezas e bens para a população em geral, formar parcerias com empresários e demais interessados;
- Fomentar a produção e os serviços, sobretudo àqueles proporcionados por micros e pequenas empresas como forma de garantia de empregos à população;
- Planejar, as ações de desenvolvimento socioeconômico da prefeitura com vistas à inclusão produtiva da população economicamente ativa, à elevação da renda na cidade e ao desenvolvimento sustentável do Município;
- Favorecer a descentralização dos instrumentos de promoção do desenvolvimento socioeconômico de modo a incentivar diferentes segmentos comunitários e patrocinar empreendimentos geradores de renda e de uma cultura cooperativa;

- Promover pesquisas e estudos sobre a dinâmica da atividade econômica do Município e seu impacto social, visando orientar ações do poder público e particular;
- Articular-se com os demais órgãos da Administração Municipal aprimorando as bases de uma cultura gerencial, coletiva e participativa;
- Promover e apoiar estudos de viabilidade técnica e financeira de investimento;
- Identificar e analisar as oportunidades de negócio e investimentos no Município, compondo o seu portfólio de oportunidades empresariais;

Além disso, é importante destacar que, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico dispõe dos seguintes cargos em comissão, um Secretário, um Subsecretário, um Assessor de Gerenciamento de Projetos, dois Gerentes, quatro Coordenadores, um Coordenador do Programa de Microcrédito e quatro Agentes de Crédito.

Ações realizadas NA VIGÊNCIA DO exercício de 2017

AÇÃO 1 – LEI GERAL: IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO

A Lei Geral dispõe sobre a desburocratização para formalização do MEI-Microempresa – Empresa de Pequeno Porte – Micro Empreendedor Individual. Retomamos a implantação e implementação da Legislação Municipal nº 3.762 de 19/12/2013, para tanto várias ações foram tomadas:

1.1. SALA DO EMPREENDEDOR

1.1.1. Foi implantada a estrutura física para a Sala do Empreendedor.

1.1.2. Realização da Primeira Semana do Micro Empreendedor Individual (MEI), em parceria com SEBRAE e BANDES.

1.1.3. Reuniões com Secretários, Contadores e Corpo de Bombeiros para firmar parcerias para a Sala do Empreendedor.

1.1.4. Participação na Super Feira Acaps Panshow 2017: a SEMDE em parceria com SEBRAE e Acaps acompanhou vários empreendedores e profissionais da área de panificação do Município de Aracruz dando oportunidade de conhecerem novas tecnologias e adquirirem novos conhecimentos.

1.1.5. Realização da 1ª CREFEIRA “A feira do Empreendedor de Aracruz”: De acordo com legislação vigente no dia 06 de Outubro é instituído o Dia Municipal do Microempreendedor Individual, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, e

em comemoração a esta data a partir de 2017 esse evento será realizado anualmente com o objetivo de fomentar a criação de um ambiente favorável para geração de oportunidades de negócio.

1.1.6. Viabilidade: Trata-se de uma autorização prévia para a formalização do Microempreendedor.

No ano de 2017 foram atendidos 642 (seiscentos e quarenta e dois) cidadãos, com o intuito de se formalizarem, o que para o município é de suma importância para geração de emprego e receita para o Município.

CUSTO: Não houve custos, uma vez que as ações foram realizadas em parceria com SEBRAE e BANDES.

1.2. SISTEMA REGIN

Com o objetivo de aprimorar a utilização do sistema integrador estadual, a Junta Comercial, em parceria com a AMUNES e o SEBRAE promoveu encontros com os administradores do REGIN do município assim como capacitação dos servidores municipais responsáveis pela consulta de viabilidade do atual REGIN apresentando o novo sistema integrador e suas funcionalidades.

O REGIN/REDESIM – Sistema de Registro Integrado é o sistema informatizado que integra os órgãos públicos envolvidos no registro de Empresas (Junta Comercial, Registro Civil das Pessoas Jurídicas, Receita Federal, Secretaria da Fazenda Estadual, Prefeituras) com o objetivo de desburocratizar os processos de abertura e alteração de Empresas.

Entretanto, o Governo a partir de 20 de fevereiro estará substituindo-o pelo Sistema Simplifica – ES.

Por esse motivo, recebemos a consultoria do SEBRAE, de forma totalmente gratuita, na pessoa do Sr. Bruno Bryam Diniz Souza, que nos orientou na implantação do novo sistema.

Estiveram presentes nessa consultoria representantes das Seguintes Secretarias: Finanças, Meio ambiente, Saúde, Obras e Desenvolvimento Econômico. No primeiro momento a capacitação foi com todos os envolvidos e em seguida de forma

particular para representantes responsáveis pelo manuseio do sistema de cada secretaria.

CUSTO: Não houve custos, pois as ações foram realizadas em parceria com SEBRAE.

1.3. AGENTE DE DESENVOLVIMENTO

A legislação exige servidores com função específica de exercer a atribuição de Agente de Desenvolvimento, desta forma foi aberto processo para a criação deste cargo, atualmente esse processo encontra-se na Procuradoria do Município no aguardo de parecer jurídico.

CUSTO: Não houve custos.

1.4. COMPRAS GOVERNAMENTAIS

A legislação exige exclusividade em licitação para MEI, desta forma, foram realizadas consultorias do SEBRAE com Prefeito, Secretários e servidores envolvidos em compras governamentais.

CUSTO: Toda consultoria, incluindo capacitação na área de compras, as quais são realizadas gratuitamente pelo SEBRAE.

1.5. AGÊNCIA NOSSOCREDITO

O Programa NOSSOCREDITO é uma parceria entre Prefeitura Municipal de Aracruz por meio da SEMDE e o BANDES, através da Lei nº 3.592/2012 e Convênios/Contratos firmados entre as partes, que consiste em uma modalidade especial de crédito estruturado para a inclusão econômica e social de empreendedores de pequenos negócios, mediante a concessão de crédito com juros diferenciados.

No ano de 2017 os Agentes de Crédito juntamente com o Coordenador obtiveram os seguintes resultados:

| | |
|---|------------|
| Quantidade de Atendimentos em 2017 | 730 |
|---|------------|

| | |
|--|-------------------------|
| Quantidade de operações aprovadas em 2017 | 317 |
| Quantidade R\$ Aprovado 2017 | R\$ 2.962.274,00 |

CUSTO: Não houve custo, pois o trabalho é realizado em parceria com BANDES e BANESTES.

AÇÃO 2 – CENTROS EMPRESARIAIS

Os Centros Empresariais “Guilherme Devens” e “Vila do Riacho” foram criados por meio das Leis 1.101/1987 e 5.979/1995, respectivamente.

Em 07/01/2015 foi sancionada a Lei Municipal nº 3.888/2015, que estabelece critérios para doação de áreas públicas dos Centros Empresariais do Município de Aracruz e particulares.

Em 2017 foram realizadas inúmeras ações no sentido de regularizar os referidos Centros Empresariais, as quais se destacam:

- 2.1. Atualização dos cadastros das empresas instaladas nos Centros Empresariais;
- 2.2. Realização de Visitas periódicas às empresas para acompanhamento das atividades, inclusive, com emissão de relatório fotográfico;
- 2.3. Acompanhamento do cumprimento das condicionantes da LMC - Licença Municipal Corretiva – nº 016/2013 (Classe II) fornecida ao Centro Empresarial “Guilherme Devens”;
- 2.4. Protocolo de processo com requerimento de licenciamento ambiental do Centro Empresarial “Vila do Riacho”;
- 2.5. Participação em Reuniões com outras secretarias para tratar de assuntos relacionados ao desenvolvimento econômico do Município;
- 2.6. Reuniões com representantes do Estado para tratar de assuntos relacionados ao desenvolvimento econômico do Município;
- 2.7. Participação em reuniões com empresários diversos;
- 2.8. Participação em reuniões com as Associações dos Centros Empresariais;

- 2.9. Participação em reuniões com Ministério Público para tratar de assuntos relacionados à regularização dos Centros Empresariais;
- 2.10. Participação em reuniões e tramites administrativo para a regularização fundiária dos Centros Empresariais de Aracruz;
- 2.11. Negociação e assinatura de TCAU – Termo de Compromisso Ambiental e Urbanístico – junto ao Ministério Público;
- 2.12. Acompanhamento dos processos de atualização dos projetos de infraestrutura do centro Empresarial “Guilherme Devens”;
- 2.13. Regularização das áreas do Centro Empresarial de Vila do Riacho junto ao INCRA;
- 2.14. Realização do Levantamento topográfico do Centro Empresarial de Vila do Riacho
- 2.15. Levantamento documental de certidões e escrituras relacionadas ao Centro Empresarial “Vila do Riacho
- 2.16. Despacho em processos diversos;
- 2.17. Elaboração de relatórios diversos.

CUSTO: R\$ 205,35 (duzentos e cinco reais e trinta e cinco centavos), referente ao pagamento de Certificado de Cadastro de Imóvel Rural – CCIR, referente ao Imóvel pertencente ao Município de Aracruz, para regularização de área no Centro Empresarial de Vila do Riacho e atualização do Cadastro da Prefeitura Municipal de Aracruz, junto ao INCRA (PROCESSO N° 16784/2017);

- **R\$ 81,53 (Oitenta e um reais e cinquenta e três centavos) referente ao pagamento de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, para regularização junto ao IDAF/ES, do cadastro da área municipal do Centro Empresarial de Vila do Riacho (PROCESSO N° 11659/2017);**
- **R\$ 340,00 (Trezentos e quarenta reais) referente ao pagamento de Emolumentos Cartorários da Certidão de Inteiro Teor de imóvel pertencente ao município de Aracruz, objetivando a regularização de área do Centro Empresarial de Vila do Riacho (PROCESSO N° 12938/2017).**

AÇÃO 3 - CONSELHO MUNICIPAL DE PETRÓLEO E GÁS (CMPG)

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico coordena as reuniões do Conselho Municipal de Petróleo e Gás, cujas atribuições descritas na Lei nº 3.460/2011 são:

- aprovar, acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do Plano de Aplicação Anual dos recursos dos royalties;
- monitorar o desenvolvimento do Plano de Aplicação Anual dos Recursos dos Royalties;
- Fiscalizar a gestão, o desempenho e a rentabilidade do Fundo Municipal de Petróleo e Gás – FMPG

No ano de 2017 foram realizadas 09 (nove) reuniões ordinárias e 2 (duas) extraordinárias que analisam o Plano de Aplicação do ano em curso.

CUSTO: O Conselho não é remunerado, desta forma não houve custos.

AÇÃO 4 – PARTICIPAÇÃO NO IV ENCONTRO DOS MUNICÍPIOS COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (IV EMDS)

O Secretario, Sr. Divaldo Crevelin, participou do IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável, em Brasília – DF, no período compreendido de 24 a 28/04/2017, com Palestras voltadas para o empreendedorismo, como as de iniciativas de apoio do Governo Federal aos municípios brasileiros e de vários debates como BRASIL MAIS SIMPLES – Melhoria no Ambiente de Negócios; ECONOMIA SOLIDARIA para o DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL; Gestão Social do Desenvolvimento, Cidadania e Participação; GESTÃO DE RESIDUOS – recursos a disposição dos municípios, entre outros.

CUSTO: O evento e as passagens aéreas foram custeados pelo SEBRAE.

O valor gasto por este órgão foi referente a diárias para o respectivo Secretário na importância de R\$ 2.025,00 (Dois Mil e Vinte e Cinco reais) - (PROCESSO 4104/2017).

AÇÃO 5 – Lançamento das Obras da Empresa Carta Fabril

Uma das maiores empresas do ramo no seguimento “Tissue” do país, a Carta Fabril, iniciou suas obras no dia 17 de abril de 2017 na cidade e realizou um evento em parceria a SEMDE que reuniu empresários, lideranças políticas e comunitárias do município e do Estado para oficializar o começo dos trabalhos na unidade Aracruz.

CUSTO: Não houve custos, pois foi realizado em parceria com a Empresa Carta Fabril.

AÇÃO 6 – ZPE – Zona de Processamento de Exportação

Foram realizadas reuniões visando à instalação da ZPE- Zona de Processamento de Exportação no Município de Aracruz.

CUSTO: Não houve custos.

AÇÃO 7 – Concessão de Área para o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC

Foi concedida através da Lei nº 4.144, de 22 de novembro de 2017, doação de área compreendida em 3.850 m² (três mil oitocentos e cinquenta metros quadrados), para a construção de 01 (uma) unidade do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial-SENAC em nosso município, voltado para a realização de cursos e outras atividades de aprendizagem, visando inserir a população local e regional no mercado de trabalho.

CUSTO: Não houve custo

A SEMDE – Secretaria de Desenvolvimento Econômico realizou inúmeras ações em parceria com instituições de natureza pública, aos quais permitiram economicidade no orçamento em que na grande parte das ações foram realizadas sem custos, bem como vem desenvolvendo importante papel no desenvolvimento econômico, coordenando programas, projetos e o incremento de atividades industriais, comerciais e de serviços no Município.

Secretário

Divaldo Crevelin

SEMDS

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho (SEMDS) constitui-se como o órgão administrativo e gestor principalmente da Política Municipal da

Assistência Social, executando suas ações através dos diversos programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais, ofertados em unidades distribuídas na sede do município e nos distritos.

São realizadas também ações pertinentes à Política de Trabalho e Renda. Existem ainda, outras instâncias vinculadas administrativamente à SEMDS, como: Sistema Nacional de Emprego (SINE), Defensoria Pública, Conselhos Tutelares (Sede e Orla) e Casa dos Conselhos.

O município possui Plano Municipal de Assistência Social – 2014/2017 e Plano de Ação Anual, com desenvolvimento monitorado e avaliado trimestral e anualmente.

Objetos regulamentados por instrumentos legais no município:

- Sistema Único de Assistência Social;
- Benefícios Eventuais;
- Programas, projetos e serviços socioassistenciais.

A Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho (SEMDS) é o órgão gestor da Política de Assistência Social no âmbito municipal, e tem por finalidade consolidar a Assistência Social como definida na Constituição Federal de 1988.

O SUAS orienta a oferta de proteção social, priorizando a parcela da sociedade que se encontra em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social. Além da renda há outras variáveis que indicam tal condição, como a baixa escolaridade, habitação precária, baixa qualificação profissional, baixo acesso ou uso dos serviços públicos, entre outras. Organiza-se por níveis de complexidade: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, que está dividida em Média e Alta Complexidade. A oferta dos Programas, Projetos, Serviços e Benefícios orienta-se pela Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS), instrumento que define a organização desse Sistema, que têm como foco prioritário a família e como base, o território.

O município de Aracruz, habilitado no nível de Gestão Básica, assume a responsabilidade de organizar a proteção social básica e prevenir situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições. Para tanto, responsabiliza-se pela oferta de serviços, programas e projetos que fortaleçam vínculos familiares e comunitários, bem como a oferta de serviços aos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e demais programas de transferência de renda, além da promoção da vigilância social dos direitos violados no território.

No âmbito da Assistência Social, os programas, projetos, serviços e ações vinculados a esta Secretaria são executados de forma direta ou por organizações e de assistência social, constituindo a Rede de Proteção Social Básica e Especial, estando distribuídos na sede do município e nos distritos.

REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Os serviços da Proteção Social Básica são coordenados e organizados de forma direta nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), e outras unidades de assistência social, e de forma indireta, nas entidades e organizações de assistência social da área de abrangência dos CRAS que integram o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS

O Centro de Referência de Assistência Social é a unidade pública estatal responsável pela oferta de serviços continuados de proteção social básica de assistência social às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social.

Nos CRAS são executados o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e também ocorrem atendimentos do Programa Bolsa Família, Programa Incluir e encaminhamentos para a concessão de benefícios socioassistenciais.

O município possui atualmente 08 (oito) CRAS, localizados nos distritos de Jacupemba, Guaraná, Vila do Riacho, Santa Cruz, Barra do Riacho, nos bairros de Itaputera e Morobá e na Aldeia Indígena de Caeiras Velha. Quadro com os endereços e áreas de abrangência de cada CRAS (Anexo II).

| FAMÍLIAS ATENDIDAS NOS CRAS (*) | |
|---|--------------|
| Total de famílias atendidas pelo PAIF (Refere-se a todas as famílias atendidas no âmbito do PAIF, no período de referência. Àquelas atendidas individualmente, acolhida, em grupos (PAIF, oficinas, cursos) e/ou acompanhadas e visitadas. Mesmo que haja vários atendimentos a mesma família, ela é contada apenas uma vez) | 3.365 |

(*) O **atendimento às famílias**, ou a alguns de seus membros, refere-se a uma ação imediata de prestação ou oferta de atenção, com vistas a uma resposta qualificada de uma demanda da família ou do território. Significa a inserção da família, um ou mais de seus membros, em alguma das ações do PAIF: acolhida, ações particularizadas, ações comunitárias, oficinas com famílias e encaminhamentos

| SÍNTESE DOS ATENDIMENTOS NOS CRAS | Itaputera | Jacupemba | Guaraná | Vila do Riacho | Barra do Riacho | Santa Cruz | Indígena | Morobá | Total | |
|---|-----------|-----------|---------|----------------|-----------------|------------|----------|--------|--------------|-----|
| Famílias Cadastradas até 31/12/2017 | 875 | 1.739 | 1.013 | 1.350 | 1.142 | 932 | 665 | 246 | 7.962 | |
| Novos Cadastros de Famílias | 56 | 114 | 86 | 24 | 63 | 159 | 64 | 109 | 675 | |
| Famílias atendidas (aproximadamente) | 338 | 583 | 450 | 378 | 535 | 477 | 326 | 278 | 3.365 | |
| Atendimentos de Triagem | 903 | 1.134 | 1.192 | 1.576 | 3.763 | 1.421 | 503 | 314 | 10.806 | |
| Acolhida (1º Atendimento do Técnico) | 48 | 114 | 85 | 24 | 72 | 157 | 64 | 104 | 668 | |
| Atendimentos individualizados realizados (somente Técnicos) | 620 | 1.526 | 663 | 605 | 1.955 | 887 | 396 | 432 | 7.084 | |
| Atividades do Cadúnico | 395 | 1.113 | 1.149 | 875 | 987 | 633 | 362 | 193 | 5.707 | |
| Visitas domiciliares realizadas | 178 | 460 | 733 | 250 | 608 | 408 | 445 | 207 | 3.289 | |
| Encaminhamentos realizados | 98 | 439 | 209 | 65 | 409 | 176 | 195 | 144 | 1.736 | |
| Encaminhamentos para BPC | Idoso | 07 | 12 | 05 | 11 | 15 | 08 | 00 | 11 | 69 |
| | PCD | 19 | 15 | 20 | 15 | 21 | 19 | 02 | 12 | 123 |
| Encaminhamentos para o CREAS | 00 | 12 | 05 | 01 | 04 | 06 | 05 | 01 | 34 | |
| Elaboração de Estudo Social/Parecer/Relatórios | 35 | 123 | 64 | 31 | 128 | 54 | 13 | 17 | 465 | |
| Famílias acompanhamento PAIF) | 59 | 69 | 109 | 80 | 41 | 71 | 48 | 40 | 517 | |
| Novas Famílias inseridas acompanhamento PAIF | 10 | 35 | 73 | 12 | 14 | 29 | 18 | 40 | 231 | |
| Atendimentos em grupo - PAIF(nº de famílias) | 24 | 98 | 126 | 45 | 26 | 154 | 100 | 00 | 573 | |
| Atendimento em grupo - SCFV(nº de usuários) | 66 | 56 | 159 | 54 | 91 | 79 | 32 | 38 | 575 | |
| Atividades Coletivas de Caráter não -Continuado- Eventos, Palestras e Campanhas e outros (nº de participantes) | 209 | 713 | 816 | 265 | 781 | 499 | 1032 | 58 | 4.373 | |

Fonte: Relatórios Mensais dos CRAS –2017

O trabalho social com as famílias visa promover a emancipação social. Como responsabilidade a equipe do CRAS presta informação e orientação para a população de sua área de abrangência, e articula com a rede de proteção social local no que se refere aos direitos de cidadania, mantendo ativo um serviço de vigilância da exclusão social, na produção, sistematização e divulgação de indicadores da área de abrangência do CRAS, em conexão com outros territórios.

Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – PAIF

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva da família, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo.

| FAMÍLIAS ACOMPANHADAS NOS CRAS PELO PAIF(**) | |
|---|------------|
| Total de famílias EM ACOMPANHAMENTO pelo PAIF (Refere-se a todas as famílias acompanhadas no âmbito do PAIF, no período de referência. | 517 |

Fonte: Relatórios Anuais – CRAS/2017

(**) O **acompanhamento familiar** consiste em um conjunto de intervenções, desenvolvidas de forma continuada, a partir do estabelecimento de compromissos entre famílias e profissionais, que pressupõem a construção de um Plano de Acompanhamento Familiar - com objetivos a serem alcançados, a realização de mediações periódicas, a inserção em ações do PAIF, buscando a superação gradativa das vulnerabilidades vivenciadas. “Nem todas as famílias que forem inseridas em uma ou mais ações do PAIF necessitarão de um acompanhamento familiar”. [...] “Nenhuma família deve ser obrigada a participar do acompanhamento familiar e/ou qualquer outra ação do PAIF” (p.114 e 115).

| PRIORIDADES DO PACTO DE APRIMORAMENTO DO SUAS PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - FAMÍLIAS PAIF (***) | | | | | | | | | |
|---|-----------|-----------|---------|----------------|-----------------|------------|----------|--------|-------|
| PRIORIDADES DO PACTO DE APRIMORAMENTO | Itaputera | Jacupemba | Guaraná | Vila do Riacho | Barra do Riacho | Santa Cruz | Indígena | Morobá | Total |
| Elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar | 02 | 17 | 56 | 00 | 14 | 03 | 18 | 04 | 114 |
| Acompanhamento das famílias cadastradas no Cadastro Único | 39 | 66 | 91 | 76 | 39 | 49 | 45 | 38 | 443 |
| Acompanhamento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família | 30 | 41 | 63 | 39 | 20 | 35 | 22 | 15 | 265 |
| Acompanhamento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em descumprimento das condicionalidades | 00 | 08 | 07 | 04 | 00 | 14 | 02 | 07 | 42 |
| Acompanhamento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Capixaba | 05 | 05 | 12 | 06 | 02 | 04 | 08 | 01 | 39 |
| Acompanhamento das famílias em extrema | 26 | 25 | 49 | 34 | 25 | 21 | 12 | 14 | 206 |

| | | | | | | | | | |
|---|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| pobreza | | | | | | | | | |
| Acompanhamento dos Beneficiários de BPC | 08 | 13 | 12 | 17 | 06 | 04 | 08 | 03 | 71 |
| Efetivação do cadastramento das famílias beneficiárias do BPC no Cadastro Único | 06 | 12 | 11 | 17 | 05 | 00 | 05 | 00 | 56 |

Fonte: Relatórios Anuais dos CRAS/2017

BELO HORIZONTE (Minas Gerais). Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social. Subsecretaria de Assistência Social. Caderno de Orientações Técnicas: a Prevenção e o Trabalho Social com Famílias na Proteção Social Básica. Belo Horizonte, 2016, 135 p.

| PERFIL DAS FAMÍLIAS EM ACOMPANHAMENTO NO ÂMBITO DO PAIF(***) | | | | | | | | | |
|---|-----------|-----------|---------|----------------|-----------------|------------|----------|--------|-------|
| ACOMPANHAMENTO FAMILIAR | Itaputera | Jacupemba | Guaraná | Vila do Riacho | Barra do Riacho | Santa Cruz | Indígena | Morobá | Total |
| Famílias com crianças ou adolescentes em Serviço de Acolhimento | 02 | 02 | 02 | 08 | 04 | 01 | 02 | 00 | 21 |
| Famílias com membros que sofreram violência física | 00 | 06 | 07 | 08 | 00 | 08 | 03 | 00 | 32 |
| Famílias com membros que sofreram violência psicológica | 00 | 10 | 08 | 11 | 02 | 05 | 07 | 00 | 43 |
| Famílias com membros que sofreram abuso/exploração sexual | 00 | 05 | 08 | 07 | 07 | 01 | 03 | 00 | 31 |
| Famílias com membros que sofreram negligência/abandono | 01 | 04 | 13 | 16 | 16 | 14 | 02 | 00 | 66 |
| Famílias com membros em uso abusivo de substâncias psicoativas | 07 | 10 | 10 | 07 | 30 | 04 | 11 | 00 | 79 |

Fonte: Relatórios Anuais dos CRAS/2017

(***) Os dados informados referem-se apenas as **517 famílias** em acompanhamento PAIF, algumas famílias não se enquadram em nenhuma das condições acima, enquanto outras podem se enquadrar simultaneamente em mais de uma condição.

Ações coletivas de caráter não-continuado

Considerando a dimensão inovadora da proteção social básica, destacamos a relevância das ações de caráter coletivo. As ações coletivas visam promover o

| | | | | Riacho | Riacho | Cruz | | | |
|----------------------------|------------------------|-----------|---------|----------------|-----------------|------------|----------|--------|-------|
| Usuários Atendidos | 00 | 12 | 00 | 0 | 33 | 00 | 00 | 00 | 45 |
| Público prioritário | 00 | 04 | 00 | 0 | 23 | 00 | 00 | 00 | 27 |
| SCFV – 6 A 15 ANOS | | | | | | | | | |
| ATENDIMENTOS NO SCFV | Quantidade de usuários | | | | | | | | |
| | Itaputera | Jacupemba | Guaraná | Vila do Riacho | Barra do Riacho | Santa Cruz | Indígena | Morobá | Total |
| Usuários Atendidos | 58 | 00 | 127 | 34 | 00 | 26 | 23 | 38 | 306 |
| Público prioritário | 39 | 00 | 118 | 17 | 00 | 23 | 03 | 17 | 217 |
| SCFV – 15 A 17 ANOS | | | | | | | | | |
| ATENDIMENTOS NO SCFV | Quantidade de usuários | | | | | | | | |
| | Itaputera | Jacupemba | Guaraná | Vila do Riacho | Barra do Riacho | Santa Cruz | Indígena | Morobá | Total |
| Usuários Atendidos | 05 | 12 | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 | 12 |
| Público prioritário | 04 | 06 | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 | 10 |
| SCFV – 18 a 59 ANOS | | | | | | | | | |
| ATENDIMENTOS NO SCFV | Quantidade de usuários | | | | | | | | |
| | Itaputera | Jacupemba | Guaraná | Vila do Riacho | Barra do Riacho | Santa Cruz | Indígena | Morobá | Total |
| Usuários Atendidos | 00 | 00 | 12 | 03 | 33 | 5 | 00 | 00 | 58 |
| Público prioritário | 00 | 00 | 10 | 03 | 14 | 00 | 00 | 00 | 27 |
| SCFV – IDOSOS | | | | | | | | | |
| ATENDIMENTOS NO SCFV | Quantidade de usuários | | | | | | | | |
| | Itaputera | Jacupemba | Guaraná | Vila do Riacho | Barra do Riacho | Santa Cruz | Indígena | Morobá | Total |
| Usuários Atendidos | 03 | 32 | 20 | 17 | 25 | 48 | 09 | 00 | 154 |
| Público prioritário | 02 | 12 | 15 | 04 | 9 | 05 | 02 | 00 | 49 |
| TOTALIZADOR | | | | | | | | | |
| ATENDIMENTOS NO SCFV | Quantidade de usuários | | | | | | | | |
| | Itaputera | Jacupemba | Guaraná | Vila do Riacho | Barra do Riacho | Santa Cruz | Indígena | Morobá | Total |
| Usuários Atendidos | 66 | 56 | 159 | 54 | 91 | 79 | 32 | 38 | 575 |
| Público prioritário | 45 | 22 | 143 | 24 | 46 | 28 | 05 | 17 | 330 |

Fonte: Relatórios Anuais dos CRAS/2017

(*) O SCFV para esta faixa etária é ofertado de forma indireta no Projeto Saber Viver e Lar São José respectivamente, e referenciada aos CRAS. Sendo que no mês de junho o Lar São José atendeu 224 crianças e adolescentes e o Saber Viver 127.

Resultados obtidos / impacto das ações desenvolvidas:

- Participação das famílias em atividades diversas, como: oficinas, grupos de convivência, comemorações e confraternizações, espaços estes em que têm potencializado habilidades, saberes, autonomia e capacidade reivindicatória;
- Desenvolvimento da autonomia e do emponderamento dos usuários participantes das oficinas ofertadas nos CRAS, ou em espaços localizados em seu território de abrangência;
- Superação de entraves no convívio familiar e redução na situação de vulnerabilidade e risco social, seu agravamento ou reincidência para as famílias com membros participando do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO "MARIA JOSÉ COUTINHO DEVENS"

O Centro de Convivência do Idoso (CCI) "Maria José Coutinho Devens" é um espaço público da Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho que oferta o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos a população com idade igual e/ou superior a 60 anos do município de Aracruz e tem por objetivo desenvolver atividades que contribuam no processo de envelhecimento saudável.

Diariamente acontecem várias atividades em grupos, como hidroginástica, atividade física, jogos de salão (dama, dominó, baralho e xadrez), vôlei, forró, oficinas de artesanato (pintura em tecido, boneca de pano, tapeçaria e bordados em geral), curso de culinária e dança sênior.

Até 31/12/2017 haviam 1.037 idosos cadastrados no CCI, sendo que **533** participaram de alguma atividade ofertada no Centro de Convivência durante o ano.

| ATIVIDADES E AÇÕES | TOTAL |
|--|--------------|
| Nº de Idosos atendidos (participaram de uma ou mais atividades ofertadas) | 533 |
| Nº de Idosos Beneficiários do BPC | 24 |
| Nº de Idosos Cadastrados no ano (Cadastrados Novos) | 128 |
| Nº de Idosos Cadastrados até 31/12/2017 | 1.037 |

Fonte: Relatório Anual do CCI/2017

| ATIVIDADES E AÇÕES ESSENCIAIS AO SERVIÇO | TOTAL |
|---|--------------|
|---|--------------|

| | | |
|--|--------------------|-----|
| Acolhida/Triagem (1º atendimento do usuário com o técnico) | 302 | |
| Atendimento Individual Serviço Social | Demanda Espontânea | 155 |
| Elaboração de Relatórios | 23 | |
| Encaminhamentos para atividades do CCI | 29 | |
| Orientações | 57 | |
| Visitas domiciliares | 06 | |
| Encaminhamentos para a Rede | 09 | |

| OFICINAS DE INTEGRAÇÃO | |
|--|-------------------------------|
| ATIVIDADES | Total de Participantes |
| Forró | 214 ⁽¹⁾ |
| Palestras | 118 |
| ⁽¹⁾ Refere-se apenas aos idosos cadastrados no CCI, os demais são oriundos dos grupos de convivência dos CRAS, não cobertas por CRAS e outros municípios. | |

| OFICINAS DO CORPO | |
|---|-------------------------------|
| ATIVIDADES | Total de Participantes |
| Hidroginástica | 125 |
| Atividades Físicas – CCI | 140 |
| Atividades Físicas (limitações físicas) – CCI | 62 |
| Vôlei - CCI | 20 |
| Academia popular CCI | 22 |

| OFICINAS DE RACIOCÍNIO | |
|-------------------------------|-------------------------------|
| ATIVIDADES | Total de Participantes |
| Jogos de Salão | 42 |

| OFICINAS CULTURAIS | |
|---------------------------|-------------------------------|
| ATIVIDADES | Total de Participantes |
| Oficina de Coreografia | - |
| Oficina de Dança Sênior | 38 |
| Oficina de Teatro | 18 |

| ARTICULAÇÃO COM A REDE (PARCERIAS) | |
|--|-------------------------------|
| ATIVIDADES | Total de Participantes |
| Curso de Informática – 25º Grupo de Escoteiros | 42 |
| Hiperdia – Secretaria de Saúde | 124 |

Fonte: Relatório Anual CCI/2017

No CCI foi executado 01(um) grupo do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos com participação de **24** Idosos, em 2017. Neste serviço conforme a

Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS n.º 109/2009), são desenvolvidas atividades que valorizam suas experiências e que estimulam e potencializam a capacidade de escolher e decidir. Também são realizados diversos eventos comemorativos, palestras, campanhas, dentre outros, com intuito de proporcionar alternativas de bem-estar físico, elevação da autoestima, autoconhecimento e ressocialização.

Resultados obtidos / impacto das ações desenvolvidas:

- Manutenção da autonomia e do convívio social, melhoria da aptidão para as atividades diárias e resgate da autoestima;
- Fortalecimento dos vínculos sociais e afetivos entre os idosos, através da troca de conhecimentos e experiências, ajuda mútua, inclusão, estímulo à convivência.

BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único.

De acordo com o Relatório de Informações Sociais (RI) o total de famílias inscritas no Cadastro Único em novembro de 2017 era de **9.577**, dentre as quais:

- 1.771 com renda per capita familiar de até R\$ 85,00;
- 1.648 com renda per capita familiar entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00;
- 4.684 com renda per capita familiar entre R\$ 170,01 e meio salário mínimo;
- 2.474 com renda per capita acima de meio salário mínimo.

O PBF beneficiou, em dezembro de 2017, 2.509 famílias, representando uma cobertura de 55,24% das famílias pobres do município. As famílias receberam benefícios com valor médio mensal de R\$ 147,18 e o valor total acumulado transferido pelo governo federal às famílias atendidas alcançou R\$ 3.695.606,00 no ano.

Em relação às condicionalidades, o acompanhamento da frequência escolar, com base no bimestre de setembro de 2017, atingiu o percentual de 98,6%, para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, o que equivale a 2.461 alunos acompanhados em

relação ao público no perfil equivalente a 2.496. Para os jovens entre 16 e 17 anos, o percentual atingido foi de 83,9%, resultando em 370 jovens acompanhados de um total de 441.

No período de janeiro a dezembro de 2017 foram realizados no Programa Bolsa Família, 14.784 atendimentos, para inclusão e atualização cadastral, bloqueio, cancelamento, desbloqueio/reversão de benefícios e triagem, além de 1.005 visitas domiciliares para averiguação de composição familiar e renda, descumprimento de condicionalidades, verificação de denúncias e auditoria.

| ATIVIDADES E AÇÕES | | TOTAL |
|---|----------------------|-------|
| Atualização Cadastral | | 3.033 |
| Cadastros novos | | 1.249 |
| Cadastros in loco | | 73 |
| Verificações orientações | | 5.746 |
| Triagem (Recepção) - Sede | | 4.541 |
| Gestão dos Benefícios | Bloqueios | 37 |
| | Desbloqueio/reversão | 105 |
| Visita Domiciliar realizada (Assistente Social) | | 1.005 |
| Relatório/Parecer Social (Assistente Social) | | 1.006 |
| Ações Itinerantes | | 11 |
| Palestras cadastro único e Programa Bolsa Família | | 11 |

Fonte: Relatório Anual do Programa Bolsa Família e CadÚnico/2017

REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE:

A Proteção Social Especial (PSE) de Média Complexidade oferta atendimento especializado a famílias e indivíduos que vivenciam situações de vulnerabilidade, com direitos violados, geralmente inseridos no núcleo familiar. A convivência familiar está mantida, embora os vínculos possam estar fragilizados ou até mesmo ameaçados.

CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS) é a unidade pública estatal que oferta serviços da proteção especial, especializados e continuados, gratuitamente a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos. Além da oferta de atenção especializada, o CREAS tem o papel de coordenar e fortalecer a articulação dos serviços com a rede de assistência social e as demais políticas públicas.

No Creas são desenvolvidos o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (Paefi), o Serviço Especializado em Abordagem Social e o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) e referenciada as Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti).

Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduos – PAEFI

Serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos, tais como violência física, psicológica, negligência, abandono, situação de rua, mendicância, violência sexual, afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção, entre outras.

| FAMÍLIAS/INDIVÍDUOS EM ACOMPANHAMENTO NO PAEFI – 2017 | | | | | | |
|--|------------------------------|---------------|--------------|-------------------------------|----------------------------------|--------------|
| ACOMPANHAMENTO PAEIF | CRIANÇA E ADOLESCENTE | MULHER | IDOSO | PESSOA COM DEFICIÊNCIA | PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA | TOTAL |
| Famílias /indivíduos em acompanhamento (*) | 79 | 24 | 27 | 05 | 14 | 149 |

Relatório Mensal de Atendimento CREAS- Ref. Mês: Jan. a Dez./2017

(*) O total contempla todos os inseridos e desligados no período.

ATENDIMENTOS REALIZADOS AS FAMÍLIAS/INDIVÍDUOS EM ACOMPANHAMENTO NO PAEFI

| CONSOLIDAÇÃO DOS ATENDIMENTOS | ATENDIMENTO INDIVIDUAL AO ADOLESCENTE | ATENDIMENTO INDIVIDUAL A FAMÍLIA | ATENDIMENTO FAMILIAR | VISITAS DOMICILIARES | TOTAL |
|--------------------------------------|--|---|-----------------------------|-----------------------------|--------------|
|--------------------------------------|--|---|-----------------------------|-----------------------------|--------------|

| | | | | | |
|-------------------|------------|------------|-----------|------------|------------|
| Acolhida | 56 | - | - | - | 56 |
| Psicólogo | 96 | 87 | 05 | 03 | 191 |
| Advogado | 02 | 04 | - | - | 06 |
| Assistente Social | 71 | 63 | 06 | 04 | 144 |
| Pedagogo | 30 | 07 | - | - | 37 |
| Psicossocial | 131 | 68 | 54 | 77 | 330 |
| Interprofissional | 21 | 42 | 20 | 57 | 140 |
| TOTAL | 407 | 271 | 85 | 141 | 904 |

Fonte: Relatórios Mensais de Atendimento CREAS - Ref. Mês: Jan. a Dez./2017

Serviço de orientação e acompanhamento a adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa – MSE

Este Serviço tem por finalidade garantir condições adequadas para o cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, Liberdade Assistida e/ou Prestação de Serviço à Comunidade, determinadas judicialmente. Contribui para o acesso aos direitos e a ressignificação de valores na vida social de adolescente autor de ato infracional que se encontra em situação de dificuldade pessoal e social.

Para a oferta do serviço faz-se a intersetorialidade no desenvolvimento das intervenções, visando assegurar a atenção integral aos usuários e suas famílias, de maneira que privilegie a articulação do serviço com a rede socioassistencial, com as demais políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

| ADOLESCENTES EM ACOMPANHAMENTO | | | | |
|--|----|-----|--------|-------|
| ACOMPANHAMENTO MSE | LA | PSC | LA+PSC | Total |
| Nº de Adolescentes em Acompanhamento (*) | 50 | 121 | 61 | 160 |

Fonte: Relatório Mensal de Atendimento MSE - Ref. Mês: Jan. a Dez./2017

(*) O total contempla todos os inseridos e desligados no período.

| ATENDIMENTOS REALIZADOS NO ANO AOS ADOLESCENTES/FAMÍLIAS EM ACOMPANHAMENTO NO MSE | | | | | |
|--|--------------------|--------------------|--------------------|----------------|--------------|
| CONSOLIDAÇÃO | ATENDIMENTO | ATENDIMENTO | ATENDIMENTO | VISITAS | TOTAL |

| DOS ATENDIMENTOS | INDIVIDUAL AO ADOLESCENTE | INDIVIDUAL A FAMÍLIA | FAMILIAR | DOMICILIARES | |
|-------------------|---------------------------|----------------------|-----------|--------------|------------|
| Acolhida | 16 | - | - | - | 16 |
| Psicólogo | 94 | 06 | - | - | 100 |
| Advogado | 45 | 19 | - | - | 64 |
| Assistente Social | 104 | 74 | - | 60 | 238 |
| Pedagogo | 32 | 08 | - | - | 40 |
| Interprofissional | 65 | 56 | 41 | 10 | 172 |
| Psicossocial | - | - | 06 | - | 06 |
| TOTAL | 356 | 163 | 47 | 70 | 636 |

Fonte: Relatórios Mensais de Atendimento MSE - Ref. Mês: Jan. a Dez./2017

| INSERÇÃO DOS ADOLESCENTES NAS INSTITUIÇÕES PARCEIRAS PARA CUMPRIMENTO DE PSC | |
|--|-------|
| ATIVIDADES E AÇÕES | TOTAL |
| Nº de adolescentes cumprindo PSC | 23 |
| Nº de instituições parceiras cadastradas | 65 |

Fonte: Relatórios Mensais de Atendimento MSE - Ref. Mês: Jan. a Dez./2017

Serviço Especializado de Abordagem Social

Serviço ofertado de forma continuada e programada, com finalidade de assegurar o trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outros.

O serviço busca a resolução das necessidades imediatas e promover a inserção na rede de serviços socioassistenciais e demais políticas públicas na perspectiva da garantia dos direitos.

| ATIVIDADES E AÇÕES | Total |
|--|-------|
| Nº de pessoas abordadas no espaço público no ano | 153 |
| Nº de pessoas atendidas no CREAS | 164 |
| Nº de abordagens realizadas no ano | 284 |
| Concessão de passagens ou transporte para retorno à cidade de origem | 137 |

Fonte: Relatório RMA/MDSA e Relatório Mensal do Serviço de Abordagem - Ref. Mês Jan. a Dez./2017

SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

Os serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade garantem proteção integral. Eles se dirigem às famílias e indivíduos que se encontrem sem referência e/ou ameaçados e, nestas condições, necessitem ser retirados de seu núcleo familiar e comunitário ou acesso a serviços que possibilitem um novo projeto de vida.

CASA DE ACOLHIMENTO PROVISÓRIO – PROJETO “RECRIANDO VIDAS”

A Casa de Acolhimento Provisório tem o objetivo de acolher, temporariamente, crianças e adolescentes cuja decisão judicial tenha designado medida protetiva à sua integridade física e mental em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se impossibilitados de cumprir com sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta. Tem capacidade para atender até 12 crianças e/ou adolescentes.

Em 2017 foram acolhidas **29** crianças/adolescentes afastados do convívio familiar, destas 05(cinco) foram transferidas para outra Instituição de acolhimento, 01(uma) para o IASES, 18 (dezoito) retornaram a família de origem. Os demais continuam aguardando decisão da Vara da Infância e Juventude.

PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA

O Programa Família Acolhedora tem o objetivo de acolher temporariamente em residência de famílias cadastradas e habilitadas, crianças e adolescentes afastados da família por medida de proteção, em decorrência de maus tratos, negligência, abandono e formas múltiplas de violência.

Em 2017, possuía (03) três famílias habilitadas e 03 (três) crianças/adolescentes aguardando acolhimento nessa modalidade. No entanto, nenhuma foi inserida no acolhimento, visto que a idade não correspondia ao perfil delimitado pelas famílias cadastradas. Conforme determinação da Vara da Infância e Juventude 02(duas) foram encaminhadas para abrigo no Recanto Feliz, instituição que oferta o Serviço de Acolhimento Institucional de Longa Permanência no município, estando 01(uma) aguardando acolhimento.

REDE PRIVADA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Rede Privada de Assistência Social do SUAS/Aracruz é composta por entidades e organizações sociais estabelecidas no município, devidamente inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social. Para o SUAS, tais instituições são parceiras imprescindíveis para a execução da Política de Assistência Social.

No âmbito da Proteção Social Básica, a oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para crianças e adolescentes é complementada pelas OSC's:

- Cáritas Diocesana de Colatina, “Projeto Girassol”;
- Associação Lar São José, “Projeto Lar São José – Raio de Luz”;
- Associação Amigos da Justiça, “Projeto Saber Viver”;
- Associação Cultural Recreativa Beneficente Presbiteriana de Aracruz, “Projeto Minha Chance”.

As Ações de Habilitação e Reabilitação da Pessoa com Deficiência são executadas pela entidade Associação de Pais e Amigos do Excepcional de Aracruz (APAE), por meio do Serviço Proteção Social Básica para Pessoa com Deficiência e suas famílias, criado através de Tipificação Local (Resolução CMASA, nº145/2017),

Compondo a rede da Proteção Social Especial, a Associação de Pais e Amigos do Excepcional de Aracruz (APAE) oferta, na Média Complexidade, o Serviço de Proteção Social Especial a Pessoa com Deficiência e seus familiares,

Na Alta Complexidade, as entidades Associação Beneditina de Educação e Assistência Social- Recanto Feliz e a Fundação Social Monsenhor Guilherme Schmitz - Recanto do Ancião, ofertam Serviços de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes e para idosos, respectivamente.

CONCESSÃO DE SUBVENÇÕES A ENTIDADES SOCIAIS CONF. ART. 3º DA LOAS

Objetiva complementar atribuições nas políticas sociais por meio de repasse de subvenções às entidades, devidamente inscritas nos respectivos conselhos municipais, para atendimento à criança, adolescente, idoso, gestantes e população em situação de vulnerabilidade.

Em decorrência da Lei 13.019/2014 alterada pela Lei nº 13.204/15, que entrou em vigor para os municípios em 01 de janeiro de 2017, estabelecendo o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, as entidades socioassistenciais e a administração municipal precisaram se adequar e

estabelecer procedimentos para efetuar a transferência dos recursos em conformidade com a lei.

Diante disso, no primeiro semestre de 2017, ocorreu a regulamentação municipal por meio da publicação do Decreto nº32.487/2017; a criação das Comissões de Seleção e de Monitoramento e Avaliação das parcerias e a qualificação dos servidores e de representantes das organizações da sociedade civil.

Parcerias Firmadas - 2017

(Recursos previstos na LOA, provenientes de devolução da Câmara Municipal e Cofinanciamento Fundo a fundo Estadual)

| OSC | Serviço Cofinanciado | Valor | Meta Pactuada | Meta Atingida (*) |
|---|---|----------------|-----------------------------|--------------------------|
| Associação Lar São José Raio de Luz | Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos | R\$ 280.000,00 | 200 Crianças/ Adolescentes | 224 |
| Cáritas Diocesana de Colatina - Projeto Girassol | Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos | R\$ 140.000,00 | 100 Crianças/ Adolescentes | 120 |
| Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais APAE Aracruz | Serviço de Proteção Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias | R\$ 190.000,00 | 120 Pessoas com deficiência | 131 |
| Associação Amigos da Justiça, Cidadania, Educação e Artes | Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos | R\$ 50.000,00 | 100 Crianças/ Adolescentes | 127 |
| Fundação Social Monsenhor Guilherme Schmitz Recanto do Ancião | Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos | R\$ 582.000,00 | 54 Idosos | 58 |

(*) Dados fornecidos pelas OSC's por meio de Relatório Anual/2017

Obs.: A Associação Beneditina de Educação e Assistência Social- Recanto Feliz, não firmou parceria com o município, mas acolheu 78 crianças e adolescentes.

BENEFÍCIOS SOCIASSISTENCIAIS

No SUAS também há a oferta de Benefícios Assistenciais, prestados a públicos específicos de forma integrada aos serviços, contribuindo para a superação de situações de vulnerabilidade

A concessão, gestão e orientação às famílias quanto aos benefícios socioassistenciais são realizados de duas formas:

- **Continuados** (transferência direta e regular de renda): Benefício de Prestação Continuada – BPC para pessoas idosas e pessoas com deficiência (federal) e Bolsa Família (federal);

De acordo com o Relatório de Informações Sociais (RI) até novembro de 2017, **1.501** idosos e pessoas com deficiência receberam o BPC e o valor total acumulado transferido pelo governo federal aos beneficiários no período totalizou R\$ 15.038.488,98.

- **Eventuais:** auxílio alimentação (cesta básica e leite), auxílio transporte (passagens rodoviárias municipais, intermunicipais e interestaduais), 2ª via de documentos pessoais, auxílio-natalidade, auxílio-funeral, fotos e fotocópias para/de documentos pessoais.

A concessão de Benefícios Eventuais é realizada prioritariamente pelo Setor de Atendimento Social, que funciona como local de acolhida, escuta, orientações e encaminhamentos para serviços da rede socioassistencial ou intersetorial, para solicitação e/ou recebimento de BPC e outros benefícios e serviços, dentre outras atividades.

Considerando as demandas, por parte de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade, a grande extensão territorial do município de Aracruz, a concessão dos benefícios eventuais também é realizada no âmbito dos territórios de abrangência dos Cras, pelos assistentes sociais da equipe de referências

No ano de 2017, aproximadamente **2.376** famílias ou indivíduos foram atendidos com Benefícios Eventuais, tendo sido concedidos **5.380** benefícios.

| BENEFÍCIOS EVENTUAIS | | CRAS | | ATENDIMENTO SOCIAL | | TOTAL | |
|---------------------------------------|-------------|---------------------|-----------------------|---------------------|-----------------------|---------------------|-----------------------|
| | | Famílias/Indivíduos | Benefícios Concedidos | Famílias/Indivíduos | Benefícios Concedidos | Famílias/Indivíduos | Benefícios Concedidos |
| Auxílio Natalidade | | 186 | 187 | 83 | 85 | 269 | 272 |
| Auxílio Funeral | | 15 | 16 | 118 | 118 | 133 | 134 |
| Auxílio Transporte | | 300 | 1409 | 353 | 829 | 653 | 2.238 |
| Auxílio Alimentação | Leite | - | - | 176 | 1146 | 176 | 1.146 |
| | Engrossante | - | - | 138 | 292 | 138 | 292 |
| | Cesta | 392 | 498 | 367 | 367 | 759 | 865 |
| Auxílio Documentação | Foto | - | - | 179 | 305 | 179 | 305 |
| | CPF | - | - | 69 | 128 | 69 | 128 |
| Total de Benefícios concedidos | | 893 | 2.110 | 1.483 | 3.270 | 2.376 | 5.380 |

Fonte: (Dados preliminares) Relatórios Mensais dos CRAS e do Atendimento Social - Ref.: - janta Dez./2017

CASA DOS CONSELHOS

A Casa dos Conselhos de Aracruz é um espaço de participação e aprimoramento da democracia mantida pela SEMDS, com infra-estrutura para aglutinar os diferentes Conselhos vinculados à política de assistência social, objetivando estabelecer uma interface entre essas instâncias democráticas.

Proporciona o fortalecimento dos Conselhos em funcionamento (Conselho Municipal de Assistência Social – CMASA, Conselho Municipal de Defesa de Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA, Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD e Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Aracruz - CMDMA) e consolida a participação da sociedade na formulação e fiscalização das políticas públicas.

| REUNIÕES DOS CONSELHOS MUNICIPAIS VINCULADOS Á ASSISTÊNCIA SOCIAL | | | | |
|---|------------|-----------------|-------|-----------------------|
| JANEIRO A DEZEMBRO – 2017 | | | | |
| CONSELHO | ORDINÁRIAS | EXTRAORDINÁRIAS | TOTAL | COMISSÕES PERMANENTES |
| CMDCA | 12 | 05 | 17 | 20 |
| CMDPI | 10 | 03 | 13 | - |
| CMASA | 10 | 05 | 15 | 16 |
| CMDPD | 12 | 01 | 13 | 05 |
| CMDMA | 09 | - | 09 | - |
| COMSEA (*) | - | - | - | - |

(*) Este Conselho encontra-se inativo por tempo indeterminado.

Fonte: Relatórios Trimestrais– Casa dos Conselhos 2017

CONTROLE SOCIAL – CASA DOS CONSELHOS - JANEIRO A DEZEMBRO 2017

| Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA | |
|---|---|
| Reuniões realizadas | Data |
| Assembleias Ordinárias | <ul style="list-style-type: none"> 17/02/2017; 24/02/2017; 31/03/2017; 05/05/2017; 26/05/2017; 30/06/2017; 14/07/2017; 29/08/2017; 29/09/2017; 27/10/2017; 24/11/2017; 22/12/2017. |
| Assembleias Extraordinárias | <ul style="list-style-type: none"> 20/06/2017; 28/07/2017 |
| Reuniões de Comissão | <ul style="list-style-type: none"> 03/03/2017; 10/03/2017; 15/03/2017; 22/03/2017; 29/03/2017; 18/06/2017; 18/07/2017; 25/07/2017; 25/07/2017; 26/07/2017; 28/07/2017; 16/08/2017; 23/08/2017; 23/08/2017; 29/08/2017; 19/09/2017; 26/09/2017; 03/10/2017; 01/11/2017; 20/11/2017. |

| Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI | |
|--|---|
| Reuniões realizadas | Data |
| Assembleias Ordinárias | • 14/02/2017; 14/03/2017; 09/05/2017; 13/06/2017; 11/07/2017; 08/08/2017; 12/09/2017; 10/10/2017; 14/11/2017; 18/12/2017. |
| Assembleias Extraordinárias | • 16/05/2017; 26/06/2017; 29/06/2017; |
| Reuniões de Comissão | • Não houve |
| Conselho Municipal de Assistência Social de Aracruz – CMA SA | |
| Reuniões realizadas | Data |
| Assembleias Ordinárias | • 15/02/2017; 15/03/2017; 17/05/2017; 14/06/2017; 13/07/2017; 09/08/2017; 13/09/2017; 11/10/2017; 30/11/2017; 20/12/2017. |
| Assembleias Extraordinárias | • 31/03/2017; 26/04/2017; 26/07/2017; 30/08/2017; 25/10/2017. |
| Reuniões de Comissão | • 26/04/2017; 03/05/2017; 03/06/2017; 12/06/2017; 17/06/2017; 19/06/2017; 30/06/2017; 13/07/2017; 26/07/2017; 09/08/2017; 30/08/2017; 13/09/2017; 11/10/2017; 25/10/2017; 30/11/2017; 20/12/2017. |
| Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD | |
| Reuniões realizadas | Data |
| Assembleias Ordinárias | • 01/02/2017; 08/03/2017; 05/04/2017; 03/05/2017; 07/06/2017; 12/07/2017; 02/08/2017; 14/09/2017; 18/09/2017; 04/10/2017; 06/11/2017; 06/12/2017. |
| Assembleias Extraordinárias | • 17/04/2017; 17/05/2017; 21/11/2017. |
| Reuniões de Comissão | • 08/02/2017; 10/03/2017; 16/03/2017; 14/09/2017; 18/09/2017; |
| Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Aracruz – CMDMA | |
| Reuniões realizadas | Data |
| Assembleias Ordinárias | • 27/04/2017; 25/05/2017; 29/06/2017; 01/08/2017; 31/08/2017; 28/09/2017; 26/10/2017; 27/11/2017; 12/12/2017. |
| Assembleias Extraordinárias | • Não houve |
| Reuniões de Comissão | • Não houve |
| Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA | |
| OBS: Este Conselho encontra-se inativo por tempo indeterminado. | |

| CONFERÊNCIA MUNICIPAL- 2017 | | | | |
|--|--|---|-------------|----------------------------|
| Conselho | Conferência | Tema | Data | Nº de Participantes |
| Conselho Municipal de Assistência Social de Aracruz - CMA SA | XI Conferência Municipal de Assistência Social | Garantia dos Direitos no fortalecimento do SUAS | 05/07/2017 | 167 |

Fonte: Relatórios Trimestrais 2017 – Casa dos Conselhos

POLÍTICA DE TRABALHO E RENDA

A partir do reordenamento da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Aracruz, conforme art.12 da Lei nº 3652/13, compete também à SEMDS,

“XIV - promover, em articulação com os demais órgãos municipais, estudos e implantação de medidas que visem à formação de mão de obra e o desenvolvimento de oportunidades de trabalho;

XV - promover a articulação do trabalhador desempregado e/ou de baixa renda e de baixa qualificação profissional com o mercado de trabalho, através de cursos de capacitação e qualificação profissional, voltados à formação de associações e/ou empresas associativas de produção de bens e/ou serviços;

XVI - promover a formulação e o desenvolvimento de projetos que visem organizar e dar continuidade a atividades econômicas alternativas, com o objetivo de minorar o problema do desemprego no Município.”

No âmbito da Política de Trabalho e Renda as ações são executadas diretamente nos 02(dois) postos de atendimento do Sistema Nacional de Emprego – SINE localizados na sede e no distrito de Barra do Riacho.

A principal finalidade do SINE é promover a intermediação de mão de obra. E ainda: organizar um sistema de informações sobre o mercado de trabalho, identificar o trabalhador por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social e fornecer subsídios ao sistema educacional e de formação de mão de obra para a elaboração de suas programações.

| DESEMPENHO DOS POSTOS DE ATENDIMENTO DO SINE | TOTAL ANUAL |
|---|--------------------|
| Vagas captadas | 3.528 |
| Trabalhadores inscritos no período | 1.100 |
| Total de encaminhamentos ao empregador | 8.234 |
| Total de colocações | 1.253 |
| Total de Requisições de Seguro Desemprego | 151 |
| Total de trabalhadores cadastrados até 31/12/2017 | 14.581 |

Fonte: Relatório de Desempenho dos Postos de Atendimento do SINE . Ref:- Relatórios trimestrais 2017

- **DEFENSORIA PÚBLICA**

Através de convênio com a Procuradoria Geral do Estado, a Prefeitura Municipal, proporciona atendimento jurídico do Defensor Público Estadual à população que não possui condições financeiras para arcar com honorários advocatícios.

| VARAS | TOTAL ANUAL |
|------------------------------|--------------------|
| 1ª Vara Cível e de Família | 892 |
| 2ª Vara Cível e de Família | 993 |
| Infância e Juventude | 1.111 |
| Fazenda Pública | 573 |
| TOTAL DE ATENDIMENTOS | 3.569 |

Fonte: Relatório Trimestral – Jan. a Mar./ Abr. a Jun./Jul. a Set./Out. a Dez./2017 - Defensoria Pública Estadual

CONSELHOS TUTELARES DE ARACRUZ

O Conselho Tutelar “órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente” é vinculado administrativamente à Secretaria de Desenvolvimento Social. Assim, são destinados recursos orçamentários para garantir seu adequado funcionamento, que vai desde a remuneração dos Conselheiros até a locação de espaço para funcionamento, disponibilização de transporte e aquisição de materiais de consumo e permanente.

Em Aracruz existem 02 (dois) Conselhos Tutelares, sendo cada um composto por cinco conselheiros, estando um localizado na sede do município, com área de abrangência que contempla os Distritos da Sede, de Guaraná e de Jacupemba, a localidade de Santa Rosa e as Aldeias Olho D’água e Areal, e o outro no litoral, no distrito de Barra do Riacho, tendo como área de abrangência os Distritos de Barra do Riacho e Santa Cruz, a localidade de Vila do Riacho e o bairro Coqueiral, além das Aldeias de Comboios, Três Palmeiras, Pau Brasil e Caieiras Velhas.

| ATENDIMENTOS | ATENDIMENTOS POR CONSELHOS | | TOTAL DE ATENDIMENTOS |
|-------------------------|-----------------------------------|-------|------------------------------|
| | Sede | Orla | |
| Atendimentos Realizados | 3.175 | 2.487 | 5.662 |
| Visitas “in loco” | 363 | 176 | 539 |
| Denúncias Recebidas | 190 | 78 | 268 |

Fonte: Relatórios Trimestrais dos Conselhos Tutelares da Sede e da Orla/2017

Secretário

Rosilene Filipe dos Santos

SEMED

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A Secretaria de Educação é um órgão diretamente ligado ao Chefe do Poder Executivo e tem por finalidade promover, coordenar e acompanhar a educação municipal, bem como a supervisão e acompanhamento da educação pública estadual e da rede privada, nos níveis de Educação Infantil, Fundamental e Médio. Tem como missão promover uma educação de qualidade nas instituições de ensino da rede municipal de Aracruz, visando à melhoria no aprendizado dos alunos, à redução do analfabetismo e a preparação para as próximas etapas da Educação Básica, bem como a constituição de indivíduos mais éticos, competentes e capazes de influenciar na construção de uma sociedade justa e igualitária, por meio do aprimoramento e da valorização dos profissionais ligados à Secretaria e da reestruturação dos espaços físicos das escolas.

AÇÕES REALIZADAS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017

✓ Realização de Formação Continuada para os profissionais da Rede Municipal de Ensino:

- 07 encontros de Formação Continuada em Serviço para Professores Especializados em Educação Especial (Atendimento Educacional Especializado – AEE);
- Participação de 05 intérpretes em 02 (dois) encontros para discussão da Educação de Surdos no município de Aracruz;
- 05 Encontros de Formação para 50 pedagogos que atuam de 1º ao 9º ano;
- 09 Encontros de Formação de Língua Portuguesa para professores do 6º ao 9º ano;
- 09 Encontros de Formação de Matemática para professores do 6º ano ao 9º ano;
- 01 Encontro de Formação em Artes para 24 professores da rede municipal (Educação Infantil e Fundamental);
- 04 Encontros de Formação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC para 258 profissionais da rede municipal (119 professores e pedagogos de 1º ao 3º ano – Ensino Fundamental e 139 professores e pedagogos dos Grupos IV e V – Educação Infantil);

- 07 Encontros de Formação da Ação Alfa para professores alfabetizadores e pedagogos, totalizando 176 participantes;
- 04 Encontros de Formação para Diretores da Educação Infantil, visando tratar o Clima Escolar como elemento influenciador da aprendizagem dos alunos;
- 04 Encontros de Formação para Diretores e Pedagogos da Educação Infantil, totalizando 50 participantes;
- 04 Encontros de Comissão de Estudos e Registros das Orientações Curriculares da Educação Infantil, totalizando 72 participantes;
- 02 Encontros de Formação para 50 professores do Grupo V da educação Infantil,
- 04 encontros via Skype, para planejamento da Equipe de Gestão/SEMED com o consultor Fernando Mendes da empresa Cedac para a implementação e alinhamento das pautas de formação para os Diretores do Ensino Fundamental, Desafio Criativos da Escola e Formação da Equipe da SEMED;
- 08 Encontros de Formação com Diretores do Ensino Fundamental, com assessoria do programa Parceria Votorantim pela Educação;
- 06 Encontros de Formação do Programa Saberes Indígenas para 34 professores Tupiniquim;
- 02 Encontros de Formação do Programa Saberes Indígenas para 06 professores Guarani;
- Participação do município na Conferência Estadual de Educação Escolar Indígena;
- Realização de Conferência Local na Aldeia Três Palmeiras, com 50 participantes;
- Realização de Conferência Local na Aldeia Irajá, com 100 participantes;
- Participação do município na Conferência Regional de Educação Escolar Indígena, em Belo Horizonte, com participação de 14 delegados (indígenas e representantes de Instituições);
- Capacitação para 250 manipuladores de alimentos;
- Capacitação para 244 auxiliares de serviços gerais;
- 04 Encontros de Formação Continuada para 200 Cuidadores;
- Realização do Fórum de Boas Práticas dos Conselheiros Escolares – Auditório do IFES/Aracruz;
- Realização de 04 encontros com representantes dos Setores da SEMED sobre Gestão Democrática, junto à Parceria Votorantim pela Educação;
- Participação em 07 capacitações sobre o Plano de Cargos e Remuneração do

Magistério no Polo UAB em Linhares/ES;

- Participação de 04 encontros de Formação para Coordenadores e Técnicos da Ação Alfa, em Vitória/ES, parceria com o Governo do Estado/SEDU;
- Realização de 07 encontros de Formação Ação Alfa para professores alfabetizadores e pedagogos do Ensino Fundamental;
- Participação em 05 encontros de Formação para Diretores Escolares – FORDE, em parceria com a Superintendência Regional de Educação em Linhares/ES – SEDU;
- Realização de Formação em Xadrez para professores da rede municipal de ensino;
- Realização de Formação para 12 professores das escolas do campo no Programa Agrinho, em parceria com o SENAR;
- Capacitação para aproximadamente 600 pessoas em parceria com o Programa Formação pela Escola do FNDE;
- Capacitação de professores das escolas da orla municipal em Educação Ambiental, 20 horas, com a parceria das empresas Lumiar e Fibria;
- Capacitação em Educação Ambiental para todos os auxiliares de biblioteca das escolas da rede municipal e do Polo UAB, com carga horária de 80 horas, em parceria com as empresas Lumiar e Fibria;
- Participação na etapa municipal da Conferência Nacional Popular de Educação – CONAPE em Aracruz/ES;
- Realização do Seminário de Boas Práticas de Gestão Educacional, em parceria com o programa Parceria Votorantim pela Educação, envolvendo Diretores, Pedagogos, Professores e representantes da SEMED, totalizando cerca de 80 participantes;
- Realização de 02 formações para representantes dos Setores da SEMED sobre a Plataforma Conviva;
- Participação em 02 capacitações com a Comissão Municipal de Geografia e Estatística – CMGE sobre o Senso Agropecuário de 2017;
- Realização de Palestra Motivacional na Aula Inaugural para os profissionais da educação.
- Participação em reuniões e no Fórum Estadual da UNDIME;

- Participação em 04 reuniões de Capacitação sobre o processo de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação (PME) 2015-2025, promovida pela SASE/MEC, por meio da UNDIME/SEDU;

✓ **Desenvolvimento de Programas e Projetos:**

- Realização do Projeto Rumo ao Sucesso para 90 alunos dos 9^{os} anos da rede municipal, no intuito de prepará-los para participarem das seleções públicas de ingresso em escolas de nível técnico da região, como o IFES e o SESI/SENAI, ficando a cargo do estudante a opção do curso e o processo seletivo que deseja participar, além dos citados. São ofertadas aulas de Língua Portuguesa, Matemática e Conhecimentos Gerais;
- Realização do Projeto de Xadrez na Escola para alunos da rede municipal;
- Projeto Escola no Mangue (parceria da Secretaria de Educação com a Secretaria de Meio Ambiente) atendendo a 241 alunos de 02 escolas da rede municipal;
- Parceria Votorantim pela Educação: assessoria da Comunidade Educativa CEDAC na formação de Diretores Escolares;
- Projeto Institucional Comunidade de Leitores, desenvolvido nas escolas, ao longo do ano letivo, por meio de mostras literárias, saraus, dentre outras atividades literárias;
- Participação no Concurso Desafio Criativos da Escola com inscrição de 16 projetos, sendo 02 premiações em nível municipal;
- PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas atendendo a aproximadamente 1.500 estudantes do 5^o ano do Ensino Fundamental, em parceria com a Polícia Militar/ES;
- PNAIC – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, destinado a professores alfabetizadores do Ensino Fundamental e professores dos Grupos IV e V da Educação Infantil, objetivando que todas as crianças sejam alfabetizadas até os 8 anos de idade.
- Programa Saberes Indígenas, destinado a professores indígenas que atuam no Ensino Fundamental (1^o ao 9^o ano);
- Programa Novo Mais Educação em 25 escolas objetivando garantir atendimento integral a aproximadamente 1.700 estudantes;
- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) com planejamento, elaboração e acompanhamento dos cardápios diferenciados, balanceados e de

baixo custo com a participação e aprovação do CAE, oferecendo diariamente 15.147 refeições e 8.619 lanches;

- Programa de Educação Nutricional: palestras para educadores, pais, estudantes e manipuladores de alimentos objetivando a educação alimentar;
- Programa Opensino: implementação do Diário Digital em todas as escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental;
- Programa Nacional do Transporte Escolar (PNATE) com planejamento e garantia do atendimento aos 4.400 estudantes que necessitam de transporte escolar, sendo 2.000 estudantes atendidos com passe escolar e 2.400 estudantes atendidos com transporte terceirizado;
- Projeto “Um Novo Olhar”: parceria entre as Secretarias de Saúde, Educação e Lions Clube - busca solucionar os problemas de vista de alunos do ensino fundamental das escolas municipais. Foram realizadas 425 triagens e doados 91 óculos, após consulta médica, atendendo a 06 escolas do Ensino Fundamental;
- Parceria com a Secretaria Municipal de Saúde para avaliação e acompanhamento de alunos da rede municipal de ensino: encaminhamento dos alunos a profissionais da área de pediatria, psicologia, fonoaudiologia, psiquiatria, neurologia;
- Realização do Programa nas Escolas – PSE em parceria com as Secretarias de Saúde e de Desenvolvimento Social, envolvendo todas as escolas municipais;
- Programa de Licenciatura Intercultural Indígena em parceria com o MEC/SECADI/UFES que visa à formação inicial específica para professores Tupinikim e Guarani da Educação Básica;
- Adesão ao Programa EduqMais, em parceria com a empresa Leman;
- Adesão ao Pacto pela Aprendizagem – PAES, em parceria com o Governo do Estado – ES/SEDU;
- Projeto Papai Noel dos Correios, atendendo aproximadamente 350 crianças.

✓ **Atividades de assessoria às Escolas da Rede:**

- 05 reuniões administrativas com os diretores da Educação Básica;
- 10 reuniões de cunho administrativo e pedagógico para a equipe de diretores e pedagogos indígenas;
- Realização de visitas, acompanhamento e reuniões com as equipes gestoras de 50 escolas;

- Realização de visitas e plantão pedagógico para acompanhamento do trabalho desenvolvido nas escolas da Rede;
- Participação em atividades programadas pelas escolas;
- Orientações e Aplicações de avaliações externas: Prova Brasil, PAEBES e PAEBES Alfa;
- Remanejamento de Livros Didáticos para atender às escolas de Ensino Fundamental;
- Elaboração das declarações junto à Receita Federal de todas as escolas municipais: RAIZ, DCTF (Declaração de débitos e créditos tributários federais);
- Coleta, análise e divulgação dos dados/resultados de rendimento escolar, proficiência e índices de desempenho escolar;
- Análise e aprovação de 50 Mapas de Carga Horária das instituições de Ensino da Rede Municipal;
- Atendimento individualizado às escolas para organização de turmas e levantamento de vagas;
- Realização de visitas às escolas para orientação sobre a elaboração da Proposta Educativa dos alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e para observação, avaliação e encaminhamento de alunos com hipótese diagnóstica de deficiência ou transtorno global do desenvolvimento;
- Viabilização das transferências dos alunos da EMEF Eurípedes Nunes Loureiro para a EMEF Placidino Passos e para o CMEB Professora Maria Luiza Devens, com realização de matrículas e disponibilização de transporte;

✓ **Atividades diversas para execução das Políticas Educacionais:**

- Localização de vagas para matrícula de 138 crianças da Educação infantil, por Decisão Judicial;
- Realização de 292 visitas domiciliares, pela assistente social, para avaliação/reavaliação com base nos critérios definidos na Portaria de matrícula, para atendimento integral às crianças de 0 a 5 anos;
- Encaminhamento de resposta ao Conselho Tutelar a 157 requisições de vagas na Educação Infantil;
- Garantia de participação da equipe da Secretaria de Educação em formações/reuniões que contribuem para a formulação de políticas educacionais:

- ✓ Participação em palestras realizadas no município e em outros municípios;
- ✓ Participação em Comissões Especiais de Trabalho;
- ✓ Participação em Conselhos Municipais.
- Realização de 08 reuniões internas pela Secretaria de Educação;
- Realização de Avaliação dos Diretores Escolares da Educação Básica, pelos funcionários da escola e setores da SEMED, visando o aprimoramento das dimensões pedagógica, administrativa e financeira, bem como, a melhoria dos resultados do processo ensino-aprendizagem;
- Atendimento e encaminhamento de aproximadamente 370 estagiários para as Escolas da Rede Municipal;
- Monitoramento e acompanhamento de obras firmadas pelo PAC com o FNDE/MEC através do PAR:
 - ✓ 02 escolas contempladas com o Programa PDDE Acessível: CMEB Paulo Freire e EMEF Coqueiral;
 - ✓ 04 obras em andamento: 01 Quadra poliesportiva do CMEB Honório Nunes de Jesus (estimada em R\$ 1.388.856,48) e a quadra do CMEB Álvaro Souza (R\$ 693.845,84);
 - ✓ 02 obras, em andamento, construídas com recurso próprio (EMEF Profª Maria Inês Della Valentina e EMEF Zenília Varzem Ribeiro);
 - ✓ Manutenção dos espaços e equipamentos das escolas e secretaria;
- Acompanhamento e Monitoramento das Ações do Programa de Benefício de Prestação Continuada – BPC na Escola;
- Análise com emissão de parecer - processos de solicitação de progressão funcional, mudança de nível e licença sem vencimentos dos servidores da Rede Municipal de Educação de Aracruz;
- Organização e encaminhamentos de procedimentos normativos, elaboração de minutas de portarias e decretos;
- Realização do Remoção/2017 dos profissionais efetivos da Rede Municipal de Ensino de Aracruz;
- Realização de 25 visitas às escolas da Rede Municipal, para assessorar/orientar a escrituração escolar, regularização da vida escolar dos alunos, atos regulamentadores de funcionamento e apuração de denúncias;
- Elaboração e encaminhamento de pareceres ao Ministério Público Municipal e outros órgãos sobre denúncias das diversas naturezas;

- Atendimento às escolas e ao público em geral para esclarecimento de dúvidas acerca da vida escolar dos alunos, situação funcional de profissionais e legislação educacional vigente;
- Expedição de declarações e históricos escolares de escolas municipais extintas;
- Realização da prestação de contas de todos os Programas Nacionais em parceria com o MEC – PNATE e PNAE/ PNLD/PNBE/PDDE e Recursos de Convênios através de Execução física e virtual pelo SIGPC/FNDE;
- Elaboração de relatórios financeiros de acompanhamento das despesas da Secretaria;
- Compilação de dados para a proposta orçamentária da Secretaria, encaminhando-os para a SEMFI;
- Acompanhamento dos saldos orçamentários de todos os programas da Educação descritos no QDD, providenciando a suplementação orçamentária quando necessário;
- Acompanhamento dos processos desde sua abertura, até sua finalização com a entrega da AF ou OS;
- Lançamento e conferência dos processos de fornecedores/prestadores de serviços e encaminhamento à Secretaria de Finanças para a liquidação e pagamento;
- Elaboração, conferência e acompanhamento de todos os processos de convênios a serem executados;
- Elaboração de relatórios de acompanhamento dos saldos financeiros das contas correntes dos convênios, MDE e FUNDEB;
- Elaboração bimestral da Prestação de Contas do SIOPE - Sistema de Informações Sobre Orçamentos Públicos em Educação;
- Elaboração anual da prestação de contas do PETES- Programa Estadual do Transporte Escolar;
- Elaboração de compras e serviços no sistema SMARAM;
- Orientação aos setores da SEMED na elaboração dos Termos de Referência para aquisição de produtos e prestação de serviços;
- Relatório de controle de despesas com energia elétrica, água e esgoto e combustível;
- Elaboração anual do Relatório de Gestão Orçamentária, Financeira, Fiscal, Operacional e Patrimonial;

- Análise e emissão de pareceres referentes às solicitações de bens permanentes e de recurso complementar para aquisição de materiais de consumo e melhoria na infraestrutura física dos prédios escolares;
- Orientação aos diretores quanto à aplicação e prestação de contas dos recursos;
- Manutenção de dados atualizados dos documentos do PRODER - Programa de Descentralização de Recursos, organização e distribuição dos recursos do PRODER para as Instituições de Ensino da Rede Municipal, acompanhando sua execução por meio das prestações de contas;
- Realização de cálculo e transmissão de todas as documentações de caráter tributário em todas as esferas;
- Análise e parecer das prestações de contas de todos os recursos municipal e federal recebidos pelas 50 Escolas Municipais;
- Realização de diagnóstico da situação da rede física das escolas da Rede Municipal, visando adequação a curto, médio e longo prazo;
- Análise de planos de aplicação para o repasse de recursos financeiros às Escolas através do PRODER - Programa de Descentralização de Recursos no valor de R\$ 1.914.064,51;
- Atualização de dados cadastrais junto à Receita Federal;
- Controle de frequência dos servidores, acompanhamento da folha de pagamento e movimentação de pessoal;
- Contratação e nomeação de servidores administrativos e profissionais do magistério para atendimento a demanda da rede municipal;
- Análise e Respostas de Processos;
- Articulação e discussão das políticas/ações da SEMED junto às escolas indígenas Tupinikim e Guarani com a Comissão de Caciques Tupinikim e Guarani;
- Celebração de convênio com a Prefeitura de Vitória para uso do Sistema de Gestão Educacional – SGE, para atendimento das demandas referentes aos registros das escolas.
- Aquisição de materiais com recursos do Programa Brasil Carinhoso.

✓ **Atividades extracurriculares:**

- Participação do município nas duas etapas dos Jogos Escolares Estaduais. A primeira etapa aconteceu em Linhares e a segunda etapa aconteceu em Guarapari;
- Participação de alunos em competições estaduais de ciclismo;

- Realização da 20ª edição dos Jogos Escolares Municipais de Aracruz (JOEMA) com a participação de aproximadamente 940 alunos;
- Participação dos alunos dos 4º, 5º e 9º anos na Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica – OBA;
- Participação dos alunos do Ensino Fundamental II na Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas – OBEMEP;
- Realização de 03 Simulados para os alunos das turmas de 5º e 9º anos da Rede Municipal, contemplando as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática;
- Realização de Diagnósticos de leitura, escrita e matemática para os alunos do 1º, 2º e 3º anos da Rede Municipal.

✓ **Obras e serviços realizados ou em execução:**

- Recuperação da frota de veículos da Secretaria Municipal de Educação;
- Conclusão da 2ª etapa da obra de reforma e ampliação da EMEF Zenília Varzem Ribeiro;
- Retomada do processo de construção do CMEI no Bela Vista/Proinfância;
- Continuidade da obra de reforma e ampliação da EMEF Profª Maria Inês Della Valentina;
- Abertura de processo licitatório para construção do CMEI Planalto.

A Secretaria Municipal de Educação possui 1 prédio que atende o depósito de merenda, 1 terreno localizado na antiga Associação Banestes de Aracruz - ABA, 1 prédio em construção do proinfância no Bairro Bela Vista, 1 prédio no centro da cidade que atende o Centro de Formação de Professores e o Pólo UAB, 42 escolas rurais desativadas, 1 unidade escolar paralisada (EMEF Eurípedes Nunes Loureiro), 51 prédios onde funcionam as escolas de Ensino Fundamental e Educação Infantil, dotados de bens permanentes, tais como: carteiras escolares, mesas de professores, móveis de refeitório, laboratório de informática, fogões, eletrodomésticos para cozinhas, balcão de self service, armários, mesas e cadeiras para as demais dependências, equipamentos multimídias, máquinas fotográficas, TVs, dentre outros.

Conclui-se que a Secretaria de Educação, órgão ligado diretamente ao Executivo Municipal, vem atuando conforme os preceitos legais, com transparência, garantindo os princípios constitucionais de razoabilidade, legalidade, impessoalidade,

moralidade, publicidade, eficiência e continuidade dos serviços públicos para assim cumprir com as políticas educacionais garantindo o acesso dos cidadãos à Educação.

Secretária

Ilza Rodrigues Realli

SEMESP

1 – APRESENTAÇÃO

Foram realizadas várias atividades organizadas e apoiadas pela **Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude** – SEMESP no exercício 2017, cumprindo com os planos e metas estabelecidas no plano de ação para o período, onde contemplamos várias comunidades de nosso município com lazer e esporte, proporcionando através destas atividades, bem estar físico, mental e social.

2. ATIVIDADES OPERACIONAIS REALIZADAS

Estruturação administrativa e estrutural da secretaria;
Reformas, manutenções físicas e pintura em quadras municipais. Estruturação final na quadra poliesportiva em Cohab 4;
Preparação e plantio de grama no campo de futebol no Bairro Planalto.

3 – ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS REALIZADAS

Cadastramento de atletas na Categoria Adulto em Aracruz;
Cadastramento de entidades esportivas do município;
Apoio em eventos esportivos e de Lazer nas comunidades;
Organização de eventos esportivos tradicionais do município.
Treinamento dos colaboradores do setor administrativo e operacional.

4– ATIVIDADES SISTEMATIZADAS

Além destas atividades e eventos organizados e apoiados pela SEMESP no período, estão em plena atividade os projetos sistemáticos como o Campeões de Futuro (Futebol de Campo e Society), Praça Saudável (Treinamento Funcional, Yoga, Escolinha Multiesportiva, Alongamento e Badminton) também iniciando várias atividades programadas no Plano de Ação de lazer e esportivas.

5 – APLICAÇÃO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS4

| DESCRIÇÃO | APLICAÇÃO | VALOR |
|--|---|-------------------|
| CONTRIBUIÇÕES | APOIO EVENTO (ENDURO FIM DE MOTOCROSS) | 21.546,00 |
| MATERIAL DE CONSUMO | MATERIAL ESPORTIVO (Bolas, Troféus, medalhas, redes, etc) | 20.000,00 |
| MATERIAL DE CONSUMO – LEI PELÉ | MATERIAL ESPORTIVO (Troféus, medalhas e Grama para campo no Planalto) | 28.360,88 |
| MATERIAL, BEM OU SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA | UNIFORMES (SUPLEMENTAÇÃO SEMPLA) | 30.000,00 |
| OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS | ARBITRAGEM E LOCAÇÕES (TRANSPORTE/ÔNIBUS) | 113.796,92 |
| OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOA FÍSICA | APOIO BOLSA ATLETA LEI 3.840/2014 | 38.000,00 |
| EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | AQUISIÇÃO DE CINCO TENDAS | 12.218,00 |
| PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS E CIENTÍFICAS. | MATERIAL ESPORTIVO (Redes, Troféus personalizados e medalhas, Redes e bolas) | 6.880,00 |

6 – EVENTOS ORGANIZADOS E APOIADOS

| EVENTO | DATA DO EVENTO | QUANTIDADE DE ATLETAS | Nº DE EQUIPES PARTICIPANTES | ESTIMATIVA DE PÚBLICO PRESENTE |
|-------------------|--------------------------------|-----------------------|-----------------------------|--------------------------------|
| MOTOCROSS | 05/01/2017 à 08/01/2017 | 70 pessoas | 04 estados | 4000 pessoas |
| FUTEVÔLEI | 22/01/2017 | 30 pessoas | 15 duplas | 200 pessoas |
| KICKBOXING | 21 e 22/01/2017 | 15 pessoas | 30 cidades | 300 pessoas |

| | | | | |
|------------------------------------|---------------------------------|--------------------|-------------------|---------------------|
| SKINBOARD | 29/01/2017 | 50 pessoas | 10 cidades | 200 pessoas |
| CAMPEONATO DE BEACH SOCCER | 04/02/2017 à 19/02/2017 | 424 pessoas | 26 equipes | 5000 pessoas |
| FUTEBOL SOCIETY | 03,04 e 05 de Março 2017 | 120 Atletas | 08 Equipes | 500 pessoas |
| FUTEBOL SOCIETY FEM. | 05 de Março 2017 | 120 Atletas | 12 Equipes | 500 pessoas |
| JIU JITSU | 12 de Março 2017 | 120 Atletas | 08 Equipes | 400 pessoas |
| LIGA SOCIETY 1ª ETAPA | 18 e 19 de Março 2017 | 120 Atletas | 08 Equipes | 200 pessoas |
| BEACH SOCCER COMBOIOS | 18 e 19 de Março 2017 | 120 Atletas | 08 Equipes | 200 pessoas |
| LIGA SOCIETY 2ª ETAPA | 19 de Março 2017 | 120 Atletas | 08 Equipes | 200 pessoas |
| BEACH SOCCER INFANTIL | 18 de Março 2017 | 120 Atletas | 16 Equipes | 500 pessoas |
| DANÇA AERÓBICA PRAÇA DA PAZ | 08 de março de 2017 | 77 | 77 | 100 |
| VÔLEI MASCULINO | 12/03/2017 | 60 | 10 equipes | 120 |
| FUTEBOL DE CAMPO | 05 de Março de 2017 | 130 | 8 equipes | 500 pessoas |
| BEACH SOCCER | 04/02/2017 à 19/02/2017 | 424 pessoas | 26 equipes | 5000 pessoas |
| CAMPEONATO INFANTIL SUB- | 01 de abril a 20 | 256 Atletas | 08 Equipes | 500 pessoas |

| | | | | |
|---|---|--|-------------------|--------------------|
| 9 E SUB-11 | de Maio 2017 | Infantis | | |
| LIGA SOCIETY 3ª ETAPA | 16 de Abril 2017 | 120 Atletas Adultos | 08 Equipes | 200 pessoas |
| CAMPEONATO MUNICIPAL DE MASTER 40 | 08 de Abril a 27 de Maio 2017 | 230 Atletas Adultos | 10 Equipes | 200 pessoas |
| PASSEIO CICLÍSTICO DA IMETAME | 19 de Março 2017 | 80 Atletas Adultos Masculinos e Femininos | 03 Equipes | 200 pessoas |
| DIA DO DESAFIO | 31 de Maio 2017 | 28.469 Atletas | 53 | 500 pessoas |
| VÔLEI MASCULINO ADULTO | 14 de maio de 2017 | 77 | 08 equipes | 100 |
| ENDURO FIM DE REGULARIDAD E | 27 e 28 de Junho 2017 | 60 | 10 equipes | 120 |
| CAMPEONATO INFANTIL SUB- 13 E SUB-15 | 19 de agosto a 30 de Setembro 2017 | 232 Atletas Juvenis | 08 Equipes | 500 pessoas |
| LIGA SOCIETY 5ª ETAPA | 15 de Julho 2017 | 120 Atletas Adultos | 08 Equipes | 200 pessoas |
| CAMPEONATO SOCIETY | Agosto e Setembro 2017 | 160 Atletas Adultos | 8 Equipes | 200 pessoas |
| VÔLEI FEMININO E MASCULINO | Agosto 2017 | 60 | 10 equipes | 120 |

EMERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA

Secretario Municipal de Esporte, Lazer e Juventude

SEMF

SECRETARIA DE FINANÇAS

A Secretaria de Finanças é um órgão diretamente ligado ao Chefe do Poder Executivo e tem por finalidade exercer a política financeira e a execução da Administração Financeira e Tributária do município, com as seguintes áreas de competências: Assuntos Financeiros e Fiscais, Administração Financeira e Orçamentária, Arrecadação, Pagamento e Guarda de Valores, Fiscalização Tributária, Administração Tributária, Julgamento de Processos Fiscais e Financeiros e Contabilidade Municipal.

(fonte: <http://www.pma.es.gov.br/orgaos/financas-semfi>).

AÇÕES REALIZADAS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017

Treinamento de 13 (treze) servidores da SEMFI através da participação dos mesmos no Curso "Inovações nas Prestações de Contas Mensais e Anuais a enviar ao TCEES em 2017". O curso foi ministrado no auditório da CDL Aracruz, situado à Rua José Alves da Costa, 56, Centro, Aracruz/ES. Realizou-se nos dias 09 e 10/03/2017, com carga horária de 16 horas/aula. Teve como objetivo proporcionar aos participantes a identificação das informações e dos documentos necessários à completa composição da Prestação de Contas Anual a ser apresentada, pelos jurisdicionados, ao TCE/ES.

No referido curso foi realizada a exposição sobre a composição e a forma de envio ao TCE/ES das prestações de contas anuais do Chefe do Poder Executivo e demais Ordenadores de Despesa, permitindo aos participantes entender as principais modificações/inoações previstas e as já trazidas pelas IN nº 28/13, 029/14, 030/14, 033/14 e 034/15 (CIDADES-WEB/PCA) do TCE/ES.

Treinamento de 01 (um) servidor da SEMFI, no curso "Inovações nas Prestações de Contas Mensais e Anuais a Enviar ao TCE/ES em 2017", nos dias 18 e 19 de janeiro 2017, em Vitória/ES.

Treinamento de 04 (quatro) servidores da Dívida Ativa na Capacitação em Fechamento da Dívida Ativa e Atualizações do Sistema E&L, em Domingos Martins/ES, nos dias 07 e 08 de março de 2017.

Treinamento de 01 (um) servidor da SEMFI no curso sobre "A Lei nº 13.019/14 e o Papel das Organizações da Sociedade Civil e dos Municípios", no dia 22 de maio de 2017, em Vitória/ES.

Treinamento de 04 (quatro) servidores da SEMFI que participaram da Semana Contábil e Fiscal para os Estados e Municípios - SECOFEM, nos dias 19 a 23 de junho de 2017, em Porto Alegre/RS.

Treinamento de 04 servidores no Curso de Formalização de Processos, ministrado pela ESESP, nos dias 24 a 26 de outubro de 2017.

Treinamento de 03 servidores no curso de Oratória, ministrado pela ESESP, nos dias 24 a 26 de outubro de 2017.

Treinamento de 02 servidores no curso de Redação Oficial, ministrado pela ESESP, nos dias 21 a 23 de novembro de 2017.

Participação de servidores na palestra sobre Gestão Pública, informando sobre as novas mudanças na contabilidade pública, realizada na EMEF PLACIDINO PASSOS.

Participação do Secretário de Finanças no curso sobre Planejamento Estratégico, realizado em Coqueiral de Aracruz/ES.

Inexigibilidade de Licitação para prestação de serviços técnicos especializados para manutenção e suporte do sistema de Contabilidade Pública, Orçamento Municipal, Execução Orçamentária e Elaboração de Plano Plurianual (PPA), para atender a Prefeitura Municipal de Aracruz bem como o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do município de Aracruz – IPASMA. Através do contrato nº 089/2017, em favor da empresa SMARAPD INFORMÁTICA LTDA, com prazo de vigência de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir de 08/10/2017 a 07/10/2019.

Inexigibilidade de Licitação para prestação de serviços técnicos especializados para manutenção e suporte do sistema Tributário, ISS ONLINE e Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) para atender a Prefeitura Municipal de Aracruz. Através do contrato nº 088/2017, em favor da empresa E&L PRODUÇÕES DE SOFTWARE LTDA, com prazo de vigência de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir de 08/10/2017 a 07/10/2019.

Inexigibilidade de Licitação para prestação de serviço de entrega dos carnês do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), ano-calendário 2017, aos contribuintes do Município de Aracruz/ES. Através do contrato 7596/2017, em favor da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

Pregão Eletrônico para contratação de empresa especializada em reserva e fornecimento de passagens aéreas para atender as necessidades da Secretaria de Finanças. Através do contrato nº 041/2017.

A JIF (Junta de Recursos Fiscais) julgou 873 processos de março a dezembro de 2017.

Foram julgados através do (CMRF) Conselho Municipal de Recursos Fiscais 486 (quatrocentos e oitenta e seis), processos no exercício de 2017.

Aprovação da Lei nº 4.157, De 29/12/2017 que dispõe sobre o plano de cargos, carreiras e vencimentos do cargo de contador da administração direta do poder executivo do município de Aracruz.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO CADASTRO IMOBILIÁRIO

Em 2017 foram realizados vários procedimentos de correção em nossos cadastros, atendimento de processos de revisão, transferência, cadastros de imóveis, entre outras solicitações. Abaixo encontram-se relacionados alguns desses procedimentos e ações:

- **Redução de imóveis isentos por valor venal**

No ano de 2016 o município isentou do IPTU 1.304 imóveis com valor venal de até R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais) conforme dispõe o artigo 87, I do CTM.

Em 2017, a equipe do Setor de Cadastro Imobiliário identificou que dentre esses contribuintes havia casos de homônimos e mesmo contribuinte com códigos diferentes, além de imóveis com fins comerciais que estavam sendo isentados indevidamente.

Com as correções o número de imóveis isentos por valor venal em 2017 reduziu para 1.029.

- **Cadastros “Não informado”**

Inicialmente realizamos a correção dos códigos de cadastros sem identificação de contribuinte com o objetivo de facilitar trabalhos futuros de identificação de proprietários. Com essa medida chegamos a um total de 1.921 imóveis cujo contribuinte era “Não informado”.

Em outra etapa identificamos dentre esses imóveis aqueles que continham a informação do “Responsável” identificado durante o recadastramento de 2014 e procedemos com a alteração de contribuinte conferindo as informações como CPF e endereço em consultas ao CADSUS.

Da mesma forma os casos em que novas unidades autônomas foram criadas com proprietário “não informado” realizamos a transferência de proprietário baseando-se nas unidades já existentes.

Com essas medidas o número de imóveis com proprietário “não informado” reduziu para 1.342.

- **Alteração de características de terreno**

Foi realizada a correção de características e metragem em mais de 5.000 unidades com características e metragem de terreno diferentes em uma mesma inscrição. Esses erros interferiam diretamente no cálculo de IPTU.

- **Glebas**

Constava em nosso sistema a existência de 285 glebas, incidindo o fator de depreciação. Após análise dessas inscrições observamos que a maioria já possuía área construída, o que descaracteriza a gleba. Após as correções, o número de glebas reduziu para 96.

- **Correção da fórmula do cálculo de área excedente**

Conforme apresentado no relatório de ações que deveriam ser realizadas antes do lançamento do IPTU 2017, a fórmula do cálculo de área excedente foi corrigida de acordo com o que dispõe o CTM em seu artigo 84. Os principais objetivos desta ação foram a cobrança correta do imposto e a redução de pedidos de revisão.

- **Processo 1213/2017**

Por meio do processo interno 1.213/2017 fizemos a correção de cadastro de aproximadamente 5.000 imóveis em que constava como proprietário um contribuinte homônimo. Além de procedimentos de suspensão de imóveis em construções que estavam ativas gerando débitos indevidos e alteração de cadastros “não informado” já mencionado no item 2.

- **Atualização dos Segmentos**

No ano de 2017 também foi iniciado o processo de atualização dos segmentos de logradouros públicos, que contem informações dos fatores de melhoramentos públicos. No total foram atualizados em torno de 300 segmentos, que influencia diretamente no cálculo do IPTU.

- **Outras atividades**

- Foram emitidas 31 certidões de tempo de cadastro do imóvel;
- Por meio do processo 8.341/2017 foram realizadas visitas para atender a 160 pedidos de revisão;
- Foram realizadas 287 visitas para atender aos processos de revisão;
- Foi firmado Convênio com a Receita Federal relativo ao Simples Nacional;
- Foi feito a ampliação da sala de fiscalização;
- Foi realizada a reforma do prédio do Núcleo de Atendimento ao Cidadão, onde se encontram os setores ligados à Gerência de Fiscalização e Administração Tributária e de Cadastro Técnico Municipal.
- O Setor de Geoprocessamento foi transferido para a Secretaria de Finanças com o um acervo de aproximadamente 1.688 (mil seiscentos e oitenta e oito) processos administrativos com solicitações diversas. Através de um esforço comum dos setores, foi realizado um mutirão para diminuição do acervo de processos, desde então foram finalizados 1.035 (mil e trinta e cinco) processos.
- Além desse esforço, foi realizado através de um trabalho comum entre os Setores de Geoprocessamento e Cadastro Imobiliário o cadastramento de 4 novos loteamentos, sendo eles Loteamento Parque das Castanheiras, Loteamento Dharma Ville, Loteamento Veneza Residencial e Loteamento Felicidade II, totalizando 1.002 novas inscrições imobiliárias.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA, FISCAL, OPERACIONAL E PATRIMONIAL

A Lei Orçamentária Anual (LOA) aprovada para o exercício financeiro de 2017, objeto da Lei nº 4.096, De 29/12/2016, estimou a receita e fixou a despesa para a Secretaria de Finanças em **R\$ 15.576.783,16** (Quinze milhões, quinhentos e setenta e seis mil, setecentos e oitenta e três reais, e dezesseis centavos).

Foram criados créditos adicionais para a Secretaria de Finanças, até a data de 31 de Dezembro de 2017, no valor de **R\$ 327.327,15** (Trezentos e vinte e sete mil trezentos e vinte e sete reais, e quinze centavos).

O total de despesas empenhadas foram **R\$ 13.699.287,67** (Treze milhões, seiscentos e noventa e nove mil, duzentos e oitenta e sete reais, e sessenta e sete centavos) até a data de 31 de Dezembro de 2017.

O **Gráfico 1** mostra o comparativo entre a Despesa Fixada e a Despesa Realizada. As despesas pagas por esta Secretaria totalizam o montante de **R\$ 13.368.676,95** (treze milhões, trezentos e sessenta e oito mil, seiscentos e setenta e seis reais, e noventa e cinco centavos) em 31 de Dezembro de 2017.

Diante do valor empenhado de **R\$ 13.699.287,67** (Treze milhões, seiscentos e noventa e nove mil, duzentos e oitenta e sete reais, e sessenta e sete centavos), evidencia-se o valor de restos a pagar na ordem de **R\$ 330.610,72** (Trezentos e trinta mil seiscentos e dez reais e setenta e dois centavos).

O **Gráfico 2** mostra o comparativo entre a Despesa Paga e a Despesa a Pagar para esta Secretaria de Finanças.

A **Tabela 1** mostra, por natureza de despesa, os gastos referentes à despesa de pessoal, despesa de capital e outras despesas correntes. Nela é demonstrada a dotação inicial, dotação atualizada, valor empenhado, liquidado e pago, para a Secretaria de Finanças, até a data de 31 de Dezembro de 2017.



Gráfico 1: Comparativo entre Despesa Fixada e Despesa Realizada em 31/12/2017

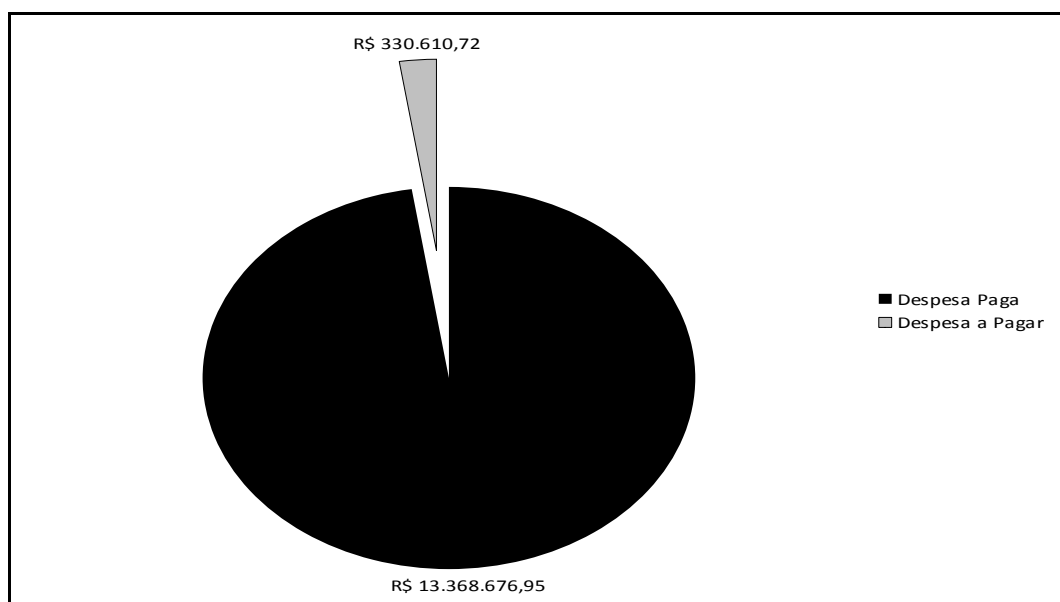


Gráfico 2: Comparativo entre Despesa Paga e Despesa a Pagar

| Natureza da Despesa | Dotação Inicial | Dotação Atualizada | Empenhado | Liquidado | Pago | Saldo Disponível |
|-------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|---------------------|
| Despesa Corrente | 8.970.567,16 | 9.878.032,91 | 9.496.415,32 | 9.425.271,92 | 9.165.804,60 | 381.617,59 |
| Pessoal | 4.351.229,84 | 4.637.265,15 | 4.630.136,55 | 4.630.136,55 | 4.629.007,89 | 7.128,60 |
| Pessoal Ativo | 4.351.229,84 | 4.637.265,15 | 4.630.136,55 | 4.630.136,55 | 4.629.007,89 | 7.128,60 |
| Outras Despesas | 4.619.337,32 | 5.240.767,76 | 4.866.278,77 | 4.795.135,37 | 4.536.796,71 | 374.488,99 |
| Despesa de Capital | 6.306.216,00 | 5.371.423,10 | 4.202.872,35 | 4.202.872,35 | 4.202.872,35 | 1.168.550,75 |
| Reserva de Contingência | 300.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total Geral | 15.576.783,16 | 15.249.456,01 | 13.699.287,67 | 13.628.144,27 | 13.368.676,95 | 1.550.168,34 |

Tabela 1: Gastos referentes a despesa de pessoal, despesa de capital e outras despesas correntes (Valores em Reais (R\$))

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constam neste relatório as ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Finanças no exercício de 2017.

As informações foram apresentadas conforme documentos, arquivos de sistema, buscas em programas de dados assim como Relatórios disponibilizados pelo sistema SMAR.

ZAMIR GOMES ROSALINO

Secretário Municipal de Finanças

SEHAB

SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DEFESA CIVIL- SEHAB

A Secretaria de Habitação e Defesa Civil do Município de Aracruz tem as seguintes atribuições e competências:

- I - Definir e implementar as políticas de habitação no âmbito do Município;
- II - Promover a elaboração e execução de projetos de construção, de ampliação e de melhorias habitacionais para famílias de baixa renda;
- III - Definir políticas habitacionais e de regularização fundiária para o Município, em consonância com as políticas de uso e ocupação do solo;
- VI - Organizar e promover as ações de defesa civil, a cargo do Município;
- V - Coordenar os esforços e a integração permanente dos órgãos públicos e privadas visando a defesa civil e o enfrentamento de situação de emergência;
- VI - Desempenhar outras atribuições afins.

A Secretaria de Habitação e Defesa Civil é responsável pela atuação diversificada relacionada a projetos de natureza habitacional e pela Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – que é responsável pela realização de procedimentos de prevenção e precaução bem como resposta a eventos ocasionais naturais ou de intervenção humana, em auxílio a comunidade de modo geral a respeitar os princípios constitucionais da Proteção do Estado.

A SEHAB é responsável de modo iminente em atuar de forma agregada aos projetos Minha Casa, Minha Vida do Governo Federal, Aluguel Social da Administração Municipal, Regularização Fundiária e Projetos Habitacionais de iniciativas diversas.

ACÕES REALIZADAS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017

Relatório referente às atividades desenvolvidas por Assistente Social da Secretaria Municipal de Habitação e Defesas Civil no ano de 2017.

| ATIVIDADES | | JACKELINE | DIEGO | ANGELA | RAYANI | TOTAL |
|--------------|---|-----------|-------|--------|--------|-------|
| 1º TRIMESTRE | ATENDIMENTOS | 83 | 110 | 27 | 56 | 276 |
| | VISITAS DOMICILIARES EFETIVADAS | 55 | 13 | 17 | 39 | 124 |
| | VISITAS DOMICILIARES NÃO EFETIVADAS | 7 | 0 | 2 | 1 | 10 |
| | VISITAS INSTITUCIONAIS | 1 | 0 | 0 | 1 | 2 |
| | DIAGNÓSTICOS SOCIAIS | 10 | 0 | 13 | 40 | 63 |
| | REUNIÕES E / OU EVENTOS | 8 | 19 | 3 | 3 | 33 |
| | ELABORAÇÃO DE TERMO DE INFORMAÇÃO E/OU RELATÓRIOS AFINS | 5 | 0 | 2 | 37 | 44 |
| | CONTATO TELEFONICO | 35 | 60 | 27 | 31 | 153 |

| ATIVIDADES | | JACKELINE | DIEGO | ANGELA | RAYANI | TOTAL |
|--------------|---|-----------|-------|--------|--------|-------|
| 2º TRIMESTRE | ATENDIMENTOS | 203 | 102 | 47 | 25 | 377 |
| | VISITAS DOMICILIARES EFETIVADAS | 80 | 5 | 22 | 46 | 153 |
| | VISITAS DOMICILIARES NÃO EFETIVADAS | 47 | 0 | 7 | 10 | 64 |
| | VISITAS INSTITUCIONAIS | 5 | 0 | 0 | 4 | 9 |
| | DIAGNÓSTICOS SOCIAIS | 38 | 0 | 24 | 46 | 108 |
| | REUNIÕES E / OU EVENTOS | 8 | 11 | 3 | 4 | 26 |
| | ELABORAÇÃO DE TERMO DE INFORMAÇÃO E/OU RELATÓRIOS AFINS | 42 | 0 | 3 | 76 | 121 |
| | CONTATO TELEFONICO | 55 | 75 | 20 | 31 | 181 |

| ATIVIDADES | | JACKELINE | DIEGO | ANGELA | RAYANI | TOTAL |
|--------------|---|-----------|-------|--------|--------|-------|
| 3º TRIMESTRE | ATENDIMENTOS | 120 | 108 | 47 | 26 | 301 |
| | VISITAS DOMICILIARES EFETIVADAS | 60 | 18 | 22 | 56 | 156 |
| | VISITAS DOMICILIARES NÃO EFETIVADAS | 60 | 0 | 7 | 17 | 84 |
| | VISITAS INSTITUCIONAIS | 8 | 0 | 0 | 5 | 13 |
| | DIAGNÓSTICOS SOCIAIS | 30 | 0 | 24 | 56 | 110 |
| | REUNIÕES E / OU EVENTOS | 6 | 7 | 3 | 5 | 21 |
| | ELABORAÇÃO DE TERMO DE INFORMAÇÃO E/OU RELATÓRIOS AFINS | 30 | 0 | 3 | 57 | 90 |
| | CONTATO TELEFONICO | 80 | 60 | 20 | 25 | 185 |

| ATIVIDADES | | JACKELINE | DIEGO | ANGELA | RAYANI | TOTAL |
|--------------|---|-----------|-------|--------|--------|-------|
| 4º TRIMESTRE | ATENDIMENTOS | 77 | 5 | 138 | 21 | 241 |
| | VISITAS DOMICILIARES EFETIVADAS | 35 | 7 | 69 | 34 | 145 |
| | VISITAS DOMICILIARES NÃO EFETIVADAS | 42 | 0 | 21 | 17 | 80 |
| | VISITAS INSTITUCIONAIS | 2 | 1 | 0 | 3 | 6 |
| | DIAGNÓSTICOS SOCIAIS | 27 | 0 | 69 | 51 | 147 |
| | REUNIÕES E / OU EVENTOS | 4 | 3 | 10 | 11 | 28 |
| | ELABORAÇÃO DE TERMO DE INFORMAÇÃO E/OU RELATÓRIOS AFINS | 27 | 1 | 9 | 0 | 37 |
| | CONTATO TELEFONICO | 53 | 12 | 76 | 33 | 174 |

| | | | | | | |
|-------------|---|-----|-----|-----|-----|------|
| TOTAL ANUAL | ATENDIMENTOS | 483 | 325 | 259 | 128 | 1195 |
| | VISITAS DOMICILIARES EFETIVADAS | 230 | 43 | 130 | 175 | 578 |
| | VISITAS DOMICILIARES NÃO EFETIVADAS | 156 | 0 | 37 | 45 | 238 |
| | VISITAS INSTITUCIONAIS | 16 | 1 | 0 | 13 | 30 |
| | DIAGNÓSTICOS SOCIAIS | 105 | 0 | 130 | 193 | 428 |
| | REUNIÕES E / OU EVENTOS | 26 | 40 | 19 | 23 | 108 |
| | ELABORAÇÃO DE TERMO DE INFORMAÇÃO E/OU RELATÓRIOS AFINS | 104 | 1 | 17 | 170 | 292 |
| | CONTATO TELEFONICO | 223 | 207 | 143 | 120 | 693 |

Os atendimentos correspondem às demandas espontâneas, bem como os encaminhamentos advindos de outras secretarias ou setores públicos, além das famílias atendidas pelo Projeto Aluguel Social que diariamente necessitam de esclarecimentos e acompanhamento da situação social vivida, além de informações e orientações sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). Vale ressaltar que embora não estejam contabilizados no total de atendimentos, também são realizados atendimentos telefônicos para fins de esclarecimento.

As visitas domiciliares são realizadas com o objetivo de avaliar e acompanhar as famílias que são atendidas e que solicitam inserção nos projetos e programas habitacionais. Trata-se de um dos instrumentos que potencializa as condições de conhecimento do cotidiano dos sujeitos, no seu ambiente de convivência familiar e comunitária. Vale destacar que após cada visita é gerado um relatório com parecer social.

As visitas institucionais visando o conhecimento e parceria com os demais espaços e órgãos que compõe o Sistema de Garantia de Direitos para melhor direcionamento dos encaminhamentos e ações com as famílias atendidas e acompanhadas no Município.

Já os diagnósticos sociais consistem no levantamento, análise e interpretação social que abrange as famílias que foram atendidas pelo projeto do aluguel social durante o período em questão e as que tiveram seus contratos renovados e/ou foram inseridas no Projeto nesse mesmo período, levando em consideração um conjunto de intervenções previamente definidas. A elaboração desse documento se dá no momento em que a família comparece a esta secretaria para atendimento

individualizado e neste momento se faz também a juntada de documentos para renovação e/ou inserção no projeto.

A participação em reuniões e/ou eventos coletivos, se refere a presença e atuação em reuniões de conselhos municipais, em que a SEHAB possui representatividade, em conferências, em capacitações, em momentos alinhamento de ações com demais órgãos e representantes municipais, entre outros.

A elaboração dos termos de informação e/ou relatórios afins é para sistematizar a prática profissional e esclarecer situações adversas ao processo, em sua maioria estão vinculados ao setor jurídico e/ou administrativo da secretaria.

Os contatos são fundamentais para o desenvolvimento da prática profissional, uma vez que é através deles que se mantém a articulação com a rede socioassistencial, órgãos diversos e o contato com os beneficiários dos programas e projetos habitacionais do município.

• **ATIVIDADES DO SETOR DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**

Relatório referente às atividades desenvolvidas pelo setor de regularização Fundiária da Secretaria Municipal de Habitação e Defesa Civil no ano de 2017.

- Reunião com secretário para orientação de demanda e necessidades da secretaria;
- Análise e organização de processos;
- Planejamento de demanda e atividades;
- Atendimento ao público;
- Reunião com Secretários de diversas pastas para tratar de assuntos referentes à regularização fundiária;
- Trabalho de campo para levantamento de informações referentes a regularização fundiária;
- Participação em reuniões da Comissão Elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social — PLHIS.
- Participação em reuniões com o Ministério Público para tratar de assuntos referentes à regularização fundiária.
- Elaboração de material para resposta a solicitações do Ministério Público;
- Participação em reuniões da Comissão de Regularização Fundiária.

- Análise e parecer sobre materiais do PLHIS;
- Levantamento de informações para atender solicitações de outras secretarias.
- Elaboração de memorandos e ofícios;
- Estudo do organograma da secretaria;
- Análise de documentos e processos;
- Contato com representante do SEDURB, para tratar da cooperação técnica entre o município e o Estado no programa Morar Legal.

Diligências para verificação da situação de irregularidade de assentamentos no município;

Participação em atividade de capacitação sobre Termo de Referência;

Vistorias;

Solicitação de orçamentos de equipamentos para o setor de regularização fundiária;

Estudo das legislações pertinentes ao setor, para proposição e adequação da legislação municipal;

Reunião com servidores de outras secretarias, para esclarecimento de dúvidas quanto à regularização fundiária;

Auxílio em atividade do Programa Minha Casa Minha Vida, em Guaraná;

Outras atividades correlatas e inerentes ao setor de regularização fundiária.

• **ATIVIDADES DO SETOR DE DEFESA CIVIL**

A Coordenadoria de **Proteção e Defesa Civil** é uma coordenação municipal destinada a evitar ou minimizar os impactos dos desastres, diminuindo ou evitando perdas, danos e prejuízos econômicos à população. E tem seu trabalho focado na prevenção, preparação, mitigação, resposta e restauração/reconstrução de cenários afetados.

Segue abaixo a descrição dos relatórios escritos e fotográficos:

Registro de ocorrências: subentende-se, toda e qualquer, ocorrência que envolva direta ou indiretamente, a possibilidade de danos pessoais e materiais a população;

Relatório de situações de Talude: subentende-se, risco de ruptura, deslizamento e/ou corrida de massa, que venham comprometer edificações, estradas de acesso, leitos de rios, canais pluviais/fluviais, e outros que possam trazer danos, perdas e prejuízos a população;

Relatório de vistoria em edificações: subentende-se, vistoriar toda e qualquer tipo de edificação, identificando a existência de riscos ou não, orientar solicitante ou morador a tomar as providências cabíveis quanto a restauração e/ou outros;

Relatório de vistorias diversas: subentende-se, a pontos isolados de uma edificação (marquise, calçadas, escombros, postes, etc). Contemplam ainda cursos d'aguas, rochas e quaisquer outros que não se encontra no parágrafo acima.

Relatório Fotográfico: Os relatórios/itens de I a IV são confeccionados com auxílio de fotografias. Onde as mesmas atestam a realidade da situação encontrada;

Relatório de vistoria em locais com árvores: Subtende-se, vistoriar árvores que expõem riscos ao patrimônio e a integridade física das pessoas;

Relatório de vistoria em muros de blocos cimentados e outros: Subtende-se a vistoriar muros que estão trincados, rachados, abaulados, desaprumados, deteriorados, etc;

Relatório a pedido do M. Público/Juizado: Subtende-se em vistoriar qualquer coisa ou objeto, concernentes a ações de defesa civil, solicitado pelo Ministério Público e ou Juizado;

Termo de notificação: Formulário em 02 vias, que visa dar ciência ao responsável quanto aos riscos expostos às pessoas ou outros que estão submetidos. E dá obrigação do mesmo quanto a providências à serem tomadas.

Termo de interdição: Formulário em 02 vias, onde ocorre a interdição por inteiro ou parcialmente do imóvel/objeto vistoriado até que se tomem as providências cabíveis.

Termo de liberação: Visa a liberação do imóvel ora interditado após correção das anomalias.

Segue abaixo as tabelas e o gráfico do relatório de atividades:

| PERÍODO | REL. VISTORIA EDIFICAÇÕES | REL. VISTORIA TALUDE/ENC. | REL. VISTORIA DIVERSAS | REGISTRO DE OCORRÊNCIA |
|--------------|---------------------------|---------------------------|------------------------|------------------------|
| 1º TRIMESTRE | 6 | 1 | 5 | 1 |
| 2º TRIMESTRE | 18 | 0 | 2 | 5 |
| 3º TRIMESTRE | 10 | 3 | 2 | 1 |
| 4º TRIMESTRE | 10 | 3 | 2 | 1 |
| TOTAL | 44 | 7 | 11 | 8 |
| | | | | |
| | | | | |

| PERÍODO | REL. À PEDIDO M.P. OU JUIZADO | REL. VISTORIA EM ÁRVORES | REL. VISTORIA EM MUROS | NOTIFICAÇÃO/ INTERDIÇÃO/ DESINTERDIÇÃO |
|--------------|----------------------------------|-----------------------------|---------------------------|--|
| 1º TRIMESTRE | 2 | 3 | 3 | 0 |
| 2º TRIMESTRE | 0 | 3 | 2 | 2 |
| 3º TRIMESTRE | 42 | 5 | 2 | 4 |
| 4º TRIMESTRE | 3 | 5 | 2 | 4 |
| TOTAL | 47 | 16 | 9 | 10 |

Conclui-se por todo o exposto que as ações realizadas atingiram os objetivos propostos no âmbito de competência da SEHAB.

Secretário

Valber Luiz Campores

SEMAM

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE (SEMAM)

A Secretaria de Meio Ambiente do Município de Aracruz tem as seguintes atribuições e competências:

- I - estruturar, coordenar, controlar e executar a política municipal de meio ambiente;
- II - estruturar, implantar e acompanhar a política de controle ambiental;
- III - participar do planejamento das políticas públicas do Município;
- IV - elaborar o plano de ação de meio ambiente e a respectiva proposta orçamentária;
- V - manter atualizado o registro, cadastro e informações ambientais do Município;
- VI - coordenar as ações dos órgãos integrantes do Sistema Municipal de Meio Ambiente;
- VII - exercer o controle, o monitoramento e a avaliação dos recursos naturais do Município;
- VIII - realizar o controle e o monitoramento das atividades produtivas e dos prestadores de serviços quando efetiva ou potencialmente poluidores ou degradadores do ambiente;
- IX - manifestar-se mediante estudos e pareceres técnicos sobre questões de interesse ambiental para a população do Município;
- X - implementar, através de planos, estratégias e ações as diretrizes da política ambiental do Município;
- XI - promover a educação ambiental;

- XII - articular-se com organismos federal, estaduais, municipais e organizações não-governamentais – ONG's, para a execução coordenada e a obtenção de financiamentos para a implantação de programas relativos à preservação, conservação e recuperação dos recursos ambientais, naturais ou não;
- XIII - coordenar a gestão do FUMDEMA – Fundo Municipal de Defesa e Desenvolvimento do Meio Ambiente nos aspectos técnicos, administrativos e financeiros, segundo diretrizes fixadas pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente;
- XIV - apoiar as ações das organizações da sociedade civil que tenham a questão ambiental entre seus objetivos;
- XV - propor a criação e gerenciar as unidades de conservação, implementando os planos de manejo;
- XVI - propor ao Conselho Municipal de Meio Ambiente normas, critérios, parâmetros, padrões, limites, índices e métodos para o uso dos recursos naturais do Município;
- XVII - licenciar todas as atividades efetiva e/ou potencialmente poluidoras a serem instaladas, duplicadas ou ampliadas no Município, atualizando os processos daquelas que já se encontram instaladas, estando ou não em funcionamento;
- XVIII - acompanhar, desenvolver, orientar e implantar, com a participação dos órgãos e entidades do Sistema Municipal de Meio Ambiente – SIMMA, em consonância com o Conselho Municipal do Plano Diretor Urbano – CMPDU, os padrões, normas e diretrizes para o zoneamento ambiental, observada a exigência da compatibilização do desenvolvimento social e econômico com a proteção ao meio ambiente, atendendo os princípios do Código Municipal de Proteção ao Meio Ambiente;
- XIX - fixar diretrizes ambientais para elaboração de projetos de parcelamento do solo urbano, em consonância com a legislação municipal vigente, bem como para a instalação de atividades e empreendimentos no âmbito da coleta e disposição dos resíduos;
- XX - coordenar e implantar projetos de paisagismo no Município, promovendo sua avaliação e adequação;
- XXI - promover as medidas administrativas e requerer as judiciais cabíveis para coibir, punir e responsabilizar os agentes poluidores e degradadores ambientais;
- XXII - atuar em caráter permanente na recuperação de áreas e recursos ambientais poluídos ou degradados;

XXIII - fiscalizar as atividades produtivas comerciais, industriais e agropecuárias de prestação de serviços e o uso de recursos ambientais pelo poder público e privado, dentro dos limites do Município;

XXIV - exercer o poder de polícia administrativa para condicionar e restringir o uso e gozo dos bens, atividades e direitos, em benefício da preservação, conservação, defesa, melhoria, recuperação e controle ambiental;

XXV - exigir, quando necessário e conforme especificação da legislação em vigor, os estudos ambientais, em conformidade com as especificidades do empreendimento em questão;

XXVI - dar apoio técnico, administrativo e financeiro ao Conselho Municipal de Meio Ambiente;

XXVII - dar apoio técnico e administrativo ao Ministério Público nas suas ações institucionais em defesa do meio ambiente;

XXVIII - elaborar projetos ambientais;

XXIX - definir e fiscalizar a aplicação dos recursos financeiros destinados à resolução de problemas ambientais;

XXX - articular e desenvolver projetos e atividades ambientais intermunicipais que venham a favorecer consórcios e outros instrumentos de cooperação;

XXXI - identificar e caracterizar os ecossistemas do Município, definindo as funções específicas de seus componentes, as fragilidades, as ameaças, os riscos e o uso compatível;

XXXII - coordenar em conjunto com as concessionárias de abastecimento de água, recolhimento de esgotos e resíduos sólidos, o ordenamento de atividades que comprometam, de qualquer forma, os recursos naturais do Município;

XXXIII - controlar, dentro de suas possibilidades, os vários tipos de poluição e degradação ambiental;

XXXIV - prestar serviços à comunidade no que se refere às ações e projetos da Secretaria;

XXXV - implementar os instrumentos da Política Municipal de Meio Ambiente no Município para a perfeita consecução dos objetivos definidos em legislação específica;

XXXVI - estabelecer, no exercício regular de sua competência, normas suplementares para atender às peculiaridades do Município, em matéria de meio ambiente, observadas as normas gerais de competência do Estado e da União;

XXXVII - estabelecer as limitações administrativas indispensáveis ao controle das atividades potencial e efetivamente degradadoras, compreendendo, também, as restrições condicionadoras do exercício do direito de propriedade, de forma compatível com o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, observados os princípios constitucionais;

XXXVIII - estabelecer políticas ambientais em harmonia com as políticas sociais, econômicas, científicas e culturais, visando ao bem-estar físico, mental e social do indivíduo e da coletividade;

XXXIX - adotar medidas no sentido de cumprir e fazer cumprir as atividades, programas, diretrizes e normas destinadas à preservação, conservação, recuperação e melhoria da qualidade ambiental, bem como a impedir o agravamento de situações que exponham áreas e ecossistemas à ameaça de degradação ambiental;

XL - estabelecer diretrizes gerais e regionais para localização e integração das atividades industriais, considerando os aspectos ambientais envolvidos, em consonância com os objetivos de desenvolvimento econômico e social, visando atender ao melhor aproveitamento das condições naturais, urbanas e de organização espacial, essenciais à sadia qualidade de vida;

XLI - exercer outras atividades correlatas

Antes mesmo de se tornar Secretaria de Meio Ambiente, esta funcionava juntamente com a Secretaria Municipal de Agricultura. Contava com 13 funcionários. Os trabalhos desenvolvidos eram: Fiscalização, Proteção de espécies como caranguejo e peixes, Proteção das Unidades de Conservação, Educação Ambiental, Poda e Paisagismo, entre outros. Foi então que no ano de 2000, viu-se a necessidade de fazer a desintegração das Secretarias e fundar a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMAM) foi desvinculada em 2001 pelo Senhor Almir Gonçalves Viana, Secretário de Agricultura da época, cujo Prefeito era Luiz Carlos Cacá Gonçalves.

Para que as secretarias se tornassem independentes, fez-se necessário a criação de um Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMMA), com a função de opinar e assessorar o poder executivo municipal (a Prefeitura), suas secretarias e o órgão ambiental municipal, nas questões relativas ao meio ambiente. O Conselho funciona também como fórum para se tomar decisões, tendo caráter deliberativo, consultivo e normativo, além disso, deu habilitação ao município , por meio da SEMAM a realizar Licenciamento Ambiental das diversas atividades poluidoras e/ou degradadoras.

Para que as secretarias se tornassem independentes, fez-se necessário a criação de um Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMMA). A presente gestão municipal exercida pelo Prefeito Jones Cavaglieri tem na Sustentabilidade um de seus objetivos estratégicos para o desenvolvimento do Município de Aracruz, cuja pasta (SEMAM) esta sendo exercida pelo senhor Wagner José Elias Carmo.

**AÇÕES REALIZADAS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017 ORGANIZADAS
POR SEGUIMENTO POR
GERÊNCIAS E NUCLEO ADMINISTRATIVO, DA SEMAM**

**RELATÓRIO DE GESTÃO 2017 - AÇÕES
GERÊNCIA DE CONTROLE E QUALIDADE AMBIENTAL – GCAQ
(LICENCIAMENTO AMBIENTAL)**

- **751** Processos de Licenciamento Ambiental em análise;
- **83** Processos recebidos;
- **184** Vistorias realizadas *in loco*;
- **112** Pareceres Técnicos emitidos;
- **68** Relatórios Técnicos emitidos;
- **310** Ofícios emitidos;
- **28** Memorandos emitidos;
- **72** Licenças Ambientais emitidas
- **10** Autorizações Ambientais emitidas;
- Atendimento diário às consultas realizadas à SEMAM por parte de pessoa física e jurídica (Atendimento ao público);
- Acompanhamento de condicionantes das licenças / autorizações ambientais emitidas;
- Atendimento de denúncias do Ministério Público e do Juizado Especial Criminal;
- Acompanhamento em vistorias com a equipe da Gerência de Fiscalização Ambiental e a Gerência de Recursos Naturais;
- Análise de processos de outras gerências desta SEMAM;
- Análise de processos de Carta Consulta e Dispensas de Eventos;
- Análise de processos referentes à emissão de manifestação quanto à execução de atividades de limpeza e desassoreamento de cursos hídricos;

- Análise de pendências administrativas em processos de licenciamento ambiental inertes por falta de manifestação do requerente e/ou da secretaria, oficiando as referidas pendências aos requerentes;
- Atualização da planilha de monitoramento para controle das condicionantes das licenças ambientais emitidas e controle de ofícios emitidos;
- Realização de Visita Técnica na planta industrial da Carta Fabril localizada no Estado do Rio de Janeiro, visando adquirir conhecimento do processo produtivo de papel *tissue*, a fim de auxiliar na análise e elaboração do Parecer Técnico com vistas à emissão de licença ambiental;
- Programa de monitoramento da balneabilidade: litoral de Aracruz;
- Participação em cursos / palestras: “Reuso de Efluentes Tratados”; “Licenciamento de Extração Mineral e Beneficiamento de Minerais Não Metálicos”; “Qualidade no atendimento ao cidadão”; “Licenciamento Ambiental: Aspectos Legais”; “Gestão Patrimonial, Avaliação e Depreciação”; “Direito Ambiental”; “O Desafio da Liderança na Gestão das Emoções”.

AÇÕES DE MELHORIA REALIZADAS PELA SEMAM NA GCQA

- Elaboração da planilha de monitoramento para controle das condicionantes das Licenças Ambientais emitidas;
- Estabelecimento de procedimentos administrativos para emissão de manifestação quanto à execução de atividades de limpeza e desassoreamento de cursos hídricos;
- Construção de proposta de reestruturação da legislação pertinente ao licenciamento ambiental (Enquadramento de atividades conforme Resolução CONSEMA n° 002/2016, procedimentos de licenciamento simplificado, atividades sujeitas à dispensa de licenciamento ambiental);
- Chegada de 05 novos desktops e 01 notebook;
- Solicitação de estagiário para auxiliar nas atividades da gerência.

GRÁFICOS E PLANILHAS

LICENÇAS AMBIENTAIS EXPEDIDAS ANUALMENTE - EMITIDAS ATÉ 29/12/2017

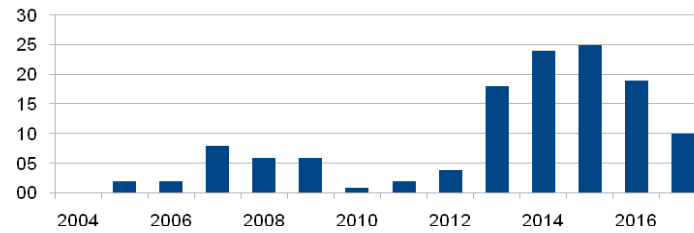
| Ano | Quantidade de Licenças Emitidas | | | | | | Total/Ano |
|--------------|---------------------------------|------------|------------|------------|-----------|-----------|-------------|
| | LMP* | LMI* | LMO* | LMC/LAR* | LMA* | LU* | |
| 2005 | 07 | 09 | 05 | 07 | 00 | 00 | 28 |
| 2006 | 16 | 14 | 03 | 17 | 00 | 00 | 50 |
| 2007 | 15 | 10 | 03 | 24 | 00 | 00 | 52 |
| 2008 | 12 | 13 | 04 | 33 | 00 | 00 | 62 |
| 2009 | 20 | 18 | 10 | 52 | 00 | 00 | 100 |
| 2010 | 04 | 07 | 12 | 23 | 00 | 01 | 47 |
| 2011 | 10 | 08 | 08 | 16 | 00 | 00 | 42 |
| 2012 | 21 | 16 | 13 | 15 | 00 | 01 | 66 |
| 2013 | 16 | 18 | 09 | 17 | 00 | 00 | 60 |
| 2014 | 41 | 41 | 32 | 18 | 02 | 00 | 134 |
| 2015 | 53 | 58 | 51 | 10 | 00 | 05 | 177 |
| 2016 | 36 | 34 | 32 | 58 | 00 | 02 | 162 |
| 2017 | 06 | 07 | 10 | 48 | 01 | 00 | 72 |
| Total | 261 | 256 | 193 | 343 | 03 | 09 | 1065 |

* LMP = Licença Municipal Prévia; *LMI = Licença Municipal de Instalação; * LMO = Licença Municipal de Operação; *LAR = Licença Ambiental de Regularização; * LMA = Licença Municipal de Ampliação; LU = Licença Única.

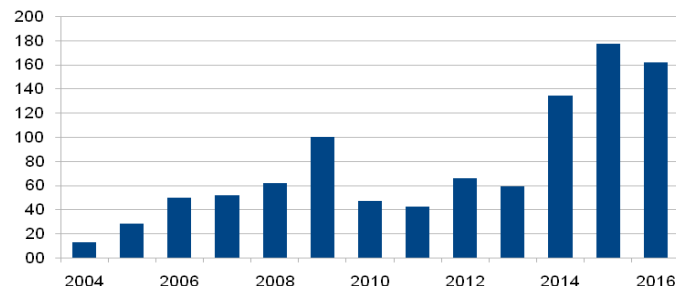
AUTORIZAÇÕES AMBIENTAIS EXPEDIDAS ANUALMENTE - EMITIDAS ATÉ 29/12/2017.

| Ano | Quantidade |
|--------------|------------|
| 2005 | 02 |
| 2006 | 02 |
| 2007 | 08 |
| 2008 | 06 |
| 2009 | 06 |
| 2010 | 01 |
| 2011 | 02 |
| 2012 | 04 |
| 2013 | 18 |
| 2014 | 24 |
| 2015 | 25 |
| 2016 | 19 |
| 2017 | 10 |
| Total | 127 |

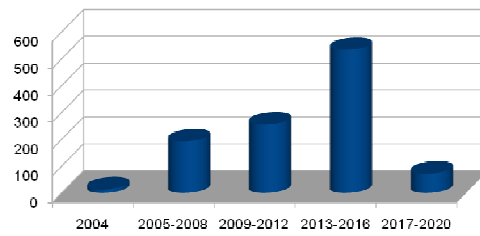
Total de Autorizações Ambientais Emitidas (2004-2017) até 29/12/2017




Total de Licenças Ambientais Emitidas (2004-2017) até 29/12/2017



Total de Licenças Ambientais Emitidas por Gestão até 29/12/2017



RELATÓRIO DE GESTÃO 2017 - AÇÕES
GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL- GEA

| EDUCAÇÃO FORMAL | |
|---|--|
| Público Prioritário: Estudantes, pais e funcionários | |
| Atividade: Palestras | |
| Local: Escolas | Período: junho a outubro |
| Nº de palestras: 09 | Quant. de Participantes: 320 |
| <p>Descrição das Atividades: As palestras foram ministradas em âmbitos formais na perspectiva da gestão e gerenciamento de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/10) com enfoque em questões relacionadas a não geração de resíduos e Coleta Seletiva no município .</p> | |
| PROJETOS | |
| Programa Escola no Manguezal | |
| Local: Portal de Santa Cruz | Período: 21 Julho a 05 setembro |
| Nº de Visitas técnicas: 10 | Quant. de Participantes: 240 |
| <p>Descrição das Atividades: Projeto Escola no Manguezal tem o intuito de promover conhecimento sobre o bioma e despertar nas pessoas a consciência da necessidade de agir em prol da conservação e preservação dos manguezais através de visita técnica na parte seca do mangue durante a maré baixa, com a monitoria de um tirador de caranguejo da Aldeia de Caeiras que ensina sobre a técnica sustentável da cata do caranguejo e após a orientação realizam a visita técnica pelo Rio Piraquê-açu em uma escuna.</p> | |
|  | |

| Programa Escola no Aricanga | |
|--|--|
| Local: PNM do Aricanga | Período: 14 a 21 de novembro |
| Nº de visitas: 04 | Quantidade de Participantes: 70 |
| Descrição das Atividades: O Projeto Escola no Aricanga consiste na visita de escolas no Parque Natural Municipal Morro do Aricanga “Waldemar Devens”. Primeiro é feita uma apresentação do parque no polo de educação ambiental, é realizada a Trilha da Barriguda com os alunos, onde os alunos são introduzidos no ambiente de mata atlântica, tendo a oportunidade de presenciar várias espécies de plantas e animais. | |
| EVENTOS COMEMORATIVOS AMBIENTAIS | |
| Público Prioritário: Estudantes e População em Geral | |
| Local: Praças | Período: Março a Setembro |
| Nº de eventos: 03 | Quant. de Participantes: Mais de 1000 |
| Descrição das Atividades: Dia Mundial da Água – Consistiu em duas etapas, a primeira foi pela manhã na praça São João Batista apresentação de banners, maquete do ciclo da água, atividades lúdicas e gincanas e contou também com panfletagem nas vias principais. A segunda etapa consistiu em uma palestra sobre os desafios hídricos voltados para escolas, faculdades e sociedade, compareceram 573 pessoas. | |
| Semana do Meio Ambiente – Consistiu em várias atividades durante a semana como apresentação teatral em escolas, campanha de conscientização dentro da PMA, formação de lideranças no Polo de Educação Ambiental do Aricanga, Plantio de Árvores com escolas e famílias e panfletagem com o apoio dos alunos da FAACZ. | |
| Dia da Árvore – Foi realizada o plantio de 38 mudas em Jacupemba, contou com apresentação musical e teatral do Lar São José. | |
| EDUCAÇÃO NÃO FORMAL | |
| Atividade: Projeto Vida no Mangue | |
| Público Prioritário: Catadores de Caranguejo | |
| Área de Abrangência: Comunidade do entorno do manguezal | Período: Abril a Dezembro |
| Nº de ações: 08 | Quant. de Participantes: 118 cadastrados/ 81 beneficiados |
| Descrição das Atividades: O projeto se baseia no cadastramento e seleção de | |

| | |
|---|--|
| catadores de caranguejo do município de Aracruz para o recebimento do benefício de cestas básicas referente aos períodos de defeso e andata do Caranguejo Uçá. | |
| Atividades: Palestra, Mutirão e Ações de Sensibilização Ambiental | |
| Público Prioritário: Comunidade | |
| Área de Abrangência: Cohab IV, Guaraná, Santa Cruz, Vila do Riacho, Barra do Riacho e Barra do Sahy. | Período: Agosto a Dezembro |
| Nº de ações: 06 | Estimativa de Participantes: 1500 |
| Descrição das Atividades: Foram desenvolvidas palestras no Minha Casa Minha Vida em Guaraná, mutirão de revitalização de pontos viciosos de lixo e panfletagem para orientação sobre coleta seletiva em Vila do Riacho, Barra do Riacho e Barra do Sahy, ações de educação ambiental com distribuição de mudas e jogos lúdicos em Santa Cruz, mutirão de conscientização sobre coleta seletiva no bairro Cohab IV.. | |
| Atividades: Atividade Voltadas para Funcionários Públicos | |
| Público Prioritário: Setor público | |
| Área de Abrangência: Prefeitura, Câmara Municipal e SAAE. | Período: Junho a Novembro |
| Nº de ações: 04 | Estimativa de Participantes: 600 |
| Descrição das Atividades: Foram desenvolvidas atividades formativas para orientar as secretarias sobre as ações de controle ambiental desenvolvidas pela Secretaria de Meio ambiente da Prefeitura de Aracruz. Realizou também o encontro entre secretários e vereadores no Parque Natural Municipal Morro do Aricanga onde foram apresentadas as ações e projetos desenvolvidos pela SEMAM, além de compartilhar a importância e representatividade do parque para o município e após os convidados fizeram um passeio na Trilha Ecológica da Barriguda. Foram realizadas atividades de panfletagem e orientação dos servidores públicos da PMA: coleta seletiva, pequenas atitudes que fazem a diferença como usar sua caneca própria em vez de usar copos descartáveis. | |

QUANTO À ROTINA DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL:

- Foram realizadas **611 vistorias** em atendimento a denúncias proveniente do Ministério Público (MP), Ouvidoria Pública Municipal (OPM), entre outras, tendo sido emitidos **182 relatórios** de vistoria e **35 pareceres técnicos**.
- Foram emitidos **38 ofícios** em resposta ao MP e ao judiciário, **45 memorandos** em resposta à OPM.
- Foram lavrados **88 Autos** de Constatação/Embargo/Interdição/Infração decorrentes de ações de fiscalização.
- Foram analisados e encaminhados **1119 processos** para a emissão de Alvarás Municipais.
- Foram recolhidos **21 exemplares** da fauna silvestre, provenientes de entrega voluntária ou captura direta, encaminhando-os ao Centro de Triagem CEREIAS.
- Foram realizadas **14 operações** de fiscalização ambiental em parceria com a Polícia Militar, Polícia Militar Ambiental, ICMBio, IEMA, SPU e AGERH.
- Foram realizados **7 acompanhamentos** a equipes que desenvolvem projeto de pesquisa e monitoramento ambiental nas Unidades de Conservação municipais.
- Manutenção diária de equipe no Parque Natural Municipal do Aricanga, tendo sido realizado o atendimento a **576 visitantes**, fazendo o registro e a devida orientação quanto ao uso da Unidade de Conservação.
- Intensificação das ações de proteção das restingas da orla do Município, durante o período de verão.
- Intensificação da fiscalização no manguezal dos rios Piraquê-açu e Piraquê-mirim durante os três períodos de proteção do caranguejo-uçá (*Ucidescordatus*), de acordo com a Portaria SEAMA Nº 012-R, de 28.12.2016. Em tais ações de fiscalização foram apreendidos aproximadamente **960 caranguejos**, sendo imediatamente liberados no ambiente natural.
- Intensificação da fiscalização no manguezal dos rios Piraquê-açu e Piraquê-mirim e em outros ambientes de ocorrência do guaiamum (*Cardisomaguanhum*), durante o principal período de reprodução da espécie no Município, considerando o Decreto Estadual nº 1499-R/2005. Nesse período foram apreendidos aproximadamente **144 exemplares** da espécie, que foram imediatamente liberados no ambiente natural.

- Foram apreendidas **26 armadilhas** para a captura de guaiamum



Figura 01-Armadilhas utilizadas para a captura de guaiamum e redes de pesca apreendidas

- Intensificação da fiscalização da pesca irregular no período de reprodução natural dos peixes, considerando a Instrução Normativa IBAMA nº 196/2008, tendo sido apreendidas **360 metros de rede** de pesca e uma rede de arrasto de 3 metros.

QUANTO AO APOIO AOS DIVERSOS SETORES DA SEMAM

- Participação na elaboração do cadastro dos catadores de caranguejo-uçá, conforme Decreto Municipal nº 26759/2003, em colaboração ao setor de educação ambiental da SEMAM.
- Entrega de **240 cestas básicas** aos catadores de caranguejo-uçá em atendimento ao Decreto Municipal nº 26759/2003, em colaboração ao setor de educação ambiental da SEMAM.
- Participação e apoio a ações de educação ambiental nas Unidades de Conservação do Município.

QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

- Em 28.06.2017 foi realizada uma apresentação aos servidores das diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Aracruz, informando sobre as ações de controle e fiscalização ambiental desenvolvidas pela SEMAM.
- Durante os meses de outubro e novembro de 2017, foi realizado um curso de capacitação e formação, oferecido a toda a equipe da Gerência de Fiscalização Ambiental (GFA). Este curso contou com apresentações de representantes do ICMBio, IBAMA, IEMA, IDAF, SPU, FAACZ, Corpo de Bombeiros, além das Gerências de Recursos Naturais (GRN) e Gerência de Controle e Qualidade Ambiental (GCQA) desta SEMAM.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2017 - AÇÕES GERÊNCIA DE RECURSOS NATURAIS - GRN

1 – AÇÕES DE ARBORIZAÇÃO E PAISAGISMO

1.1 – Comunidades Atendidas com Serviço de Poda e/ou Corte

| | |
|---|------------------|
| Praia dos Quinze | Morobá |
| Putiri | Vila do Riacho |
| Mar Azul | Coqueiral |
| Boa Vista | Praia dos Padres |
| Segatto | Centro |
| Bela Vista | Santa Rosa |
| Vila Rica | Santa Cruz |
| Total De Comunidades Atendidas: 14 | |

1.2 – Atendimentos Especiais de Arborização (Poda, Corte e Plantio) Paisagismo e Eventos.

| | |
|--|---|
| Implantação e manutenção do paisagismo (Praças e Trevos) 26 | - <u>Praças</u> (Bairro Jardins, Barra Ville, Boa Vista, Cemitério, Coabh III, Praça da Paz, Praça João Batista, Jacupemba, Mar Azul, Vila Nova, Vila Rica, Bela Vista, São Marcos, Jequitibá, Coabh IV, Planalto; - <u>Trevo dos Bairros</u> (Bela Vista, Torre, Praça da |
|--|---|

| | |
|---|---|
| | <p>Paz, Morobá, Centro, Santa Cruz, Irajá, Coqueiral.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ciclovia - Bairro Nova Colatina, Jacupemba |
| <p>Implantação e manutenção do paisagismo (Escolas)</p> <p>07</p> | <ul style="list-style-type: none"> - EMEF Honório Nunes de Jesus; - EMEF Novo Irajá;CMEI Donatilia Coutinho; - CMEB Esther nascimento dos Santos; - EMEF Placidino Passos; - CMEB Mário Leal; - EMEF Ezequiel Fraga Rocha; - EMEF Zilka Nunes Vieira Bermudes |
| <p>Implantação e manutenção do paisagismo (Órgãos)</p> <p>11</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Secretaria de Turismo - Ouvidoria; - Casa do Cidadão; - Postos de Saúde :Vila Rica, Jacupemba e Guaxindiba; - Cisa; - Parque Municipal do Aricanga; - APAE; - Casa da Cultura; - Centro de Convivência do Idoso; |
| <p>Poda e Corte diferenciados demandas específicas</p> <p>25</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Poda da Restinga da Praia dos Quinze; - Poda da Restinga de Putiri; - Poda da Restinga de Mar Azul; - Corte das árvores (Parceria Escelsa); - Corte das árvores (Parceria Escelsa); - Corte de árvores em Santa Cruz; - Poda/Manejo da Restinga da Barra do Sahy; - Poda/Manejo da Restinga da Praia dos XV; - Poda/Manejo da Restinga em Putiri; - Podas árvores Ponto de Ônibus ; - Podas árvores Vila do Riacho; - Corte de árvore caída no bairro Coqueiral; - Corte de árvore caída na Praia dos Padres; - Corte de árvore caída na Praça da Paz; - Corte de árvores caídas no Parque do Aricanga; - Corte de árvores na comunidade de Santa Rosa; - Poda de árvores Câmeras de Monitoramento PMA - Poda/Manejo da Restinga de Santa Cruz; - Poda árvore EMEF Samuel Costa ; - Corte de árvores condenadas atrás Posto Trevão; - Corte de árvores caídas em Mar Azul; - Corte de árvores no estacionamento Setrans; - Poda de árvores no Vila Rica; - Corte de árvores condenadas na Portaria da |

| | |
|---|---|
| | PMA - Poda de árvores Câmeras de Monitoramento PMA |
| Manutenção de Unidades de Conservação 02 | - Parque Natural Municipal do Aricanga - Parque Natural Municipal David Victor Farina |
| Doação de mudas 15 | - 220 mudas doadas a 15 escolas e comunidades |
| Eventos 03 | - Dia Mundial da água-Ação na Praça do centro e Praça do bairro Jardins; - Dia da Arvore: Plantio de Arvores na Ciclovia em Jacupemba; - Mutirão para implantação de paisagismo nos pontos viciados de lixo nas comunidades de Barra do Riacho e Barra do Sahy. |
| Total De Atendimentos Especiais : 90 | |

✓ O reduzido quantitativo de serviços prestados em relação ao corte e poda de árvores no município deve-se a ausência de contrato com empresa prestadora de serviços de Arborização Urbana,.O processo de licitação para contratação destes serviços encontram-se em andamento desde novembro de 2017 . Os serviços emergenciais foram atendidos pontualmente pela equipe própria de funcionários da prefeitura, dentro de nossas limitações.

II- UNIDADES DE CONSERVAÇÃO MUNICIPAIS E RECURSOS NATURAIS

2.1 . Atividades Relacionadas à Compensação Ambiental das Unidades de Conservação do Município : Parque Natural Municipal Aricanga Waldemar Devens, Parque Natural Municipal David Farina, Reserva De Desenvolvimento Sustentável Piraquê-Açú,Mirim.

| | |
|---|----|
| Parecer Técnico | 77 |
| Relatórios Técnicos | 23 |
| Total De Documentos Produzidos : 100 | |

2.2– Parecer técnico, Visitas Técnicas, Vistorias e Estudos referentes a Processos e relatórios quanto a Uso e Ocupação do Solo e em atendimento a diversas demandas direcionadas a Gerência de Recursos Naturais, foram elaborados uma série de Pareceres e Relatórios Técnicos conforme totalizando:

| | |
|---|----|
| Parecer Técnico | 79 |
| Relatórios Técnicos | 23 |
| Total De Documentos Produzidos : 102 | |

III– PUBLICAÇÕES

➤ Publicação de Instrução Normativa : “Limpeza e Desassoreamento de Cursos d’água”,

Importante instrumento de preservação ambiental relacionado aos Recursos hídricos que já está disponível ao público interessado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente

➤ Publicação do Decreto que Regulamenta o Uso Público do Parque Natural Municipal Waldemar Devens – Aricanga.

Importante documento que disciplinará o uso desta importante área de preservação do município de Aracruz, com o objetivo de garantir sua preservação para as gerações presente e futuras.

Total De Atividades Desenvolvidas: 02

IV– OUTROS

- **Análise de 29 (vinte e nove)** Processos de Recuperação Ambiental da Lagoa do Aguiar, Jacupemba, a pedido do Ministério Público;
- Apoio à pesquisa científica relacionada à herpetofauna (anfíbios e répteis) no Parque Natural Municipal do Aricanga; realizada por Juliana Alves estudante de Biologia da FAESA, orientada pelo pesquisador Tiago do Museu de Biologia Prof. Mello Leitão – Santa Tereza, ES;
- Participação na reunião da Fundação RENOVA – Linhares;
- Reunião com a SEMAG sobre parceria em Projeto de Recuperação de Nascentes;
- Participação como conselheiro no Fórum Estadual dos Manguezais;
- Apoio ao ICMBIO em ação na Praia do Gramuté a fim de reparar dano

causado por movimentação irregular de arenito;

- Levantamento de áreas para realização de piqueteamento a fim de preservar a restinga na Orla de Aracruz;
- Participação como conselheiro no conselho consultivo da APA Costa das Algas e RVS de Santa Cruz;
- Participação Seminário da Confecção do Manejo da Reserva de Duas Bocas;

| | |
|--|----|
| Analises Técnicas | 29 |
| Apoio Pesquisas | 02 |
| Participações | 04 |
| Total De Documentos Produzidos : 35 | |

Secretário

Wagner José Elias Carmo

SEMOB

FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

De acordo com a Lei Municipal nº. 3.652, de 05/04/2013, que reorganizou a estrutura organizacional do Poder Executivo do Município de Aracruz/ES e deu outras providências, a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura possui as seguintes atribuições e competências:

- ✓ Executar as atividades concernentes à construção, à manutenção e à conservação de obras, equipamentos públicos e mobiliário urbano, em geral;
- ✓ Promover as atividades de construção, pavimentação e conservação de vias urbanas e logradouros, bem como das respectivas redes de drenagem pluvial;
- ✓ Elaborar projetos para obras públicas municipais, seus orçamentos e programação, bem como o controle de sua execução;
- ✓ Controlar e fiscalizar as obras públicas contratadas a terceiros;
- ✓ Executar e controlar os trabalhos topográficos para obras e serviços a cargo da Prefeitura;

- ✓ Coordenar as atividades relativas ao licenciamento e à fiscalização do parcelamento do solo urbano e de construções particulares, de acordo com as normas municipais em vigor;
- ✓ Manter e atualizar os arquivos de projetos de prédios de obras públicas e de plantas de construções particulares;
- ✓ Desempenhar outras competências afins.

AÇÕES REALIZADAS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017

O quadro de detalhamento de Despesa da SEMOB é dividido em diversas ações, atribuições e competências que a Secretaria desenvolve, para organizar o espaço urbano consolidado, bem como promover o desenvolvimento do Município, conforme indicado abaixo:

- Administração e Manutenção da Unidade – Utilizado para cobrir despesas de pessoal, administração, aquisição de material de consumo, dentre outros.
- Construção de Escadarias;
- Construção de Muros de Contenção em Área de Risco;
- Desapropriação de Área Urbana;
- Revitalização da Orla;
- Pavimentação de Ruas e Avenidas;
- Construção, Ampliação, Reforma e Manutenção de Prédios Públicos e Equipamentos Sociais;
- Construção, Ampliação e Manutenção da Rede de Drenagem;
- Construção de Estacionamento;
- Execução do Projeto “Calçada Cidadã”;
- Extensão de Rede de Iluminação Pública;
- Manutenção do Sistema de Rede Elétrica e Iluminação Pública;
- Construção, Ampliação e Manutenção de Rede Coletora;
- Construção de Elevatórias de Esgoto;
- Construção de Estação de Tratamento de Esgoto, Linha de Recalque e Elevatória Principal;
- Construção de Poços Artesianos;
- Construção e Ampliação da Rede de Água;
- Construção de Reservatório e Distribuição de Água;

Cumpramos ressaltar que algumas atribuições e competências da SEMOB não interferem diretamente no orçamentário/financeiro, entretanto são importantes para o crescimento econômico e urbanístico da cidade.

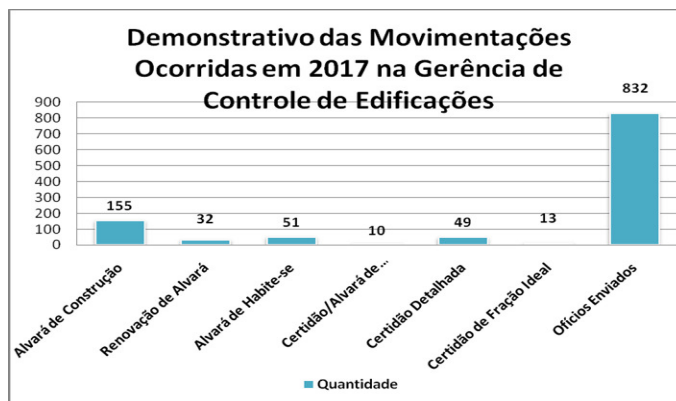


Gráfico 01 – Demonstrativo das Movimentações Ocorridas em 2017 na GCE

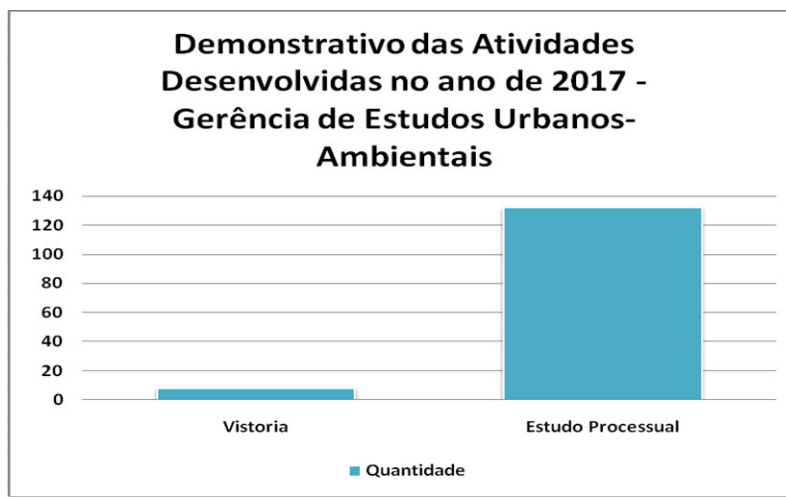


Gráfico 02 – Demonstrativo das Movimentações Ocorridas em 2017 na Gerência de Estudos Urbanos Ambientais.

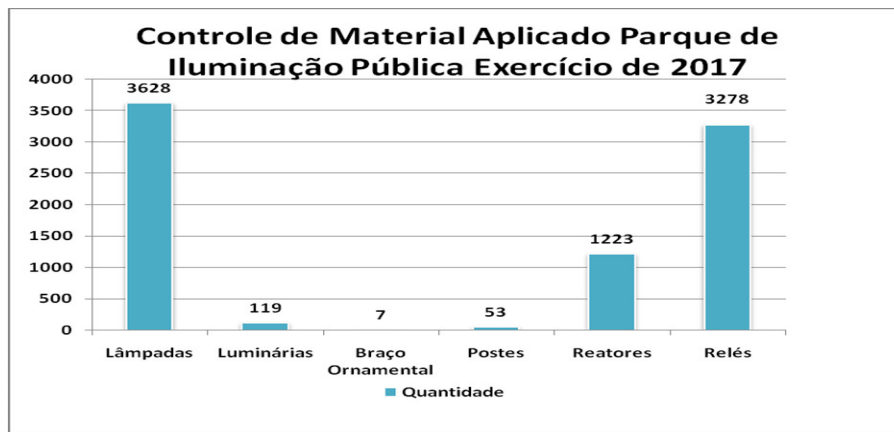


Gráfico 03 – Intervenções e Material aplicado no Parque de Iluminação Pública em 2017.

| Processo | Contrato | OBRA | SITUAÇÃO |
|-----------------|-----------------|---|--|
| 604/2016 | 137/2016 | Reforma e Ampliação da EMEF Zenília Varzem Ribeiro - 2ª Etapa, localizada na Rua Floriano Santana, Barra do Riacho, neste Município de Aracruz | Concluída. |
| 6485/2015 | 201/2015 | Reforma da Quadra Poliesportiva Coberta e Construção da Praça Sauassu, neste Município de Aracruz/ES | Concluída. |
| 17352/2014 | 229/2015 | Pavimentação, Drenagem e Esgotamento Sanitário no Bairro Nova Colatina, Distrito de Jacupemba, neste Município de Aracruz/ES | Concluída. |
| 2080/2015 | 237/2015 | Conclusão da Reforma e Ampliação da EMEF Maria Inês Della Valentina, Distrito de Jacupemba, neste Município de Aracruz/ES | Em andamento. |
| 16708/2014 | 149/2016 | Contratação de Empresa para Elaboração de Projetos de extensão de Rede de Distribuição de Energia Elétrica, neste Município de Aracruz/ES | Em andamento. |
| 15509/2014 | 182/2015 | Contratação de Empresa para prestação de serviços - Projetos de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico, neste Município de Aracruz/ES | Paralisada. |
| 3875/2013 | 227/2013 | Prestação de Serviços Continuados de Conservação e Manutenção, Corretiva e Rotineira dos Prédios Administrativos, neste Município de Aracruz/ES | Contrato na 3ª prorrogação - em andamento. |
| 5954/2013 | 231/2013 | Contratação de empresa especializada para prestar serviços de manutenção e melhoramento do parque de iluminação, neste Município de Aracruz/ES | Contrato na 3ª prorrogação - em andamento. |
| 3943/2013 | 230/2013 | Serviços de Elaboração de Projetos, Gerenciamento, Supervisão e Fiscalização de Obras Prediais, neste Município de Aracruz/ES | Contrato na 3ª prorrogação - em andamento. |
| 5057/2013 | 232/2013 | Serviços de Elaboração de Projetos, Gerenciamento, Supervisão e Fiscalização de Obras de Infraestrutura, neste Município de Aracruz/ES | Contrato na 3ª prorrogação - em andamento. |

| | | | |
|------------|----------|---|----------------------|
| 3893/2017 | 051/2017 | Obras de Infraestrutura e Pavimentação de vias, contemplando serviços preliminares, obras de terraplanagem, obras de arte correntes e drenagem, pavimentação, esgotamento sanitário e sinalização nas vias internas do Bairro Morobazinho/Nova Conquista na extensão de 2.600 (dois mil e seiscentos) metros, neste Município de Aracruz-ES | Em andamento. |
| 6032/2017 | 026/2017 | Conclusão da Obra de Duplicação da Avenida Guaxindiba, neste Município de Aracruz, incluindo Serviços de Terraplanagem, Pavimentação, Drenagem, Esgotamento Sanitário, rede de Água, Sinalização, Muro de Contenção e Iluminação, no trecho compreendido na ES 124-km 02 ao km 05, com extensão de 3km | Em andamento. |
| 13620/2016 | - | Contratação de Empresa para execução de Reforma e Implantação do Centro de Hemodiálise no CEMA (Centro de Especialidades Médicas de Aracruz) localizado nas dependências do Prédio da Unidade de Saúde Básica do Guaxindiba, no Município de Aracruz. | Em fase de Contrato. |

Secretário

Wellington Lozer Giacomin

SEMPLA

A Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Município de Aracruz, de acordo com a lei nº 3.652 de 05/04/2013, tem as seguintes atribuições e competências:

- Coordenar o planejamento do Município e das ações e políticas voltadas para a gestão estratégica e o desenvolvimento urbano;
- Realizar as funções de assessoramento, planejamento, coordenação, supervisão, orientação técnica, controle, execução e avaliação, em nível central, dos planos e projetos estratégicos para o município de Aracruz.

- Estruturar sistemas de monitoramento e avaliação de indicadores de desempenho e resultado no âmbito da Administração Pública Municipal;
- Coordenar a formulação e o controle da execução das políticas, programas e ações voltadas à transformação e melhoria da qualidade da gestão da Administração Pública Municipal;
- Elaborar, em articulação com os demais órgãos da Prefeitura, o Plano Estratégico Municipal, do Plano Plurianual e da proposta orçamentária, bem como o acompanhamento, monitoramento e avaliação de sua execução;
- Promover estudos e ações para o desenvolvimento da Cidade e garantindo sua compatibilidade com o Planejamento Estratégico, com o Plano Plurianual e com as Leis Orçamentárias Anuais;
- Normatizar, orientar e monitorar os procedimentos de planejamento e orçamento governamentais para todos os órgãos da Prefeitura;
- Elaborar a Lei de Diretrizes Orçamentárias e dos Orçamentos anual e plurianual, processados de acordo com metodologia que assegure a participação popular;
- Elaborar estudos e projetos de natureza socioeconômica e de desenvolvimento urbanístico;
- Elaborar, revisar, regulamentar e fiscalizar o Plano Diretor do Município;
- Captar e negociar recursos, convênios e assistência técnica e financeira junto a órgãos institucionais nacionais e internacionais para as ações, planos e programas municipais;
- Gerir os convênios para captação de recursos financeiros firmados pela Prefeitura Municipal;
- Ações realizadas durante o exercício de 2016

- GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO URBANO

| AÇÕES REALIZADAS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017 | QUANT. | DESCRIÇÃO: |
|--|---------------|----------------------------|
| GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO URBANO | | |
| Análise e Parecer Técnico de processos relacionados ao uso e ocupação do solo. | 179 | 46 do CPDM 133 do CTPDM |

| | | |
|---|-----|---|
| Planejar e Organizar reuniões do Conselho do Plano Diretor Municipal – CPDM | 12 | 11 Reuniões Ordinárias 01 Reunião Extraordinária |
| Elaborar cronograma, convites/pauta, resoluções e atas das reuniões do CPDM | 42 | 15 Resoluções 13 Convites/Pautas 13 Atas 01 Cronograma |
| Encaminhar processos aos Conselheiros relatores para serem apresentados, discutidos e deliberados nas reuniões ordinárias do CPDM | 42 | 01 na 01ª Reunião Ordinária 03 na 02ª Reunião Ordinária 03 na 03ª Reunião Ordinária 04 na 04ª Reunião Ordinária 06 na 05ª Reunião Ordinária 04 na 06ª Reunião Ordinária 03 na 07ª Reunião Ordinária 05 na 08ª Reunião Ordinária 05 na 09ª Reunião Ordinária 03 na 10ª Reunião Ordinária 02 na 11ª Reunião Ordinária 03 na 1ª reunião extraordinária |
| Elaboração de Termo de Referência para Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV | 06 | 01 Carta Fabril 01 Planta de Bio-Óleo 01 Vila Santi II 01 Portocel 01 Hospital Maternidade São Camilo 01 Imetame Logística |
| Análise de Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV | 02 | 01 Arte Nova 01 Aracruz XII |
| Análise de Estudos Urbanísticos | 01 | Estudo Urbanístico de Mudança de Zoneamento – EUMZ do terreno do Dr. Sixto Nelson Quiñonez Diaz |
| Encaminhar processos aos relatores para serem apresentados, discutidos e deliberados nas reuniões o do CTPDM | 125 | 10 na 01ª Reunião Ordinária 06 na 02ª Reunião Ordinária 04 na 03ª Reunião Ordinária 07 na 04ª Reunião Ordinária 05 na 05ª Reunião Ordinária 04 na 06ª Reunião Ordinária 04 na 07ª Reunião Ordinária 03 na 08ª Reunião Ordinária 01 na 01ª Reunião Extraordinária 06 na 9ª Reunião Ordinária 08 na 10ª Reunião Ordinária 06 na 11ª Reunião Ordinária 08 na 12ª reunião Ordinária 07 na 13ª Reunião Ordinária 08 na 14ª Reunião Ordinária 03 na 15ª Reunião Ordinária 07 na 16ª Reunião Ordinária 06 na 02ª Reunião Extraordinária 02 na 17ª Reunião Ordinária 05 na 18ª Reunião Ordinária 04 na 19ª Reunião Ordinária 04 na 20ª Reunião Ordinária 05 na 21ª Reunião Ordinária 04 na 22ª Reunião Ordinária 01 na 03ª Reunião Extraordinária |
| Planejar e Organizar reuniões da Comissão Técnica do PDM – CTPDM | 25 | Reuniões ocorrem conforme demanda e através de calendário anual aprovado. |

| | | |
|---|----|--|
| Elaborar cronograma, convites/pauta, Atas e Resoluções das reuniões da Comissão Técnica - CTPDM | 54 | 01 Cronograma 25 Convites/pauta 25 Atas 03 resoluções |
| Realização de Audiências Públicas | 02 | 01 Audiência Pública para apresentação do EIV do Loteamento Aracruz XII 01 Audiência Pública para apresentação do EIV do Condomínio Residencial Global com três empreendimentos: RESIDENCIAL MICLELE DA ROCHA REIS I, RESIDENCIAL MICHELE DA ROCHA REIS II E ITAPUTERA, representado pela empresa Arte Nova. |
| Revisão do PDM – Reuniões e apresentações | 15 | 01 Apresentação da FAACZ no Polo UAB 05 reuniões com Comissão Técnica do PDM – CPDM 07 Reuniões com Comissão Técnica Do PDM - CTPDM e Grupo de Trabalho Executivo para análise e acompanhamento da Revisão do PDM. 02 Reuniões com setor do PDM/SEMPLA e Comissão Especial de acompanhamento da revisão do PDM da Câmara Municipal. |
| Visita Técnica | 10 | 01 Terminal Portuário da Imetame Manutenção Técnica do Sistema de Geoprocessamento pelo consultor Alberto da empresa de consultoria AE Sistema As demais foram para auxiliar no relato dos processos |
| Reuniões de trabalho | 55 | CPDM, CTPDM e Revisão do PDM |
| Eventos | 08 | Audiências Públicas, palestras e inauguração de obras |

- GERÊNCIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS

A Gerência de Captação de Recursos é responsável pela gestão e controle de todas as informações pertinentes à identificação, celebração e prestação de contas, juntamente com o gestor de cada secretaria, dos convênios e contratos de repasse junto aos órgãos do Governo Federal e Estadual por meio de seus ministérios e secretarias.

O procedimento para a captação de recursos financeiros pode ser realizados através de indicação de emenda parlamentar ou cadastramento de proposta voluntária pelo Município, desde que previsto na LDO e LOA, seguindo uma metodologia que abrange desde a apresentação de proposta até a assinatura do convênio, fazendo o

acompanhamento do prazo de vigência, e quando necessário a solicitação de aditivos e a prestação de contas.

A SEMPLA é responsável desde o cadastramento até assinatura do convênio/contrato de repasse. Após a efetivação do convênio e autorização para o início do processo licitatório, a SEMPLA faz o encaminhamento à secretaria afim para tomar as providências cabíveis quanto à execução do projeto apresentado.

PROJETOS DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Governo Federal

| | | | | | | | | Atualizado até: |
|---------------------------|-------------|--|---------------------|-------------------|---------------------|-------------------|-----------|--|
| | | | | | | | | 4-jan-18 |
| Unidade Financiadora | Nº Convênio | Objeto | Dados do Convênio | | | | | Andamento do Processo |
| | | | Concedente | PMA | Total | Liberado | Data | |
| Ministério das Cidades | 818982 | Drenagem e pavimentação- Nova Conquista | 2.372.200,00 | 127.800,00 | 2.500.000,00 | 49.104,54 | 19-dez-17 | Em execução. |
| | 830583 | Drenagem Morobazinho / Nova Conquista | 1.817.587,59 | 483.013,07 | 2.300.600,66 | 344.474,65 | 30-nov-17 | Em execução. |
| | 834869 | Pavimentação Morobazinho / Nova Conquista | 524.687,67 | 110.713,88 | 635.401,55 | 0,00 | | Aguarda PMA - SEMOB encaminhar os projetos à CAIXA para aprovação. |
| TOTAL | | | 4.714.475,26 | 721.526,95 | 5.436.002,21 | 393.579,19 | | |
| Unidade Financiadora | Nº Proposta | Objeto | Concedente | PMA | Total | Liberado | Data | Andamento do Processo |
| Ministério da Agricultura | 094106/2017 | Infraestrutura no Morro de Guaraná(Cachoeirinha - Ribeirão do Cruzeiro). | 872.273,00 | 8.810,90 | 881.083,90 | | | Cadastrado no SICONV |
| Ministério da Agricultura | 098042/2017 | Recuperação de Ponte sobre o Rio Santa Maria / Piraqueçu. | 384.538,21 | 3.900,00 | 388.438,21 | | | Cadastrado no SICONV |

| Ministério da Agricultura | 097165/2017 | Infraestrutura no Morro do Gimuhuna(Sentido Aracruz Cachoeirinha). | 3.061.226,92 | 31.000,00 | 3.092.226,92 | | | Cadastrado no SICONV |
|---------------------------|-------------|--|----------------------|-------------------|----------------------|-------------|------|-----------------------|
| Ministério da Agricultura | 094025/2017 | Infraestrutura no Morro da Comunidade de Pau Preto. | 1.936.323,68 | 19.559,00 | 1.955.882,68 | | | Cadastrado no SICONV |
| Ministério da Agricultura | 094117/2017 | Construção de Ponte sobre o Rio do Cruzeiro /Assentamento. | 996.206,81 | 10.063,00 | 1.006.269,81 | | | Cadastrado no SICONV |
| Ministério da Agricultura | 094136/2017 | Construção de Ponte sobre o Rio Retiro. | 612.907,86 | 6.191,00 | 619.098,86 | | | Cadastrado no SICONV |
| Ministério da Agricultura | 005487/2017 | Aquisição de Patrulha Mecanizada. | 1.799.504,00 | 74.792,00 | 1.874.296,00 | 0,00 | | Cadastrado no SICONV |
| TOTAL | | | 9.662.980,48 | 154.315,90 | 9.817.296,38 | 0,00 | | |
| | | | | | | | | |
| Unidade Financiadora | Nº Proposta | Objeto | Concedente | PMA | Total | Liberado | Data | Andamento do Processo |
| Ministério do Turismo | 017020/2017 | Reforma do Centro Cultural Mãe Aurélia. | 481.124,36 | 4.859,84 | 485.984,20 | 0,00 | | Cadastrado no SICONV |
| | 020999/2017 | Infraestrutura na Orla do Município - Putiri. | 8.458.486,44 | 172.622,17 | 8.631.108,61 | 0,00 | | Cadastrado no SICONV |
| Ministério do Esporte | 1004/2017 | Construção de Vila do Esporte. | 1.500.000,00 | 16.000,00 | 1.516.000,00 | 0,00 | | Cadastrado no SICONV |
| Ministério do Esporte | 091065/2017 | Construção, ampliação, reforma e modernização da infraestrutura esportiva. | 933.372,00 | 9.428,00 | 942.800,00 | 0,00 | | Cadastrado no SICONV |
| TOTAL | | | 11.372.982,80 | 202.910,01 | 11.575.892,81 | 0,00 | | |

| Unidade Financiadora | Nº Proposta | Objeto | Concedente | PMA | Total | Liberado | Data | Andamento do Processo |
|------------------------|-----------------|--|----------------------|-------------------|----------------------|-------------|------|---|
| Ministério das Cidades | 981.1.2508/2017 | Ampliação e melhoria no abastecimento de água no Município de Aracruz. | 11.834.340,37 | 622.965,27 | 12.457.305,64 | 0,00 | | Carta consulta. Aguardando análise do Ministério. |
| | 804.2.2508/2017 | Esgotamento sanitário em Jacupemba. | 4.809.915,87 | 253.153,47 | 5.063.069,34 | 0,00 | | Carta consulta. Aguardando análise do Ministério. |
| TOTAL | | | 16.644.256,24 | 876.118,74 | 17.520.374,98 | 0,00 | | |

Proposta incluídas no Fundo Nacional de Saúde para análise e liberação. Emenda Parlamentar do Deputado Carlos Manato.

| Unidade Financiadora | Nº Proposta | Objeto | Concedente | PMA | Total | Liberado | Data | Andamento do Processo |
|----------------------|---------------------------|---|------------|------|------------|----------|------|---|
| Ministério da Saúde | 17002 | Aquisição de Equipamentos pra UBS Vila do Riacho. | 158.910,00 | 0,00 | 158.910,00 | 0,00 | | Aprovado no Ministério. |
| Ministério da Saúde | 17003 | Construção de USB em Vila do Riacho. | 841.000,00 | 0,00 | 841.000,00 | 0,00 | | Aprovado no Ministério aguardando conclusão do projeto executivo. |
| Ministério da Saúde | 32006 - 01712290 – 722316 | Vam- Transporte Sanitário Eletivo. | 190.000,00 | 0,00 | 190.000,00 | 0,00 | | Cadastrado no Egestor em 29/12/2017. |
| Ministério da Saúde | 32006 - 0171222 – 175738 | 02 Ambulância | 160.000,00 | 0,00 | 160.000,00 | 0,00 | | Cadastrado no Egestor em 26/12/2017. |
| Ministério da Saúde | 32006 - 01712291 – 932031 | Consultório odontológico móvel | 250.000,00 | 0,00 | 250.000,00 | | | Cadastrado no Egestor em 29/12/2017. |

| Ministério da Saúde | | Construção de Unidade de atendimento - Porte II. | 3.100.000,00 | 0,00 | 3.100.000,00 | 0,00 | | Aguardando documentação da Secretaria de Saúde para cadastramento da proposta. |
|----------------------|-------------|--|--------------|------|--------------|--------------|-----------|--|
| TOTAL | | | 4.699.910,00 | 0,00 | 4.699.910,00 | 0,00 | | |
| Unidade Financiadora | Nº Proposta | Objeto | Concedente | PMA | Total | Liberado | Data | Andamento do Processo |
| Ministério da Saúde | 16003 | Aquisição de Equipamentos para o CAPS II Bela Vista. | 193.530,00 | 0,00 | 193.530,00 | 193.530,00 | 30-dez-16 | Em processo de licitação. |
| Ministério da Saúde | 16015 | Reforma da UBS de Barra do Shay. | 148.608,00 | 0,00 | 148.608,00 | 29.721,60 | 24-mar-17 | O processo foi encaminhado a SEMOB para atualizações e demais providências para licitação. |
| Ministério da Saúde | 16009 | Aquisição de Equipamentos para CEMA de Guaxindiba. | 2.049.134,00 | 0,00 | 2.049.134,00 | 2.049.134,00 | 30-dez-16 | Em processo de licitação. |
| Ministério da Saúde | 16011 | Aquisição de Equipamentos para Barra do Riacho, Bela Vista, Morobá e Vila do Riacho. | 150.000,00 | 0,00 | 150.000,00 | 150.000,00 | 30-mai-17 | Em processo de licitação. |
| Ministério da Saúde | 16017 | Aquisição de Equipamentos para o Caique e Vila Rica. | 163.070,00 | 0,00 | 163.070,00 | 163.070,00 | 5-jun-17 | Em processo de licitação. |
| Ministério da Saúde | 16016 | Reforma da UBS de Coqueiral. | 141.319,00 | 0,00 | 141.319,00 | 141.319,00 | 24-mar-17 | Encaminhada para a SEMOB atualizar e demais providência para licitação. |

| | | | | | | | | |
|-----------------------------|--------------------|---|---------------------|-------------------|---------------------|---------------------|-------------|---|
| Ministério da Saúde | 16014 | Ampliação da Unidade de Saúde de Barra do Shay. | 246.000,00 | 0,00 | 246.000,00 | 49.200,00 | 30-mar-17 | Encaminhada para a SEMOB atualizar e demais providência para licitação. |
| Ministério da Saúde | 15003 | Reforma do CEMA Hemodiálise de Guaxidiba | 647.790,00 | 300.632,21 | 948.422,21 | 340.253,00 | 1-jul-16 | Em processo de licitação. Tomada de preço 002/2017. Abertura em 18/10/2017. |
| Ministério da Saúde | 15001 | Aquisição de Equipamentos para CEMA . | 1.399.308,90 | 0,00 | 1.399.308,90 | 1.399.308,90 | 30-jun-16 | Em processo de licitação. |
| Ministério da Saúde | 27142702000115001 | Aquisição de Equipamentos para as unidades do Caique, Coqueiral, Guaxindiba, Jacupemba e Vila Rica. | 170.500,00 | 0,00 | 170.500,00 | 170.500,00 | 10-nov-16 | Em processo de licitação. |
| TOTAL | | | 5.309.259,90 | 300.632,21 | 5.609.892,11 | 4.686.036,50 | | |
| Unidade Financiadora | Nº Proposta | Objeto | Concedente | PMA | Total | Liberado | Data | Andamento do Processo |
| Ministério da Educação FNDE | 02170/2014 | Construção do CMEI Planalto. | 1.454.332,94 | 1.904.851,29 | 3.359.184,23 | 290.864,59 | 30-jun-12 | Concorrência 002/2017 para execução da obra. Abertura em 17/10/2017. |
| Ministério da Educação FNDE | 09435/2014 | Construção da Quadra Poliesportiva do CMEB Honório Nunes de Jesus. | 509.836,90 | 938.332,29 | 1.448.169,19 | 101.967,38 | 19-ago-14 | Concorrência 003/2017 para execução da obra. Abertura em 07/11/2017. |
| Ministério da Educação FNDE | 09435/2014 | Construção da Quadra Poliesportiva da EMEF de Coqueiral. | 509.836,00 | 0,00 | 509.836,00 | 101.967,38 | 19-ago-14 | Encaminhado à SEMOB para atualização da planilha para licitação. |

| | | | | | | | | |
|-----------------------------|-------------|-----------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|-------------------------|--|
| Ministério da Educação FNDE | 2016 | Aquisição de onibus escolar. | 168.000,00 | 0,00 | 168.000,00 | 168.000,00 | 30-dez-16 | Onibus já adquirido. |
| Ministério da Educação FNDE | 710161/2008 | Construção do CMEI de Bela Vista. | 950.000,00 | 0,00 | 950.000,00 | 950.000,00 | 03/07/2008 e 20/12/2016 | Concorrência 005/2017 para execução da obra. Abertura em 23/01/2018. |
| TOTAL | | | 3.592.005,84 | 2.843.183,58 | 6.435.189,42 | 1.612.799,35 | | |

Governo Estadual

| Unidade Financiadora | Nº do Convênio | Objeto | Concedente | PMA | Total | Liberado | Data | Andamento do Processo |
|--------------------------|----------------|----------------------------------|----------------------|-------------|----------------------|---------------------|----------|--------------------------------|
| Governo do Estado SEDURB | 038/2013 | Duplicação da Avenida Guaxindiba | 10.566.991,61 | 0,00 | 10.566.991,61 | 8.725.051,95 | 8-dez-17 | Obra reiniciada em 19/05/2017. |
| TOTAL | | | 10.566.991,61 | 0,00 | 10.566.991,61 | 8.725.051,95 | | |

| Unidade Financiadora | Nº da proposta | Objeto | Concedente | PMA | Total | Liberado | Data | Andamento do Processo |
|---------------------------|----------------|---|-------------------|-------------------|-------------------|-------------|------|--|
| Governo do Estado SESPORT | 0055/2017 | Reforma de vestiário e área de lazer no Estádio de Guaraná. | 150.000,00 | 181.055,59 | 331.055,59 | 0,00 | | Cadastrado no SIGA. Documentos encaminhados a Secretaria de Esporte. |
| Governo do Estado SESPORT | 0025/2017 | Aquisição de material esportivo. | 64.704,00 | 0,00 | 64.704,00 | 0,00 | | Aguardando análise. |
| Governo do Estado SESPORT | 0026/2017 | Aquisição de material esportivo. | 19.923,10 | 0,00 | 19.923,10 | 0,00 | | Aguardando análise. |
| Governo do Estado SETUR | 003/2017 | Festival gastronômico de Aracruz- Santa Cruz. | 70.000,00 | 0,00 | 70.000,00 | 0,00 | | Firmado Convênio. |
| TOTAL | | | 304.627,10 | 181.055,59 | 485.682,69 | 0,00 | | |

| | | | | | | | |
|---------------|--|---------------|--------------|---------------|--------------|--|--|
| TOTAL FEDERAL | | 55.995.870,52 | 5.098.687,39 | 61.094.557,91 | 6.692.415,04 | | |
|---------------|--|---------------|--------------|---------------|--------------|--|--|

| | | | | | | | |
|----------------|--|---------------|------------|---------------|--------------|--|--|
| TOTAL ESTADUAL | | 10.871.618,71 | 181.055,59 | 11.052.674,30 | 8.725.051,95 | | |
|----------------|--|---------------|------------|---------------|--------------|--|--|

| | | | | | | | |
|-------------|--|---------------|--------------|---------------|---------------|--|--|
| TOTAL GERAL | | 66.867.489,23 | 5.279.742,98 | 72.147.232,21 | 15.417.466,99 | | |
|-------------|--|---------------|--------------|---------------|---------------|--|--|

| | | | | | | | |
|-------------------------|--|---------------|--|--|--|--|--|
| TOTAL FEDERAL EFETIVADO | | 15.215.651,00 | | | | | |
|-------------------------|--|---------------|--|--|--|--|--|

| | | | | | | | |
|--------------------------|--|---------------|--|--|--|--|--|
| TOTAL ESTADUAL EFETIVADO | | 10.566.991,61 | | | | | |
|--------------------------|--|---------------|--|--|--|--|--|

Secretário

Divaldo Crevelin

SEMSU

A Secretaria Municipal de Suprimentos é responsável pelo planejamento estratégico de suprimentos da Prefeitura Municipal de Aracruz em suas diversas secretarias com o objetivo de assegurar melhorias de qualidade e redução de custos para melhor gestão.

Entre suas atribuições, destacam-se:

- Processar licitações, nas várias modalidades previstas na Lei nº 8.666/1993, bem como na lei nº 10.520/2002;
- Formalizar os respectivos instrumentos, inclusive Atas de Registros de Preços (SRP);
- Especificar, padronizar e controlar a qualidade dos materiais de uso comum;
- Gerenciar o Sistema de Suprimentos: sistema de controle, recebimento, distribuição e consumo de materiais de uso comum; sistema de classificação, padronização e codificação de materiais de consumo, bens patrimoniais e serviços; informar os preços praticados de bens de consumo na PMA, administração direta;
- Cadastrar fornecedores;
- Armazenar, avaliar e realizar leilões dos materiais inservíveis baixados do patrimônio público.

A Secretaria Municipal de Suprimentos (SEMSU) constitui-se como o órgão administrativo, executando suas ações em conformidade com as demandas das diversas Secretarias do Município de Aracruz com objetivo de suprir através de Pregões Presenciais, Eletrônicos e Licitações em suas diversas modalidades a fim de atender os interesses sociais bem como administrativos do Município de Aracruz. Compõe seu organograma, além do Secretário, uma Gerência de Compras, Gerência de Almoxarifado e Gerência de Patrimônio as quais estão ligadas diretamente ao Secretário.

E ainda, setor de Pregão, setor de Licitação, setor de Compras, Almoxarifado e Patrimônio.

Descrição e Demonstração dos Pregões e Licitações realizadas em 2017

Foram realizados em 2017, até o mês de Dezembro, diversos pregões eletrônicos, chamamento público, bem como Licitações para realização de Obras para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Aracruz como também beneficiar a população conforme demonstrativos abaixo:

| RELAÇÃO DE PREGÕES ELETRÔNICOS | | | |
|---------------------------------------|-----------------------|-----------------------|----------------------|
| QUANTIDADE | VALOR ESTIMADO | R\$ ADJUDICADO | % PORCENTAGEM |
| 67 | R\$ 31.357.541,25 | R\$ 20.544.222,66 | 34,50 % |

| LICITAÇÕES CHAMAMENTO PÚBLICO | | | |
|--------------------------------------|-----------------------|-----------------------|----------------------|
| QUANTIDADE | VALOR ESTIMADO | R\$ ADJUDICADO | % PORCENTAGEM |
| 01 | R\$ 103.495,75 | R\$ 103.495,75 | 0,00% |

| LICITAÇÕES CONCORRÊNCIA PÚBLICA | | | |
|--|-----------------------|-----------------------|----------------------|
| QUANTIDADE | VALOR ESTIMADO | R\$ ADJUDICADO | % PORCENTAGEM |
| 01 | R\$ 4.800.600,00 | R\$ 3.202.073,38 | 33,30% |

| LICITAÇÕES TOMADA DE PREÇOS | | | |
|------------------------------------|-----------------------|-----------------------|----------------------|
| QUANTIDADE | VALOR ESTIMADO | R\$ ADJUDICADO | % PORCENTAGEM |
| 02 | R\$ 1.116.042,59 | R\$ 1.109.063,43 | 0,63% |

Principais Ações de Gestão realizadas em 2017

- Foram inventariados bens móveis junto as diversas secretarias municipais de

Aracruz com o objetivo de apurar inconsistências e regularizar o seu controle, bem como atender as exigências contidas na IN28 do TCE-ES;

- Realização de 01 (um) leilão para **desafetamento** de resíduos e ou bens inservíveis;
- Elaboração de inventário junto ao almoxarifado objetivando verificar a eficiência de seus controles bem como a veracidade das informações constantes no sistema de Gestão SMARAM.
- Realização de pregões e Licitações em atendimento as necessidades das secretarias Municipais de Aracruz em prol do bem-estar dos Municípios.

Secretário

Ivan Vicente Pestana

SEMTUR

SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

O Turismo é uma força socioeconômica que mobiliza cerca de 50 segmentos e outras atividades econômicas dos mais diversos setores produtivos e de serviços. Nele ocorrem fenômenos multiplicadores pois, propicia novos postos de trabalho direto e indiretos, novas oportunidades de negócios, aumento de renda, melhoria na infraestrutura turística e de apoio turístico, aumento de receitas para o município. O desenvolvimento local alavanca a possibilidade de equalizar 5 objetivos: preservação/conservação ambiental, identidade cultural, geração de ocupações produtivas e de renda, desenvolvimento participativo e qualidade de vida dos moradores de Aracruz.

O Turismo tem a capacidade de organizar o espaço geográfico, em face da necessidade de oferecer condições para atender o turista, sendo necessário criar infraestrutura e direcionar mão de obra especializada, mas é importante destacar que o turismo exerce uma função importante em cidades turísticas, pois as características e a identidade do lugar são preservadas.

O Turismo no Espírito Santo está organizado em destinos turísticos, nos quais o visitante/turista pode desfrutar das delícias do litoral, do turismo religioso, náutico, do ecoturismo e do agroturismo. Os destinos foram divididos em rotas, quatro delas

com acesso pela capital Vitória. E Aracruz, esta inserido na Rota Turística do Verde e das Águas.

O Turismo em Aracruz atualmente é bem procurado por turistas por causa dos belíssimos atrativos naturais e com paisagens exuberantes aliadas às tradições de índios, negros, italianos e portugueses. O município recebe visitantes de várias regiões do estado e do Brasil. A dinâmica econômica de Aracruz, possibilita o desenvolvimento de vários segmentos do Turismo de Eventos e Negócios, Turismo de Sol e Praia, Turismo Gastronômico com seus Restaurantes tradicionais, onde o prato mais pedido é a Moqueca Capixaba, Ecoturismo e o Agroturismo.

O turismo é uma atividade que movimenta a economia, gerando renda e emprego. Na medida que ele é desenvolvido, torna-se responsável pela satisfação de necessidades múltiplas de ordem intelectual, física, psicológica, cultural, social e profissional, mediante o desenvolvimento das sociedades modernas, provocando um efeito multiplicador.

O efeito multiplicador, é provocado pelo gasto dos turistas, em bens e serviços consumidos na localidade visitada, aumentando a geração de novos empregos e de renda. Ele pode ser avaliado pelo grau, por meio do qual o dinheiro gasto pelos turistas, permaneça na região, para ser reciclado por meio da economia local. Segundo dados dos IBGE, em uma pesquisa encomendada pela EMBRATUR, identificou-se 52 setores produtivos que são relacionados com o turismo.

Parte do que os turistas pagam em hotéis, restaurantes e lazer, é destinado entre outros gastos, para os salários dos empregados, que por sua vez pagam aluguéis, transporte, educação, compras. Normalmente, esse valor agregado é bem maior que a soma inicialmente gasta pelos turistas.

É papel da Secretaria de Turismo e Cultura, planejar, coordenar, implantar, acompanhar e avaliar as políticas de promoção do turismo. Além de formular diretrizes para o desenvolvimento de ações que fomentem o turismo no município, apoiando empresários e instituições, particulares ou não, na criação de políticas que incrementem o turismo.

O turismo representa hoje uma atividade econômica que gera renda e movimenta a economia. Portanto é importante o desenvolvimento de novos projetos que cada vez mais proporcionam a abertura a novos investimentos, principalmente em infraestrutura receptiva, incrementando a atividade com ações planejadas.

AÇÕES REALIZADAS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017

| SERVIÇO | AÇÕES REALIZADAS | PÚBLICO ATENDIDO |
|--|---|---|
| <p style="text-align: center;">Carnaval 2017</p> | <p>Foi realizadas contratações de bandas musicais para a realização de shows na programação do Carnaval 2017, porem com a greve da Policia Militar no Estado do Espírito Santo, optou-se pelo cancelamento da mesma presando pela segurança do publico em geral.</p> | <p style="text-align: center;">-</p> |
| <p style="text-align: center;">Festa da Cidade</p> | <p>Contratação de serviços, através de Processos Administrativos, para atender programação da festa da cidade realizada no mês de Abril de 2017.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Shows musicais; • Shows musicais pelo projeto palco livre; • Infraestrutura (banheiro químico, palco, som iluminação). | <p style="text-align: center;">Munícipes Visitantes Turistas e Empresários do Trade Turístico</p> |
| <p style="text-align: center;">Associação de Moradores de Córrego Alegre (AMOCA);</p> | <p>TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ARACRUZ/ES E ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE CÓRREGO ALEGRE EM 2017</p> <p>(Repasse de recurso financeiro, regulamentada pela Lei Federal nº 13.019/2014 alterada pela Lei 13.204/2015, para custear despesas provenientes da organização e execução do plano de trabalho referente a representação da paixão de cristo)</p> | <p style="text-align: center;">Munícipes Visitantes Turistas</p> |

| | | |
|---|--|--|
| <p>Apresentação do Teatro Sacro na Sexta Feira da Paixão (Associação de Moradores de Guaraná)</p> | <p>TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ARACRUZ/ES E ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE GUARANÁ EM 2017</p> <p>(Repasse de recurso financeiro, regulamentada pela Lei Federal nº 13.019/2014 alterada pela Lei 13.204/2015, para custear despesas provenientes da organização e execução do plano de trabalho referente a representação da paixão de cristo)</p> | <p>Munícipes Visitantes Turistas</p> |
| <p>JASCOM – Jovens Amigos a Serviço da Comunidade Representação da vida de Cristo</p> | <p>TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ARACRUZ/ES E JOVENS AMIGOS SERVIÇO DA COMUNIDADE EM 2017</p> <p>(Repasse de recurso financeiro, regulamentada pela Lei Federal nº 13019/2014 alterada pela Lei 13.204/2015, para custear despesas provenientes da organização e execução do plano de trabalho referente a representação da paixão de cristo)</p> | <p>Munícipes Visitantes Turistas</p> |
| <p>Dia do Museu</p> | <p>Contratação de serviços, através de Processos Administrativos, para atender programação do Dia do Museu realizada no dia 26, 27 e 28/05/2017.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Shows musicais; • Solo Maestro Farluson, Palestra com a museóloga Paula Nunes da SECULT, Coral encantar Coqueiral e Sarau de Poesia; • Infraestrutura (banheiro químico, locação de sonorização de mini-porte). | <p>Munícipes Visitantes Turistas</p> |

| | | |
|--|---|--|
| <p>Festa da Imigração Italiana</p> <p>(Secretariado dos Imigrantes Friulanos de Aracruz)</p> | <p>TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ARACRUZ/ES E SECRETARIADO DOS IMIGRANTES FRIULANOS DE ARACRUZ EM 2017</p> <p>(Repasse de recurso financeiro, regulamentada pela Lei Federal nº 13.019/2014 alterada pela Lei 13.204/2015, para custear despesas provenientes da organização e execução</p> | <p>Municípios Visitantes Turistas</p> |
| <p>Festa de Santa Cruz</p> | <p>Contratação de serviços, através de Processos Administrativos, para atender programação da Festa de Santa Cruz realizada no dia 18, 19 e 20/08/2017.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Shows musicais; • Infraestrutura (banheiro químico, tendas, locação de palco, sonorização e iluminação). • Espaço para os artesões; | <p>Municípios Visitantes Turistas e Empresários do Trade Turístico</p> |
| <p>EXPOAGRO VIDAS 2017</p> <p>Associação Vidas</p> | <p>TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ARACRUZ/ES E SECRETARIADO DOS IMIGRANTES FRIULANOS DE ARACRUZ EM 2017</p> <p>(Repasse de recurso financeiro, regulamentada pela Lei Federal nº 13.019/2014 alterada pela Lei 13.204/2015, para custear despesas provenientes da organização e execução do plano de trabalho referente a ExpoAgro Vidas)</p> | <p>Municípios Visitantes Turistas Empresários do Trade Turístico</p> |

| | | |
|-------------------------------|--|---|
| <p>Natal Encantado</p> | <p>Contratação de serviços, através de Processos Administrativos, para atender programação do Natal Encantado realizada nos dias 07, 08, 09, 15, 16, 17, 22 e 23/12/2017.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Shows musicais através do projeto prata da casa; • Apresentação artística através do projeto prata da casa; • Infraestrutura (banheiro químico, tendas, locação de palco, sonorização e iluminação). | <p>Munícipes Visitantes Turistas Empresários do Trade Turístico</p> |
| <p>Réveillon</p> | <p>Contratação de serviços, através de Processos Administrativos, para atender programação da Festa de Santa Cruz realizada no dia 18, 19 e 20/08/2017.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Shows musicais; • Infraestrutura (banheiro químico, tendas, locação de palco, sonorização e iluminação). • Show de Fogos de Artifício | <p>Munícipes Visitantes Turistas Empresários do Trade Turístico</p> |

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA, FISCAL, OPERACIONAL E PATRIMONIAL

A Lei Orçamentária Anual (LOA) aprovada para o exercício financeiro de 2017, objeto da Lei nº 4096 de 29/12/2016, estimou a receita e fixou a despesa para a (Secretaria/Órgão Nome) em **R\$ 2.706.170,78 (dois milhões, setecentos e seis mil, cento e setenta reais e setenta e oito centavos)**

Suplementações – Demonstrativo consolidado dos Créditos Adicionais Exercício 2017

Lei autorizativa: 4096

Tabela Referente ao Orçamento do ano de 2017

| Natureza da despesa | Dotação Inicial | Autorizada | Empenhado | Liquidado | Pago | Saldo Disponível |
|---------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|-------------------|
| | Despesa Corrente | 2.706.050,78 | 2.735.155,03 | 2.522.096,36 | 2.357.936,24 | 2.334.492,29 |
| Pessoal | 1.079.847,71 | 1.171.970,30 | 1.169.697,02 | 1.169.697,02 | 1.158.767,71 | 10.929,31 |
| Outras Despesas Correntes | 1.626.203,07 | 1.563.184,73 | 1.352.399,35 | 1.188.239,22 | 1.175.724,58 | 176.674,77 |
| Despesas Capital | 120,00 | 75.295,69 | 27.357,96 | 0,00 | 0,00 | 27.357,96 |
| Investimentos | 120,00 | 75.295,69 | 27.357,96 | 0,00 | 0,00 | 27.357,96 |
| Total Geral | 2.706.170,78 | 2.810.450,72 | 2.549.454,33 | 2.357.936,24 | 2.334.492,29 | 214.962,04 |

Valores em Reais (R\$)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perante o efeito multiplicador da atividade turística e Cultural, concluímos que esta é uma excelente alternativa para o desenvolvimento de Aracruz, de maneira a preservar a identidade local, conservar os patrimônios (natural e cultural), de minimizar a economia do município. Lembrando que para uma localidade se tornar turística, basta que ela tenha atrativos. Assim, se faz necessário que a localidade disponha de um amálgama de serviços e de uma infraestrutura adequada de acesso.

Secretário

Jean Carlo Gratz Pedrini

PROGE

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

DA ATUAÇÃO DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ

A Procuradoria-Geral do Município de Aracruz é instituição permanente e essencial ao exercício da função administrativa e da atuação judicial do Município, tendo como missão orientar, assessorar, representar e defender a municipalidade, administrativamente e judicialmente, em qualquer foro ou jurisdição, primando pela excelência, visando a assegurar a prevalência do interesse público e o eficiente atendimento ao cidadão, contribuindo, ainda, de forma determinante e significativa na diminuição da evasão fiscal e na promoção da execução da dívida ativa, sempre com o intuito de preservar o erário.

A atuação da órgão jurídico tem como diretriz o desempenho e o aperfeiçoamento contínuo, mediante o compromisso de aprimoramento profissional de seus agentes públicos, de modo a assegurar maior qualidade e eficiência na análise das questões jurídicas postas sob sua apreciação, para melhor atendimento aos interesses da administração pública e da sociedade.

No intuito de assegurar a efetividade das políticas públicas, a Procuradoria-Geral do Município atua no assessoramento jurídico da Administração Municipal, bem como na representação e na defesa do Município, em âmbito administrativo e judicial, fundamentada no interesse público e sob a égide dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, de acordo com os seguintes objetivos estratégicos, dentre outros:

- (i) dar suporte jurídico, de natureza preventiva e de assessoramento, participando dos processos de controle dos atos da administração pública municipal;
- (ii) estabelecer estratégias jurídicas para a diminuição da evasão fiscal, com maior eficiência na arrecadação dos tributos municipais;
- (iii) uniformizar e otimizar pareceres técnicos, opinativos jurídicos e procedimentos administrativos, visando a excelência no atendimento e na resposta ao cidadão;

- (iv) promover medidas administrativas e judiciais para proteção dos bens e patrimônio do Município e de seu meio ambiente;
- (v) estabelecer estratégias e buscar a excelência no atendimento das questões judiciais colocadas sob sua responsabilidade;
- (vi) incentivar o aperfeiçoamento técnico contínuo de seus agentes e demais servidores municipais.

C) DAS AÇÕES REALIZADAS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017

O ano de 2017 foi importante para que a Procuradoria-Geral do Município de Aracruz se consolidasse enquanto órgão público e aperfeiçoasse o exercício de suas competências e atribuições legais.

As ações desenvolvidas por este órgão jurídico se destinaram, mediante o atendimento das ações estratégicas supramencionadas, à execução de diversas atribuições fundamentais, delineadas via Lei Municipal nº. 3.334, de 17 de agosto de 2010, dentre as quais:

- (i) representar judicial e extrajudicialmente o Município;
- (ii) promover medidas administrativas e judiciais para proteção dos bens e patrimônio do Município e de seu meio ambiente;
- (iii) apreciar, por determinação do Prefeito Municipal ou do Procurador Geral, a legalidade e moralidade dos atos dos agentes da Administração Municipal;
- (iv) examinar e aprovar previamente as minutas dos editais de licitação, contratos, acordos, convênios, ajustes e quaisquer outros instrumentos em que haja um acordo de vontades para formação de vínculo obrigacional;
- (v) prestar assessoramento técnico-legislativo ao Prefeito do Município na elaboração de projetos de lei, decretos, vetos e atos normativos em geral;
- (vi) fixar administrativamente a interpretação da Lei Orgânica, das leis, decretos, ajustes, contratos e atos normativos em geral;
- (vii) editar enunciados dos seus pronunciamentos;
- (viii) elaborar representações sobre inconstitucionalidade de leis ou atos Municipais, submetendo-as ao Prefeito Municipal;
- (ix) emitir parecer acerca das manifestações técnico-jurídicas emanadas das secretarias ou de outros órgãos da Administração.

Para tanto, algumas medidas e ações foram adotadas por este órgão jurídico, dentre as quais:

a) Projeto Procuradoria Transparente: Projeto que visa, em sua essência, apresentar à população e aos agentes públicos do Município, o quantitativo de demandas administrativas/judiciais que tramitam perante a Procuradoria-Geral do Município no mês em referência, no intuito de atender aos princípios e preceitos estabelecidos na Constituição Federal e na legislação infraconstitucional, que demanda a ampla e eficiente publicação e transparência das tarefas desenvolvidas pelos entes de direito público e pelos órgãos a este vinculados. Tal projeto, além de assegurar a transparência da tarefa desenvolvida pela PROGE, resulta, em via secundária, na valorização do servidor público municipal lotado no referido órgão, que observará um reconhecimento no árduo e rotineiro trabalho desenvolvido em prol da Administração Pública Municipal, reforçando o seu compromisso para com o ente de direito público e para com a população como um todo. Em momento futuro, há interesse da Procuradoria-Geral do Município em ampliar as informações a serem amplamente divulgadas via o projeto *sub examine*, tal como, a título de exemplo, um histórico resumido dos processos judiciais de grande relevo para a Administração Pública Municipal e para o Município de Aracruz/ES.

Dados básicos: a) nome do projeto: "**Procuradoria Transparente**"; b) período de duração: tempo indeterminado; c) objeto de divulgação: o quantitativo de demandas administrativas/judiciais que tramitam perante a Procuradoria-Geral do Município no mês em referência e o quantitativo de manifestações elaboradas pelo Gabinete da PROGE; d) objetivo primário: atender aos princípios e preceitos estabelecidos na Constituição Federal e na legislação infraconstitucional, que demanda a ampla e eficiente publicação e transparência das tarefas desenvolvidas pelos entes de direito público e pelos órgãos a este vinculados; e) objetivo secundário: valorização do servidor público municipal lotado no referido órgão, que observará um reconhecimento no árduo e rotineiro trabalho desenvolvido em prol da Administração Pública Municipal, reforçando o seu compromisso para com o ente de direito público e para com a população como um todo; f) perspectivas futuras/ampliações do projeto: ampliação das informações a serem divulgadas, tal como, a título de exemplo, um histórico resumido dos processos judiciais de grande relevo para a

Administração Pública Municipal e para o Município de Aracruz/ES; g) método de divulgação do projeto: via recorte afixado nos quadros e setores da Procuradoria-Geral do Município e/ou via sítio eletrônico do Poder Executivo Municipal, em campo próprio destinado às informações da Procuradoria-Geral do Município;

b) adequação da rotina de trabalho junto aos demais órgãos que integram o Poder Executivo Municipal: Em janeiro de 2017, o gabinete da Procuradoria-Geral do Município, via memorando nº. 012/2017, determinou aos demais órgãos que compõem o ente de direito público interno que os processos administrativos encaminhados à Procuradoria-Geral do Município para análise sejam remetidos com todas as minutas, inclusive as de edital, de contratos, aditivos e de convênios, bem como com os demais documentos, manifestações, estudos técnicos, pareceres e informações que devam ser analisados e, ainda, acompanhados dos processos correlatos, propiciando a manifestação única do órgão jurídico, abrangendo todos os aspectos que lhe cumpre examinar, evitando a tramitação desnecessária do processo administrativo. Ademais, determinou-se que todas as minutas deverão ser redigidas/elaboradas pela própria Secretaria Municipal interessada ou centralizadas em Secretaria Municipal própria, e encaminhadas juntamente com o requerimento fundamentado à Procuradoria-Geral do Município e que, finda a análise pela Procuradoria-Geral do Município, competirá à Secretaria Municipal interessada, ou àquela indicada para a redação de todas as minutas, proceder à adequação recomendada pelo órgão jurídico no documento inicialmente apresentado, imprimir a versão final do instrumento e proceder com a sua juntada nos autos do processo administrativo correspondente, sem necessidade de novo retorno dos autos à Procuradoria-Geral do Município. Tais medidas, que se apresentam em conformidade com a Lei Municipal nº. 3.337/2010 (que dispõe sobre a "Desconcentração Administrativa"), visaram otimizar o serviço público, atendendo-se aos princípios e preceitos da eficiência e celeridade, além de padronizar a rotina de trabalho, conferindo maior transparência na atuação administrativa;

c) edição do Manual do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil: É de conhecimento da Administração Pública Municipal que a partir de 01 de janeiro de 2017 passou a vigorar para os municípios as disposições da Lei Federal nº. 13.019/2014, com suas posteriores alterações, *ex vi*, art. 88, §1º, do referido

dispositivo legal, que visa, em síntese, estabelecer "*o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação*". O referido regramento, denominado de Marco de Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC, se apresenta como uma novidade para os entes de direito público municipal, ainda pouco debatida nos meios jurídicos, com reduzido material para estudos (livros, artigos, cursos etc) e escasso enfrentamento das questões mais complexas, seja pela via jurisprudencial, seja pela via doutrinária. Por outro lado, a despeito do reduzido material de estudo/interpretativo das disposições da Lei Federal, o Município de Aracruz não pode se esquivar de aplicar o regramento estabelecido na mencionada legislação, eis que o instrumento de parceria se apresenta como uma ferramenta indispensável à concretude das políticas públicas/sociais, atendendo-se ao supraprincípio da supremacia do interesse público. Assim sendo, no intuito de auxiliar o administrador público na utilização da ferramenta *sub examine*, a Procuradoria-Geral do Município, em atividade de auxílio interpretativo aos demais órgãos municipais, elaborou manual, COM FINALIDADE NÃO EXAUSTIVA, para que sirva de suporte inicial ao manuseio do previsto na Lei Federal nº. 13.019/2014 e no Decreto Municipal nº. 32.487/2017, que discorrem especificamente acerca da matéria. Para tanto, foram apresentados esclarecimentos referentes a: (i) termo de fomento; (ii) termo de colaboração; (iii) acordo de cooperação; (iv) plano de trabalho; (v) chamamento público; (vi) requisitos para a celebração da parceria; e (vii) publicidade dos instrumentos de parceria. O referido manual pode ser consultado no seguinte endereço eletrônico: http://www.pma.es.gov.br/arquivos/orgaos/Manual_Nova_Lei_de_Parcerias_Voluntarias_-_Lei_n_13019-14.pdf

d) alteração legislativa: O gabinete da Procuradoria-Geral do Município redigiu projeto de lei ordinária visando alteração na Lei Municipal nº. 3.334, de 17 de agosto de 2010, no intuito de otimizar a atuação administrativa da Procuradoria-Geral do Município, visando à observância ao princípio da eficiência e, por conseguinte, ao atendimento ao princípio da supremacia do interesse público. Acerca do tema,

quadra apontar que a anterior redação da Lei Municipal nº. 3.334, de 17 de agosto de 2010, previa, em seu art. 6º, inciso XVII, que competia ao Procurador-Geral do Município, podendo delegar tal função ao Subprocurador-Geral, a tarefa de “*aprovar pareceres emitidos pelos diversos órgãos da Procuradoria*”. Em efeitos práticos, tal regramento obrigava que a integralidade dos pareceres emitidos por todos os Procuradores do Município fossem submetidos ao conhecimento do Procurador-Geral do Município, que, somente após ler e avaliar todos os processos administrativos submetidos ao órgão, poderia opinar, mediante nova manifestação fundamentada, pela aprovação ou não do que fora definido pelo Procurador Municipal vinculado ao feito. Tal metodologia se apresentava ainda menos eficiente considerando-se a alta e crescente demanda de procedimentos submetidos à análise da Procuradoria-Geral do Município, urgentes e necessários ao andamento da Administração Pública Municipal. A referida sistemática, além de inviabilizar o regular processamento dos autos submetidos ao parecer do órgão jurídico do município, acabava por impedir que o Procurador-Geral do Município e o respectivo Subprocurador-Geral empregassem esforços em tarefas de maior relevo para a Administração Pública Municipal e, conseqüentemente, para os próprios administrados. Por tal razão, foi proposta alteração legislativa no intuito de que apenas determinados pareceres, de comprovada relevância e repercussão, fossem submetidos, de modo automático, ao crivo da aprovação do Procurador-Geral do Município, permitindo-se que os demais fossem encaminhados pelos Procuradores Municipais diretamente às Secretarias Municipais consulentes. A mencionada alteração não trouxe qualquer prejuízo à segurança jurídica ou à salvaguarda dos interesses da Administração, eis que a Secretaria Municipal pode solicitar, quando concluir pela relevância e repercussão da matéria, que os autos sejam igualmente avaliados pelo Procurador-Geral do Município, afastando-se, tão-somente, que a remessa dos autos à autoridade máxima do órgão jurídico se proceda de forma automática. O apontado projeto foi convertido na Lei Municipal nº. 4.119, de 26 de junho de 2017, que incluiu o artigo 6-A, na Lei Municipal nº. 3.334, de 17 de agosto de 2010;

e) alteração legislativa: O gabinete da Procuradoria-Geral do Município redigiu projeto de lei ordinária visando alteração na Lei Municipal nº. 3.334, de 17 de agosto de 2010, no intuito de otimizar a atuação administrativa da Procuradoria-Geral do

Município. Não se pode olvidar que a Administração Pública Municipal se submete a princípios constitucionais e infraconstitucionais, dentre os quais, a título de exemplo, merecem destaque os princípios da eficiência, da segurança jurídica/estabilização das relações jurídicas e da supremacia do interesse público. A Procuradoria-Geral do Município, órgão jurídico do ente de direito público interno, também deve observância aos referidos princípios, especialmente quanto ao que se refere à segurança/estabilização das relações jurídicas firmadas entre a Administração e o Administrado, eis que, no exercício de sua competência funcional, de orientar a atuação do gestor público, deve apresentar posições uniformes, pautadas sempre na doutrina e jurisprudência prevalecente. Nessa esteira, a Lei Municipal nº. 3.334/2010, que discorre acerca da Procuradoria-Geral do Município, optou, por bem, em prever no art. 3º, XI, que, "*a Procuradoria Geral do Município, diretamente subordinada ao Chefe do Poder Executivo, tem, dentre suas competências fundamentais, a de editar enunciados dos seus pronunciamentos*" (grifou-se). A edição de enunciados dos pronunciamentos, com razão, visa atender aos princípios supramencionados, eis que estes servem como um instrumento balizador da atuação do órgão jurídico, garantindo a uniformização de entendimentos nos autos das demandas administrativas e judiciais, em semelhança, *mutatis mutandis*, aos entendimentos jurisprudenciais sumulados e às uniformizações de jurisprudência. Ocorre, que pela leitura originária da Lei Municipal nº. 3.334/2010 não se observou, no diploma legal, a indicação do agente administrativo ou do setor/colegiado responsável pela edição dos referidos enunciados, inviabilizando-se a utilização do relevante instrumento. Tal omissão também se encontrava presente na Lei Complementar nº. 88, do Governo do Estado do Espírito Santo, que tratou da Procuradoria-Geral do Estado, e que serviu de fonte para a elaboração do projeto de lei municipal, hoje consolidado na Lei Municipal nº. 3.334/2010. Com a devida alteração normativa a nível estadual, o Conselho da Procuradoria-Geral do Estado, por intermédio de resoluções, vem editando enunciados acerca de temas consolidados, conferindo celeridade/eficiência à atuação do órgão. Nos termos em que já efetuado pelo Estado do Espírito Santo desde 2012, a proposta legislativa visou, de igual forma, conferir ao Conselho da Procuradoria-Geral do Município, setor colegiado e composto por diversos integrantes do órgão jurídico, a competência de editar enunciados visando à aplicação do Direito pela Procuradoria Municipal, viabilizando o que se encontra exposto no art. 3º, XI, da Lei Municipal nº.

3.334/2010. O apontado projeto foi convertido na Lei Municipal nº. 4.126, de 13 de julho de 2017, que alterou o inciso I do artigo 8º, da Lei Municipal nº. 3.334, de 17 de agosto de 2010;

f) Resolução CPROGE nº. 01, de 18 de outubro de 2017: Com a alteração supramencionada, o Conselho da Procuradoria-Geral do Município editou a Resolução CPROGE nº. 01, em 18 de outubro de 2017, visando dispor sobre a utilização de enunciados administrativos pelo Conselho da Procuradoria-Geral do Município de Aracruz, estabelecendo procedimentos e regras;

g) Resolução CPROGE nº. 02, de 20 de dezembro de 2017: O Conselho da Procuradoria-Geral do Município aprovou a Resolução CPROGE nº. 02, que editou o enunciado nº. 01, de observância obrigatória pela Procuradoria-Geral do Município, que visou discorrer acerca do pagamento por indenização de despesas realizadas sem o devido suporte contratual/instrumento congêneres;

h) Atuação do Conselho da Procuradoria Geral do Município de Aracruz: No ano de 2017 o Conselho da Procuradoria-Geral do Município de Aracruz – CPROGE, atuou intensamente dirimindo questões relevantes, pacificando conflitos administrativos, uniformizando posicionamentos e orientando juridicamente as Secretarias e os Órgãos da Administração Municipal. Ao todo o CPROGE produziu 08 (oito) Acórdãos ao longo de 2017;

i) Atuação do Gabinete da Procuradoria-Geral do Município: o Gabinete da Procuradoria-Geral do Município, composto por 01 Procurador-Geral do Município e por 01 Subprocurador-Geral do Município, proferiu/expediu 2968 (dois mil novecentos e sessenta e oito) Despachos/Pareceres/Aprovações, 233 (duzentos e trinta e três) Ofícios e 1.811 (mil e oitocentos e onze) Memorandos, totalizando 5.012 (cinco mil e doze) manifestações no período de 12 (doze) meses;

j) Atuação da Setorial de Contratos e Licitações: Dentre outros, a Setorial em questão atuou em 119 (cento e dezenove) processos judiciais e em 676 (seiscentos e setenta e seis) processos administrativos, totalizando 795 (setecentos e noventa e cinco) atuações no período de 12 (doze) meses;

k) Atuação da Setorial Trabalhista: Dentre outros, a Setorial em questão atuou em 1008 (mil e oito) processos judiciais e em 396 (trezentos e noventa e seis) processos administrativos, totalizando 1404 (mil quatrocentos e quatro) atuações no período de 12 (doze) meses;

l) Atuação da Setorial da Fazenda Municipal: Dentre outros, a Setorial em questão atuou em 2041 (dois mil e quarenta e um) processos judiciais e em 549 (quinhentos e quarenta e nove) processos administrativos, totalizando 2590 (dois mil e quinhentos e noventa) atuações no período de 12 (doze) meses;

m) Atuação da Setorial do Patrimônio Imobiliário, Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Urbanismo: Dentre outros, a Setorial em questão atuou em 2190 (dois mil cento e noventa) processos judiciais e em 277 (duzentos e setenta e sete) processos administrativos, totalizando 2467 (dois mil quatrocentos e sessenta e sete) atuações no período de 12 (doze) meses;

n) Pagamento de Precatórios: Em 2017 a Procuradoria do Município realizou o provisionamento integral de todos os precatórios previstos para o exercício, realizando o depósito de R\$ 486.415,42 (quatrocentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e quinze reais e quarenta e dois centavos), em conta judicial específica indicada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo.

D) GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA, FISCAL, OPERACIONAL E PATRIMONIAL

A Lei Orçamentária Anual (LOA) aprovada para o exercício financeiro de 2017, objeto da Lei Municipal nº 4.096/2016, estimou a receita e fixou a despesa para a Procuradoria-Geral de Aracruz em **R\$ 4.340.118,14** (quatro milhões, trezentos e quarenta mil, cento e dezoito reais e quatorze centavos).

- Foram criados os seguintes créditos adicionais, segundo informado pela Secretaria Municipal de Finanças:

| PROCURADORIA-GERAL | | |
|--|----------------------|-----------------|
| Quadro Demonstrativo das Alterações Orçamentárias | | |
| LEI AUTORIZATIVA | SUPLEMENTAÇÃO | ANULAÇÃO |
| 4096 de 29/12/2016 | R\$ 823.612,24 | R\$330.664,91 |

Observação: Informamos que foi enviado pela Secretaria Municipal de Finanças (SEMFI) o detalhamento do quadro acima.

- Informa-se que foi autorizado para o exercício de 2017 o valor de R\$ 4.833.065,47 (quatro milhões, oitocentos e trinta e três mil, sessenta e cinco reais e quarenta e sete centavos), sendo empenhado no exercício o valor de R\$ 4.819.857,22 (quatro milhões, oitocentos e dezenove mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e vinte e dois centavos).

- No exercício de 2017 foi realizado o pagamento de R\$ 4.805.985,59 (quatro milhões, oitocentos e cinco mil, novecentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos), permanecendo em restos a pagar R\$ 13.871,63 (treze mil, oitocentos e setenta e um reais e sessenta e três centavos), conforme Demonstrativo da Execução da Despesa.

- Por fim, segue abaixo planilha demonstrando a execução das despesas do Órgão referente ao exercício de 2017, conforme “Demonstrativo Resumido da Execução da Despesa” constante em anexo:

-

| Natureza da despesa | Dotação Inicial | Dotação Autorizada | Empenhado | Liquidado | Pago | Saldo a Empenhar |
|----------------------------|-----------------|--------------------|--------------|--------------|--------------|------------------|
| 3.0.00.00 Despesa Corrente | 4.339.118,14 | 4.832.375,96 | 4.819.857,22 | 4.819.324,92 | 4.805.985,59 | 12.518,74 |

| | | | | | | |
|---|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|------------------|
| 3.1.00.00 Pessoal e Encargos Sociais | 4.047.748,14 | 4.310.899,56 | 4.306.464,51 | 4.306.464,51 | 4.294.917,42 | 4.435,05 |
| 3.3.00.00 Outras Despesas Correntes | 291.370,00 | 521.476,40 | 513.392,71 | 512.860,41 | 511.068,17 | 2.324,54 |
| 4.0.00.00 Despesa de Capital | 1.000,00 | 689,51 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 689,51 |
| 4.4.00.00 Investimentos | 1.000,00 | 689,51 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 689,51 |
| Total Geral | 4.340.118,14 | 4.833.065,47 | 4.819.857,22 | 4.819.324,92 | 4.805.985,59 | 13.208,25 |

- ***Valores em Reais (R\$).**

*** O Demonstrativo Detalhado da Execução da Despesa se encontra anexo.**

- **Relatório Patrimonial da PROGE:** Considerando ser competência da Secretaria Municipal de Suprimentos – SEMSU proceder com numeração, descrição e avaliação do patrimônio dos demais órgãos municipais, foram enviados e-mails e memorandos ao referido órgão, a teor do estabelecido, e.g., no memorando nº. 037/2018, cuja cópia segue anexa, solicitando a descrição do patrimônio da Procuradoria-Geral do Município, com a finalidade de elaboração do relatório de gestão do exercício de 2017. No entanto, conforme relatório anexo, a SEMSU relatou que não poderia entregar qualquer relação de bens desta PROGE, pois não havia concluído os ajustes pertinentes, situação conhecida pelo Secretário Municipal, gestor da referida pasta de suprimentos/patrimônio.

CONCLUSÃO

Diante das informações apresentadas neste Relatório de Gestão, é facilmente perceptível que a Procuradoria Geral do Município de Aracruz, em razão da sua atuação, em especial no exercício de 2017, tem se consolidado como órgão essencial e indispensável para o regular funcionamento e atuação da Administração Pública Municipal, cumprindo integralmente para com a missão constitucional/infracostitucional que lhe foi atribuída.

O corpo de servidores da Procuradoria de Aracruz, durante o exercício em questão, além de promover a orientação, análise e defesa dos interesses típicos da Administração Pública, expandiu sua atuação com a elaboração de projetos e inovações legislativas, visando a otimização da rotina de trabalho, atendendo-se aos princípios que regem a atuação administrativa, sempre em observância ao interesse público.

Por todo o exposto, em conformidade com o estabelecido em instrução normativa deste E. Tribunal de Contas Estadual, segue o presente relatório de gestão da Procuradoria-Geral do Município, abordando-se aspectos de natureza orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial.

FRANCISCO CARDOSO DE ALMEIDA NETTO

Procurador-Geral do Município

CGM

Controladoria Geral do Município

A Controladoria Geral do Município tem por responsabilidades básicas promover o funcionamento do Sistema de Controle Interno, exercer controles essenciais e avaliar a eficiência e eficácia dos demais controles executados pelas Unidades Executoras, apoiando o controle externo no exercício de sua missão institucional.

As ações de auditoria planejadas para o exercício de 2017 foram concentradas nas áreas consideradas como prioritárias definidas com base nos critérios metodológicos supracitados. Desta forma, as ações de auditoria interna prevista (andamento/conclusão) para o exercício de 2017 foram as seguintes:

1 - Processo: 8.518/2017 - AÇÃO nº 001: Desempenho das ações de julgamento de recursos fiscais.

Instrumento da Auditoria Governamental: Auditoria Operacional (em andamento) -.

Objetivo da auditoria: Avaliar as ações gerenciais e os procedimentos relacionados ao processo operacional, ou parte dele, do Conselho de Recursos Fiscais e da Junta de Impugnação Fiscal, com a finalidade de emitir recomendações sobre as ações executadas, no que tange aos aspectos da eficiência, eficácia e economicidade, procurando auxiliar a administração na gerência e nos resultados, por meio de orientações, que visem aprimorar os procedimentos, melhorar os controles e aumentar a responsabilidade gerencial.

2- Processo: 4.855/2017- AÇÃO nº 004: Despesas com telefonia móvel (em andamento fase final) -

Instrumento da Auditoria Governamental: Auditoria de Conformidade

Objetivo da auditoria: Atestar a conformidade do controle dos gastos com telefonia móvel, verificando o respeito aos limites de gastos estabelecidos em normas internas.

Período da Execução: Julho a Dezembro de 2017

3- Processo: 4.843/2017- AÇÃO nº 005: Consumo de combustível da frota de veículos e maquinário (concluído).

Instrumento da Auditoria Governamental: Levantamento

Objetivo da auditoria: Reunir informações acerca da utilização de veículos e maquinário acerca do consumo de combustível.

Período da Execução: Julho a Dezembro de 2017

4- Processo: 11752/2017- AÇÃO nº. 006: Parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil – (em andamento).

Instrumento de Auditoria Governamental: Auditoria de Conformidade

Objeto da Auditoria: Analisar os processos administrativos, escolhidos por amostragem, referente às formalizações de termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação, com vistas a verificar o cumprimento dos preceitos da Lei nº. 13.019/2014.

Período da Execução: Julho a Dezembro de 2017

5- Processo: 11.913/2017- AÇÃO nº 007: Contratação Direta (Dispensa e Inexigibilidade de licitação) – (em andamento).

Instrumento da Auditoria Governamental: Auditoria de Conformidade

Objetivo da auditoria: Analisar os processos de dispensa e inexigibilidade, de acordo com critérios de materialidade, relevância, vulnerabilidade e agregação de valor, verificando a aderência das contratações à legislação federal, as recomendações realizadas pelo TCE-ES, e aos atos normativos do município de Aracruz.

Período da Execução: Julho a Dezembro de 2017.

Considerando as alterações as quais foram submetidas à Controladoria Geral, a equipe do órgão previu no PAAI de 2017, a realização de 07 (sete) ações, no entanto, porém foram iniciadas 05 (cinco) auditorias e somente a Ação nº 005, foi finalizada que vem tratando do controle de consumo de combustível da frota de veículos e maquinário.

Após a conclusão dos trabalhos da auditoria interna nº 005/2017, foram realizadas recomendações a Secretaria de suprimentos, para que a tomada de providências, a controladoria está aguardando o retorno da unidade gestora.

Necessário enfatizar que a Controladoria-Geral do Município procedeu a abertura de auditoria extraordinária, solicitada em caráter de urgência pela Secretaria Municipal de Transportes e serviços urbanos do contrato de prestação de serviços nº 175/2016 (Manejo de resíduos sólidos urbanos e limpeza pública), cujo objetivo foi analisar a regularidade da execução do Contrato de Prestação de Serviços nº 175/2016, bem como a adequação dos procedimentos executados às normas aplicáveis e disposições contratuais.

O objeto do trabalho de auditoria foi o Contrato de Prestação de Serviços nº 175/2016 (Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos e Limpeza Urbana), firmado com a empresa CORPUS SANEAMENTO E OBRAS LTDA. Assim, a Equipe de Auditoria buscou verificar se a execução do contrato ocorreu em conformidade com o termo de referência e contrato de prestação de serviços, tendo como resultado irregularidades que levaram à rescisão do contrato de prestação de serviços.

As irregularidades apontadas no presente Relatório causaram a rescisão do Contrato de Prestação de Serviços nº 175/2016, com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93, incisos I e II e na Cláusula Nona – Da Rescisão, alíneas “a” e “b”, uma vez que foi comprovado que a empresa contratada CORPUS SANEAMENTO E OBRAS LTDA descumpriu os seguintes itens do Termo de Referência:

I - Não cumprimento do item 3.1.2 do Termo de Referência, o qual exigiu que a empresa contratada utilizasse um 08 (oito) veículos coletores compactadores de capacidade volumétrica mínima de 15 m³ (quinze metros cúbicos, sendo que comprovadamente a empresa contratada CORPUS SANEAMENTO E OBRAS LTDA disponibilizou tão somente 06 (seis) veículos para a prestação dos serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos domiciliares, no mês de DEZEMBRO/2016.

II - Não cumprimento do disposto no item 3.2.1 do Termo de Referência, o qual exigiu que as empresas proponentes deveriam considerar em suas propostas a quantidade mínima de 147 (cento e quarenta e sete) varredores, 03 (três) ônibus e 06 (seis) motocicletas, sendo que comprovadamente a empresa contratada CORPUS SANEAMENTO E OBRAS LTDA., no mês de DEZEMBRO/2016, tão somente disponibilizou 89 (oitenta e nove) garis para a prestação dos serviços de varrição manual de vias e logradouros públicos, e tampouco disponibilizou ônibus e motocicletas.

III - Não cumprimento do disposto no item 3.3 do Termo de Referência, que determina que a idade dos veículos automotores não poderiam ultrapassar 05 (cinco) anos, sendo que comprovadamente a empresa contratada CORPUS SANEAMENTO E OBRAS LTDA utilizou na execução do objeto contratado diversos veículos automotores com idade que ultrapassam 05 (cinco) anos de vida útil.

Quanto às outras ações propostas e supra mencionadas, as mesmas não foram concluídas, em razão da redução de capacidade operacional, número restrito de servidores no órgão de controle interno, e ainda, a redução da jornada de trabalho para 06 (seis) horas diárias determinada pelo Chefe do Poder Executivo através de Decreto nº 33179/2017, decreto que instituiu medidas visando manter o equilíbrio orçamentário municipal do exercício de 2017, tornando necessário que os trabalhos em andamento sejam postergados para o exercício de 2018, compondo o PAAI 2018.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Sobre as contas do exercício de 2017, em função da desconcentração administrativa da administração direta, a qual se refere à Lei Municipal nº 3.337 de 25/08/2010, o Relatório e Parecer Conclusivo do Órgão Central do Sistema de Controle foi elaborado com relação às contas das Unidades Gestoras Prefeitura Municipal, Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Aracruz e das 19 unidades desconcentradas do município (CGM, PROGE, SECOM, SEMDE, SEMDS, SEMED, SEMESP, SEMPLA, SEMSA, SEMSU, SEGOV, SEHAB, SEMAD, SEMAG, SEMAM, SEMFI, SEMOB, SEMTUR, SETRANS). Não houve parecer sobre as contas do SAAE em função da instituição de controladoria própria em sua estrutura administrativa.

Insta ressaltar que foi constatado, dentre os municípios desconcentrados do Estado do Espírito Santo, que possuem órgão de controle interno devidamente constituído, que a CGM de Aracruz é a que contava com a pior relação número de servidores e quantidade de unidades gestoras. Tal situação serviu para demonstrar a qualidade da equipe constituída durante a gestão 2017, composta por servidores efetivos e servidores em comissão, estes os quais realizam atividades de assessoria, gestão administrativa interna, bem como atividades de controle e auditoria.

Para compor o Relatório e Parecer Conclusivo da CGM, rotineiramente, foram realizados acompanhamento dos procedimentos de controle, de gestão patrimonial, atos de gestão, instrumentos de planejamento, gestão fiscal, financeira e orçamentária, limites constitucionais e legais para análise da maior quantidade possível de pontos de controle, estabelecidos pela IN TCE-ES 43/2017, das Unidades Gestoras PMA, IPASMA, e as demais secretarias desconcentradas, relativo às contas de 2017.

No início do exercício de 2017, a Controladoria Municipal iniciou novamente os trabalhos para contratação do portal transparência, através do processo administrativo nº 13918/2017 apensado aos autos nº 12140/2017, sendo os trabalhos paralisados mediante a crise econômica vivenciada em nosso país, o que exigiu da Municipalidade redução de despesas para o equilíbrio das contas públicas, o processo administrativo supracitado de contratação de empresa especializada em tecnologia para essa prestação de serviços – Portal transparência, foi arquivado por decisão do Comitê de governo em janeiro de 2018, sem a anuência do controlador-Geral do Município, que se encontrava em férias.

O Controlador-Geral ao retornar das férias tomou conhecimento do ocorrido e imediatamente se manifestou informando ao Chefe do Poder Executivo Municipal que a decisão do ilustre comitê de governo era ilegal, uma vez que as atribuições ligadas à transferência e seu monitoramento são de competência exclusiva da controladoria-Geral do Município, determinadas pela lei nº 4.155 de 22 de Dezembro de 2017, que dispõe sobre a reorganização da estrutura organizacional, competências e plano de carreira da controladoria geral do município, órgão central do sistema de controle interno do poder executivo, nos termos dos artigos 70 e 74 da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, IV, XXII e art. 7º, XXII.

Neste ínterim, a Secretaria Municipal de Governo informou ante a manifestação do órgão de controle interno, que será aberto um novo processo administrativo para a contratação de empresa especializada no portal transparência, sendo prioridade da gestão a sua execução, o que possibilitará acesso à informação mais intuitiva e fácil ao munícipe e tornando a administração pública mais transparente o que é o maior objetivo da gestão.

Ainda, no que tange a transparência, a CGM procedeu com a publicação dos relatórios finais das auditorias realizadas, bem como deu início ao monitoramento e acompanhamento, das necessidades de adequação do portal de transparência sugeridas pelo TCE-ES nos autos da Auditoria de Portais Transparência 2015, em trâmite no Processo nº 2.918/2015-3 daquela corte, cujo prazo para cumprimento inicia-se a partir de janeiro de 2017.

OUTRAS REALIZAÇÕES

- Atendimento às solicitações provenientes do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo;
- Acompanhamento do retorno às notificações do TCEES e outros órgãos de controle externo;
- Condução e supervisão de procedimentos correccionais, com a aplicação de medidas punitivas a agentes públicos ímprobos na esfera do Poder Executivo Municipal;
- Análise em processos administrativos e emissão de parecer com recomendações.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A Lei Orçamentária Anual (LOA) aprovada para o exercício financeiro de 2017, objeto da Lei nº 4.096, de 29 de dezembro de 2016, estimou a receita e fixou a despesa para a Controladoria Geral do Município em R\$ 590.449,87 (quinhentos e noventa mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e oitenta e sete centavos), não existindo restos a pagar para o ano de 2017.

A Controladoria-Geral do Município empenhou um montante de R\$ 518.377,49 (quinhentos e dezoito mil, trezentos e setenta e sete reais e quarenta e nove centavos), com economia orçamentária em relação à autorizada no valor de R\$ 9.955,38 (nove mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e trinta e oito centavos), conforme tabela abaixo:

| Natureza da Despesa | Descrição | Orçada | Autorizada | Empenhado Anual | Empenhado Ano | Liquidado Anual | Liquidado Ano | Pago Anual | Pago Ano | Saldo a Empenhar | Saldo a Pagar |
|---------------------|--|------------|------------|-----------------|---------------|-----------------|---------------|------------|------------|------------------|---------------|
| 3.0.00.00.00 | DESPESAS CORRENTE | 590.249,87 | 527.292,87 | 517.437,49 | 517.437,49 | 517437,49 | 517437,49 | 512.567,73 | 512.567,73 | 9.855,38 | 4.869,76 |
| 3.1.00.00.00 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 582.049,87 | 512.586,46 | 504.507,57 | 504.507,57 | 504.507,57 | 504.507,57 | 500.387,81 | 500.387,81 | 8.078,89 | 4.119,76 |
| 3.1.90.00.00 | APLICACOES DIRETAS | 519.535,16 | 486.985,16 | 479.271,69 | 479.271,69 | 479.271,69 | 479.271,69 | 475.151,93 | 475.151,93 | 7.713,47 | 4.119,76 |
| 3.1.90.11.00 | VENCTOS E VANT FIXAS PES.CIVIL | 440.533,54 | 424.983,54 | 421.638,75 | 421.638,75 | 421.638,75 | 421.638,75 | 421.638,75 | 421.638,75 | 3.344,79 | 0,00 |
| 3.1.90.13.00 | OBRIGACOES PATRONAIS | 68.950,59 | 51.950,59 | 50.528,69 | 50.528,69 | 50.528,69 | 50.528,69 | 46.408,93 | 46.408,93 | 1.421,90 | 4.119,76 |
| 3.1.90.16.00 | OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL | 9.951,03 | 9.951,03 | 7.104,25 | 7.104,25 | 7.104,25 | 7.104,25 | 7.104,25 | 7.104,25 | 2.846,78 | 0,00 |
| 3.1.90.92.00 | DESP DE EXERC ANTERIORES | 100,00 | 100,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 100,00 | 0,00 |
| 3.1.91.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS- OPER.INTRA-ORÇAMENTÁRIAS | 625.14,71 | 25.601,3 | 25.235,88 | 25.235,88 | 25.235,88 | 25.235,88 | 25.235,88 | 25.235,88 | 365,42 | 0,00 |
| 3.1.91.13.00 | OBRIGAÇÕES PATRONAIS- OPER.INTRAO RÇAMENTÁRIAS | 62.414,71 | 25.501,3 | 25.235,88 | 25.235,88 | 25.235,88 | 25.235,88 | 25.235,88 | 25.235,88 | 265,42 | 0,00 |

| | | | | | | | | | | | |
|--------------|--|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|----------|--------|
| 3.1.91.92.00 | DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - OP. INTRA ORÇA | 100,00 | 100,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 100,00 | 0,00 |
| 3.3.00.00.00 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 8.200 | 14.706,41 | 12.929,92 | 12.929,92 | 12.929,92 | 12.929,92 | 12.179,92 | 12.179,92 | 1.776,49 | 750,00 |
| 3.3.90.00.00 | APLICACOES DIRETAS | 8.200 | 14.706,41 | 12.929,92 | 12.929,92 | 12.929,92 | 12.929,92 | 12.179,92 | 12.179,92 | 1.776,49 | 750,00 |
| 3.3.90.08.00 | OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS | 100,00 | 4.400,00 | 3.702,96 | 3.702,96 | 3.702,96 | 3.702,96 | 3.702,96 | 3.702,96 | 697,04 | 0,00 |
| 3.3.90.14.00 | DIARIAS-PESSOAL CIVIL | 2.000,00 | 100,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 100,00 | 0,00 |
| 3.3.90.30.00 | MATERIAL DE CONSUMO | 300,00 | 2.165,00 | 1.964,60 | 1.964,60 | 1.964,60 | 1.964,60 | 1.964,60 | 1.964,60 | 200,40 | 0,00 |
| 3.3.90.33.00 | PASSAGENS E DESP C/LOCOMOCAO | 100,00 | 100,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 100,00 | 0,00 |
| 3.3.90.35.00 | SERVICOS DE CONSULTORIA | 100,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 3.3.90.36.00 | OUTROS SERV DE TERC-PES.FISICA | 200,00 | 1.113,41 | 913,41 | 913,41 | 913,41 | 913,41 | 913,41 | 913,41 | 200,00 | 0,00 |
| 3.3.90.39.00 | OUTROS SERV TERC PES.JURIDICA | 5.200,00 | 6.628,00 | 6.348,95 | 6.348,95 | 6.348,95 | 6.348,95 | 5.598,95 | 5.598,95 | 279,05 | 750,00 |

| | | | | | | | | | | | | |
|--------------|-----------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|----------------------|-----------------|--|
| 3.3.90.92.00 | DESP DE EXERC ANTERIORES | 100,00 | 100,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 100,00 | 0,00 | |
| 3.3.90.93.00 | INDENIZACOES E RESTITUICOES | 100,00 | 100,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 100,00 | 0,00 | |
| 4.0.00.00.00 | DESPESAS DE CAPITAL | 200,00 | 1.040,00 | 940,00 | 940,00 | 940,00 | 940,00 | 940,00 | 940,00 | 100,00 | 0,00 | |
| 4.4.00.00.00 | INVESTIMENTOS | 200,00 | 1.040,00 | 940,00 | 940,00 | 940,00 | 940,00 | 940,00 | 940,00 | 100,00 | 0,00 | |
| 4.4.90.00.00 | APLICACOES DIRETAS | 200,00 | 1.040,00 | 940,00 | 940,00 | 940,00 | 940,00 | 940,00 | 940,00 | 100,00 | 0,00 | |
| 4.4.90.52.00 | EQUIP E MATERIAL PERMANENTE | 200,00 | 1.040,00 | 940,00 | 940,00 | 940,00 | 940,00 | 940,00 | 940,00 | 100,00 | 0,00 | |
| | | | | | | | | | | | | |
| | TOTAL GERAL | 590.44 9,87 | 528.33 2,87 | 518.377, 49 | 518.377, 49 | 518.37 7,49 | 518.37 7,49 | 513.50 7,73 | 513.50 7,73 | 9.955,3 8 | 4.869,76 | |

CONCLUSÃO

Considerando a missão institucional da CGM de prevenir e combater a corrupção e aprimorar a gestão pública, fortalecendo os controles internos e incrementando a transparência, a ética e o controle social, a Controladoria buscou apoiar o aprimoramento e fortalecimento do sistema de controle interno do Poder Executivo Municipal durante a gestão 2017.

As responsabilidades básicas da CGM foram desenvolvidas buscando exercer os controles essenciais e avaliar a eficiência e a eficácia dos demais controles, apoiando o controle externo no exercício de suas atribuições, priorizando os trabalhos que contribuirão para a melhoria contínua da gestão por meio da realização de auditorias e fiscalizações, contabilizando benefícios financeiros aos cofres públicos, e também os não financeiros, através da linha de atuação preventiva junto aos gestores, como melhorias normativas e estruturantes.

Flávia Cândida Ferreira Santos
Controladora Geral do Município

SEMSA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

A Secretaria Municipal de Saúde atua na defesa e garantia do direito à saúde integral, promoção da saúde, prevenção de doenças e agravos, assistência e reabilitação. Cotidianamente compromete-se com a implementação de uma política de saúde que contribua com as questões relacionadas à saúde, através de ações integrais e intersetoriais, de forma absoluta, humanizada, com equidade e participação popular.

AÇÕES REALIZADAS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017

- Realizado novo processo seletivo para contratação de profissionais para atender a SEMSA e os diversos pontos de atenção;

- Adquirido diversos equipamentos para atender a Secretaria de Saúde, mesas, cadeiras e armários;
- Adquirido 01 consultório odontológico para estruturar o Centro de Especialidade Odontológico, pendente implantação;
- Realizado adequação do plano de contingência para o controle de epidemias de dengue, zica e chikungunya no eixo de controle vetorial (2017 – 2018)
- Atualizado o reconhecimento geográfico;
- Solicitado capacitação de referência para o exame diagnóstico de malária;
- Solicitado a manutenção da informatização das ações de campo do controle do *Aedes aegypti*;
- Realizado contratualização com o hospital local para atendimento: PA; Urgência e Emergência e Cirurgias eletivas.
- Realizado convênio com CIMPOLINORTE para consultas e exames especializados.
- Viabilizado acesso a internet nas Unidades Básicas de Saúde, pendente no Município de Santa Rosa
- Implantado prontuário eletrônico;
- Retomado tratamento domiciliar de fisioterapia em pacientes acamados graves
- Implantado o acolhimento nas UBS;
- Realizada habilitação dos enfermeiros para aplicação de penicilina nos casos de sífilis
- Realizado educação em saúde nas empresas com a proposta de ampliar o olhar sobre a Tuberculose e Hanseníase;
- Realizado confecção de cartilha explicativa sobre o Programa de TB em parceria com o CTA/SAE;
- Realizado baciloscopia em todos os sintomáticos respiratórios;
- Promovido a participação dos profissionais da equipe CTA/SAE em eventos técnicos científicos de âmbito nacional, estadual, incluindo reuniões pertinentes e pactuadas pela Coordenação Estadual e Programa Nacional;
- Ampliado a testagem rápida para HIV/Sífilis/HV no CTA/SAE, UBS, UBSI, Programas de Tuberculose, Hanseníase, Diabetes, Saúde da Mulher, Saúde Mental, empresas situadas no Município, CDPA e FHMSC;
- Realizado campanhas Elimina Sífilis, Fique Sabendo e Hepatites Virais, bem como ações pontuais de promoção e prevenção, envolvendo a aquisição de folders,

confeção de camisas, banners, canetas, botons, Out Door e divulgação em mídia local;

- Subsidiado ações educativas e de prevenção das DST's nas escolas que estiverem cadastradas no PSE (Programa de Saúde do Escolar) através de materiais de promoção de saúde e prevenção;
- Realizado sala de espera mensalmente com palestras educativas sobre saúde em geral;
- Inserido planilha de monitoramento de atividades odontológicas para gestantes de alto risco;
- Realizado Capacitação com todos os profissionais de saúde quanto os atendimentos ofertados na Casa Rosa com foco nos Programas: Pré- Natal de Alto Risco, Planejamento Familiar e Viva Mulher. Os profissionais que participarem da capacitação deverão ser agentes multiplicadores no seu campo de ação. OBS: Rodas de Conversa;
- Garantido o acesso ao pré-natal ao alto risco;
- Garantido a gestante consulta com nutricionista, odontólogo e psicólogo quando necessário;
- Realizar teste rápido para detecção de sífilis em todas as gestantes usuárias do SUS, no mínimo 02 testes rápidos;
- Realizada capacitação dos profissionais para a campanha de vacinação anti-rábica animal;
- Realizado Levantamento de Índice de Infestação Rápido para Aedes aegypti – LIRAA em imóveis;
- Visitado imóveis para executar as ações de controle larvário do vetor (eliminação/tratamento);
- Realizado Vistoria zoossanitária Dengue;
- Realizado ações de controle de outros animais sinantrópicos nocivos à saúde;
- Realizado monitoramento da ocorrência de escorpiões em instituições de ensino infantil;
- Coletado amostras para monitoramento da cólera;
- Realizado palestras sobre os agravos da vigilância de zoonoses em locais estratégicos;
- Realizado divulgação da campanha de vacinação antirrábica animal e demais mutirões e campanhas dos agravos da Vigilância de Zoonoses;
- Monitorado mensalmente as CAT dos servidores e demais empresas;

- Realizado Campanha de Vacinação da Influenza;
- Realizado Campanha de Multivacinação;
- Realizado Campanha de Vacinação da Poliomielite;
- Alimentado mensalmente o sistema de informação de mortalidade (SIM);
- Realizado contratualização com a Fundação Hospital Maternidade São Camilo, serviços de urgência e emergência assim como serviços essenciais;
- Realizando capacitação de todos os profissionais da SEMSA para utilização do Sistema de Informação;
- Realizado visitas técnicas às UBS para manutenção preventiva nos computadores e na rede interna;
- Enviado e alimentado dado para sistemas governamentais – CNES, SAI, SIH2, SIHA, E-SUS e SIPNI;

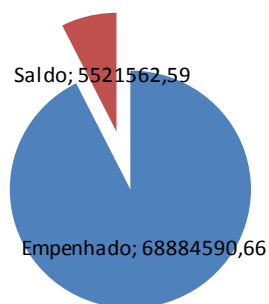
GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA, FISCAL, OPERACIONAL E PATRIMONIAL

A Lei Orçamentária Anual (LOA) aprovada para o exercício financeiro de 2017, objeto da Lei nº 4.096 de 29/12/2016, estimou a receita e fixou a despesa para a Secretaria Municipal de Saúde em R\$ 64.186.829,27 (Sessenta e quatro milhões, cento e oitenta e seis mil, oitocentos e vinte e nove reais e vinte e sete centavos).

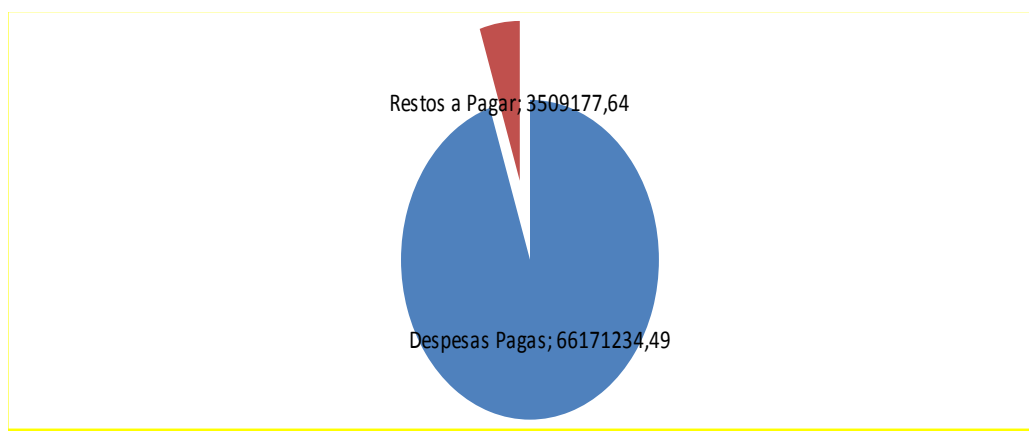
Foram criados créditos adicionais no valor de total de R\$ 14.912.843,92 (quatorze milhões, novecentos e doze mil, oitocentos e quarenta e três reais e noventa e dois centavos), conforme relatório Demonstrativo Consolidado dos Créditos Adicionais que segue anexo ao relatório.

Em relação ao patrimônio desta secretaria, o relatório está disponível do site da Prefeitura Municipal de Aracruz (<http://www.pma.es.gov.br/>)

A Secretaria Municipal de Saúde empenhou um montante de R\$ 68.884.590,66 (Sessenta e oito milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e noventa reais e sessenta e seis centavos) com economia orçamentária em relação à autorizada no valor de R\$ 5.521.562,59 (cinco milhões, quinhentos e vinte e um mil, quinhentos e sessenta e dois reais e cinquenta e nove centavos), conforme relatório de **Demonstrativo de Execução da Despesa CER 6300**, anexo.



A Secretaria Municipal de Saúde realizou o pagamento do valor de R\$ 65.634.345,69 (Sessenta e cinco milhões, seiscentos e trinta e quatro mil, trezentos e quarenta e cinco reais e sessenta e nove centavos) ficando como restos a pagar para o ano de 2017 o valor de **R\$ 3.250.244,97 (Três milhões, duzentos e cinquenta mil, duzentos e quarenta e quatro reais e noventa e sete centavos)**.



DEMONSTRATIVO POR NATUREZA DE DESPESAS

| Natureza da Despesa | Dotação Inicial | Autorizada | Empenhada | Liquidada | Paga | Saldo Disponível |
|---------------------|-----------------|---------------|---------------|---------------|---------------|------------------|
| Despesa Corrente | 62.689.210,03 | 69.418.508,20 | 68.750.925,83 | 67.052.482,11 | 65.575.727,79 | 3.175.198,04 |
| Pessoal | 23.487.598,92 | 28.914.108,23 | 28.898.571,25 | 28.895.031,78 | 28.477.827,20 | 420.744,05 |
| Pessoal Ativo | 23.487.598,92 | 28.914.108,23 | 28.898.571,25 | 28.895.031,78 | 28.477.827,20 | 420.744,05 |
| Pessoal Inativo | - | - | - | - | - | - |

| | | | | | | |
|----------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|---------------------|
| Outras Despesas Correntes | 39.201.611,11 | 40.504.399,97 | 39.852.354,58 | 38.157.450,33 | 37.097.900,59 | 2.754.453,99 |
| Despesas de Capital | 1.497.619,24 | 4.987.645,05 | 133.664,83 | 104.654,83 | 58.617,90 | 75.046,93 |
| Total Geral | 150.363.638,22 | 172.738.769,68 | 166.534.087,74 | 163.104.650,83 | 159.687.900,68 | 6.846.187,06 |

Obs.: Os valores citados acima ainda podem sofrer alterações.

CONCLUSÃO

O município vem avançando na estruturação física dos serviços e fortalecimento da atenção primária, porém sabe-se que muito ainda é necessário avançar, principalmente por estarmos vivenciando um período de transição entre o modelo assistencial privatista e o em Defesa da Vida, descrito no Pacto em Defesa da Vida, Gestão e em Defesa do SUS. Portanto cabe ao gestor assumir as prioridades expressas em metas municipais com compromissos e responsabilidades de natureza orçamentária e jurídica.

Secretário

Clenir Sani Avanza

SAAE

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Aracruz

1. **GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

1.1. **PLANEJAMENTO**

O planejamento consiste no processo para definir objetivos com vista ao atendimento das demandas da sociedade, sendo materializado por meio do Plano Plurianual (PPA). Este instrumento permite organizar a atuação da Autarquia na forma de programas orientados para a consecução dos objetivos propostos e o alcance da situação idealizada. Através da Lei n.º 3776, de 30 de dezembro de 2013, instituiu seu PPA para o quadriênio 2014-2017.

1.2. PREVISÃO DA RECEITA E FIXAÇÃO DA DESPESA

A Lei Orçamentária n.º 4.096 de 29 de dezembro de 2016 para o exercício de 2017, elaborada em conformidade com as orientações da Lei de Diretrizes Orçamentárias, estimou a receita em R\$ 20.700.000,00, e fixou a Despesa em igual valor, conforme demonstrado na Tabela 01, ressaltando-se que, após a atualização por meio de créditos adicionais abertos durante o exercício, o orçamento sofreu a alteração de R\$ 2.299.400,00.

1.2.1. Previsão Inicial da Receita

A receita total prevista no orçamento é apresentada na Tabela 1.

Tabela 1 - Previsão inicial orçamentária - 2017

| RECEITA | PREVISÃO |
|---------------------|----------------------|
| Receitas Correntes | 20.639.000,00 |
| Receitas de Capital | 61.000,00 |
| Total Geral | 20.700.000,00 |

Fonte: SAAE-ARA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – Impresso em 31/01/2018

1.2.2. Fixação da Despesa

Para fazer face à execução dos serviços públicos, os gastos fixados na lei orçamentária e as alterações mediante créditos adicionais suplementares e especiais são apresentados na Tabela 2, desdobrados por categoria econômica e grupo de despesa.

Tabela 2 - Fixação inicial Orçamentária - 2017

| DESPESA | FIXAÇÃO |
|---------------------|----------------------|
| Despesas Correntes | 18.677.456,00 |
| Despesas de Capital | 2.022.544,00 |
| Total Geral | 20.700.000,00 |

Fonte: SAAE-ARA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – Impresso em 31/01/2018

1.3. CRÉDITOS ADICIONAIS

Durante a execução orçamentária e financeira do exercício de 2017, houve a necessidade de proceder com alterações no orçamento inicial. Assim, foram abertos créditos adicionais com a finalidade de reforçar dotações orçamentárias no montante de R\$2.299.400,00, oriundos de superávit financeiro, conforme observado na Tabela 3.

Tabela 3 - Alterações Orçamentárias - 2017

| DESPESA | FIXAÇÃO |
|---------------------------------------|----------------------|
| (+) Orçamento Iniciais | 20.700.000,00 |
| (+) Créditos Adicionais Suplementares | 2.299.400,00 |
| (+) Créditos Adicionais Especiais | 0,00 |
| (=) Orçamento Atualizado | 22.999.400,00 |

Fonte: SAAE-ARABALANÇO ORÇAMENTÁRIO – Impresso em 31/01/2018

1.4. EXECUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

A arrecadação do ano 2017 ficou deficitária em 1,52% em relação a receita prevista inicialmente, pois foi prevista uma receita de R\$20.700.00,00 e foi arrecadado R\$20.383.778. A tabela 4 demonstra a participação das receitas correntes e das receitas de capital na composição da arrecadação total.

Tabela 4 - Composição das Receitas Arrecadadas –2017

| ESPECIFICAÇÃO | ARRECADAÇÃO 2016 | AV % | ARRECADAÇÃO 2017 | AV % |
|---------------------------------------|-------------------------|-------------|-------------------------|-------------|
| RECEITAS CORRENTES | | | | |
| Aplicações Financeiras (Patrimonial) | 1.219.088,14 | 6,61 | 850.252,53 | 4,17 |
| Receita de Serviços / Outras Receitas | 16.956.522,57 | 91,94 | 19.533.525,80 | 95,83 |
| Total das Receitas Correntes | 18.175.610,71 | 100 | 20.383.778,33 | 100 |
| RECEITAS DE CAPITAL | | | | |
| Alienação de Bens | 267.200,00 | 1,45 | 0,00 | 0 |
| RECEITA TOTAL | 18.442.810,71 | 100 | 20.383.778,33 | 100 |

Fonte: SAAE-ARA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – Impresso em 31/01/2018

O gráfico 1 demonstra as parcelas de participação das receitas na composição da arrecadação total no exercício 2017.

Gráfico 1 - Demonstração da composição da receita 2017



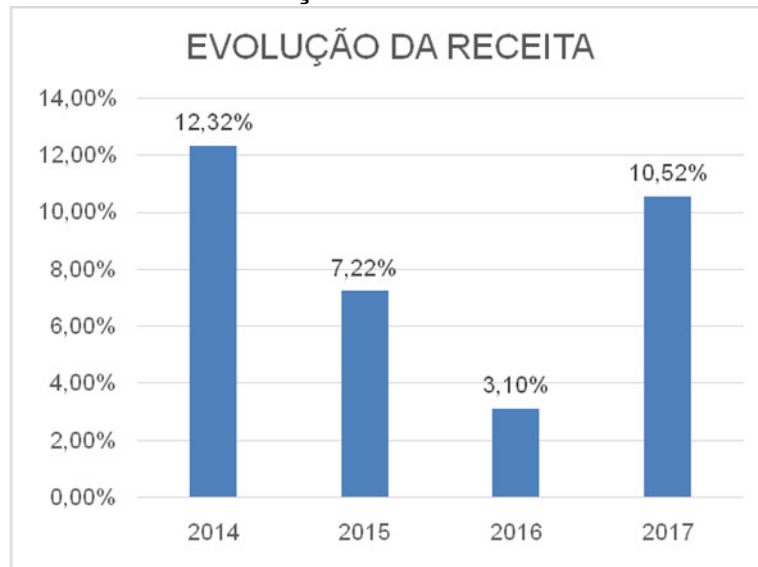
Ao analisarmos o desempenho da arrecadação em relação ao exercício anterior, observamos um acréscimo na receita total da ordem de 10,52%, conforme demonstrado na Tabela 5. É percebido que a receita corrente apresentou significativo declínio entre 2014 e 2016, logo em 2017 apresentou aumento, em termos percentuais, conforme apresentado no gráfico 2.

Tabela 5 - Evolução da receita em relação ao exercício anterior

| ESPECIFICAÇÃO | ARRECADAÇÃO 2015 | AV % | ARRECADAÇÃO 2016 | AV % | ARRECADAÇÃO 2017 | AV % |
|---------------------------------------|----------------------|--------------|----------------------|--------------|----------------------|---------------|
| RECEITA CORRENTE | | | | | | |
| Aplicações Financeiras (Patrimonial) | 1.185.087,08 | 40,00% | 1.219.088,14 | 2,87% | 850.252,53 | -30,25% |
| Receita de Serviços / Outras Receitas | 16.703.978,08 | 5,96% | 16.956.522,57 | 1,52% | 19.533.525,80 | 15,19% |
| Total das Receitas Correntes | 17.889.065,16 | 7,70% | 18.175.610,71 | 1,60% | 20.383.778,33 | 11,60% |
| RECEITAS DE CAPITAL | | | | | | |
| Alienação de Bens | 0 | 0,00% | 267.200,00 | 100,00% | 0 | -100% |
| RECEITA TOTAL | 17.889.065,16 | 7,22% | 18.442.810,71 | 3,10% | 20.383.778,33 | 10,52% |

Fonte: SAAE-ARA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – Impresso em 31/01/2018

Gráfico 2 - Evolução da receita do SAAE



1.4.1. Composição da Receita Corrente

1.4.1.1. Receita Patrimonial

As Receitas Patrimoniais são provenientes de rendimentos de aplicações financeiras.

1.4.1.2. Receita de Serviços

Referem-se as receitas oriundas da prestação de serviços como: tarifa de água, tarifa de esgoto, serviços de religação de água e outros serviços provenientes da prestação de serviço de manutenção.

1.4.1.3. Outras Receitas

Decorrem de multas e juros de mora, multas e juros previstos em contratos, multas por auto de infração e outras indenizações e restituições.

1.4.1.4. Alienação de Bens

Decorrem de arrecadação referente a alienação de bens decorrentes de leilão.

1.5. Execução orçamentária da despesa

As despesas orçamentárias realizadas pela Autarquia, classifica-se em duas categorias econômicas: correntes e de capital, representam o conjunto dos gastos públicos autorizados através da Lei Orçamentária Anual – LOA com objetivo de atender às necessidades dos cidadãos, e também o funcionamento da máquina administrativa. No exercício de 2017, as despesas realizadas atingiram o montante de R\$ 17.638.851,49 sendo que do total gasto foram 94,72% em despesas correntes e 5,28% em despesas de capital, conforme demonstrado na Tabela 6.

Tabela 6 - Despesa realizada por categoria econômica e grupo de despesa

| ESPECIFICAÇÃO | 2016 | | 2017 | |
|---|----------------------|---------------|----------------------|---------------|
| | TOTAL REALIZADO | AV % | TOTAL REALIZADO | AV % |
| DESPESAS CORRENTES | | | | |
| Pessoal e Encargos sociais | 7.126.955,52 | 38,67% | 7.472.953,90 | 42,36% |
| Juros e Encargos de Dívida | | | | |
| Outras Despesas Correntes | 10.690.451,93 | 58,01% | 9.235.164,24 | 52,35% |
| Total das Despesas Correntes (1) | 17.817.407,45 | 96,68% | 16.708.118,14 | 94,72% |
| DESPESAS DE CAPITAL | | | | |
| Investimento ⁽¹⁾ | 612.564,76 | 3,32% | 0 | 5,28% |
| Inversões Financeiras ⁽²⁾ | - | | - | |
| Subtotal (1+2) | 612.564,76 | 3,32% | 930.733,35 | 5,28% |
| Amortização | - | | | |
| Total das Despesas de Capital | 612.564,76 | 3,32% | 930.733,35 | 5,28% |
| DESPESA TOTAL | 18.429.972,21 | 100% | 17.638.851,49 | 100% |

Fonte: SAAE-ARA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – Impresso em 31/01/2018

1.5.1. Composição da despesa

1.5.1.1. Pessoal e Encargos sociais

A Autarquia vem atuando de forma a garantir recursos humanos de qualidade a fim de assegurar o funcionamento da máquina administrativa em sua área de atuação. Desta forma, o total de vencimentos com pessoal foi de R\$5.712.156,15 despesas variáveis R\$469.855,98 seguido de R\$1.290.941,77 nas rubricas Obrigações Patronais- RGPS e RPPS, totalizando a despesa com pessoal em **R\$7.472.953,90**.

1.5.1.2. Outras Despesas Correntes

Os gastos em custeio que contribuem para o funcionamento da máquina administrativa. Na composição deste valor destacam-se as despesas com serviços de terceiros de pessoa jurídica e física e materiais de consumo. Dentre as principais despesas para a prestação de serviços destacamos: produto químico no valor de R\$1.127.206,58 e a despesa com Energia Elétrica foi de R\$ 2.615.724,17.

Comparando com o exercício anterior, as despesas com produto químico aumentaram 9,8% em função de adequações de novos procedimentos operacionais além dos significativos aumentos dos custos com produto químico. As despesas com energia elétrica aumentaram em 6,18%.

1.5.1.3. Investimentos

Refere-se as despesas que são classificadas como de capital como: Aquisição de bombas, aquisição de veículos, motos, obras e reformas nas unidades de operação.

1.6. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA FINANCEIRA

Comparando-se as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas nos exercícios de 2014 a 2017, evidenciamos os resultados apresentados na Tabela 7. O resultado orçamentário no ano de 2017, considerando todas as despesas foi superavitário em **R\$ 2.744.926,84**, refletindo um aumento de **R\$2.732.088,34** em relação ao exercício anterior.

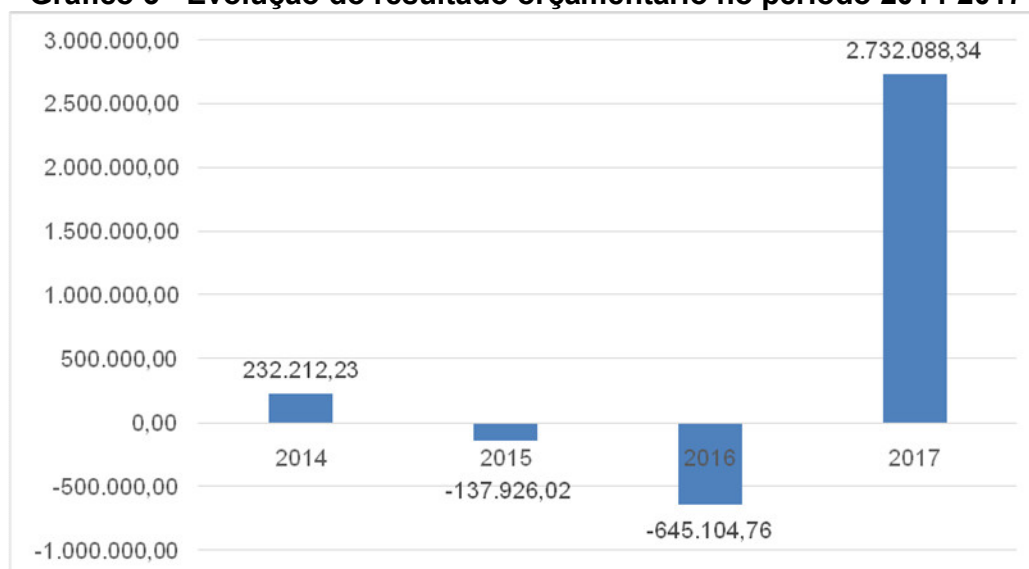
Tabela 7 - Composição do Resultado Orçamentário - 2014 a 2017

| ESPECIFICAÇÃO | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 |
|-------------------------------|---------------------|---------------------|-------------------|----------------------|
| Receitas Correntes | 16.610.361,66 | 17.889.065,16 | 18.175.610,71 | 20.383.778,33 |
| (-) Despesas Correntes | 13.787.892,49 | 15.583.111,66 | 17.817.407,45 | 16.708.118,14 |
| Superávit Corrente | 2.822.469,17 | 2.305.953,50 | 358.203,26 | 3.675.660,19 |
| (+) Receita de Capital | 73.950,00 | 0 | 267.200,00 | 0,00 |
| Subtotal | 2.896.419,17 | 2.305.953,50 | 625.403,26 | 3.675.660,19 |
| (-) Despesas de Capital | 2.100.549,89 | 1.648.010,24 | 612.564,76 | 930.733,35 |
| Superávit Orçamentário | 795.869,28 | 657.943,26 | 12.838,50 | 2.744.926,84 |
| Déficit Orçamentário | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Evolução (R\$) | 232.212,23 | -137.926,02 | -645.104,76 | 2.732.088,34 |
| Evolução (%) | 41,20% | -17,33% | -98,05% | 21280,43% |

Fonte: SAAE-ARABALANÇO ORÇAMENTÁRIO- Impresso em 31/01/2018

O gráfico 3 apresenta a evolução do resultado orçamentário no período de 2014 a 2017, demonstrando que vem ocorrendo um decréscimo nos resultados a partir do exercício 2015 e aumento a partir de 2017.

Gráfico 3 - Evolução do resultado orçamentário no período 2014-2017



2. GESTÃO PATRIMONIAL

2.1. COMPOSIÇÃO DO ATIVO PATRIMONIAL

Em conformidade com o Balanço Patrimonial, o Ativo Real demonstrado na Tabela 8, corresponde ao total de R\$ 42.764.996,90, sendo R\$ 17.293.970,17 de Ativo Circulante e R\$ 25.471.026,73 de Ativo Não Circulante.

Tabela 8 - Composição do Ativo Real

| ESPECIFICAÇÃO | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 |
|--|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| ATIVO CIRCULANTE | 12.876.764,48 | 13.124.040,30 | 12.499.132,73 | 17.293.970,17 |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | 9.699.900,14 | 10.369.801,49 | 9.080.881,61 | 1.211.422,78 |
| CRÉDITOS A CURTO PRAZO | 1.941.038,29 | 1.611.627,75 | 1.656.906,61 | 2.242.628,78 |
| Clientes | 1.907.198,71 | 2.000.085,07 | 1.989.700,63 | 2.811.589,12 |
| (-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo | -56.160,42 | -388.457,32 | -332.794,02 | -568.960,34 |
| Demais créditos e valores a curto prazo | 366,27 | 4.334,81 | 4.334,81 | 1.713.245,24 |
| Investimentos e Aplicações temporais a Curto Prazo | 1.560,27 | 398,2 | 491,8 | 609 |
| Estoques | 1.311.800,23 | 1.123.507,44 | 1.727.892,80 | 1.192.873,16 |
| Variações Patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente | 12.099,28 | 14.370,61 | 28.625,10 | 30.391,21 |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | 22.581.080,91 | 23.901.456,23 | 25.167.130,32 | 25.471.026,73 |
| ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | 32.541,41 | 70.936,83 | 123.635,82 | 212471,36 |
| Créditos a Longo Prazo | 32.541,41 | 70.936,83 | 123.635,82 | 212471,36 |
| Dívida Ativa Não Tributária | - | 452.403,29 | 635.006,81 | 791032,64 |
| (-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo | - | -381.466,46 | -511.370,99 | 578561,28 |
| IMOBILIZADO | 22.537.346,23 | 23.816.478,44 | 25.030.115,61 | 25.241.605,69 |
| Bens Móveis | 4.988.613,36 | 5.752.960,21 | 6.170.322,56 | 6.245.420,41 |
| Bens Imóveis | 18.534.604,89 | 19.978.889,98 | 21.670.470,77 | 22.827.309,16 |
| (-) Depreciação Acumulada | -985.872,02 | -1.915.371,75 | -2.810.677,72 | -3.831.123,88 |
| INTANGÍVEL | 11.193,27 | 14.040,96 | 13.378,89 | 16.949,68 |
| Softwares | 20.987,00 | 34.760,00 | 39.147,00 | 47.472,32 |
| (-) Amortização Acumulada | -9.793,73 | -20.719,04 | -25.768,11 | -30.522,64 |
| TOTAL | 35.457.845,39 | 37.025.496,53 | 37.666.263,05 | 42.764.996,90 |

Fonte: SAAE-ARA BALANÇO PATRIMONIAL – Impresso em 31/01/2018

2.2. COMPOSIÇÃO DO PASSIVO PATRIMONIAL

Na composição do Balanço Patrimonial, demonstrado na Tabela 9, o total de R\$ 2.508.174,35 foi distribuído em Passivo circulante R\$ 1.438.120,76e não circulante R\$1.070.053,59que compreende os compromissos com prazos estabelecidos ou esperados até doze meses o de curto prazo e superior a este, longo prazo.

Tabela 9 - Composição do Passivo Real

| ESPECIFICAÇÃO | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 |
|--|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| PASSIVO CIRCULANTE | 1.017.216,49 | 1.365.210,51 | 1.271.472,86 | 1.438.120,76 |
| Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo | 413.397,95 | 597.711,76 | 532.053,34 | 551.470,67 |
| Fornecedores e contas a pagar a curto prazo | 559.894,86 | 673.190,35 | 670.074,36 | 766.040,84 |
| Obrigações fiscais a curto prazo | 14.487,34 | 16.161,12 | 15.659,39 | 20.299,79 |
| Provisões a curto prazo | 8.540,48 | 32.039,64 | 24.377,16 | 31.377,16 |
| Demais obrigações a curto prazo | 20.895,86 | 46.107,64 | 29.308,61 | 68.932,30 |
| PASSIVO NÃO CIRCULANTE | 386.930,17 | 400.049,25 | 1.089.253,59 | 1.070.053,59 |
| Provisões a longo prazo | 386.930,17 | 400.049,25 | 1.089.253,59 | 1.070.053,59 |
| TOTAL DO PASSIVO | 1.404.146,66 | 1.765.259,76 | 2.360.726,45 | 2.508.174,35 |

Fonte: SAAE-ARA BALANÇO PATRIMONIAL – Impresso em 31/01/2018

2.3. COMPOSIÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS

As contas de execução de atos potenciais passivos representam os contratos em execução e os atos potenciais ativos as garantias contratuais recebidas, conforme demonstrado na Tabela 10.

Tabela 10 - Atos Potenciais Ativos e Passivos

| ESPECIFICAÇÃO | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 |
|---|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS | | | | |
| Execução de garantias e contra garantias recebidas | 23.981,93 | 44.777,21 | 23.255,67 | 0 |
| Execução de garantias e contra garantias recebidas | 23.981,93 | 44.777,21 | 23.255,67 | 0 |
| SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS | | | | |
| Execução de Obrigações Contratuais | 3.320.661,00 | 3.008.364,87 | 5.917.863,41 | 6.821.179,80 |
| Execução de Valores de Obrigações Contratuais | 3.320.661,00 | 3.008.364,87 | 5.917.863,41 | 6.821.179,80 |

Fonte: SAAE-ARA BALANÇO PATRIMONIAL – Impresso em 31/01/2018

2.4. RESULTADO FINANCEIRO

Por meio do Balanço Patrimonial apuramos o Superávit Financeiro, demonstrado na Tabela 11.

Tabela 11 - Resultado Financeiro

| ESPECIFICAÇÃO | RESULTADO FINANCEIRO | | | |
|-------------------------------------|----------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 |
| (A) ATIVO FINANCEIRO | 9.700.266,41 | 10.374.136,30 | 9.085.216,42 | 12.114.589,05 |
| (B) PASSIVO FINANCEIRO | 2.198.498,84 | 2.187.436,98 | 1.684.580,36 | 2.172.900,59 |
| SUPERAVIT FINANCEIRO (A)-(B) | 7.501.767,57 | 8.186.699,32 | 7.400.636,06 | 9.941.688,46 |

Fonte: SAAE-ARA BALANÇO PATRIMONIAL – Impresso em 31/01/2018

2.5. SALDO PATRIMONIAL

É apurado confrontando o Ativo Real com o Passivo Real do Balanço Patrimonial, obtendo a Situação Patrimonial. No exercício de 2017, a situação patrimonial da Autarquia apresentou uma situação positiva, no valor de R\$ 40.256.822,55, conforme Tabela 12.

Tabela 12 - Saldo Patrimonial

| ATIVO | | PASSIVO | |
|---------------------------|----------------------|------------------------|----------------------|
| Ativo Circulante | 17.293.970,17 | Passivo Circulante | 1.438.120,76 |
| Ativo Não Circulante | 25.471.026,73 | Passivo Não Circulante | 1.070.053,59 |
| Ativo Real | 42.764.996,90 | Passivo Real | 2.360.726,45 |
| SALDO PATRIMONIAL | | | |
| Patrimônio Líquido | | | 40.256.822,55 |

Fonte: BALANÇO PATRIMONIAL – Impresso em 31/01/2018

3. GESTÃO FISCAL

A Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, concerne às normas de finanças, estabelecendo limites os quais visam a responsabilidade na gestão fiscal, bem como define alguns conceitos. A Autarquia consolida seus gastos com pessoal e encargos, no índice geral do Município

3.1. DESPESAS COM PESSOAL

Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, as despesas de pessoal incorridas nos últimos 12 meses não devem ultrapassar 60% da RCL, sendo 54% para o Poder Executivo e 6% para o Poder Legislativo, conforme art. 20 da Lei nº 101/00. É demonstrado na Tabela 13, a despesa com pessoal do SAAE-ARA do exercício de 2017, onde atingiu o patamar de **36,66%** em relação à Receita Corrente Líquida, sendo que no período anterior o índice foi de **39,21%**.

Tabela 13 - Demonstrativo Resumido de Despesas com Pessoal

| ESPECIFICAÇÃO | 2015 | RCL % 2015 | 2016 | RCL % 2016 | 2017 | RCL % 2017 |
|--|----------------------|------------|----------------------|------------|----------------------|------------|
| Pessoal Ativo, Inativos e Pensionistas | 6.437.210,79 | 35,98 | 7.126.955,52 | 39,21% | 7.472.953,90 | 36,66 |
| Total Despesa Líquida com Pessoal | 6.437.210,79 | - | 7.126.955,52 | - | 7.472.953,90 | - |
| Receita Corrente Líquida (RCL) | 17.889.065,16 | 100 | 18.175.610,71 | 100 | 20.383.778,33 | 100 |

Fonte: BALANÇO ORÇAMENTARIO – Impresso em 31/01/2018

3.2. DISPONIBILIDADE DE CAIXA

A Tabela 14 apresenta a composição tanto das disponibilidades quanto das obrigações financeiras ao final de dezembro de 2017.

Tabela 14 - Composição de Suficiência de Caixa do SAAE-ARA em Dezembro.

| DISPONIBILIDADE | 2017 |
|------------------------|----------------------|
| Caixa | - |
| Banco c/ Movimento | 427.030,77 |
| Banco c/ Vinculada | - |
| Aplicações Financeiras | 11.687.192,01 |
| Soma | |
| (-) Deduções | |
| Total | 12.114.222,78 |

Fonte: BALANÇO FINANCEIRO – Impresso em 31/01/2018

4. GESTÃO OPERACIONAL

4.1. DADOS E INDICADORES DE DESEMPENHO

Os dados e indicadores de desempenho operacionais apresentados na Tabela 15 apresentam informações dos principais dados e indicadores de desempenho, sendo comparados com exercícios anteriores.

Tabela 15 - Indicadores de desempenho Operacional do SAAE-ARA 2013/2015

| PARÂMETRO | ANO | | | | | UNIDADE |
|--|--------------|--------------|-----------|-----------|-----------|---|
| | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | |
| Extensão de Rede de Água | 354,16 | 358,95 | 367.172 | 374.306 | 378.368 | [KM] |
| Extensão de Rede de Esgoto | 229,73 | 230,65 | 234.058 | 240.370 | 244.402 | [KM] |
| Volume de Água Tratada | 7.431.807,65 | 8.019.683,81 | 7.668.861 | 6.993.791 | 6.904.530 | [m³] |
| Volume Faturado de Água | 5.179.019 | 5.531.792 | 5.329.093 | 5.114.693 | 5.177.309 | [m³] |
| Índice de Hidrometração | 96,24 | 94,89 | 94,77 | 99,57 | 99,66 | [%] |
| Número de Ligações Água | 24.873 | 25.768 | 26.332 | 27.070 | 27.288 | [Unidade] |
| Número de Ligações Esgoto | 18.578 | 19.746 | 20.490 | 21.720 | 22.159 | [Unidade] |
| Número de Empregados | 148 | 148 | 148 | 149 | 144 | [Pessoas] |
| Índice de Perda por Distribuição | 38,5 | 43,56 | 41,96 | 34,23 | * | [%] |
| Índice de Perda por Ligação | 361,2 | 373,75 | 334,85 | 284,2 | * | [Litros/Ligação/Dia] |
| Produtividade Operacional | 168,06 | 172,93 | 177,92 | 181,68 | 189,50 | [Número de Ligações/Número de Empregados] |
| Índice de Macromedição | 0,32 | 0,74 | 0,74 | * | * | [Equip. instalados / Necessidade de instalação] |
| Índice de DQO Tratado | 37,9 | 31,91 | 36,9 | 34,92% | 39,67% | [DQO Tratado /DQO Bruto] |
| Índice de DBO Tratado | 30,65 | 35,34 | 37,31 | 31,86% | 40,84% | [DBO Tratado /DBO Bruto] |
| Custo com Produto químico por m³ de água produzido | 0,1042 | 0,1136 | 0,1356 | 0,1468 | 0,1633 | [Custo Produto Químico/m³ de água tratada] |
| Índice geral de energia por m³ de água produzido | 0,5330 | 0,4575 | 0,5288 | 0,5038 | 0,4903 | [KW/m³ de água produzido] |
| Estações de Tratamento de Água | 10 | 10 | 10 | 10 | 10 | [Unidade] |

| PARÂMETRO | ANO | | | | | UNIDADE |
|--|-------|-------|-------|--------|--------|--|
| | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | |
| Estação Elevatória de Água Bruta | 10 | 10 | 10 | 10 | 10 | [Unidade] |
| Estações de Tratamento de Esgoto | 16 | 16 | 16 | 16 | 17 | [Unidade] |
| Estação Elevatória de Esgoto | 39 | 39 | 39 | 50 | 52 | [Unidade] |
| Poços Artesiano | 6 | 6 | 6 | 6 | 7 | [Unidade] |
| Reservatório de Água | 16 | 16 | 16 | 16 | 16 | [Unidade] |
| Índice de Inadimplência | 0,93 | 1,02 | 0,73 | 1,12 | 6,85 | % |
| Índice de Arrecadação em relação ao Faturado | 99,07 | 98,99 | 99,27 | 98,58 | 104,76 | % |
| Índice de atendimento a OS | 98,7 | 98,26 | 98,41 | 95,62% | 97,59% | [%] |
| Índice de Ligações Cortadas /Ativas de água | 13,13 | 13,68 | 13,99 | 18,33% | 21,89% | % [Ligações Cortadas / Ligações funcionamento] |

*Índices que estão em apuração, ou ocorreram falha no acompanhamento em 2017.

Fonte: SAAE-ARA 2017

4.2. INADIMPLÊNCIA

O índice de inadimplência foi definido em função do fluxo de caixa apresentado na tabela 16, onde foi considerada a média anual do ano de 2017, como segue:

Tabela 16 – Cronograma de recebimento das faturas de água

| CRONOGRAMA DE RECEBIMENTO DE FATURAS | | | |
|---|--------------------|---------------|---------|
| Descrição | Período | Nº de Faturas | % |
| Faturamento | 0 dias | 27.338 | 100,00% |
| Recebimento no Vencimento | 30 dias | 11.970 | 43,92% |
| Aviso de Corte | 60 dias | 9.620 | 62,59% |
| Recebimento após 60 dias e/ou entrada na dívida ativa | | 5.748 | 37,41% |
| Ligações inscritas na Dívida Ativa | | | |
| Inscrição na Dívida Ativa | Final do Exercício | 1058 | |

O recebimento no período do vencimento (30 dias após emissão) é de 45,80%. Após o período de vencimento, é emitido o aviso de corte, onde o percentual de recebimento é de 43,92%. Após a emissão do aviso de corte, o percentual de recebimento é de 62,59%. Esgotadas todas as possibilidades de negociação, a ligação do cliente é inscrita em dívida ativa, totalizando 1.058 ligações no último exercício.

4.3. PROJETOS E ATIVIDADES DESENVOLVIDOS

A autarquia focou na construção e substituição de redes de distribuição de água tratada, com o objetivo principal de reduzir o consumo de energia elétrica, além adotar medidas operacionais e administrativas a fim de melhorar o atendimento e o bem-estar do cidadão.

Foram desenvolvidos projetos de educação ambiental envolvendo as comunidades locais, tais como:

- **“SAAE de Portas Abertas”**, tem por objetivo receber alunos de cursos técnicos e superior nos diversos sistemas de tratamento de Água e Esgoto do SAAE, afim de contribuir para formação destes futuros profissionais.
- **“SAAE Aracruz nas Escolas”**, atendeu, aproximadamente, 20 (vinte) escolas municipais e estaduais com o objetivo de disseminar o uso racional da água nas atividades do dia a dia assim como evitar o desperdício.

- Junto com a prefeitura de Aracruz o SAAE participa do comitê de revisão do Plano Diretor Municipal, integra o Comitê de Bacias Hidrográficas e o Fórum Estadual dos Comitês de Bacias Hidrográficas.

4.4. PROJETOS DE INFRAESTRUTURA

4.4.1. Construção de rede de abastecimento de água para Localidade de Rio Preto

Instalação do sistema de distribuição de água potável na comunidade do Rio Preto. A obra foi concluída em abril/2017.

4.4.2. Sistema de Esgotamento Sanitário do Bairro Santa Marta

Instalação do sistema de esgotamento sanitário composto por elevatória e rede coletora na comunidade do bairro Santa Marta no distrito de Barra do Sahy. A obra foi concluída em março/2017.

4.4.3. Reforma da Barragem de ETA de Coqueiral

Obra com objetivo de recuperar a barragem da ETA para melhor desempenho do sistema de abastecimento de Coqueiral e adjacências. Situação – Obra iniciada com previsão de término para maio/2017.

4.4.4. Construção de Adutora da ETA x Bairro Coqueiral

Obra com objetivo de melhorar o abastecimento de água das comunidades de Coqueiral, Aldeias Indígenas e Santa Cruz.

Situação – foram construídos, aproximadamente 3.000 metros de adutora de água tratada com diâmetro nominal de 300 mm, sendo o material fornecido pela Autarquia e mão de obra por conta de condicionantes de viabilidade para implantação de empreendimentos imobiliários na região de Santa Cruz.

4.4.5. Construção de Rede coletora e coletor tronco na Sede de Aracruz

Obra com objetivo de realizar a coleta de esgoto da região da bacia do Piranema, onde foi realizado a Construção de Rede coletora e coletor tronco totalizando 6.000 metros de DN 300 e 600 mm na Sede de Aracruz. Os materiais foram adquiridos pelo SAAE de Aracruz, e a execução da obra foi realizada através de condicionante ambiental, sendo a obra finalizada em 15/05/2017.

4.4.6. Construção de Estação de Tratamento de Esgoto da Sede de Aracruz

Obra com objetivo de realizar o tratamento de esgoto da bacia do Piranema, onde foi realizado a Construção de uma estação de tratamento de esgoto com capacidade para tratamento de 45 l/s localizado na Sede de Aracruz. O investimento foi realizado através de condicionante ambiental estando a obra em fase final de execução.

Aracruz, 05 de fevereiro de 2018

Elias Antonio Coelho Marochio

Diretor Geral

Decreto Municipal Nº 32.712/2017

IPASMA

Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Aracruz

Dentre o conjunto de ações que objetivam a contribuição para uma gestão fiscal responsável, destacamos o compromisso com a qualificação profissional do quadro de pessoal, bem como dos membros dos Conselhos, além do contínuo processo de planejamento e desenvolvimento de práticas de gestão que aplicam no máximo os princípios da transparência, equidade, ética, responsabilidade corporativa e social, e buscando sempre o aprimoramento das atividades, com o conceito de valorização dos segurados em nossas rotinas de trabalho.

PLANO DE CUSTEIO

O plano de custeio deverá observar a legislação vigente segundo critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Próprio de Previdência.

Conforme Lei 3.892/2015 alterada pela Lei 4.344/2016, o plano de custeio do sistema previdenciário do Município de Aracruz, bem como de acordo com o cálculo atuarial realizado em 2017, foram definidas as seguintes alíquotas de contribuição:

- Segurados: Servidores Ativos 11% (doze por cento);
- Valor patronal calculado sobre a remuneração dos ativos: 14,5 % (quatorze vírgula cinco por cento);
- Alíquota de amortização do déficit técnico: 12% (doze por cento);
- Taxa de Administração: 2% (dois por cento)

Considerando os valores acima descritos, o total de repasse corresponde a 28,5% (vinte e oito vírgula cinco por cento) sendo que o índice de amortização do déficit deverá ser corrigido, no início de cada exercício, conforme demonstrativo abaixo:

DEMONSTRATIVO DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT TÉCNICO

| Ano | Alíquota Lei 4.344/2016 |
|-------------|--------------------------------|
| 2017 | 12,00% |
| 2018 | 16,00% |
| 2019 | 20,00% |
| 2020 | 24,00% |
| 2021 | 28,00% |
| 2022 | 32,00% |
| 2023 | 36,00% |
| 2024 | 40,00% |
| 2025 | 44,00% |
| 2026 a 2044 | 50,25% |

RECADASTRAMENTO INATIVO E PENSIONISTAS

Com o objetivo de ter uma base cadastral consistente, mantendo assim a governança do Regime Próprio, é anualmente, sempre no mês de setembro, o recadastramento dos aposentados e pensionistas.

No ano de 2017 atingimos 100% (cem por cento) da meta de cadastramento, sendo que para tanto foram realizados além do cadastramento presencial e visitas domiciliares.

GESTÃO DE BENEFÍCIOS

O IPASMA, Regime Próprio de Previdência Social o qual tem por beneficiários os servidores públicos titulares de cargo efetivo, foi constituído por Lei Municipal e deverá assegurar o caráter contributivo/solidário além, do equilíbrio financeiro e atuarial conforme previsão constitucional.

O IPASMA tinha em 31/12/2017 o montante de 3.788 (três mil setecentos e oitenta e oito) segurados distribuídos em Ativos da Prefeitura Municipal de Aracruz, SAAE e Câmara, Inativos e Pensionistas, já implantados na folha de pagamento do Instituto, conforme distribuição abaixo especificada:

| Ativos | |
|---|--------------|
| Prefeitura Municipal de Aracruz | 2373 |
| Câmara Municipal de Aracruz | 35 |
| SAAE | 121 |
| Total dos Ativos | 2529 |
| Inativos | |
| Aposentadoria Compulsória | 19 |
| Aposentadoria por Idade | 332 |
| Aposentadoria por Invalidez | 118 |
| Aposentadoria por Tempo de Contribuição | 550 |
| Total dos Inativos | 1.019 |
| Pensionistas | |
| Pensão por Morte | 240 |
| Total dos Pensionistas | 240 |
| Segurados Total | 3788 |

(*) - Informação obtida através do relatório de folha de pagamento-base dez/2017.

Considerando os últimos 05 (anos) a tabela abaixo evidencia a evolução do número de segurados ativos, inativos e pensionistas deste RPPS, a saber:

| Servidor | Ano 2013 | Ano 2014 | Ano 2015 | Ano 2016 | Ano 2017 |
|--------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| Ativo | 2377 | 2375 | 2590 | 2584 | 2529 |
| Inativo | 776 | 837 | 883 | 950 | 550 |
| Pensionista | 191 | 203 | 220 | 230 | 240 |

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

Considerando os requerimentos para concessão de benefícios apresentados pelos segurados no exercício/2017 foram deferidas 94(noventa e quatro) aposentadorias segregadas da seguinte forma:

| Tipo de Aposentadoria | Qtd | Percentual |
|------------------------------|------------|-------------------|
| Idade | 18 | 19,15% |
| Invalidez | 0 | 0% |
| Tempo de Contribuição | 76 | 80,85% |
| Aposentadoria compulsória | 0 | 0% |
| Total | 94 | 100% |

Gráfico demonstrativo de aposentadorias concedidas em 2017

Os benefícios Previdenciários referentes à Concessão de Aposentadoria e Pensão por Morte no exercício de 2017 totalizaram um custo proporcional na ordem de R\$ 28.270.326,65 (vinte e oito milhões, duzentos e setenta mil, trezentos e vinte e seis reais e sessenta e cinco centavos), conforme distribuição abaixo:

| Tipo de Benefício | Ano 2013 | Ano 2014 | Ano 2015 | Ano 2016 | Ano 2017 | Valores em RS 2017 |
|---------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|---------------------------|
| Aposentadoria Compulsória | 23 | 22 | 22 | 21 | 19 | R\$ 305.605,35 |

| | | | | | | |
|--|------------|-------------|-------------|-------------|--------------|--------------------------|
| Aposentadoria Voluntária por Idade | 308 | 313 | 317 | 327 | 332 | R\$ 4.617.049,40 |
| Aposentadoria Por Invalidez | 122 | 125 | 125 | 123 | 118 | R\$ 2.001.453,26 |
| Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição | 323 | 377 | 419 | 479 | 550 | R\$ 15.499.008,12 |
| TOTAL DAS APOSENTADORIAS | 776 | 837 | 883 | 950 | 1.019 | R\$ 24.534.929,40 |
| Pensão Por Morte | 191 | 203 | 220 | 230 | 240 | R\$ 3.735.397,25 |
| TOTAL GERAL | 966 | 1040 | 1103 | 1180 | 1259 | R\$ 28.282.685,05 |

Considerando os valores gastos com aposentadorias, segue abaixo os valores totais despendidos pelo IPASMA nos últimos 05 (cinco) anos a título de benefícios:

| Tipo de Benefício | Valor 2013 | Valor 2014 | Valor 2015 | Valor 2016 | Valor 2017 |
|--|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| Aposentadoria Compulsória | 277.513,94 | 269.705,50 | 287.620,45 | 310.807,96 | 305.605,35 |
| Aposentadoria Voluntária por Idade | 3.261.020,20 | 3.505.321,20 | 3.702.965,20 | 4.191.516,55 | 4.617.049,10 |
| Aposentadoria Por Invalidez | 1.715.592,14 | 1.809.431,34 | 1.898.862,04 | 1.983.851,03 | 2.001.456,26 |
| Aposentadoria Voluntária por tempo de Contribuição | 6.222.111,98 | 8.474.851,13 | 10.897.723,38 | 12.785.896,15 | 15.499.008,12 |
| Aposentadoria por Tempo de Contribuição Magistério | 1.952.409,87 | 2.013.219,03 | 2.089.091,36 | 2.080.747,85 | 2.124.171,67 |

| | | | | | |
|--------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| Pensão Por Morte | 2.322.847,80 | 2.551.145,84 | 2.892.863,14 | 3.344.631,15 | 3.735.397,25 |
| TOTAL GERAL | 15.751.495,93 | 18.623.674,34 | 21.769.125,57 | 24.704.544,83 | 28.282.685,05 |

REAJUSTAMENTO DOS BENEFÍCIOS

A Constituição Federal brasileira estabelece como princípio da Ordem Social o reajustamento do valor dos benefícios previdenciários de forma a preservar-lhes o poder aquisitivo.

Dessa forma segue abaixo número total de benefícios do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Aracruz- IPASMA dos últimos 05 (cinco) anos segregados pelo critério de reajustamento dos benefícios, a saber:

| TIPO DE BENEFÍCIO | 2013 | | 2014 | | 2015 | | 2016 | | 2017 | |
|--------------------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| | C/PARI | S/PARI | C/PARI | S/PARI | C/PARI | S/PARI | C/PARI | S/PARI | C/PARI | S/PARI |
| APOSENTADORIA COMPULSÓRIA | 12 | 11 | 11 | 11 | 10 | 14 | 09 | 12 | 08 | 12 |
| APOSENTADORIA POR IDADE | 131 | 178 | 126 | 190 | 119 | 201 | 115 | 214 | 105 | 230 |

| | | | | | | | | | | |
|---|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| APOSENTADORIA POR INVALIDEZ | 107 | 15 | 112 | 13 | 113 | 15 | 111 | 14 | 107 | 11 |
| APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO | 255 | 20 | 305 | 19 | 352 | 22 | 408 | 24 | 481 | 23 |
| APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO MAGISTÉRIO | 48 | 1 | 47 | 1 | 47 | 1 | 47 | 1 | 46 | 1 |
| PENSÃO POR MORTE | 70 | 121 | 69 | 138 | 66 | 164 | 66 | 167 | 64 | 176 |
| TOTAL GERAL | 623 | 346 | 675 | 372 | 707 | 417 | 756 | 432 | 811 | 453 |

BENEFÍCIOS REGISTRADOS E PENDENTES DE REGISTRO

Considerando no prazo de 30 (trinta) dias da assinatura da concessão, a autoridade administrativa responsável pela expedição de ato concessório de aposentadoria, reforma ou transferência para a reserva remunerada, encaminhará esse ato e o respectivo processo com todas as peças que o instruem, ao Tribunal de Contas, para a apreciação de sua legalidade, segue abaixo demonstrativo da situação dos benefícios concedidos junto ao Tribunal de Contas do Estado Do Espírito Santo, a saber:

| ANO | TOTAL GERAL DE BENEFÍCIOS | PROCESSOS ENVIADOS AO TCE | | | | | | |
|------|------------------------------------|------------------------------|---------------------------------|--|-------|--------|------|--------|
| | | REGISTRADOS (TCE) | AGUARDANDO REGISTRO (TCE) | AGUARDADO REGISTRO (TCE) POR DILIGÊNCIA | | | | |
| | APOS. | PENSÃO | APOS | PENSÃO | APOS. | PENSÃO | APOS | PENSÃO |
| 2013 | 93 | 11 | 93 | 11 | - | - | - | - |
| 2014 | 79 | 16 | 79 | 14 | - | 01 | - | 01 |
| 2015 | 72 | 20 | 65 | 18 | 07 | 02 | 06 | 02 |
| 2016 | 78 | 11 | 32 | 02 | 46 | 09 | 06 | |
| 2017 | 96 | 18 | - | - | 96 | 19 | - | - |

SALÁRIO MATERNIDADE

No que se refere ao salário maternidade bem como salário família, auxílio doença e auxílio reclusão, desde o início de vigência da Lei 3.693 de 28/08/2015 tais benefícios passaram a ser custeados pelos Órgãos dos Poderes Executivos, legislativo e suas Autarquias de acordo com a lotação do servidor beneficiário.

COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

A COMPREV, Compensação Previdenciária é o ajuste financeiro entre o Regime Geral de Previdência Social (RGPS/INSS) e o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) que tem a finalidade de evitar que os regimes concedentes sejam prejudicados financeiramente por serem obrigados a aceitar, para efeito de concessão de benefício, o tempo de filiação a outro regime sem terem recebido as correspondentes contribuições.

Mediante celebração de Convênio MPS x INSS x Município de Aracruz x IPASMA, originário do Processo Federal nº. 44000.000516/2002-08, teve sua vigência durante 5 (cinco) anos e o Processo Federal nº 44000.002302/2008-53, em vigor, que visa a recuperação dos créditos de compensação previdenciária entre o Regime Geral de Previdência Social – RGPS, administrado pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS e o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS do Município de Aracruz, administrado pelo Instituto de Previdência e Assistência dos servidores do Município de Aracruz/ES – IPASMA, está em andamento o processo de recuperação junto ao INSS, das contribuições previdenciárias dos servidores que aposentaram no RPPS e que averbaram períodos contribuídos. Para a realização deste processo o IPASMA vem revisando todos os procedimentos de concessão, uma vez que as exigências para a recuperação dos créditos vão desde a existência das Certidões de Tempo de Contribuição - CTC, em via original, expedidas pelo INSS, até a homologação e registro das aposentadorias junto ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

FLUXO FINANCEIRO DO COMPREV

A título de compensação segue abaixo demonstrativo do fluxo financeiro mensal no ano de 2017, a saber:

| ANO | FLUXO FINANCEIRO |
|------------|-------------------------|
| JANEIRO | R\$ 218.948,60 |
| FEVEREIRO | R\$ 69.929,32 |
| MARÇO | R\$ 69.929,32 |
| ABRIL | R\$ 69.789,29 |
| MAIO | R\$ 67.907,73 |
| JUNHO | R\$ 69.776,56 |
| JULHO | R\$ 40.178,17 |
| AGOSTO | R\$ 68.468,38 |

| | |
|----------|----------------|
| SETEMBRO | R\$ 69.122,44 |
| OUTUBRO | R\$ 68.973,50 |
| NOVEMBRO | R\$ 137.401,60 |
| DEZEMBRO | R\$ 68.700,80 |

Destacamos que do montante acima mencionado, foi arrecadado no exercício de 2017 o valor de R\$ R\$ 1.019,125,71 (Um milhão dezenove mil cento e vinte e cinco reais e setenta e um centavos).

Salientamos ainda, que 184 (cento e oitenta e quatro) processos estão aguardando registro junto ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo para verificação acerca do direito a requerimento da Compensação Previdenciária.

4.2 FLUXO DOS PROCESSOS COMPENSADOS

Considerando o fluxo anual dos valores referentes a RO (Regime de Origem) e RI (Regime Instituidor) segue evidenciação dos valores correspondentes aos últimos 05(cinco) anos:

| ANO | RO (RECEBIMENTO) | RI (PAGAMENTO) |
|-------------|-------------------------|-----------------------|
| 2017 | R\$ 949.002,58 | R\$ 150.545,11 |
| 2016 | R\$1.287.361,64 | R\$ 1.763,06 |
| 2015 | R\$ 1.787.738,57 | R\$ 1.763,06 |
| 2014 | R\$ 1.458.206,94 | R\$ 881,53 |
| 2013 | R\$ 591.574,71 | R\$ - |

BENEFÍCIOS COM DIREITO A COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Em relação aos processos que estão aguardando registro no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, segue abaixo relatório do número que possuem direito á compensação previdenciária, a saber:

| ANO | <u>COM DIREITO</u> | | <u>SEM DIREITO</u> | | COM DIREITO AGUARDANDO REGISTRO TCE DILIGÊNCIAS | | AGUARDANDO DECISÃO JUDICIAL | |
|------|--------------------|--------|--------------------|--------|---|--------|-----------------------------|--------|
| | APOS. | PENSÃO | APOS. | PENSÃO | APOS. | PENSÃO | APOS. | PENSÃO |
| | 2013 | 86 | 07 | 07 | 04 | - | - | - |
| 2014 | 72 | 09 | 07 | 07 | - | 01 | 01 | - |
| 2015 | 60 | 13 | 12 | 07 | 06 | 02 | - | - |
| 2016 | 66 | 02 | 12 | 09 | | | - | - |
| 2017 | 85 | 10 | 11 | 08 | - | - | - | - |

DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Com base nos resultados orçamentários dos últimos 05 (cinco) anos e principalmente no orçamento aprovado para o ano de 2017, através da Lei Municipal nº 4.096 de 29/12/2016, apresentamos quadro comparativo que possibilita a análise do comportamento das receitas orçadas e as efetivamente arrecadadas pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Aracruz / ES – IPASMA.

| Especificação da Receita | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 |
|---|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| RECEITA ORÇADA INICIAL | 30.000.000,00 | 40.000.000,00 | 36.000.000,00 | 38.000.000,00 | 40.000.000,00 |
| RECEITAS CORRENTES | 13.360.000,00 | 24.240.000,00 | 19.210.000,00 | 20.210.000,00 | 20.170.000,00 |
| RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS | 16.640.000,00 | 15.760.000,00 | 16.790.000,00 | 17.790.000,00 | 19.830.000,00 |
| RECEITA ARRECADADA | 30.224.764,05 | 39.433.313,41 | 48.018.637,85 | 58.481.412,59 | 55.102.287,03 |
| RECEITAS CORRENTES | 14.679.763,44 | 23.725.963,18 | 25.797.682,37 | 37.159.337,26 | 31.442.299,60 |
| RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES | 6.388.605,78 | 6.133.708,42 | 8.004.242,54 | 7.870.110,79 | 7.514.921,22 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 6.400.221,62 | 16.721.041,63 | 15.593.550,24 | 27.847.679,77 | 22.769.301,51 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 1.890.936,04 | 871.213,13 | 2.199.889,59 | 1.441.546,70 | 1.158.076,87 |
| RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS | 15.545.000,61 | 15.707.350,23 | 22.220.955,48 | 21.322.075,33 | 23.659.987,43 |
| RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS | 15.525.512,15 | 15.570.974,49 | 22.038.829,56 | 21.142.486,43 | 23.476.476,75 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS | 19.488,46 | 136.375,74 | 182.125,92 | 179.588,90 | 183.510,68 |

Para o exercício de 2017, a Lei Orçamentária Anual fixou a despesa e estimou a receita, em R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), com percentual de suplementação autorizado no exercício de 20% (vinte por cento).

Quanto ao desempenho das despesas orçamentárias nos últimos 05 (cinco) anos, apresentamos o quadro comparativo detalhado por elementos de despesas:

| Especificação da Despesa | 2017 | | | | |
|---|---------------------------|---------------|---------------|---------------|------------------|
| | Despesa Fixada Atualizada | Empenhado | Liquidado | Pago | Saldo de Dotação |
| IPASMA | 40.000.000,00 | 29.818.704,72 | 29.810.601,41 | 29.810.601,41 | 10.181.295,28 |
| ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO | 2.820.000,00 | 1.534.081,34 | 1.525.978,03 | 1.525.978,03 | 1285.918,66 |
| 3.1.90.11.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS | 1.650.000,00 | 1.092.453,19 | 1.092.453,19 | 1.092.453,19 | 557.546,81 |
| 3.1.90.13.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS | 60.000,00 | 23.923,82 | 22.392,69 | 22.392,69 | 36.076,18 |
| 3.1.90.16.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS | 50.000,00 | 4.276,20 | 4.276,20 | 4.276,20 | 45.723,80 |
| 3.1.91.91.00.00.00 - SENTENÇAS JUDICIAIS | 70.000,00 | - | - | - | 70.000,00 |
| 3.1.90.93.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES | - | - | - | - | - |
| 3.3.90.14.00.00.00 - DIÁRIAS – CIVIL | 80.000,00 | 8.630,00 | 8.630,00 | 8.630,00 | 71.370,00 |
| 3.3.90.30.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO | 30.000,00 | 11.336,76 | 11.336,76 | 11.336,76 | 18.663,24 |
| 3.3.90.33.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO | 20.000,00 | - | - | - | 20.000,00 |

| | | | | | |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|--------------|
| 3.3.90.36.00.00.00 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS PF | 10.000,00 | 1.100,00 | 1.100,00 | 1.100,00 | 8.900,00 |
| 3.3.90.39.00.00.00 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS PJ | 650.000,00 | 387.647,43 | 381.075,25 | 381.075,25 | 262.352,57 |
| 3.3.90.92.00.00.00-DESPESAS EXERC. ANTERIORES | 50.000,00 | 2.327,24 | 2.327,24 | 2.327,24 | 47.672,76 |
| 3.3.90.93.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES | 70.000,00 | 2.386,70 | 2.386,70 | 2.386,70 | 67.613,30 |
| 4.4.90.52.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES | 80.000,00 | - | - | - | 80.000,00 |
| ATENDIMENTO A SERVIDORES | 28.730.000,00 | 28.284.623,38 | 28.284.623,38 | 28.284.623,38 | 445.376,62 |
| 3.1.90.01.00.00.00 - APOSENTADORIAS DO RPPS | 24.789.000,00 | 24.549.226,13 | 24.549.226,13 | 24.549.226,13 | 239.773,87 |
| 3.1.90.03.00.00.00 - PENSÕES DO RPPS | 3.940.000,00 | 3.735.397,25 | 3.735.397,25 | 3.735.397,25 | 204.602,75 |
| 3.1.90.05.00.00.00 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVI | 1.000,00 | - | - | - | 1.000,00 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 8.450.000,00 | | | | 8.450.000,00 |
| 9.9.99.99.00.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 8.450.000,00 | - | - | - | 8.450.000,00 |

Relacionando o desempenho orçamentário dos quadros acima, chega-se ao resultado orçamentário comparativos dos 05 (cinco) últimos anos.

| RESULTADO ORÇAMENTÁRIO | | | | |
|-------------------------------|----------------------------|--------------------------|--------------------------|------------------|
| EXERC. | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITA REALIZADA | DESPESA EMPENHADA | SUPERÁVIT |
| 2013 | 30.000.000,00 | 30.224.764,05 | 18.372.055,18 | 11.852.708,87 |
| 2014 | 37.000.000,00 | 39.433.313,41 | 1.741.269,07 | 17.692.044,34 |
| 2015 | 36.000.000,00 | 48.018.637,85 | 25.619.914,87 | 22.398.722,98 |
| 2016 | 38.000.000,00 | 58.481.412,59 | 26.336.337,86 | 32.145.074,73 |
| 2017 | 40.000.000,00 | 55.102.287,03 | 29.818.704,72 | 25.283.582,31 |

Ainda de caráter orçamentário apresentamos o quadro de Restos a Pagar deste Instituto relativos aos exercícios de 2016 e 2017, uma vez que nos exercícios anteriores todos os valores empenhados foram pagos nos respectivos exercícios.

| EXERCÍCIOS | RESTOS A PAGAR PROCESSADOS | | | | RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | | | | SALDO DE EMPENHO |
|-------------------|-----------------------------------|------------------|-----------------|--------------|---------------------------------------|-------------------|-----------------|-----------------|-------------------------|
| | INSCRIÇÃO | PAGAMENTO | ANULAÇÃO | SALDO | INSCRIÇÃO | LIQUIDAÇÃO | ANULAÇÃO | SALDO | |
| 2016 | 10.312,59 | 10.312,59 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2017 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8.103,31 | 0,00 | 0,00 | 8.103,31 | 8.103,31 |
| TOTAL | 10.312,59 | 10.312,59 | 0,00 | 0,00 | 8.103,31 | 0,00 | 0,00 | 8.103,31 | 8.103,31 |

A movimentação orçamentária realizada no exercício por créditos adicionais segue representada no quadro Demonstrativo de Créditos Adicionais abaixo:

| LEI AUTORIZATIVA | | | ATO OFICIAL | | | TIPO DE ATO | TIPO DE FONTE E ATUALIZAÇÃO | DESPESA S / FONTE | CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL | VALOR |
|------------------|------|--------------------|-------------|------|--------------------|------------------------------------|---|-----------------------------|----------------------------|--------------|
| Nº | ANO | DATA PUBLICAÇÃO | Nº | ANO | DATA PUBLICAÇÃO | | | | | |
| 4096 | 2017 | 29/12/2016 | 33489 | 2017 | 27/11/2017 | 1 - DECRETO 1 - SUPLEMENTAR | 1 ANULAÇÃO DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2ADIÇÃO 2.401.0000 | 3.1.90.01 2.401.0000 | 09.272.0003.20008 | 2.400.000,00 |
| 4096 | 2017 | 29/12/2016 | 33489 | 2017 | 27/11/2017 | 1 - DECRETO 1 - SUPLEMENTAR | 1 ANULAÇÃO DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2 ADIÇÃO 2.401.0000 | 3.1.90.03 2.401.0000 | 09.272.0003.20008 | 240.000,00 |
| 4096 | 2017 | 29/12/2016 | 33489 | 2017 | 27/11/2017 | 1 - DECRETO 1 - SUPLEMENTAR | 1ANULAÇÃO DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 1 REDUÇÃO 2.401.0000 | 9.9.99.99 2.401.0000 | 99.997.9999.30003 | 2.640.000,00 |

DA GESTÃO FINANCEIRA

Com relação ao aspecto financeiro, todos os recursos geridos pelo IPASMA são provenientes das seguintes origens estipuladas na Lei Orçamentária Anual:

- a) Contribuição de servidor ativo e inativo dos órgãos municipais
- b) Contribuição patronal, suplementar e de taxa de administração dos órgãos municipais
- c) Compensação previdenciária RGPS X RPPS
- d) Remuneração de investimentos em Renda Fixa e em Renda Variável
- e) Contribuição em regime de parcelamento de débitos do ente municipal com o RPPS
- f) Multas e juros

Cabe destacar que o Instituto não tem plano de aportes dos órgãos vinculados para cobertura de insuficiência financeira.

Quanto à receita de contribuição do servidor e patronal, como parte integrante da Prestação de Contas Anual 2017, a qual pertence este Relatório de Gestão, encontra-se o Demonstrativo das Receitas de Contribuições Efetivamente Devidas ao RPPS, fazendo uso do princípio da competência.

Sobre o recebimento das contribuições devidas, ainda no Demonstrativo citado, pode-se observar que dentro do exercício de 2017, todos os órgãos vinculados a este RPPS fizeram seus repasses tanto da contribuição retida do servidor, quanto da parte patronal.

A contribuição por regime de parcelamento de débitos é registrada no momento do recebimento das parcelas mensais pagas pelo ente municipal.

A Lei Municipal nº 2.916 de 17 de maio de 2006, dispõe sobre o parcelamento de débito do município com o IPASMA, através do Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento, revogando as Leis de nºs 2.335/2000, 2.439/2001 e 2.809/2005.

O quadro abaixo detalha os parcelamentos firmados vigentes no exercício de 2017.

| Informações Gerais sobre os Parcelamentos | | | | | | | | |
|---|---------------------|------------------|--------------------|----------|--------------------|-----------------------|-------------------|-------------------|
| Número Parcelamento | Partes Envolvidas | Lei Autorizativa | Data da Assinatura | Tipo | Quant. de Parcelas | Vencimento 1ª Parcela | Competência Final | Valor Consolidado |
| Dívida 1 - Acordo MPS 00034/2006 | Prefeitura / IPASMA | Lei 2.916 | 17/05/2006 | Servidor | 272 | 01/04/2006 | nov./2028 | 45.162.627,04 |
| Dívida 2 - Acordo MPS 00034/2006 | Prefeitura / IPASMA | Lei 2.916 | 17/05/2006 | Patronal | 272 | 01/04/2006 | nov./2028 | 11.673.418,56 |
| Dívida 3 - Acordo MPS 00034/2006 | Prefeitura / IPASMA | Lei 2.916 | 17/05/2006 | Patronal | 280 | 01/04/2006 | jul./2029 | 3.482.038,21 |

As parcelas da dívida original firmadas no acordo foram assim estipuladas:

| VALORES DA DÍVIDA ORIGINAL | |
|----------------------------|-------------------|
| Dívida 1 | 166.039,07 |
| Dívida 2 | 42.916,98 |
| Dívida 3 | 12.435,85 |
| Total | 221.391,90 |

Importante destacar que a dívida 3, sofre atualização mensal de 0,5% de juros + TR.

Durante o exercício de 2017, foram recebidas as 12 (doze) parcelas pertinentes, conforme segue demonstrado.

| Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maiο | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro |
|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| 221.391,90 | 221.391,90 | 221.391,90 | 221.391,90 | 221.391,90 | 221.391,90 | 221.391,90 | 221.391,90 | 221.391,90 | 221.391,90 | 221.391,90 | 221.391,90 |
| 14.471,30 | 14.614,01 | 14.790,55 | 14.926,68 | 15.084,50 | 15.236,93 | 15.392,62 | 15.546,00 | 15.685,91 | 15.826,52 | 15.967,83 | 15.967,83 |
| 235.863,20 | 236.005,91 | 236.182,45 | 236.318,58 | 236.476,40 | 236.628,83 | 236.784,52 | 236.937,90 | 237.077,81 | 237.218,42 | 237.359,73 | 221.391,90 |

No total, foram recebidos R\$ 2.656.702,80 (dois milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil, setecentos e dois reais, oitenta centavos) do valor original da dívida e R\$ 167.542,85 (cento e sessenta e sete mil, quinhentos e quarenta e dois reais, oitenta e cinco centavos).

Em 31/12/2017, o saldo a receber das 03 (três) dívidas que compõem o parcelamento segue discriminado:

| Saldo das Dívidas | |
|-------------------|----------------------|
| Dívida 1 | 15.930.103,61 |
| Dívida 2 | 4.117.536,25 |
| Dívida 3 | 1.728.583,36 |
| Total | 21.776.223,22 |

No arquivo RELPAR – Relatório dos Parcelamentos constante da Prestação de Contas de 2017, encontra-se todo o detalhamento das dívidas do município com o IPASMA.

Tratando de gestão financeira, apresentamos o quadro abaixo para comparação dos resultados dos últimos 05 (cinco) anos.

RESULTADO FINANCEIRO

| INGRESSOS | | | | | | DISPÊNDIOS | | | | | |
|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | 2017 | 2016 | 2015 | 2014 | 2013 | ESPECIFICAÇÃO | 2017 | 2016 | 2015 | 2014 | 2013 |
| RECEITA ORÇAMENTÁRIA | 55.102.287,03 | 58.481.412,59 | 48.018.637,85 | 39.433.313,41 | 17.569.563,28 | DESPESA ORÇAMENTÁRIA | 29.810.601,41 | 26.336.377,86 | 25.619.914,87 | 21.741.269,07 | 18.372.055,18 |
| RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS | 4.745.805,89 | 3.355.483,45 | 3.196.172,60 | 3.346.604,63 | 3.188.458,19 | PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS | 7.454.827,18 | 4.886.067,58 | 8.010.434,21 | 10.064.994,22 | 3.064.719,98 |
| SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR | 161.133.969,53 | 130.519.518,93 | 112.935.057,56 | 101.961.402,81 | 102.640.156,50 | SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE | 183.716.633,86 | 161.133.969,53 | 130.519.518,93 | 112.935.057,56 | 101.961.402,81 |
| TOTAL | 220.982.062,45 | 192.356.414,97 | 164.149.868,01 | 144.741.320,85 | 123.398.177,97 | TOTAL | 220.982.062,45 | 192.356.414,97 | 164.149.868,01 | 144.741.320,85 | 123.398.177,97 |

DA GESTÃO DE INVESTIMENTOS

Atendendo à Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN 3.922, de 25 de novembro de 2010, o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Aracruz, elaborou sua Política de Investimentos para o exercício 2017, aprovada por seu órgão superior competente conforme Ata do dia 18/12/2017.

A política de Investimentos tem por objetivo estabelecer as diretrizes das aplicações dos Recursos garantidores dos pagamentos dos segurados e beneficiários do RGPS, visando atingir a meta atuarial definida para garantir a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro e atuarial, tendo sempre presentes os princípios da boa governança, da segurança, solvência, liquidez e transparência.

Tem ainda como objetivo zelar pela eficiência na condução das operações relativas às aplicações dos recursos em Instituições com características de solidez Patrimonial, experiência positiva no exercício da atividade de administração de grandes volumes de recursos e em ativos com adequada relação risco X retorno.

COMPOSIÇÃO DO COMITÊ

O Comitê de Investimentos foi constituído através da Resolução nº001/2012 de 29/10/2012, tendo atualmente a seguinte composição:

| COMPOSIÇÃO COMITÊ DE INVESTIMENTO | | | | |
|-----------------------------------|------------|----------------|--------------|--|
| Nome | COMPOSIÇÃO | CPF | QUALIFICAÇÃO | ENDEREÇO |
| José Maria Sperandio Recla | Presidente | 002.841.447-03 | | Rua 23 de Maio, 526, Bairro Vila Rica, Aracruz, ES, CEP: 29194-123 |

| | | | | |
|-----------------------------|--------|----------------|--------|---|
| Jussara Silva Florêncio | Membro | 045.626.067-62 | CPA-10 | Rua Manoel Ferreira do Nascimento, nº 6, Jequitibá, Aracruz-ES, CEP: 29.190-000 |
| Martha Santi Passos | Membro | 850.059.597-34 | CPA-10 | Rua Theodorico Leal, 397, Bairro Vila Nova, Aracruz, ES, CEP: 29194-587 |
| Marco Antonio Barbosa Neves | Membro | 020.055.687-83 | CPA-10 | Rua José Coutinho da Rocha, 315, B. De Carli, Aracruz, ES, CEP: 29194-068 |
| Sônia Marta Scarpatti | Membro | 818.323.387-20 | CPA-10 | Rua Praia de Atalaia, 13, Conjunto Sauassu, Aracruz-ES, CEP: 29192-466 |
| Zeomar de Fátima Segatto | Membro | 558.321.807-04 | | Rua Laurindo da Silva Borges, 29, Bairro Vila Nova, Aracruz-ES, CEP 29194-581 |

ENTIDADES CREDENCIADAS

A carteira do IPASMA atualmente está sendo mantida nas Instituições consideradas Oficiais, as quais foram previamente credenciadas para recebimento das aplicações, sendo elas: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco do Estado do Espírito Santo, com prazo de validade 20/07/2018, 21/06/2018 e 21/06/2018 respectivamente.

Segue abaixo quadro demonstrativo:

| Administrador | Valor em R\$ | Percentual |
|-----------------------------------|-----------------------|-------------------|
| BB Gestão de Recursos DTVM | 52.226.834,32 | 28,89% |
| Caixa Econômica Federal | 100.193.012,90 | 52,42% |
| Banco do Estado do Espírito Santo | 28.379.342,37 | 15,70 % |
| TOTAIS | 157.805.311,36 | 100,00 % |

*Gráfico demonstrativo das Instituições

Política de Investimentos

No intuito de aprimorar as práticas de administração dos recursos disponíveis e aumentar o nível de confiabilidade na gestão da carteira de investimentos, o Instituto de Previdência e Assistência do Município de Aracruz – IPASMA mantém contrato com a empresa CREDITO & MERCADO Consultoria em Investimentos.

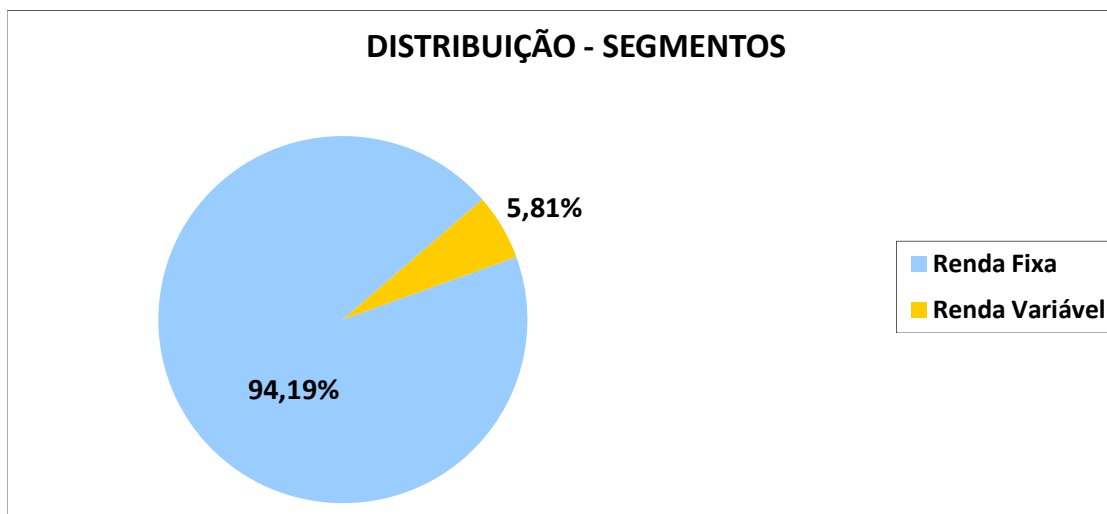
O IPASMA conta com uma equipe para assessoramento na gestão de Recursos e elaboração de proposta da Política de Investimento que compõe o Comitê de Investimentos, o qual, criado em 2012 tem por membros representantes do Poder Legislativo e da Prefeitura Municipal de Aracruz, sendo que Presidente do Comitê tem certificação de especialista em investimentos ANBIMA CEA e, 70% dos seus membros são certificados com CPA-10.

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

| Fundo | Disponibilidade Resgate | Qtde. Cotistas | Percentual s/ total | Saldo | % /s/ PL do Fundo | Resolução - 3.922/2010 |
|---|--------------------------------|-----------------------|----------------------------|---------------------|--------------------------|--|
| BANESTES REFERENCIAL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FOI RENDA FIXA | D+0 | 19 | 1,45% | 2.627.636,86 | 2,53% | Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b " |
| BB IDKA 2 TÍTULO PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO | D+1 | 712 | 1,37% | 2.479.659,50 | 0,05% | Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b " |
| BB IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO | D+1 | 588 | 4,74% | 8.574.283,48 | 0,19% | Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b " |

| | | | | | | |
|--|------|-------|--------|---------------|--------|-------------------------------------|
| BANESTES FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO | D+0 | 31 | 4,31% | 7.793.407,17 | 3,31% | Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b " |
| BANESTES INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA | D+0 | 45 | 5,09% | 9.206.065,76 | 4,32% | Artigo 7º, Inciso IV, Alínea " a " |
| CAIXA BRASIL IRF-M1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA | D+0 | 1.412 | 6,83% | 12.350.489,13 | 0,07% | Artigo 7º, Inciso I, Alínea " B " |
| CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP | D+0 | 722 | 9,82% | 17.762.234,30 | 0,43% | Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b " |
| CAIXA NOVO BRASIL ILMA-B FIC RENDA FIXA LP | D+0 | 313 | 7,36% | 13.308.881,02 | 0,54% | Artigo 7º, Inciso IV, ALÍNEA "A" |
| BB IMA GERAL EX-C TÍTULOS PÚBLICOSFI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO | D+1 | 110 | 13,85% | 25.032.182,12 | 5,60% | Artigo 7º, Inciso I, Alínea "B " |
| BB IMA-B FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO | D+1 | 235 | 1,76% | 3.188.214,44 | 0,30% | Artigo 7º, Inciso III, Alínea " a " |
| BB ALOCAÇÃO FIC AÇÕES PREVIDENCIÁRIO | D+34 | 19 | 0,84% | 1.524.228,00 | 18,42% | Artigo 8º, Inciso II, Alínea " a " |
| BANESTES BTG PACTUAL ABSOLUTO INST FIC AÇÕES | D+34 | 19 | 0,84% | 1.524.228,00 | 18,42% | Artigo 8º, Inciso III |
| BB PERFIL FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO | D+0 | 757 | 2,89% | 5.218.860,17 | 0,12% | Artigo 7º, Inciso IV, Alínea " a " |
| CAIXA BRASIL IMA GERAL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP | D+0 | 198 | 10,21% | 18.464.125,07 | 1,53% | Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b " |
| CAIXA BRASIL IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP | D+0 | 198 | 4,91% | 8.879.857,18 | 0,97% | Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b " |
| CAIXA BRASIL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP | D+0 | 748 | 4,53% | 8.194.770,39 | 0,14% | Art.7º, inciso III, alínea "a". |
| CAIXA BRASIL IDKA- | D+0 | 619 | 1,53% | 2.774.789,50 | 0,06% | Art.7º, inciso I, |

| | | | | | | |
|---|------|-----|-------|----------------|-------|------------------------------------|
| IPCA2A | | | | | | alínea "b" |
| TP-FI RENDA FIXA LP | | | | | | |
| CAIXA BRASIL ILMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP | D+0 | 703 | 1,35% | 2.446.789,33 | 0,04% | Art.7º, inciso I, alínea "b" |
| CAIXA BRASIL 2018 TP FI- RENDA FIXA | D+0 | 223 | 5,53% | 10.000.856,25 | 0,31% | Art. 7º, inciso I, alínea "b" |
| BB IMA-B 5 FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP | D+1 | 354 | 2,02% | 3.649.278,93 | 0,17% | Art.7º, inciso III, alínea "a". |
| BANESTES LIQUIDEZ FI REFERENCIADO DI | D+0 | 54 | 4,00% | 7.228.004,58 | 0,86% | Art.7º, inciso III, alínea "a". |
| CAIXA BRASIL IPCA XVI- FI –RENDA FIXA CRED.PRIVADO | D+0 | 100 | 0,61% | 1.110.958,40 | 0,49% | Art.8º, inciso IV |
| BB FI MULTIMERCADO PREVIDENCIÁRIO LP | D+4 | 103 | 1,44% | 2.595.667,60 | 1,58% | Art.7º. inciso IV alínea "a". |
| CAIXA VALOR DIVIDENDOS RPPS FIC AÇÕES | D+33 | 116 | 2,71% | 4.899.262,33 | 1,28% | Art.8º, inciso II, "A" |
| | | | | 180.799.189,59 | | |



Do enquadramento das aplicações

Ainda em relação a gestão de investimentos e, em estrita observância às Resoluções nº 3.922/10 e 4.392/14 as quais determinam a aplicabilidade dos Recursos dos Regimes Próprios de Previdência evidenciamos o enquadramento destes aos limites legais estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional, conforme demonstrativo abaixo:

Enquadramentos na Resolução 3.922/2010, 4.392/2014 e Política de Investimentos - base (dezembro / 2017)

| Artigos - Renda Fixa | Resolução % | Carteira \$ | Carteira % | Estratégia de Alocação | | | GAP Superior |
|-------------------------------------|-------------|----------------|------------|------------------------|--------|------------|---------------|
| | | | | Inferior % | Alvo % | Superior % | |
| Artigo 7º, Inciso I, Alínea " a " | 100,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00% | 5,00% | 10,00% | 18.079.918,96 |
| Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b " | 100,00% | 122.835.588,82 | 67,94% | 40,00% | 57,00% | 85,00% | 30.843.722,33 |
| Artigo 7º, Inciso III, Alínea " a " | 60,00% | 0,00 | 0,00% | 8,00% | 10,00% | 35,00% | 63.279.716,36 |
| Artigo 7º, Inciso IV, Alínea " a " | 40,00% | 46.344.796,36 | 25,63% | 5,00% | 10,00% | 30,00% | 7.894.960,52 |
| Artigo 7º, Inciso VI | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00% | 2,00% | 10,00% | 18.079.918,96 |
| Artigo 7º, Inciso VII, Alínea " b " | 5,00% | 1.110.958,40 | 0,61% | 0,00% | 2,00% | 5,00% | 7.929.001,08 |
| Total Renda Fixa | 100,00% | 170.291.343,58 | 94,19% | 53,00 | 86,00 | 180,00 | - |

| Artigos - Renda Variável | Resolução % | Carteira \$ | Carteira % | Estratégia de Alocação | | | GAP Superior |
|------------------------------------|-------------|---------------|------------|------------------------|--------|------------|---------------|
| | | | | Inferior % | Alvo % | Superior % | |
| Artigo 8º, Inciso II, Alínea " a " | 20,00% | 7.912.178,41 | 4,38% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | -7.912.178,41 |
| Artigo 8º, Inciso III | 10,00% | 2.595.667,60 | 1,44% | 3,50% | 9,00% | 15,00% | 24.524.210,84 |
| Artigo 8º, Inciso IV | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00% | 2,00% | 5,00% | 9.039.959,48 |
| Artigo 8º, Inciso V | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00% | 1,00% | 5,00% | 9.039.959,48 |
| Artigo 8º, Inciso VI | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00% | 2,00% | 5,00% | 9.039.959,48 |
| Total Renda Variável | 30,00% | 10.507.846,01 | 5,81% | 3,50 | 14,00 | 30,00 | - |

DA PERÍCIA MÉDICA

O Instituto de Previdência do Município de Aracruz possui em seu quadro de profissionais responsáveis pela prestação dos serviços de perícias médicas os profissionais abaixo listados os quais foram contratados mediante processo licitatório:

- Dr. José Valdir Barbarioli – CRM 1301 ES- Médico do Trabalho/Medicina do Trabalho
- Dr. Ricardo Sampaio Salla – CRM 8621- ES Clínica Médica – RQE – 5286- Endocrinologia e Metabologia RQE – 5563- Medicina Intensiva – RQE- 7278
- Dr. Roberto Siqueira Motta – CRM –ES 2661 -Médico do Trabalho

No período de 01/01/2017 a 31/12/2017 foram 592 (quinhentos e noventa e dois) benefícios referentes à Licença para Tratamento de Saúde os quais foram documentados e encaminhados aos respectivos órgãos por meio de Portarias.

| Órgão | | Percentual |
|-----------------------------------|------------|-------------------|
| Serviço Autônomo de Água e Esgoto | 16 | 2,7% |
| Câmara Municipal de Aracruz | 04 | 0,7% |
| Prefeitura Municipal de Aracruz | 572 | 96,6% |
| Total | 592 | 100% |

Perícias Realizadas X Perito

| RELATÓRIO DAS PERÍCIAS MÉDICAS NO EXERCÍCIO DE 2017 | | | | |
|--|------------------------|-----------------------------------|------------------------|-----------------------------|
| MES | TIPO DE LICENÇA | DR. JOSE VALDIR BARBARIOLI | DR. RICARDOSALA | DR. ROBERTO SIQUEIRA |
| JANEIRO | AUX. DOENÇA | 15 | 16 | 14 |
| | LIC. GESTAÇÃO | 01 | 01 | - |
| | AP. INVALIDEZ | - | 01 | - |
| FEVEREIRO | AUX. DOENÇA | 19 | 13 | 12 |
| | LIC. GESTAÇÃO | 01 | - | - |
| | AP. INVALIDEZ | - | - | - |

| | | | | |
|-----------------|---------------|----|----|----|
| MARÇO | AUX. DOENÇA | 21 | 19 | 20 |
| | LIC. GESTAÇÃO | 02 | - | - |
| | AP. INVALIDEZ | - | - | - |
| ABRIL | AUX. DOENÇA | 14 | 20 | 15 |
| | LIC. GESTAÇÃO | 02 | - | - |
| | AP. INVALIDEZ | - | - | - |
| MAIO | AUX. DOENÇA | 15 | 24 | 19 |
| | LIC. GESTAÇÃO | 02 | - | - |
| | AP. INVALIDEZ | - | 01 | - |
| JUNHO | AUX. DOENÇA | 15 | 12 | 13 |
| | LIC. GESTAÇÃO | 02 | - | - |
| | AP. INVALIDEZ | - | - | - |
| JULHO | AUX. DOENÇA | 21 | 23 | 20 |
| | LIC. GESTAÇÃO | 01 | - | - |
| | AP. INVALIDEZ | - | - | - |
| AGOSTO | AUX. DOENÇA | 23 | 23 | 16 |
| | LIC. GESTAÇÃO | 03 | - | - |
| | AP. INVALIDEZ | - | - | - |
| SETEMBRO | AUX. DOENÇA | 21 | 10 | 12 |
| | LIC. GESTAÇÃO | - | - | - |
| | AP. INVALIDEZ | - | - | - |
| OUTUBRO | AUX. DOENÇA | 19 | 23 | 20 |
| | LIC. GESTAÇÃO | - | - | - |

| | | | | |
|-----------------|------------------|----|----|----|
| | AP. INVALIDEZ | 01 | - | - |
| NOVEMBRO | AUX. DOENÇA | 17 | 19 | 18 |
| | LIC. GESTAÇÃO | 02 | - | - |
| | AP. INVALIDEZ | 01 | - | - |
| DEZEMBRO | AUX. DOENÇA | 15 | 20 | 12 |
| | LIC. GESTAÇÃO | 01 | - | - |
| | AP. INVALIDEZ | - | - | - |

TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

Base de Cálculo X Limite de Gastos

Conforme Art. 5º da Lei Municipal 3.892/2015, O IPASMA dispõe de uma Taxa de Administração Anual de 2% (dois por cento) sobre a totalidade das remunerações e proventos pagos aos segurados do RPPS no exercício anterior, que é o limite das despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento do órgão.

O montante da remuneração bruta do ano de 2016 foi R\$116.369.851,93 (cento e dezesseis milhões, trezentos e sessenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e um reais, noventa e três centavos). Ao aplicar o percentual legal de 2%, obtém-se o limite de gastos administrativos para o exercício de 2017, totalizando R\$ 2.327.397,03 (dois milhões, trezentos e vinte e sete mil, trezentos e noventa e sete reais, três centavos).

As despesas liquidadas até 31/12/2017 correspondem ao valor total de R\$1.525.978,03 (um milhão, quinhentos e vinte e cinco mil, novecentos e setenta e oito reais, três centavos), que frente ao limite de gastos para o ano, resulta em uma sobra de recursos administrativos no total de R\$ 801.177,15 oitocentos e um mil, cento e setenta e sete reais, quinze centavos).

Segue quadros evidenciando os valores descritos para o cálculo.

TOTAL DE PROVENTOS - EXERCÍCIO ANTERIOR

| | jan | fev | mar | abr | mai | jun | jul | ago | set | out | nov | dez | Total |
|--------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|-------------------|---------------------|
| Ativos | 7.666.089, 30 | 7.293.015, 52 | 7.544.585, 84 | 7.413.148, 47 | 6.839.645, 41 | 6.870.597, 94 | 6.943.726, 32 | 6.833.233, 65 | 6.829.968, 92 | 7.138.190, 09 | 6.924.290, 98 | 13.368.814, 66 | 91.665.307, 10 |
| Aposentados | 1.547.883, 13 | 1.567.025, 65 | 1.596.543, 77 | 1.607.781, 03 | 1.625.669, 88 | 1.640.081, 77 | 1.690.088, 17 | 1.667.879, 28 | 1.676.186, 86 | 1.687.103, 12 | 1.711.444, 27 | 3.335.132,6 1 | 21.352.819, 54 |
| Pensionistas | 256.253,7 2 | 251.861,8 3 | 254.696,2 3 | 252.834,4 1 | 252.998,6 4 | 255.305,6 8 | 257.518,2 2 | 256.543,5 6 | 262.172,1 6 | 259.826,8 0 | 263.796,0 8 | 527.917,96 | 3.351.725,2 9 |
| Total | 9.470.226, 15 | 9.111.903, 00 | 9.395.825, 84 | 9.273.763, 91 | 8.718.313, 93 | 8.765.985, 39 | 8.891.332, 71 | 8.757.656, 49 | 8.768.327, 94 | 9.085.120, 01 | 8.899.531, 33 | 17.231.865, 23 | 116.369.851, ,93 |

APURAÇÃO DO LIMITE DE GASTOS PARA EXERCÍCIO DE 2017

| | |
|---|--------------------|
| Total da base de cálculo para fins de apuração do limite de gastos com despesas administrativas do RPPS | R\$ 116.369.851,93 |
| Percentual fixado na Legislação do RPPS (%) | 2% |
| Limite de Gastos Administrativos no Exercício da PCA | R\$ 2.327.397,03 |

**DESPESAS ADMINISTRATIVAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE
2017**

| Descrição da Despesa | Despesa Liquidada |
|---|--------------------------|
| 3.1. Despesas com Pessoal e Encargos | |
| 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas | R\$1.092.453,19 |
| 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais | R\$ 22.392,69 |
| 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis | R\$ 4.276,20 |
| 3.1.90.91.00 - Sentenças Judiciais | |
| 3.3 Outras Despesas Correntes | |
| 3.3.90.14.00 - Diárias Civil | R\$ 8.630,00 |
| 3.3.90.30.00 - Material de Consumo | R\$ 11.336,76 |
| 3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas de Locomoção | R\$ - |
| 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - PF | R\$ 1.100,00 |
| 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - PJ | R\$ 381.075,25 |
| 3.3.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores | R\$ 2.327,24 |
| 3.3.90.93.00 - Indenizações e Restituições | R\$ 2.386,70 |
| 4.4 Investimentos | R\$ - |
| 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente | R\$ - |
| Total | R\$ 1.525.978,03 |

**VERIFICAÇÃO DA OBSERVÂNCIA DO LIMITE DE GASTOS
ADMINISTRATIVOS**

| | | |
|--|------|--------------|
| Limite de Gastos Administrativos no exercício da PCA | R\$ | 2.327.155,18 |
| Total de Despesas Administrativas Liquidadas no Exercício da PCA | R\$ | 1.525.978,03 |
| (Sobra ou Excesso) de gastos no exercício | -R\$ | 801.177,15 |

Licitações

No exercício de 2017 foi realizado o pregão eletrônico nº 001/2017, cujo objeto foi a contratação de empresa para fornecimento de passagem aérea, tendo como vencedora do certame a empresa XXXX cuja taxa oferecida corresponde a R\$ 9,13 (nove reais e treze centavos), sendo que o valor total do contrato é de 14.774,30 (quatorze mil setecentos e setenta e quatro reais e trinta centavos).

Contratos

Em 2017 o IPASMA gerenciou e fiscalizou 11 (onze) contratos, conforme fornecedores e valores a seguir demonstrados:

| FORNECEDOR | CONTRATO | VALIDADE | VALOR DO CONTRATO | VALOR EMPENHADO | VALOR LIQUIDADO | VALOR PAGO |
|---|------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| A.Z.VIAGENS E TURISMO LTDA. | 002/2017 | 17/10/18 | R\$ 8.000,00 | R\$ 8.000,00 | R\$ 2.737,68 | 12.036,62 |
| AGENDA PLANEJ. E INFORM. LTDA. | 003/2014 | 01/05/18 | R\$ 100.794,99 | R\$ 67.196,66 | R\$ 7.196,64 | 67.196,64 |
| AME - ASSOC. MÉD. ENDOCR. S/S | 005/2013 | 02/03/18 | R\$ 51.366,65 | R\$ 34.244,43 | R\$ 33.673,66 | 33.673,66 |
| CONTATO DIÁRIO | 39786 | 01/01/18 | R\$ 900,00 | R\$ 900,00 | R\$ 900,00 | 900,00 |
| CRÉDITO & MERC. CONSULT. LTDA. ME | 001/2017 | 14/09/18 | R\$ 5.200,44 | R\$ 5.200,44 | R\$ 1.299,99 | 3.900,01 |
| EMPRESA BRAS. CORREIOS | 9912383316 | 23/08/18 | R\$ 2.000,00 | R\$ 700,00 | R\$ 156,97 | 156,97 |
| ETAA - ESCR. TÉC. ASS. ATUARIAL S/S LTDA. | 001/2015 | 09/02/18 | R\$ 40.008,00 | R\$ 40.008,00 | R\$ 33.340,00 | 33.340,00 |
| IMPACTA SOLUÇÕES WEB LTDA. | 003/2017 | 30/10/18 | R\$ 7.680,00 | R\$ 1.920,00 | R\$ 1.280,00 | 6.400,00 |
| JNNET - TELECOM. LTDA. - ME | 004/2017 | 4/12/18 | R\$ 3.000,00 | R\$ 3.000,00 | R\$ 250,00 | 2.750,00 |
| MANDTEL - MANDELLI TEL.. LTDA. | 003/2015 | 05/06/18 | R\$ 2.168,82 | R\$ 902,90 | R\$ 902,90 | 902,90 |
| MASTER LOC. VEÍCULOS LTDA. ME | 003/2013 | 18/05/18 | R\$ 16.609,08 | R\$ 10.288,34 | R\$ 10.288,34 | 10.288,34 |
| | | R\$ 152.026,18 | R\$ 244.501,84 | R\$ 172.698,98 | R\$ 152.026,18 | R\$ 152.026,18 |

GESTÃO PATRIMONIAL

Os ativos e passivos de maior relevância patrimonial no IPASMA, em 31 de dezembro de 2017, têm a seguinte composição:

ATIVOS:

- Caixa e equivalentes de caixa: 2.917.444,31
- Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo: 180.799.189,55
- Créditos de longo prazo (parcelamento de débitos do ente): 30.473.951,99
- Bens imóveis: 1.940.000,00

PASSIVOS

- Obrigações de curto prazo: 350.144,48
- Provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo: 207.261.364,62

Em resumo do Balanço Patrimonial, considerando todas as contas integrantes, temos:

| ATIVO | | PASSIVO | |
|----------------------|-----------------------|------------------------|-----------------------|
| ATIVO CIRCULANTE | 183.721.372,52 | PASSIVO CIRCULANTE | 350.314,48 |
| ATIVO NÃO-CIRCULANTE | 32.503.362,03 | PASSIVO NÃO-CIRCULANTE | 207.261.364,62 |
| | | PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 8.613.055,45 |
| TOTAL | 216.224.734,55 | TOTAL | 216.224.734,55 |

Segue abaixo cronograma evidenciando o cumprimento dos prazos referentes à convergência contábil.

CRONOGRAMA DE AÇÕES PARA IMPLANTAÇÃO DA CONTABILIDADE

APLICADA AO SETOR PÚBLICO

(Portaria STN nº. 548/2015 e IN TCES 036/16)

| Procedimentos Contábeis Patrimoniais (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)* | Prazos-limite para preparação de sistemas e outras providências de implantação (até) | Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de) | Evidenciação |
|--|---|--|---------------------|
|--|---|--|---------------------|

| | | | |
|---|------------|------------|-----------|
| 1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de recitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de recitas. | 31/12/2020 | 01/01/2021 | |
| 2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas. | 31/12/2020 | 01/01/2021 | Aplicado |
| 3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas. | 31/12/2017 | 01/01/2018 | Aplicado |
| 4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não tributária, e respectivo ajuste para perdas | Imediato | Imediato | |
| 5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência. | 31/12/2019 | 01/01/2020 | |
| 6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas. | 31/12/2019 | 01/01/2020 | |
| 7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura). | 31/12/2019 | 01/01/2020 | Aplicado. |
| 8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável. | 31/12/2022 | 01/01/2023 | |
| 9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP) | 31/12/2022 | 01/01/2023 | . |
| 10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias. | 31/12/2019 | 01/01/2020 | |

| | | | |
|--|---|---|---|
| 11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.). | 31/12/2017 | 01/01/2018 | Aplicado |
| 12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares. | Imediato | Imediato | Imediato |
| 13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência. | Imediato | Imediato | Imediato |
| 14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência. | A ser definido em ato normativo específico, conforme IN TC/ES 36. | A ser definido em ato normativo específico, conforme IN TC/ES 36. | |
| 15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável. | 31/12/2020 | 01/01/2021 | Preparação do sistema de informática para controle de Patrimônio Intangível, com migração dos bens patrimonializados para o programa, e controle da amortização, pendente, apenas, ajustes das inconsistências. |
| 16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável. | A ser definido em ato normativo específico. | A ser definido em ato normativo específico | Não possuímos registros de outros tipos de bens intangíveis. |
| 17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável. | 31/12/2019 | 01/01/2020 | Aplicado |
| 18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques. | 31/12/2021 | 01/01/2022 | Aplicado |
| 19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP. | A ser definido em ato normativo específico, conforme IN TC/ES 36. | A ser definido em ato normativo específico, conforme IN TC/ES 36. | Aplicado |

GESTÃO ATUARIAL

Empresa e Atuários

O Cálculo Atuarial elaborado pela ETA – Escritório Técnico de Assessoria Atuarial Ltda., teve como objetivo determinar o nível de contribuição dos segurados e do órgão empregador e o Fundo de Previdência necessário à manutenção dos benefícios previdenciários já concedidos e a conceder, bem como a evolução provável das despesas e receitas previdenciárias, através do fluxo financeiro-atuarial.

Resultado Atuarial

Atualmente o IPASMA possui o plano para cobertura do déficit técnico está previsto na Lei 4.034/2016 da seguinte forma:

DEMONSTRATIVO DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT TÉCNICO

| Ano | Alíquota Lei 4.034/2016 |
|-------------|--------------------------------|
| 2017 | 12,00% |
| 2018 | 16,00% |
| 2019 | 20,00% |
| 2020 | 24,00% |
| 2021 | 28,00% |
| 2022 | 32,00% |
| 2023 | 36,00% |
| 2024 | 40,00% |
| 2025 | 44,00% |
| 2026 a 2044 | 50,25% |

A estruturação do Fundo, dentro dos níveis tecnicamente necessários, conforme estabelecidos em Lei é a única forma de estabilizar as taxas de contribuição, permitindo uma evolução viável de custos para a manutenção dos benefícios previdenciários. Dessa forma o plano de amortização adotado pela Lei nº 4.034/2016

A formação e existência do Fundo de Previdência, na proporção da Previsão Matemática, visam obter com a sua aplicação financeira um volume de receitas que permitam a estabilização das contribuições mensais.

UNIVERSO SEGURADO – BASE 2017

| Segurados | Quantidade | Percentual |
|---------------------------|-------------------|-------------------|
| Ativos | 2.446 | 74,3 |
| Inativos | 1.014 | 27,4 |
| Pensionistas | 234 | 6,3 |
| Total de Segurados | 3.694 | 100% |

*Gráfico demonstrativo do total de segurados inclusos no Cálculo Atuarial

Os dados obtidos na data base desta Avaliação Atuarial foram os seguintes:

a) Segurados Aposentados e Pensionistas – Benefícios Concedidos

| ANO | Beneficiários | Valor mensal do Salário | Provisão Matemática |
|------------|----------------------|--------------------------------|----------------------------|
| 2012 | 523 | R\$ 803.636,66 | R\$ 71.757.143,47 |
| 2013 | 954 | R\$1.248.872,77 | R\$179.573.601,07 |
| 2014 | 1005 | R\$1.455.117,52 | R\$217.256.394,59 |
| 2015 | 1.005 | R\$1.455.117,52 | R\$ 210.504.651,03 |
| 2016 | | | |
| 2017 | 1.248 | R\$ 2.254.194,80 | R\$ 335.644.359,23 |

b) Segurados Ativos – Benefícios a Conceder

| ANO | Beneficiários | Valor Mensal do Salário | Provisão Matemática |
|------------|----------------------|--------------------------------|----------------------------|
| 2012 | 2.361 | R\$ 3.078.712,00 | R\$ 183.033.079,13 |
| 2013 | 2499 | R\$ 3.854.455,32 | R\$ 233.395.917,68 |
| 2014 | 2565 | R\$ 4.259.265,80 | R\$ 253.489.545,43 |
| 2015 | 2.568 | R\$ 4.259.265,80 | R\$ 253.489.545,43 |
| 2016 | 2.789 | R\$5.017.603,15 | R\$ 265.895.121,45 |
| 2017 | 2.446 | R\$ 5.382.963,89 | R\$ 350.852.019,71 |

Parte do compromisso da Provisão Matemática é de responsabilidade do Regime Geral de Previdência Social, através da Compensação Financeira entre os Institutos de Previdência entre os Institutos de Previdência Municipais e Estaduais e o RGPS. Dentro deste compromisso, foi considerado no cálculo o compromisso que o RGPS tem com os Aposentados e Pensões, e a proporcionalidade do Passivo Atuarial, dos servidores de cargos efetivos em atividade.

PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS – REGISTROS CONTÁBEIS

| Código da conta | Nome | Valores em R\$ |
|--|---|----------------|
| | (1) Ativos Garantidores dos Compromissos do Plano de Benefícios | 157.189.480,35 |
| (1) -(3)= (2) | (2) Reserva Técnica=superávit ou (déficit)ou equilíbrio | 31.752.149,89 |
| 2.2.7.2.1.00.00 Soma(4)+(5)- (6) | (3) Provisões matemáticas Previdenciárias - Previdenciário | 125.617.330,46 |
| 2.2.7.2.1.03.01 | (+) Aposentadorias/ pensões/ outros benefícios do plano | 343.681.438,13 |
| 2.2.7.2.1.03.02 | (-) Contribuições do Ente | - |
| 2.2.7.2.1.03.03 | (-) Contribuições do inativo | 233.023,93 |
| 2.2.7.2.1.03.04 | (-) Contribuições do Pensionista | - |
| 2.2.7.2.1.03.05 | (-) Compensação Previdenciária | - |
| 2.2.7.2.1.03.06 | (-) Parcelamento de débitos previdenciários | - |
| 2.2.7.2.1.03.00 | (4) (=) Provisões de Benefícios Concedidos | 335.644.359,23 |
| 2.2.7.2.1.04.01 | (+) Aposentados/pensões/ outros benefícios | 517.334.727,14 |
| 2.2.7.2.1.04.02 | (-) Contribuição do Ente | 61.490.096,29 |
| 2.2.7.2.1.04.03 | (-) Contribuições do Ativo | 53.733.472,72 |
| 2.2.7.2.1.04.04 | (-) Compensação Previdenciária | 30.458.106,39 |
| 2.2.7.2.1.04.05 | (-) Parcelamento de débitos previdenciários | - |
| 2.2.7.2.1.04.00 | (5) (=) Provisões de Benefícios a conceder | 350.852.019,71 |

PLANO PREVIDENCIÁRIO

| | | |
|-----------------|---|----------------|
| 2.2.7.2.1.05.98 | (-) Outros créditos do Plano de Amortização | 487.039.069,29 |
| 2.2.7.2.1.05.00 | (6) (=) Plano de Amortização - Previdenciário | 487.039.069,29 |

Considerando os dados obtidos na avaliação atuarial, listamos abaixo um comparativo detalhado dos últimos 05 (cinco) exercícios, a saber:

| ANO | Quantitativo de Servidores Aposentados e Pensionistas | Quantitativo de Servidores Ativos | Benefícios Concedidos/Aposentados e Pensionistas | Benefícios a conceder (servidores ativos) | Provisão Matemática |
|------|---|-----------------------------------|--|---|---------------------|
| 2013 | 954 | 2.499 | R\$ 1.248.872,77 | R\$3.854.455,32 | R\$5.103.328,09 |
| 2014 | 1005 | 2.568 | 1.455.117,52 | R\$ 4.259.265,80 | R\$5.714.383,32 |
| 2015 | 1103 | 2.568 | 1.703.976,70 | R\$5.052.955,84 | R\$ 6.756.932,54 |
| 2016 | 1172 | 2.789 | 1.976.743,10 | R\$5.017.603,15 | R\$6.994.346,25 |
| 2017 | 1248 | 2.446 | 2.254.194,80 | R\$5.382.963,89 | R\$7.637.158,69 |

GESTÃO DE PESSOAS

Servidores e Capacitação

O Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Aracruz - IPASMA não dispõe de quadro próprio de pessoal, tendo em sua estrutura funcionários cedidos pela Prefeitura Municipal de Aracruz através da Portaria nº 14.365/2017, totalizando assim, 11 (onze) servidores dos quais 10(dez) efetivos sendo, 03(três)efetivos em cargo de comissão, 01(um) Comissionado, não efetivo e 01(uma) estagiária.

Os servidores efetivos acima citados são regidos pelo Plano de Cargos e Salários da Prefeitura Municipal de Aracruz, tendo ainda percepção de benefícios como auxílio alimentação e funções gratificadas além de remuneração pela participação em Comissões Permanentes.

No intuito de aprimorar conhecimentos dos servidores desta Autarquia foram oferecidas oportunidades para atualizações profissionais em suas respectivas áreas, quais sejam, licitações, folha de pagamento, contabilidade, patrimônio e almoxarifado.

CONCLUSÃO

Ao finalizar esse relatório a equipe do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Aracruz - IPASMA entendeu que o ano de 2017, foi de realizações e crescimento, dando desta forma, continuidade as ações executadas e programadas no exercício anterior, assim como, implantando novos procedimentos adequados a legislação pertinente de maneira a cumprir o Objetivo, Visão e Missão utilizando de valores que esta autarquia preza, aprovando dentro dos seus esforços e estrutura, o que dispõe a legislação em vigor, e que atuou como órgão Gestor Previdenciário Único do Município de Aracruz/ES.

José Maria Sperandio Recla

Presidente - IPASMA

SETRANS

A Secretaria de Transportes e Serviços Urbanos é um órgão diretamente ligado ao Chefe do Poder Executivo e tem a finalidade de exercer, orientar, coordenar e administrar os serviços de limpeza, conservação e utilização dos bens públicos, transporte urbano, abertura, manutenção e conservação de estradas vicinais, rurais, ramais e ruas e avenidas sem pavimentação, zelar pela observância das posturas municipais e administração dos serviços de manutenção mecânica dos equipamentos móveis e veículos próprios.

**DEMONSTRATIVO DE AÇÕES DA SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DE
POSTURAS MUNICIPAIS Ref.: 1º Trim/2017**

| ITEM | AÇÕES | JANEIRO | FEVEREIRO | MARÇO | ACUMULADO DO TRIMESTRE | MÉDIA MENSAL |
|-----------------------|--|------------|------------|------------|------------------------|--------------|
| 01 | Apreensões | 01 | 00 | 00 | 01 | 0,3 |
| 02 | Autos de Infração | 03 | 00 | 00 | 03 | 1,0 |
| 03 | Interdições | 00 | 00 | 01 | 01 | 0,3 |
| 04 | Multas | 01 | 00 | 01 | 02 | 0,7 |
| 05 | Notificações Preliminares | 67 | 53 | 95 | 215 | 71,7 |
| 06 | Outros (comunicados, análise de pedidos, conferências, verificações e pré vistorias) | 00 | 06 | 06 | 12 | 4,0 |
| 07 | Ouvidoria (Solicitações)/Relatório de Ocorrências | 04 | 06 | 29 | 39 | 13,0 |
| 08 | Processos Liberados | 149 | 183 | 340 | 672 | 224,0 |
| 09 | Regin | 237 | 120 | 53 | 410 | 136,7 |
| 10 | Relatório de Inspeção Fiscal | 00 | 00 | 08 | 08 | 2,7 |
| 11 | Requerimentos | 01 | 27 | 11 | 39 | 13,0 |
| 12 | Solicitações diversas | 15 | 08 | 15 | 38 | 12,7 |
| 13 | Termo de Vistoria | 00 | 39 | 87 | 126 | 42,0 |
| 14 | Termo de Vistoria/Processo | 00 | 13 | 19 | 32 | 10,7 |
| 15 | Termo de Vistoria/Regin | 00 | 00 | 54 | 54 | 18,0 |
| TOTAL DE AÇÕES | | 478 | 455 | 719 | 1.652 | 550,7 |

**DEMONSTRATIVO DE AÇÕES DA SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DE
POSTURAS MUNICIPAIS Ref.: 2º Trim/2017**

| ITEM | AÇÕES | ABRIL | MAIO | JUNHO | ACUMULADO DO TRIMESTRE | MÉDIA MENSAL |
|------|--|-------|------|-------|------------------------|--------------|
| 01 | Alvarás Analisados | 02 | 00 | 01 | 03 | 1,0 |
| 02 | Alvarás Liberados | 00 | 00 | 01 | 01 | 0,3 |
| 03 | Análise de MEI (Microempreendedor Individual) | 03 | 00 | 07 | 10 | 3,3 |
| 04 | Apreensões | 00 | 00 | 01 | 01 | 0,3 |
| 05 | Autos de Infração | 02 | 02 | 04 | 08 | 2,7 |
| 06 | Interdições | 02 | 23 | 02 | 27 | 9,0 |
| 07 | Multas | 01 | 00 | 01 | 02 | 0,7 |
| 08 | Notificações Preliminares | 93 | 112 | 64 | 269 | 89,7 |
| 09 | Outros (comunicados, análises, relatórios, conferências, verificações e pré vistorias) | 05 | 11 | 04 | 20 | 6,7 |
| 10 | Processos Liberados | 212 | 219 | 257 | 688 | 229,3 |
| 11 | Regin | 39 | 120 | 45 | 204 | 68,0 |
| 12 | Requerimentos de Ambulante | 28 | 15 | 16 | 59 | 19,7 |
| 13 | Solicitações de | 32 | 50 | 39 | 121 | 40,3 |

| | | | | | | |
|----|------------------------------------|------------|------------|------------|--------------|--------------|
| | Ouvidoria/Relatório de Ocorrências | | | | | |
| 14 | Solicitações diversas | 03 | 29 | 21 | 53 | 17,7 |
| 15 | Termo de Interdição | 00 | 03 | 02 | 05 | 1,7 |
| 16 | Termo de Vistoria | 71 | 118 | 86 | 275 | 91,7 |
| 17 | Termo de Vistoria/Processo | 15 | 04 | 11 | 30 | 10,0 |
| 18 | Termo de Vistoria/Regin | 104 | 160 | 174 | 438 | 146,0 |
| | TOTAL DE AÇÕES | 612 | 866 | 736 | 2.214 | 738,0 |

**DEMONSTRATIVO DE AÇÕES DA SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DE
POSTURAS MUNICIPAIS Ref.: 3º Trim/2017**

| ITEM | AÇÕES | JULHO | AGOSTO | SETEMBRO | ACUMULADO DO TRIMESTRE | MÉDIA MENSAL |
|------|--|------------|------------|------------|------------------------|--------------|
| 01 | Alvarás Analisados | 00 | 00 | 00 | 00 | 0,0 |
| 02 | Alvarás Liberados (Alvará Posturas/Eventual) | 00 | 09 | 02 | 11 | 3,7 |
| 03 | Análise de MEI (Microempreendedor Individual) | 03 | 07 | 01 | 11 | 3,7 |
| 04 | Apreensões | 00 | 24 | 00 | 24 | 8,0 |
| 05 | Autos de Infração | 01 | 07 | 00 | 08 | 2,7 |
| 06 | Interdições | 00 | 08 | 00 | 08 | 2,7 |
| 07 | Multas | 00 | 02 | 00 | 02 | 0,7 |
| 08 | Notificações Preliminares | 66 | 89 | 91 | 246 | 82,0 |
| 09 | Outros (comunicados, análises, relatórios, conferências, cursos, verificações e pré vistorias) | 04 | 18 | 06 | 28 | 9,3 |
| 10 | Processos Liberados | 158 | 148 | 157 | 463 | 154,3 |
| 11 | Regin | 43 | 71 | 31 | 145 | 48,3 |
| 12 | Relatório de Inspeção Fiscal | 00 | 00 | 04 | 04 | 1,3 |
| 13 | Relatório de Ocorrência | 05 | 05 | 01 | 11 | 3,7 |
| 14 | Requerimento de Ambulantes | 21 | 11 | 17 | 49 | 16,3 |
| 15 | Solicitações de Ouvidoria | 33 | 30 | 17 | 80 | 26,7 |
| 16 | Solicitações diversas | 32 | 44 | 14 | 90 | 30,0 |
| 17 | Termo de Interdição | 00 | 01 | 00 | 01 | 0,3 |
| 18 | Termo de Vistoria | 70 | 79 | 48 | 197 | 65,7 |
| 19 | Termo de Vistoria/Processo | 04 | 07 | 01 | 12 | 4,0 |
| 20 | Termo de Vistoria/Regin | 195 | 124 | 91 | 410 | 136,7 |
| | TOTAL DE AÇÕES | 635 | 684 | 481 | 1.800 | 600,0 |

**DEMONSTRATIVO DE AÇÕES DA SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DE
POSTURAS MUNICIPAIS Ref.: 4º Trim/2017**

| ITEM | AÇÕES | OUTUBRO | NOVEMBRO | DEZEMBRO | ACUMULADO DO TRIMESTRE | MÉDIA MENSAL |
|------|---|------------|------------|------------|------------------------|--------------|
| 01 | Alvarás Analisados | | | | | |
| 02 | Alvarás Liberados (Alvará Posturas/Eventual) | 03 | 01 | 08 | 12 | 4,0 |
| 03 | Análise de MEI (Microempreendedor Individual) | 01 | | | 01 | 0,3 |
| 04 | Apreensões | 10 | 03 | 11 | 24 | 8,0 |
| 05 | Autos de Infração | | | 03 | 03 | 1,0 |
| 06 | Interdições | 01 | | | 01 | 0,3 |
| 07 | Multas | 01 | 01 | 02 | 04 | 1,3 |
| 08 | Notificações Preliminares | 83 | 81 | 70 | 234 | 78,0 |
| 09 | Outros (comunicados, análises, relatórios, reunião, conferências, cursos, verificações e pré vistorias, memorandos/ofícios) | 05 | 06 | 05 | 16 | 5,3 |
| 10 | Processos Liberados | 117 | 213 | 181 | 511 | 170,3 |
| 11 | Regin | 14 | 08 | 19 | 41 | 13,6 |
| 12 | Relatório de Inspeção Fiscal | | | | | 0,0 |
| 13 | Relatório de Ocorrência | 17 | 47 | 09 | 73 | 24,3 |
| 14 | Requerimento de Ambulantes | 07 | 04 | 07 | 18 | 6,0 |
| 15 | Solicitações de Ouvidoria | 01 | 03 | 02 | 06 | 2,0 |
| 16 | Solicitações diversas | 22 | 18 | 17 | 57 | 19,0 |
| 17 | Termo de Interdição | | | | | 0,0 |
| 18 | Termo de Vistoria | 37 | 67 | 67 | 171 | 57,0 |
| 19 | Termo de Vistoria/Processo | 06 | 03 | 09 | 18 | 6,0 |
| 20 | Termo de Vistoria/Regin | 81 | 73 | 99 | 253 | 84,3 |
| | TOTAL DE AÇÕES | 406 | 528 | 509 | 1.443 | 480,9 |

SETOR: FISCALIZAÇÃO DE TRANSPORTES

DEMONSTRATIVO DE ESTRUTURA E AÇÕES DA SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRANSPORTE COLETIVO E INDIVIDUAL Ref.: 1º Trim/2017

| ITEM | AÇÕES E ATENDIMENTOS | JANEIRO | FEVEREIRO | MARÇO | ACUMULADO DO TRIMESTRE | MÉDIA MENSAL |
|------|-----------------------------------|---------|-----------|-------|------------------------|--------------|
| 01 | Auto de Infração à Viação Cordial | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 |
| 02 | Auto de Infração à Viação | 01 | 03 | 02 | 06 | 02 |

| | | | | | | |
|----|---|------------|------------|------------|------------|--------------|
| | Expresso Aracruz | | | | | |
| 03 | Carteiras de defensor de taxista | 02 | 05 | 02 | 09 | 03 |
| 04 | Carteiras para transporte coletivo-Gratuito/PNE (por processo) | 36 | 26 | 33 | 95 | 32 |
| 05 | Declarações de Taxímetro | 03 | 00 | 01 | 04 | 01 |
| 06 | Declarações de táxis | 00 | 00 | 02 | 02 | 01 |
| 07 | Notificação Taxistas | 10 | 07 | 01 | 18 | 06 |
| 09 | Memorandos | 19 | 18 | 17 | 54 | 18 |
| 10 | Minutas de decreto | 01 | 01 | 00 | 02 | 01 |
| 11 | Notificação à Cordial | 00 | 01 | 00 | 01 | 00 |
| 12 | Notificação à Expresso Aracruz | 07 | 07 | 12 | 26 | 09 |
| 13 | Ofícios | 18 | 03 | 09 | 30 | 10 |
| 14 | Ouvidoria, reclamações por e-mail e outros (recebidas) | 04 | 04 | 07 | 15 | 05 |
| 15 | Ouvidoria, reclamações por e-mail e outros (respondidas) | 00 | 00 | 05 | 05 | 02 |
| 16 | Autos/ Notificações atividade clandestina | 02 | 02 | 00 | 04 | 01 |
| 17 | Processos Liberados | 54 | 07 | 31 | 92 | 31 |
| 18 | Solicitação de vereadores | 00 | 00 | 09 | 09 | 03 |
| 19 | Vistoria anual Cordial | 00 | 18 | 02 | 20 | 07 |
| 20 | Vistoria anual Expresso Aracruz | 08 | 07 | 02 | 17 | 06 |
| 21 | Vistoria diária Expresso Aracruz (cumprimento de horário, rota, etc...) | 55 | 60 | 56 | 171 | 57 |
| 22 | Vistoria diária Cordial Trans. (cumprimento de horário, rota, etc...) | 76 | 75 | 71 | 222 | 74 |
| 23 | Auto de infração a Táxi | 01 | 00 | 01 | 02 | 01 |
| 24 | Visita diária Táxi (cumprimento de ponto, etc...) | 04 | 05 | 05 | 14 | 05 |
| 25 | Vistoria anual Táxi | 01 | 00 | 01 | 02 | 01 |
| | TOTAL | 302 | 249 | 269 | 820 | 273,3 |

Obs.: Minuta de Projeto de Lei de Licitação de Táxi em fase de análise final (PROGE e Ministério Público Estadual). Licitação do Transporte Coletivo Municipal realizada estudo da tarifa serviço distrital, planejamento de rotas, horários, vistorias e fiscalização do contrato. Se encontra em fase de análise na SETRANS a Minuta do Decreto de Transporte Escolar, Minuta do Decreto de Transporte por Fretamento.

DEMONSTRATIVO DE PONTOS DE TÁXI EXISTENTES

| ITEM | PONTOS DE TÁXIS / Nº DE TAXISTAS | JANEIRO | FEVEREIRO | MARÇO |
|------|----------------------------------|-----------|-----------|-----------|
| 01 | Bairro Bela Vista | 01 | 01 | 01 |
| 02 | Bairro Vila Nova | 03 | 02 | 02 |
| 03 | Barra do Riacho | 14 | 13 | 13 |
| 04 | Barra do Sahy | 07 | 07 | 07 |
| 05 | Centro | 16 | 16 | 16 |
| 06 | Coqueiral | 01 | 01 | 01 |
| 07 | Fórum e Ministério Público | 00 | 01 | 01 |
| 08 | Hospital São Camilo | 02 | 02 | 02 |
| 09 | Jacupemba | 02 | 02 | 02 |
| 10 | Santa Cruz | 02 | 02 | 02 |
| 11 | Shopping Oriund | 02 | 02 | 02 |
| 12 | Shopping Ravenna | 01 | 01 | 01 |
| 13 | Terminal Rodoviário | 08 | 08 | 08 |
| 14 | Vila do Riacho | 01 | 01 | 01 |
| | TOTAL | 60 | 59 | 59 |

DEMONSTRATIVO DE ESTRUTURA E AÇÕES DA SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRANSPORTE COLETIVO E INDIVIDUAL Ref.: 2º Trim/2017

| ITEM | AÇÕES | ABRIL | MAIO | JUNHO | ACUMULADO DO TRIMESTRE | MÉDIA MENSAL |
|------|--|-------|------|-------|------------------------|--------------|
| 01 | Auto de infração a Táxi | 00 | 01 | 01 | 02 | 01 |
| 02 | Auto de Infração à Viação Cordial Transportes e Turismo | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 |
| 03 | Auto de Infração à Viação Expresso Aracruz | 01 | 03 | 03 | 07 | 02 |
| 04 | Autos/ Notificações por atividade clandestina | 00 | 00 | 02 | 02 | 01 |
| 05 | Carteiras de defensor de taxista | 02 | 00 | 02 | 04 | 01 |
| 06 | Carteiras para transporte coletivo gratuito/PNE (por processo) | 56 | 51 | 37 | 144 | 48 |
| 07 | Declarações de Taxímetro | 48 | 12 | 02 | 62 | 21 |
| 08 | Declarações de Táxis | 02 | 01 | 01 | 04 | 01 |
| 09 | Memorandos | 30 | 38 | 27 | 95 | 32 |
| 10 | Minutas de decreto | 03 | 00 | 02 | 05 | 02 |
| 11 | Notificação à Cordial Transportes e Turismo | 01 | 01 | 02 | 04 | 01 |

| | | | | | | |
|--|--|------------|------------|------------|--------------|------------|
| 12 | Notificação à Expresso Aracruz | 03 | 04 | 01 | 08 | 03 |
| 13 | Notificação Taxistas | 06 | 01 | 05 | 12 | 04 |
| 14 | Ofícios | 11 | 10 | 10 | 31 | 10 |
| 15 | Ouvidoria, reclamações por e-mail e outros (recebidas) | 01 | 08 | 06 | 15 | 05 |
| 16 | Ouvidoria, reclamações por e-mail e outros (respondidas) | 00 | 03 | 00 | 03 | 01 |
| 17 | Processos Liberados | 81 | 75 | 47 | 203 | 68 |
| 18 | Solicitação de Vereadores | 03 | 08 | 00 | 11 | 04 |
| 19 | Visita diária Táxi (cumprimento de ponto, etc...) | 13 | 12 | 14 | 39 | 13 |
| 20 | Vistoria anual da Viação Cordial Transportes e Turismo | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 |
| 21 | Vistoria anual da Viação Expresso Aracruz | 00 | 01 | 02 | 03 | 01 |
| 22 | Vistoria anual Táxi | 00 | 02 | 03 | 05 | 02 |
| 23 | Vistoria diária da Viação Cordial Transportes e Turismo (cumprimento de horário, rota, etc.) | 72 | 84 | 69 | 225 | 75 |
| 24 | Vistoria diária da Viação Expresso Aracruz (cumprimento de horário, rota, etc.) | 68 | 71 | 48 | 187 | 62 |
| TOTAL GERAL DE PROCEDIMENTOS NO PERÍODO | | 401 | 386 | 284 | 1.071 | 357 |

DEMONSTRATIVO DE PONTOS DE TÁXI EXISTENTES

| ITEM | PONTOS DE TÁXIS / Nº DE TAXISTAS | ABRIL | MAIO | JUNHO |
|------|----------------------------------|-------|------|-------|
| 01 | Bairro Bela Vista | 01 | 01 | 01 |
| 02 | Bairro Vila Nova | 02 | 02 | 02 |
| 03 | Barra do Riacho | 13 | 13 | 13 |
| 04 | Barra do Sahy | 07 | 07 | 07 |
| 05 | Centro | 16 | 16 | 16 |
| 06 | Fórum e Ministério Público | 01 | 01 | 01 |
| 07 | Coqueiral | 01 | 01 | 01 |
| 08 | Hospital São Camilo | 02 | 02 | 02 |
| 09 | Jacupemba | 02 | 02 | 02 |
| 10 | Santa Cruz | 02 | 02 | 02 |
| 11 | Shopping Oriundi | 02 | 02 | 02 |

| | | | | |
|----|---------------------|-----------|-----------|-----------|
| 12 | Shopping Ravenna | 01 | 01 | 01 |
| 13 | Terminal Rodoviário | 08 | 08 | 08 |
| 14 | Vila do Riacho | 01 | 01 | 01 |
| | TOTAL | 59 | 59 | 59 |

**DEMONSTRATIVO DE ESTRUTURA E AÇÕES DA SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO
DO TRANSPORTE COLETIVO E INDIVIDUAL Ref.: 3º Trim/2017**

| ITEM | AÇÕES | JULHO | AGOSTO | SETEMBRO | ACUMULADO DO TRIMESTRE | MÉDIA MENSAL |
|------|---|-------|--------|----------|------------------------|--------------|
| 01 | Auto de Infração à Viação Cordial | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 |
| 02 | Auto de Infração à Viação Expresso Aracruz | 01 | 00 | 00 | 01 | 00 |
| 03 | Carteiras de defensor de taxista | 02 | 05 | 02 | 09 | 03 |
| 04 | Carteiras para transporte coletivo-Gratuito/PNE (por processo) | 74 | 66 | 43 | 183 | 61 |
| 05 | Declarações de Taxímetro | 01 | 00 | 04 | 05 | 02 |
| 06 | Declarações de táxis | 07 | 05 | 06 | 18 | 06 |
| 07 | Notificação Taxistas | 04 | 00 | 05 | 09 | 03 |
| 08 | Memorandos | 16 | 19 | 16 | 51 | 17 |
| 09 | Minutas de decreto | 00 | 02 | 06 | 08 | 03 |
| 10 | Notificação à Cordial | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 |
| 11 | Notificação à Expresso Aracruz | 3 | 0 | 05 | 08 | 03 |
| 12 | Ofícios | 20 | 21 | 09 | 50 | 17 |
| 13 | Ouvidoria, reclamações por e-mail e outros (recebidas) | 07 | 00 | 00 | 07 | 02 |
| 14 | Ouvidoria, reclamações por e-mail e outros (respondidas) | 00 | 07 | 00 | 07 | 02 |
| 15 | Autos/ Notificações atividade clandestina | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 |
| 16 | Processos Liberados | 85 | 88 | 20 | 193 | 64 |
| 17 | Solicitação de vereadores | 02 | 03 | 00 | 05 | 02 |
| 18 | Vistoria anual Cordial | 00 | 22 | 00 | 22 | 07 |
| 19 | Vistoria anual Expresso Aracruz | 00 | 14 | 04 | 18 | 06 |
| 20 | Vistoria diária Expresso Aracruz (cumprimento de horário, rota, etc...) | 57 | 70 | 47 | 174 | 58 |
| 21 | Vistoria diária Cordial Trans. (cumprimento de horário, | 54 | 56 | 49 | 159 | 53 |

| | | | | | | |
|----|---|------------|------------|------------|------------|------------|
| | rota, etc...) | | | | | |
| 22 | Auto de infração a Táxi | 02 | 00 | 00 | 02 | 01 |
| 23 | Visita diária Táxi (cumprimento de ponto, etc...) | 12 | 07 | 19 | 38 | 13 |
| 24 | Vistoria anual Táxi | 00 | 12 | 07 | 19 | 06 |
| | TOTAL | 347 | 397 | 242 | 986 | 329 |

DEMONSTRATIVO DE ESTRUTURA E AÇÕES DA SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRANSPORTE COLETIVO E INDIVIDUAL Ref.: 4º Trim/2017

| ITEM | AÇÕES | OUTUBRO | NOVEMBRO | DEZEMBRO | ACUMULADO DO TRIMESTRE | MÉDIA MENSAL |
|------|--|---------|----------|----------|------------------------|--------------|
| 01 | Auto de Infração à Viação Cordial | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 |
| 02 | Auto de Infração à Viação Expresso Aracruz | 00 | 02 | 01 | 03 | 01 |
| 03 | Carteiras de defensor de taxista | 01 | 02 | 00 | 03 | 01 |
| 04 | Carteiras para transporte coletivo-Gratuito/PNE (por processo) | 70 | 83 | 41 | 194 | 65 |
| 05 | Declarações de Taxímetro | 04 | 01 | 01 | 06 | 02 |
| 06 | Declarações de táxis | 05 | 02 | 01 | 08 | 03 |
| 07 | Notificação Taxistas | 09 | 03 | 03 | 15 | 05 |
| 08 | Memorandos | 14 | 25 | 17 | 56 | 19 |
| 09 | Minutas de decreto | 01 | 02 | 00 | 03 | 01 |
| 10 | Notificação à Cordial | 02 | 02 | 04 | 08 | 03 |
| 11 | Notificação à Expresso Aracruz | 5 | 5 | 12 | 22 | 07 |
| 12 | Ofícios | 22 | 14 | 21 | 57 | 19 |
| 13 | Ouvidoria, reclamações por e-mail e outros (recebidas) | 02 | 00 | 03 | 05 | 02 |
| 14 | Ouvidoria, reclamações por e-mail e outros (respondidas) | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 |
| 15 | Autos/ Notificações atividade clandestina | 00 | 00 | 01 | 01 | 00 |
| 16 | Processos Liberados | 14 | 14 | 06 | 34 | 11 |
| 17 | Solicitação de vereadores | 02 | 00 | 03 | 05 | 02 |
| 18 | Vistoria anual Cordial | 00 | 03 | 21 | 24 | 08 |
| 19 | Vistoria anual Expresso Aracruz | 05 | 01 | 14 | 20 | 07 |
| 20 | Vistoria diária Expresso Aracruz (cumprimento de | 45 | 57 | 39 | 141 | 47 |

| | | | | | | |
|----|---|------------|------------|------------|------------|------------|
| | horário, rota, etc...) | | | | | |
| 21 | Vistoria diária Cordial Trans. (cumprimento de horário, rota, etc...) | 64 | 52 | 31 | 147 | 49 |
| 22 | Auto de infração a Táxi | 02 | 00 | 00 | 02 | 01 |
| 23 | Visita diária Táxi (cumprimento de ponto, etc...) | 12 | 13 | 12 | 37 | 12 |
| 24 | Vistoria anual Táxi | 06 | 01 | 05 | 12 | 04 |
| | TOTAL | 285 | 282 | 236 | 803 | 268 |

DEMONSTRATIVO DE PONTOS DE TÁXI EXISTENTES

| ITEM | PONTOS DE TÁXIS / Nº DE TAXISTAS | OUTUBRO | NOVEMBRO | DEZEMBRO |
|------|----------------------------------|-----------|-----------|-----------|
| 01 | Bairro Bela Vista | 01 | 01 | 01 |
| 02 | Bairro Vila Nova | 02 | 02 | 02 |
| 03 | Barra do Riacho | 13 | 13 | 13 |
| 04 | Barra do Sahy | 07 | 07 | 07 |
| 05 | Centro | 16 | 16 | 16 |
| 06 | Fórum e Ministério Público | 01 | 01 | 01 |
| 07 | Coqueiral | 01 | 01 | 01 |
| 08 | Hospital São Camilo | 02 | 02 | 02 |
| 09 | Jacupemba | 02 | 02 | 02 |
| 10 | Santa Cruz | 02 | 02 | 02 |
| 11 | Shopping Oriund | 02 | 02 | 02 |
| 12 | Shopping Ravenna | 01 | 01 | 01 |
| 13 | Terminal Rodoviário | 08 | 08 | 08 |
| 14 | Vila do Riacho | 01 | 01 | 01 |
| | TOTAL | 59 | 59 | 59 |